

7
1997

RESGATE

REVISTA DE CULTURA



Na medida em que o programa editorial do Centro de Memória cresceu excepcionalmente, em 1996/1997, no lançamento de livros, sentimos que na verdade as nossas publicações - revistas *Resgate*, *Outros Olhares* e o *Boletim* - acabaram por se ressentir, atrasando-se e com isto comprometendo transitoriamente a sua periodicidade.

Assim, é que a *Resgate/7* sai com um ano de atraso. Não vamos formalizar o compromisso de tirar esse atraso, para depois eventualmente nos constrangermos perante os nossos leitores, mas vamos tentar vencer os problemas decorrentes não apenas de uma dinâmica programação editorial, mas e também aqueles advindos de dificuldades financeiras e operacionais, que se abatem sobre uma unidade da natureza do Centro de Memória.

Dito isto, antecipemos como se apresenta este número, não antes de agradecermos, mais uma vez, à Fapesp que houve por bem assegurar este lançamento com um auxílio parcial, que entretanto sabemos que por critérios da Fundação, dificilmente será novamente concedido. Outro problemão para enfrentarmos!

Nos *Artigos & Ensaios* abrem este sétimo número, quatro títulos expressivos: com a aproximação do quinto centenário do descobrimento, vão bem dois artigos que de alguma maneira mostram Portugal e Moçambique num universo que muito diz respeito ao Brasil. Tânia Piacentini acompanha a trajetória de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, fundador da Imprensa Brasileira e o seu *Armazém Literário*, cognome do jornal *Correio Braziliense*, que é lançado em Londres, em junho de 1808, sendo o primeiro e atento crítico do poder, na forma de um periódico que também abriga a literatura e tem posições políticas de compromisso. Já José de Sousa Miguel Lopes analisa um quadro bastante atual, de Moçambique, com a autoridade do exercício de um cargo decisivo na formação de quadros da educação daquele país.

De Portugal passamos para a Espanha, com o artigo de Oscar Calavia Sáez, que acompanha com atenção, via apócrifos, lances da trajetória de sua rica historiografia.

Fecha o espaço dos artigos Margareth Rago, que volta à *Resgate*, para ler as explicações do Brasil dos anos 20 e 30 do nosso século e nelas como fica a *dimensão sexual* e nesta a unidade que se expressa em *Retrato do Brasil* de Paulo Prado e *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre.

No espaço das *Poesias*, um presente especial para o leitor: conseguimos tirar

alguns poemas do livro ainda inédito de *Ilka Brunhilde Laurito*, mergulhando com ela, com a menina Ilka, por Sampa de anos atrás e ainda tem os poemas de Claudio Alexandre de Barros Teixeira escritos pelo seu criptônimo Claudio Daniel.

Inauguramos a seguir uma nova seção com uma entrevista concedida em Nova York pelo historiador norte-americano Herbert S. Klein, que fala do seu método de pesquisa, do seu interesse pela História do Brasil e nela os temas que o têm atraído.

Em *Comunicações*, José Roberto do Amaral Lapa recorda a sua amizade com o grande teatrólogo Guilherme Figueiredo, falecido no ano passado.

Na seção *Debate*, Sergio Silva introduz o debate *A História Econômica em Questão*, do qual participam José Jobson de Andrade Arruda, Ubiratan Castro de Araújo e Edgar Salvatori de Decca.

Fechando a revista, em *Combates & Rituais*, sete teses são resumidas. Em *Resenhas*, Julita Scarano comenta o livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Carnaval brasileiro, o vivido e o mito*.

Armazém Literário

Tânia Diacentini

Doutora em Educação pela Unicamp
 Professora aposentada da UFSC
 Professora da Université de Nice-Sophia-Antipolis

*Minhas asas estão prontas para o voo,
 Se pudesse, eu retrocederia
 Pois eu seria menos feliz
 Se permanecesse imerso no tempo vivo.*

Gershon Scholem: Saudação do Anjo

Como neste artigo das ciências se há de dar conta das mais importantes obras que se publicarem, pede a justiça que se preste uma atenção particular às obras que se publicam em português; o que farei de tanto melhor vontade, porque conhecendo o atual estado da literatura portuguesa, não espero que esta repartição me ocupe muito tempo, nem me cause grande despesa no papel.

Desta forma franca e contundente, Hipólito da Costa inicia a seção (repartição) *Literatura e Ciências* do primeiro número do seu jornal, o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, em junho de 1808, em Londres. Sua franqueza lhe vale a primeira das muitas polêmicas em que se envolveu durante todo o período de publicação do periódico. Antes de prosseguir com a seção, porém, é preciso situar, em largos traços, o jornal e seu fundador e único redator durante 14 anos. Uma história mais completa já foi escrita e o leitor a encontrará em dois livros que se tornaram clássicos, com o mesmo título: *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*.¹

É de Carlos Rizzini a apresentação que transcrevo:

Em 1808, Hipólito lançou o Correio Braziliense ou Armazém Literário, que, além de primeiro periódico brasileiro, foi o primei-

*ro periódico português posto em circulação independentemente de censura. Fundador da imprensa brasileira, é também Hipólito o criador da imprensa política em língua portuguesa. Começou o Correio a ser publicado em junho de 1808, na oficina de W. Lewis, e continuou pontualmente todos os meses, até dezembro de 1822, num total de 175 números, de 72 a 140 páginas in-8º (o de agosto de 1812 tinha 236 páginas), perfazendo 29 volumes. As assinaturas, ao preço de 2 guinéus, eram, a princípio, subscritas na residência do redator, nº1, New Inn, Wych Street, Temple-bar, ou na oficina impressora; mais tarde em alguns livheiros. As assinaturas no estrangeiro tomavam-se com os agentes de paquetes ou correios-mores, que tivessem correspondência com o correio-mor de Londres.*²



Capa do 1º número do Correio Braziliense.

¹ Coincidentemente, também, as duas obras foram publicadas em 1957. A de Mecenaz Dourado pela Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, e a de Carlos Rizzini pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, numa bela edição ilustrada, na Coleção Brasileira. Outra referência obrigatória é o livro de: LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Cátedra; Brasília: Mec, 1977.

² RIZZINI, Carlos. *Op. cit.*, p. 18-9.

No alto da primeira página aparecia como epígrafe ou divisa os versos de Camões:

Na quarta parte nova os campos
ara
E se mais mundo houvera lá chegara.

denotando a ambição do jornalista de atingir a *Nação longínqua e sossegada, na língua que lhe é mais natural e conhecida*, desejo esclarecido logo na apresentação - ou *Introdução* - do *Correio*. Ali se lêem também seus propósitos e suas convicções:

*O primeiro dever do homem em sociedade é de ser útil aos membros dela, e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo, que abrange o bem moral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas ou da ilusão, aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano.*³

Mas, quem é esse homem, considerado talvez a mais alta figura entre os nossos ilustrados, segundo a avaliação de Antonio Cândido e que

num livro de história literária cabe não apenas como representante dum momento em que a literatura pública domina em qualidade e quantidade, mas como prosador de raça, como o primeiro brasileiro que usou uma prosa moderna, clara, vibrante e concisa, cheia de pensamento, tão despojada de elementos acessórios, que veio até nós intacta, fresca e bela, mais atual que a maioria da que nos legou o século XIX e o primeiro quarto des-

*te. Como ser o maior jornalista que o Brasil teve, o único cuja obra se lê toda hoje com interesse e proveito, foi um escritor e um homem de pensamento, exprimindo melhor que ninguém os temas centrais da nossa época das luzes?*⁴

Um apanhado da biografia do nosso personagem pode dar uma idéia da sua movimentada existência. Nascido na Colônia do Sacramento, no Rio da Prata, então possessão portuguesa, em 1774, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça pertencia a uma família de razoáveis posses e tradição: pai militar das tropas reais, mãe de família de pequenos proprietários rurais, tio materno padre e professor, carreiras que seus irmãos mais novos vão abraçar quando adultos, sendo que um deles, José Saturnino, será senador e ministro. Hipólito faz sua escolarização oficial em Porto Alegre e, *comme il faut*, o curso superior em Coimbra, bacharel em leis e filosofia.



Retrato inédito de Hipólito, de Childe, provavelmente da ano da sua morte.

Em 1798, recém-formado, é encarregado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro da Marinha e do Ultramar, de estudar na república norte-americana, para aplicação no Brasil, a cultura de árvores nativas, do cânhamo, tabaco, algodão, cana, índigo, arroz e principalmente, a da cochonilha; a formação de pastagens; a construção de

³ CORREIO Braziliense, v. I, p. 3-4. (A partir de agora, nestas notas, C. B.).

⁴ CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 6.ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981. v. 1. p. 248.

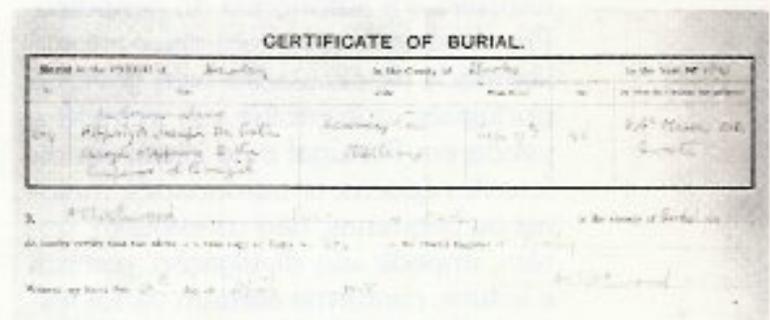
pontes, moinhos e engenhos d'água; a mineração; a pesca da baleia e o preparo do peixe salgado; (...), além de outros estudos, de ordem administrativa e política.⁵

Dois anos dura essa viagem, cheia de peripécias e rica em informações, como relata o próprio Hipólito, em *Memória, diário da minha viagem para Filadélfia* e nas *Cartas de ofício*. Além de cumprir sua missão, ele teria se familiarizado com a, para ele, surpreendente vida americana: a visitar escolas, repartições, museus, hospitais, cadeias e templos de várias confissões; a frequentar teatros, circos, tavernas e bilhares; a assistir a aulas e conferências e a sessões da Casa dos Representantes e da Suprema Corte; a ler gazetas livres, o que antes nunca fizera e a comparecer a jantares e reuniões, onde, inclusive, participava, ao piano, de saraus musicais.⁶ Tanto Rizzini quanto Mecenas Dourado acentuam a importância dessa viagem na formação política do futuro jornalista, sublinhando especialmente sua filiação à maçonaria.

Em dezembro de 1801, é nomeado para a Imprensa Régia, sendo um dos quatro diretores literários, aos quais cabia a seleção, tradução e revisão das obras a imprimir. Nesta condição, recebe, outra vez de d. Rodrigo, a incumbência de adquirir material gráfico para o estabelecimento e livros para a Real Biblioteca, em Londres, para onde viajaria também a negócios particulares, que seriam interesses da sociedade maçônica. Nada a reprovar, não fosse a perseguição oficial chefiada pelo temido Intendente da Polícia, Pina Manique, a todos os suspeitos de serem maçons, dada a proibição da Maçonaria pelo Santo Ofício, a Inquisição. Nem sua ligação ao ministro o salva de ser preso, quando de seu regresso a Lis-

boa, em fins de junho de 1802, amargando seis meses de prisão incomunicável antes de ser transferido para os cárceres da Inquisição. Lá ele ficou durante mais de três anos, a princípio respondendo a interrogatórios e depois curtindo a vingança dos inquisidores que o esqueceram.

Malgrado todos os esforços dos maçons e o uso de influências políticas, sua saída da prisão acontece de maneira insólita: uma fuga mais ou menos simples, fortuita e sem grandes riscos, a crer-se nas duas versões conhecidas.⁷ Em *Narrativa da perseguição*, Hipólito não esclarece os detalhes da sua evasão, talvez para proteger os amigos e maçons que o ajudaram durante os seis meses em que esteve escondido em Lisboa, antes de embarcar para a Inglaterra.⁸ Lá, em Londres, entre 1805 e 1808, data do lançamento do *Correio Braziliense*, ter-se-ia ocupado de traduções comerciais e jornalísticas, de literatura e de aulas, vivendo da forte proteção e da amizade do duque de Sussex, informa-nos Rizzini.⁹



Certidão do sepultamento de Hipólito, a 17/9/23.

⁵ RIZZINI, Carlos. Op. cit., p. 4.

⁶ Ibidem, p. 5.

⁷ Ibidem, p. 14-5.

⁸ Existe uma edição da *Narrativa da perseguição* comemorativa do bicentenário do nascimento e sesquicentenário da morte do autor, feita pela URG e Associação Rio-Grandense de Imprensa, em 1974, com base na 1ª edição de 1811, publicada em Londres. Somente o 1º volume foi publicado nesta edição brasileira.

⁹ RIZZINI, Carlos. Op. cit., p. 16.

Com a fundação e edição do *Correio*, que compreendia quatro seções - Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea, a última compreendendo também as *Reflexões* sobre as novidades do mês e a *Correspondência* - a vida de Hipólito não ficou mais leve nem mais folgada. É o que ele mesmo afirma, em 1819:

Todo o incansável trabalho da redação, edição, correspondência deste periódico tem recaído sobre um só indivíduo, que aliás está carregado de outras muitas e mui diversas ocupações, que se lhe fazem necessárias, já para buscar os meios de subsistência, que não pode ter nos escassos lucros da produção literária deste jornal, já para manter a sua situação no círculo público em que as circunstâncias o obrigaram a viver.¹⁰

É possível acompanhar, um pouco nas páginas do jornal e mais nos dois livros de referência já citados, cujos autores utilizaram outras fontes, as discussões sobre a independência financeira e a autonomia do periódico. Pressionado financeiramente e em sua liberdade de circulação pelo governo português, que proíbe sua entrada e venda em Portugal e no Brasil em diferentes épocas, as autoridades, maiores ou pequenas, não conseguem, porém, impedir sua divulgação, compra e leitura, conforme atestam vários testemunhos e documentos da época, além de historiadores diversos.

A transcrição de um desses documentos é suficiente: *Não se podendo, pois, impedir a publicação de tais escritos, restaria o coibir quanto fosse possível a circulação deles nos domínios portugueses. A proibição por editais naqueles domínios e a de não serem levados nos paquetes, bem que se tem visto que só servem para aguçar a*

curiosidade de os ler, e os jornais, apesar das proibições, sempre foram para o Brasil e algumas vezes entregues a pessoas, que se não deveriam encarregar de tal comissão.¹¹ Escrito em 1821, pelo ministro português na Inglaterra, o mais constante perseguidor do C. B. demonstra a posição oficial minada por dissensões internas. Perseguido por ministros, no Brasil e na Europa, Hipólito teria o beneplácito de d. João, a quem sempre poupou em suas análises e críticas à administração.

Quoique la presse ne fut pas libre, on lisait presque partout le Correio Braziliense. A caixeirada... se nutre com a leitura dos folhetos de Londres, atestam outros documentos de época.¹² Mesmo deixando claro as limitações desta leitura e a conseqüente difusão das idéias dela hauridas, dadas as condições de escolarização e de circulação de impressos num país onde a própria imprensa é mais nova que o jornal em questão, os historiadores salientam a influência do periódico sobre a classe governante e entre os intelectuais da época: os padres, os bacharéis, os oficiais, os literatos, moderados ou revolucionários.

E para se ter presente as idéias fundamentais de Hipólito, a síntese feita por Antonio Cândido ajuda a fechar esta parte de apresentação:

O que desejava Hipólito? No campo administrativo, participação das Câmaras no governo das Capitâneas por meio de representantes eleitos, quebrando o arbítrio dos governadores; quanto à Coroa, respeito à lei por meio de um funcionalismo consciente, ministros responsáveis e fim do arbítrio soberano. No campo econômico, as suas idéias visa-

¹⁰ C. B., v. XXIII, p. 174.

¹¹ DOURADO, Mecenas. Op. cit., tomo II, p. 411.

¹² RIZZINI, Carlos. Op. cit., p. 29.

vam evitar o monopólio de fato sobre o comércio por parte de nações estrangeiras, notadamente a Inglaterra, e transformar a agricultura numa grande fonte de riqueza, por meio sobretudo da abolição progressiva da escravidão e o recrutamento de mão-de-obra qualificada, pela imigração de europeus (...) não apenas agricultores, mas artesãos e intelectuais, pois esperava dela o material humano apto para a vida moderna.

Atribuía também grande importância à transferência da capital para o interior do país, a fim de difundir a civilização e romper o desequilíbrio causado por um centro político na periferia. No campo cultural, preocupavam-no as medidas que, através da instrução, promovessem a elevação do nível mental, e por isso batalhou sem interrupção (...) A espinha do *Correio Braziliense*, a preocupação de cada página: liberdade política, liberdade de expressão, difusão das luzes.¹³

Feito este esboço, passemos à seção *Literatura e Ciências*. De que trata o redator nesta parte do jornal? Que literatura publica? Qual o espaço destinado aos diferentes assuntos? Qual a visão de literatura predominante neste primeiro periódico brasileiro, cujo subtítulo é *Armazém Literário*? Trata-se, aqui, de tentar construir o que Benjamin chama de *experiência com o passado*, tentar resgatar o passado como *experiência única*.

364

Literatura e Ciências.

Out. 1821

Jornal da Expedição do General Mina ao México.

Extrahido de um manuscrito original, por um official, que acompanhou aquella Expedição.

Correio Braziliense, out. 1821. v. XXVII, p. 364.

Memoria, sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos Africanos no Brazil; sobre o modo e condições, com que esta abolição se deve fazer, e sobre os meios de remediar a falta de braços, que ella póde occasionar. Por João Severiano Maciel da Costa. Preço 100 reis.

Correio Braziliense, fev. 1822. v. XXVIII, p. 120.

— *Química* —
Literatura e Ciências.

191

Memoria sobre cores inalteraveis para se usarem em tingir, pelo Conde de La Boniaye.

O problema de chimica que eu proponho resolver he um dos grandes. Tem por objecto tornar as cores todas, que se usam na tinturaria, capazes de resistir ás injurias do tempo; e achar os meios de compor assim em laã como em seda, tapessarias, cuja frescura, brilho, e harmonia de tom se preservaraõ contra os effeitos da atmosphera, tam bem como pinturas sobre panno. Vos, Senhores, sabeis melhor do que o resto do mundo as difficuldades que ha para isto;—que me era preciso descobrir novos mordentes: qualificarlos, e multiplicallos segundo a natureza das substancias que se quizer tingir, e segundo a das substancias tingentes; e chegar a poder fixallas e mantellas no mesmo estado de equilibrio chimico, contra a continua reacção do ar, do calorico e da luz. Posso mesmo accrescentar, que, no numero destas cores, há algumas, cuja adhesão aos respectivos estoffos parecia ao principio quasi impossivel, pela materia colorante enfraquecer sempre o mordente, sem o qual he impossivel tingillos; e he necessario recorrer a contra-agentes ategora desconhecidos para remediar o mal. Mas para se formar uma idea disto, basta so reflectir nas tentativas feitas há dous seculos, sobre o *vermelho de Adrianopolis*, e sobre o anil, para não fallar nas innumeraveis experiencias e operações, mesmo depois de se ter examinado o principio da descoberta, pelo qual devemos acertar o processo mais simples, para nos assegurarmos sempre os mesmos resultados, e pôllos ao alcance de fabricantes ordinarios.

As amostras das novas cores inalteraveis, que agora tenho a honra de apresentar ao Instituto, e cuja composição he perfeita, são *azul* sobre laã e seda; *verde*, *amarello*, *roxo*, e mais nove cores, a saber; um *amarello* sobre lã, tão vivo e mais brilhante doque o primeiro; dous *verdes*, um dos quaes resiste mesmo á acção do fogo; dous pretos

¹³ CÂNDIDO, Antonio. Op. cit., p. 251.

Correio Braziliense, fev. 1815. v. XIV, p. 191.

Pretendo, pois, analisar o objeto histórico através da prática de coleta de informações, de separação e de exposição dos elementos, semelhantemente à prática de um colecionador. À fragmentação de conteúdos, característica de um jornal ou de uma revista, deverá se juntar a necessária fragmentação do trabalho de *iluminação* de partes do objeto, tentando analisá-las na unicidade e na excentricidade em que estão conservadas. Se isto as tira do contexto temporal, *fazendo explodir o continuum da história*, como quer Benjamin, imobilizá-las e congelá-las como peças de um museu não significa negar a história e a temporalidade. Pelo contrário, ambas estão presentes no objeto, *resguardado do esquecimento e da destruição*.¹⁴

A primeira transcrição feita neste texto, o parágrafo inicial da seção em junho de 1808, permite uma dedução que se mostrará significativa ao longo da leitura das mais de 2.100 páginas em foco. A seção (*artigo*) pretende se ocupar de assuntos científicos divulgados em obras impressas, selecionando-se as mais significativas, com prioridade para as publicadas na língua de expressão do jornal. *Literatura* parece ter aqui o sentido amplo de escritura, de conjunto de obras impressas, de conhecimento contido em livros, no caso sobre o tema, também abrangente, das ciências ou corpo de conhecimentos especiais, com objeto e métodos próprios, separado das belas letras. Sua função seria auxiliar, como divulgadora da ciência e da técnica (as artes). Visão perfeitamente integrada, como se vê, ao espírito da época, o de valorização da instrução, da razão e da ciência.

Polêmico e pragmático, Hipólito começa deixando claro sua constatação: obras importantes publicadas em

Portugal são raras, motivo pelo qual seus gastos, de tempo e com papel, serão pequenos. E ele mesmo, dois parágrafos abaixo, após apresentar a *miserável produção anônima* que irá comentar, esclarece sua opinião: *Eu tenho, é verdade, não em mui elevado conceito a literatura portuguesa dos nossos tempos, nem era de esperar outra coisa com as constantes perseguições que naquele país sofrem os homens de letras, mas faria aos portugueses uma grande injustiça, e obraria contra os meus sentimentos, se não declarasse altamente que conheço muitas pessoas em Portugal que, se houvessem empreendido esta obra, a fariam, ao menos em especiosos argumentos, infinitamente superior ao que ela é*.¹⁵

A seleção da *miserável obra* permite também esclarecer a posição política do jornalista brasileiro, radicalmente contra os franceses e seu governo invasor em Portugal. A *Notícia histórica do estado atual da Inglaterra neste ano de 1808*, publicada em Lisboa com Licença da Mesa do Desembargo do Paço, *é obra mandada fazer pelo governo francês*. Utilizando a técnica de composição retórica que irá manter na seção ao longo dos 175 números do C. B., Hipólito transcreve trechos da obra, faz análise e comentários, concorda com ou refuta totalmente os argumentos apresentados pelo autor. É para justificar os seus, cita suas fontes, transcreve provas, tabelas, quadros estatísticos, extratos comerciais, enfim, o que julga necessário para convencer o leitor de sua razão. O tom é apaixonado, mas a lógica racional

¹⁴ BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. I. p. 222-32.

¹⁵ C. B., v. I, p. 30-56. A citação em foco está na p. 32.

predomina. Não a ponto, porém, de economizar o papel: o folheto comentado, de 13 páginas in-8º, merece 27, também in-8º!

A observação do estado de atraso da literatura em Portugal feita neste 1º número do C. B. foi mal recebida por alguns leitores, o que obrigou o redator a explicar-se mais amplamente, dois meses depois, deixando mais claro seu repúdio à censura e sua crítica ao governo que a admite: *Se agora ressuscitasse o grande Newton, e quisesse publicar em Portugal os seus Princípios matemáticos ou outra produção do seu gênio ainda melhor, seria essa obra mandada rever, por algum desses sábios do Areópago Português, que tem na sua mão o poder de dispensar as luzes à Nação, e se o frade, a quem a obra fosse distribuída para censura, assentasse que as proposições matemáticas, que ele não entendia, deviam, por isso mesmo, ser suprimidas, bem podia o grande Newton tornar a morrer e enterrar-se junto com a sua obra, porque Portugal e o mundo estavam sentenciados a ser privados do benefício daquela obra; e pergunto agora de quem era a culpa: falta de gênio em Newton, ou defeito do governo, que admite tais regulamentos.*¹⁶

E ele se defende de novas acusações: *Eu estou tão longe de querer atacar por isso a nação, que unicamente desejo mostrar onde existe o mal, para que as nações estrangeiras não nos acusem, como fazem, de falta de propensão para as ciências.*¹⁷ Essa luta contra o obscurantismo, uma das obsessões do jornal, não se dirige só contra Portugal: exemplos de outras nações são utilizados quando se faz necessário denunciar abusos, apontar erros que não devem ser repetidos. É o caso da França e sua Universidade Imperial, cuja criação por Napoleão Hipólito

registra, transcrevendo e comentando alguns dos capítulos de seu regimento para posicionar-se contra o monopólio das ciências e a uniformidade de instrução: *exigir uniformidade de instrução sobre todos os pontos das ciências, artes e doutrina sem que se tolere contrariedade de opiniões, e aniquilar todos os meios de oposição a este despotismo científico, mostra uma insolência e descaramento tal que não se esperava talvez nem deste árbitro universal da Europa.*¹⁸

Na análise do folheto intitulado *Causas e conseqüências da recente emigração para o Brasil*, Hipólito exibe outra de suas técnicas de construção do texto, quando faz dialogar duas obras: a de título acima citado, escrita por um inglês, e outra que lhe serviria de resposta, *Vindiciae lusitanae*, de autoria de um cidadão português. E exibe também sua isenção política, analisando os ataques e críticas a Portugal e seu governo com equidistância e visão histórica. Quando o assunto é a formação da população brasileira,¹⁹ é o cidadão desta *quarta parte nova* do mundo quem refuta os argumentos absurdos, falsos e preconceituosos do inglês.

Um exemplo basta para demonstração: *As fontes de informação do nosso A. serão conhecidas por incapazes, quando se observar, que ele diz: "Que a mistura do sangue judeu na sua população tem produzido os acostumados frutos da avareza e baixa velhacaria". É ridículo atribuir vício ou virtu-*

¹⁶ C. B., v. I, p. 383.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 200.

¹⁹ É importante lembrar a distinção feita por Hipólito no emprego dos gentilícios referentes à gente do Brasil: ele chamava *braziliense* ao natural do Brasil, *brazileiro* ao português europeu e aos estrangeiros que aqui vinham negociar e estabelecer-se e *braziliiano* ao indígena. Cf.: RIZZINI, Carlos. Op. cit., p. 18, nota 15.

de ao sangue ou descendência, mas deixando isso, é evidente que estão longe os brasileiros de serem avaros, que o seu vício é a profusão e a prodigalidade, pois não há proprietário que não deseje ter um estado o dobro maior do que pedem as suas posses; e o mesmo digo a respeito da demasiada indústria, que atribui aos judeus (...); o *Braziliense* está tão longe disso, que a indolência e desleixamento é o seu vício, e nisto concorda também o Autor.²⁰ Um pouco acima, o jornalista havia refutado a afirmação de que a população do Brasil era, em sua origem, formada por malfeitores ou por perseguidos religiosos, dando exemplos da proveniência dos povoadores de algumas províncias, entre as quais os da sua Colônia de Sacramento.

Chama a atenção do leitor o destaque dado à emancipação da América Espanhola. Tema que ocupa grande número de páginas na parte política do jornal, aparece pela primeira vez na seção literária em abril de 1809, antes, pois, das rebeliões de Buenos Aires e Caracas no ano seguinte. Hipólito aproveita a análise feita pelo periódico *Edinburg Review* (primeira revista literária do mundo, criada em 1802) da *Lettre aux Hespagnols-Américains*, pelo ex-jesuíta d. Juan Pablo Viscardo y Gusmán, de Arequipa, a favor da separação, justificando assim sua inserção: *A celebridade deste jornal literário e os importantes fatos que por ocasião desta análise se desenvolvem, serão bastante motivos para que se permita copiar aqui alguns extratos de um ensaio, que tem tão íntima conexão com a história atual do país a cuja vantagem se dirige principalmente o Correio Braziliense.*²¹

Os resenhistas (revisores, na linguagem da época) manifestam-se favoráveis à emancipação, destacando

ao longo da análise as vantagens que adviriam para a Grã-Bretanha se esta apoiasse os movimentos separatistas na América do Sul. A principal delas seria comercial, com a formação do Canal de Panamá: uma grande descrição geográfica e histórica assegura a viabilidade de tal projeto, já idealizado em vários estudos listados nas notas de rodapé do artigo. A *Lettre* relata, os resenhistas comentam e às vezes Hipólito acrescenta alguma observação, todas as etapas e percalços de vários planos de emancipação das colônias americanas meridionais, desde o projeto apresentado a um ministro inglês, em 1790, pelo General Miranda, em cujo peito parece fora, senão primeiro concebido, aperfeiçoado este plano.²²

Miranda merece da *Review* várias páginas condensando sua história pessoal e seus contatos políticos, sua participação nos exércitos espanhol e francês, os percalços e frustrações de suas alianças sujeitas às variações da política européia e dos seus interesses na América. Destaco este trecho, particularmente interessante:

Depois de finda a Guerra Americana ele resignou a sua situação no serviço da Espanha e veio ter à Europa, com as vistas de estudar as instituições das nações mais iluminadas, e tirar delas instrução, para o bem do seu país natal. Para esse fim veio primeiro à Inglaterra, e partiu depois para a Prússia, Austria, Itália, Grécia e parte da Turquia. Dali foi à Rússia, onde se encontrou com o príncipe Potemkim em Cherson, e merecendo-lhe atenção foi por ele apresentado à imperatriz, em Kiow. Um natural da Espanha viajando em pro-

²⁰ C. B., v. I, p. 204-5.

²¹ Sob o título *Emancipação da América Espanhola*: II, p. 349-59, p. 467-74, p. 553-74.

²² C. B., v. II, p. 355.

cura de conhecimentos, e já por isso aperfeiçoado, pareceu à imperatriz um fenómeno. Convidou-o para ficar na Rússia, porque, disse ela, na Espanha o queimariam; a Espanha não era uma terra para ele viver. Quando Miranda lhe patenteou as vistas a que se tinha entregue a favor de seu país, manifestou ela o mais vivo interesse no cumprimento deste projeto e o assegurou de que, em caso de ser bem-sucedido, ela seria a primeira a apoiar a independência da América Meridional. Mandou uma carta circular aos seus embaixadores na Europa para que lhe dessem em toda a parte a sua imperial proteção e convidou-o a sacar sobre o seu tesouro para o seu sustento individual.²³

O artigo conta, também com riqueza de detalhes, os encontros de Miranda com comissários mexicanos, em Paris, que lhe solicitam a intermediação junto ao governo britânico para a entrega de um plano de independência daquele país, com oferta de vantagens à Inglaterra - e o pagamento de 30 milhões esterlinos - em troca de assistência e aliança. Outros momentos da luta do insurgente venezuelano, que durante 30 anos se ocupou da libertação do jugo espanhol, estão narrados no texto, que pode ser lido hoje como uma versão da história da América. Da mesma forma que outros como *História geográfica, natural e civil do Chile*, de d. Ignacio Molina, *Examen imparcial de las disensiones de la America con la España, de los medios de su recíproco interés, y de la utilidad de los aliados de la España*, por d. Alvaro Florez Estrada e *Jornal da Expedição do General Mina ao México*.²⁴

Hipólito explica que seria do interesse dos brasileiros lerem o que se pensa na Europa sobre seus vizinhos, justificando, assim, sua seleção, mas é

interessante ressaltar também que conhecia pessoalmente Miranda e, possivelmente, outros líderes hispano-americanos, tais como O'Higgins, Bolívar, San Martín, Marino, Alvear... ligados todos à maçonaria: na casa do venezuelano em Londres funcionava a loja *Gran Reunión Americana*, que representava as lojas das colônias espanholas e as *portuguesas do Brasil*.²⁵ Aliás, a maçonaria é tema de dois números do C. B., através da *Análise do folheto intitulado - Os pedreiros livres e iluminados, que mais propriamente se deveriam denominar os tenebrosos, de cujas seitas se tem formado a pestilencial irmandade, a que hoje se chama jacobinismo*, publicada, naturalmente, em Lisboa.²⁶ Respondendo às acusações, o jornalista mostra os preconceitos fundamentados no desconhecimento: sugere ao autor a leitura de várias obras, contra e a favor da sociedade.

É com prazer além do ordinário que tenho de anunciar ao mundo a primeira obra impressa no Brasil (já no Brasil se imprime!)²⁷ comemora o jornalista que havia publicado, na seção *Miscelânea*, o decreto do príncipe-regente criando a imprensa. O regozijo não o faz esquecer, porém, a defesa intransigente da liberdade e independência dos jornais e livros. Embora aprove a maioria das *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, de José da Silva Lisboa, critica o excesso de louvores às autoridades e o posicionamento do futuro Visconde de Cairu contra oposição ao governo: O es-

²³ C. B., v. II, p. 357.

²⁴ C. B., v. III, p. 276-98; *Examen imparcial...*: v. VII, p. 66-75 e 177-85. A expedição... começa no v. XXVII, p. 364-86 e continua em vários números seguintes, terminando em julho de 1822.

²⁵ RIZZINI, Carlos. Op. cit., p. 8-9.

²⁶ C. B., v. III, p. 141-9 e 269-76.

²⁷ C. B., v. II, p. 474. O decreto está no v. I, p. 517-8.

tar eu habituado a ver em Inglaterra discutir publicamente as medidas do governo e conhecer os bens que daí resultam à Nação, me faz receber de muito mau grado este princípio, que aqui se insinua, de extrema submissão às opiniões do governo,²⁸ diz, sem esconder a admiração pelo pluralismo britânico.

Outras duas obras do mesmo autor, *Observações sobre a prosperidade do Estado, pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil* e *Observações sobre a franqueza da Indústria e estabelecimento das fábricas no Brasil*,²⁹ também merecem do nosso redator acurada análise e acertadas críticas: o espírito áulico do visconde é demasiadamente aguçado.

Um rico material sobre Portugal em 1808 está contido em uma obra de título quilométrico, escrita por um oficial do exército inglês que participara da campanha contra os franceses. Chama-se *Tratado sobre a defesa de Portugal, com um mapa militar do País; a que se ajunta um esboço das maneiras e costumes dos habitantes, e acontecimentos notáveis nas campanhas de Lord Wellington em 1808 e 1809*.³⁰ Além das informações geográficas e militares, traça um retrato cultural dos portugueses, relatando fatos e descrevendo hábitos, observando o estágio de desenvolvimento das ciências, da pintura, da escultura, da gravura, da edição de livros, da medicina, das técnicas agrícolas... Hipólito aproveita a obra do inglês para dizer da importância e do interesse que ela pode ter para os naturais de um país onde a escravidão da imprensa impede aos nacionais o expor os vícios pátrios e procurar a sua emenda por meio da discussão pública, que é o meio mais natural e eficaz de se ilustrarem os homens uns aos outros.

Ainda no capítulo relato de viagens não escapou ao nosso jornalista a obra *Travels in the interior of Brazil*,³¹ de John Mawe, comerciante inglês que, gozando das benesses do governo no Brasil graças às recomendações do embaixador português em Londres, consegue o que era proibido aos *brazilienses e brasileiros* em geral: viajar pelo país, conhecê-lo e publicar suas observações. Mesmo a Província de Minas, mais resguardada devido ao ouro e diamantes, foi visitada, além das do Rio de Janeiro e São Paulo. A leitura dos extratos selecionados é muito atraente, dando uma boa síntese deste que foi, segundo o jornal, o primeiro panorama do nosso país e da nossa sociedade. Embora relatado pelo olhar estrangeiro, *sempre os naturais do país o devem ouvir e com tanta mais atenção quanto mais acerbas forem as acusações e críticas que ele fizer, porque este é o meio de emendar muitos males do Estado*.

Outro livro, *A voyage round the world, in the years 1800, 1801, 1802, 1803 and 1804*,³² de John Turnball, também foi selecionado por conter uma série de observações sobre o Brasil. O leitor hoje encontra nas páginas literárias do C. B. um farto material para análise histórico-política do país, além de bons elementos para completar informações sobre as mentalidades da época. Já os interessados em história econômica poderão se debruçar sobre as 400 páginas dos *Princípios de economia política aplicados à legislação do comércio*, de Simonde, transcritas de 1816 a 1820, com o declarado intuito de colaborar com a instru-

²⁸ C. B., v. II, p. 475.

²⁹ C. B., v. V, p. 604 e 614, respectivamente.

³⁰ C. B., v. VI, p. 134-49.

³¹ C. B., v. IX, p. 253-5 e 433-42.

³² C. B., v. XVI, p. 141-8 e 240-6.

ção dos governantes, pois esta obra é elementar e feita sobre os admiráveis princípios que o ilustre inglês Adam Smith estabeleceu primeiro, mas obscuramente, e o nosso autor desenvolveu e dispôs com clareza e método, destinando-a particularmente à França. Por isso, nos extratos que daremos, traduzidos neste jornal, atenderemos somente aos princípios de aplicação universal...³³

Para leitores interessados em Direito, há 200 páginas de extratos traduzidos e comentados do *Esprit, origine et progrès des institutions judiciaires des principaux pays de l'Europe*,³⁴ de autoria de J. D. Meyer, apresentado com o título de "Cavalheiro de três instituições científicas européias". Durante dois anos, o redator traduziu e compilou extratos dos vários volumes, apresentando-os com comentários e explicações como esta: *E porém o principal objeto do autor parece ser o explicar a máxima de Montesquieu, que a história deve elucidar as leis e estas a história, não entendendo por história a mera narração de fatos e determinação de datas, nem entendendo por leis o mero ofício de legista em saber e entender a determinação especial de cada édito; porém sim a filosofia da história e da legislação.*³⁵ E, fato inédito no jornal, a matéria foi abandonada: à última página em que aparece está, como de hábito, indicado *Continuar-se-á*, o que surpreendentemente não ocorre.

A literatura *tout court* não goza de privilégios nesta seção de *Literatura e Ciências*. São escassas as menções a obras literárias, assim como ensaios, ficção ou poesia. Em mais de 2.000 páginas, as resenhas específicas contam-se nos dedos de uma mão e não é difícil agrupá-las: *Exame crítico do novo poema épico, intitulado o gama;*

*Atala ou os amantes do deserto; Nova edição de Camões; e Brevíssima análise do poema intitulado geórgicas portuguesas.*³⁶ Os comentários ao *Gama* e à nova edição dos *Lusíadas* se caracterizam por servirem a conclusões políticas, enquanto a tradução da obra de Chateaubriand merece uma análise mais apurada e mesmo um posicionamento crítico que esclarece bastante a respeito das preferências do nosso jornalista. O primeiro parágrafo deste artigo contém a visão de literatura professada por Hipólito:

A imensidade de novelas que se tem publicado durante o século passado e neste, a insipidez, inutilidade e muitas vezes depravação destas publicações, tem feito caracterizar esta sorte de composições como uma leitura somente própria de espíritos frívolos, e como um emprego inútil, quando não seja de conseqüências funestas à moral do leitor. Não entram, porém, nesta classe as novelas fundadas em princípios da verdadeira moral, e tendentes a inspirar no leitor as máximas de prudência, e as regras de conduta que se incluem nas paridades, e emblemas que, divertindo o espírito, formam o entendimento e regem o coração. Tais são um *Telêmaco*, um *Feliz independente do mundo e da fortuna*, e tal é a *Atala*.

E o nosso jornalista prossegue, revelando seus parâmetros de formação moral: *A novela de que se trata é, por assim dizer, uma recompilação prática dos teoremas que o A. tem de-*

³³ C. B., v. XVI, p. 338.

³⁴ C. B., v. XXII, p. 591-609, parte inicial, que terá continuidade em vários outros números, até fevereiro de 1821, v. XXVI, p. 107-16.

³⁵ C. B., v. XXII, p. 592-3.

³⁶ As matérias citadas encontram-se, respectivamente: C. B., v. IX, p. 247-8; v. IX, p. 590-4; v. XIX, p. 262-3 e v. XXVI, p. 32-43 com continuação p. 394-411.

monstrado pela razão, e pelos fatos históricos; e pinta com justa energia os sentimentos que a religião inspira em uma alma virtuosa sem-afetação religiosa, sem fanatismo, e bem morigerada sem ser demasiado austera.³⁷ Após um extrato publicado para demonstrar a qualidade da tradução feita por *alguém que ocultou seu nome*, os comentários dão conta de alguns lapsos e exprimem as opiniões do resenhista sobre fidelidade e licenças dos tradutores em relação aos originais. Como se vê, quase dois séculos depois, os jornais brasileiros são fiéis ao modelo de resenha utilizado no C. B., embora reservando-lhe menos espaço...

Também a matéria sobre as *Geórgicas portuguesas* possibilita ao redator expressar sua verve irônica, quando, ao final da transcrição do misterioso *Artigo comunicado*, em que não aparecem nem o nome do autor nem o do seu comentador, Hipólito dá a senha. Identifica o autor como genro e colaborador do diretor dos *Anais portugueses* e o autor da análise como Sr. C. X., anulando seu fraco julgamento com esta conclusão peremptória:

*Escritores que assim decidem o mérito de uma obra sem autorizarem seu juízo com exemplos e que para nada dizerem empregam 24 páginas, nos confirmam quão acertado estava Boileau, quando escreveu: Fuyez de ces auteurs à l'abondance sterile.*³⁸

Mas ele também cometeu seus versos e dois poemas, considerados de sua autoria por Mecenas Dourado, estão publicados sem menção do autor na seção. São *Ode* e uma paráfrase da *Ode de Horácio Jam satis terris...*,³⁹ e em ambos se nota uma adequação às exigências formais do gênero e da época. O leitor contemporâneo, porém, tem dificuldade em aceitar o Hipólito

poeta: diferentemente de sua prosa, seus versos morrem com o estilo da época.

Uma inovação utilizada em *Literatura e Ciências* a partir de junho de 1811 se torna característica da seção e também até hoje está presente nos suplementos culturais de inúmeros periódicos nacionais e mesmo estrangeiros. Trata-se de informes sobre as últimas obras publicadas, separados em espaços reservados à Inglaterra e Portugal sistematicamente, ao Brasil em alguns exemplares, à França em outros. Tal diagramação permite ao leitor atento comparar a produção editorial nos dois primeiros países, tanto em quantidade quanto em diversidade de gêneros. Mesmo sem uma estatística rigorosa é possível assegurar a enorme superioridade da Inglaterra em todos os domínios. Poder-se-ia argumentar que é dali que o jornalista escreve, mas isto não seria suficiente para justificar as desvantagens portuguesas.

A citação resumida de alguns informes contidos no número,⁴⁰ escolhido aleatoriamente, dá uma amostra da edição num e noutro país. Da Grã-Bretanha: *Rickman on english architecture*, tentativa para discriminar os estilos da arquitetura inglesa, desde a conquista até a Reforma; *Accum's chemical amusement*, divertimentos químicos, compreendendo uma série de experiências curiosas e instrutivas; *Hawkins' Enquiry*, inquirição sobre a natureza e história da poesia grega e latina; *Taylor's anecdotes of insects*, anedotas de insetos notáveis, escolhidas da história natural e misturadas com poesia; *Booth's greek lexicon*, léxico das pala-

³⁷ C. B., v. IX, p. 590-1.

³⁸ C. B., v. XXVI, p. 411.

³⁹ DOURADO, Mecenas. Op. cit., p. 598. Os poemas estão em: C. B., v. XIII, p. 165-6 e v. XI, p. 55-6.

⁴⁰ C. B., v. XIX, p. 254 e seguintes.

uras primitivas da língua grega, para uso das escolas e pessoas particulares; *Nichola's voyage to New Zealand*, narrativa de uma viagem àquele país, com a descrição do interior, com várias estampas e um mapa da ilha; *An essay on capacity and genius*, ensaio sobre a capacidade e o gênio, para provar que não há superioridade mental original nem gênio inato.

De Portugal constam: *Vida cristã*, para exercício de leitura corrente nas escolas militares; *Gênio do cristianismo ou beleza da religião cristã*, obra do conde de Chateaubriand, traduzida por D. B. A. C.; *Invasão da Rússia, e destroço do exército francês*, na memorável campanha de 1812; *Oração fúnebre*, pregada nas exéquias de S. M. fidelíssima, no Real Convento do Coração de Jesus da Estrela; *Opúsculo canônico, moral e apologético*, no qual se defende a doutrina de Bento XIV; *História divertida e instrutiva dos sete sábios da Grécia*, a qual contém sentenças filosóficas, ditos galantes e outros artigos para divertimento e instrução; *D. Sebastião em África*, tragédia, por Manuel Caetano Pimenta de Aguiar; *Divertimento instrutivo*, ou coleção de novelas, histórias, contos morais, anedotas, ditos filosóficos, contos para rir, com galantes estampas; *Os dois irmãos inimigos*, tragédia; *Observações sobre as afecções catarrais em geral, e particularmente sobre os De-fluxos do cérebro e do peito*.

As diferenças qualitativas ou quantitativas não surpreendem tanto se nos reportamos às primeiras observações de Hipólito sobre a produção editorial, a liberdade de imprensa, a censura e o poder eclesiástico na nação portuguesa. Pelo contrário, as constatações do leitor só corroboram as críticas feitas.

Na seção também aparecem outras subdivisões, chamadas de *Notícias Literárias* e de *Notícias Científicas*. Transcrevo duas das primeiras, selecionadas propositalmente entre as poucas referentes à literatura ou vida literária:

*O manuscrito da Nova Heloisa, na letra de Rousseau, em quatro volumes de oito volumes e que pertencia a Madame de Houde-lot, que falecera há pouco, se ofereceu à venda em Paris, no dia 4 de junho, por 8.000 francos. Não havendo, porém, quem chegasse a este preço, não quiseram os testamentários que se vendesse.*⁴¹

A segunda:

*Acha-se também na imprensa a obra de Madame de Stäel, que foi proibida em Alemanha. Esta interessante obra, cuja misteriosa proibição tem há tanto tempo excitado a curiosidade da Europa, é o resultado das observações de Madame de Stäel sobre as maneiras, sociedade, literatura e filosofia dos alemães. Chegou-se a imprimir em Paris uma edição desta obra, de 10.000 cópias, no ano de 1810, e ainda que no decurso da impressão se submeteu à censura de uma espécie de polícia literária, repentinamente houve ordem de suprimir toda a edição. Escapou, porém, um exemplar, do qual se vai fazer a presente edição, e conterà todas as passagens que foram riscadas pelos censores de Bonaparte, e um prefácio em que se refere à história desta célebre perseguição literária.*⁴²

Já as novidades científicas e tecnológicas são muitas e ora aparecem

⁴¹ C. B., v. XI, p. 53-4.

⁴² *Ibidem*, p. 557-8.

sob a rubrica *Novas Descobertas*, em notícias breves, ora em artigos mais extensos que desenvolvem temas como: teoria dos ventos; observações lunares; tingimento de tecidos; águas medicinais; veneno do arsênico; novo método de produzir gelo; gordura animal; luz de mechas combustíveis; partes constituintes do arroz; decomposição do azoto; geografia das plantas, de Humboldt; geografia dos insetos; ácido carbônico; epilepsia; sementes de plantas; fábrica de papel; refração dos cristais; regas e modos de aguar os prados; uso de novos arados; impressão de estampas; método de fundar os alicerces para cais e arcos de pontes e muitos outros que mereceram a atenção do pragmático jornalista, para quem o saber interessava principalmente por suas possibilidades de aplicação que conduziriam certamente ao progresso. É bom não esquecer de seus estudos filosóficos, isto é, científicos, e que outra mentalidade predomina nesta nova geração de intelectuais brasileiros.

E, apenas para o deleite do pesquisador que assume o reconhecimento dos seus objetos de desejo no trabalho intelectual, fica o registro de algumas das inúmeras viagens proporcionadas pelas publicações. Há o *Eustac's tour through Italy*; o *Kinner's memoirs of Persia*; a viagem ao redor do globo nos anos de 1803 a 1806 nos dois volumes de *Krusntern's russian voyage*; o *Lamotte's tour in norway and sweden*; a viagem de Copenhagen ao Brasil, Mar Pacífico, Kamschatka e Japão no *Langsdorff's voyages and travels*, as viagens na Morea, Albânia e outras partes do Império Otomano, passando pela Grécia e Egito em *Ponqueville's travels in the Morea*; o

Thom's pedestrianism ou narração dos feitos de célebres pedestres e retrato de corpo inteiro do capitão Barclay, no seu vestido de caminhar; as viagens à Índia, à China, ao Ceilão e a Java; os primeiros guias para conhecer Paris; a pioneira viagem de Lichtenstein ao sul da África e ainda um *Epicure's almanack* ou calendário de boa-vida.

A leitura da seção avança, ano após ano, sem perder a atração que exerce sobre o leitor contemporâneo interessado em acordar o passado. Ora se destaca a matéria *As províncias de La Plata erigidas em monarquia*, considerações políticas apresentadas em Aix-la-Chapelle por um ministro português, como a solução para os graves conflitos entre as cortes de Madrid, Rio de Janeiro e o governo de Buenos Aires, escolhendo-se como rei do novo país o infante d. Sebastião de Bourbon e Bragança.⁴³ Ora é o barão Alexandre Humboldt quem reaparece nas notícias literárias, na transcrição de uma carta do rei da Prússia, Frederico Guilherme, garantindo-lhe 12.000 dólares anuais em ouro, do princípio ao fim de seu novo empreendimento - a sua viagem filosófica à Índia - além de outros benefícios como o empréstimo de instrumentos matemáticos e físicos. Tudo isso em reconhecimento ao mérito dos trabalhos prestados à sua pátria.⁴⁴

Em agosto de 1822, quando se acirram as diferenças entre Lisboa e Rio de Janeiro sobre o estatuto político do Brasil, Hipólito transcreve e discute acerbamente um documento⁴⁵ publicado em Paris, por uma sociedade de

⁴³ C. B., v. XXIV, p. 156-66.

⁴⁴ C. B., v. XXI, p. 525-6.

⁴⁵ C. B., v. XXIX, p. 237-57.

portugueses aí residentes. Sua indignação ante os argumentos dos *portugueseiros* é enorme, alertando para os perigos de uma separação forçada do Brasil, aviltado ante o retorno à condição de simples colônia. O parágrafo final é retumbante: *...muito lastimamos que não haja quem a tempo desmascarare homens tão perversos (como os atuais inimigos do Brasil) que só têm em vista o sórdido interesse e em quem a sede de mandar (com mão despótica e arbitraria o Brasil) se cobre com a máscara de patriotismo, para assim iludir e perder os seus compatriotas que a ignorância (do que é o Brasil) cega, e a vaidade (de chamar colônia sua uma nação poderosa) alucina (ao ponto de provocar a separação do Brasil, que traz consigo o total abatimento de Portugal, e talvez a sua anilação da lista das potências).*

Na seção *Literatura e Ciências* não transparece nenhuma indicação de que o jornal deixará de ser publicado. É na página final de *Miscelânea*, no derradeiro número 175, de dezembro de 1822, que se encontra o Anúncio aos Leitores do *Correio Braziliense*, última mensagem do redator. Nela é dada por cumprida a missão:

Este periódico, destinado sempre a tratar como objeto primário dos negócios relativos ao Brasil, tem há alguns meses sido quase exclusivamente ocupado com os sucessos daquele país ou com os de Portugal que lhe diziam respeito e os acontecimentos últimos do Brasil fazem desnecessário ao redator o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquele país, quando a liberdade de imprensa nele, e as muitas gazetas que se publicam nas suas principais cidades, es-

*cusam este trabalho d'antes tão necessário.*⁴⁶

Mas Hipólito parecia não pretender encerrar definitivamente a publicação e sim eximir-se do compromisso de edição mensal, ameaçado também pela irregularidade de transporte pelos navios. Se e quando se oferecesse matéria sobre que julgemos dever dar a nossa opinião a bem da nossa pátria, além de ocasião oportuna para fazer as remessas, ele imprimiria seu periódico. Não teve, porém, ocasião de fazê-lo. Talvez porque já houvesse escolhido nova tarefa: a de batalhar pelo reconhecimento, pelas potências européias, das novas nações do Novo Mundo. Talvez porque aguardasse a sua nomeação oficial como Cônsul Geral do Império Brasileiro na Inglaterra, enquanto desempenhava algumas funções auxiliares na representação brasileira. A promessa seria cumprida, mas já tarde demais. A distância e a demora nas comunicações fez com que o único desígnio infalível ocorresse antes: o jornalista morre a 11 de setembro de 1823 *de breve moléstia*, segundo Rizzini, nove dias antes da assinatura do decreto imperial.

Este passeio pelas páginas do *Correio Braziliense*, através das passagens da *Literatura e Ciências*, termina aqui. O diálogo travado com o passado mostrou, mais que tudo, *sua presença no presente e o presente que já está lá, prefigurado no passado.*⁴⁷ Algumas das reminiscências que relampejaram ao longo do caminho estão aqui fixadas, principalmente nas citações, pois *citar os mortos, como citar um texto, é uma forma de trazer o pas-*

⁴⁶ C. B., v. XXIX, p. 635.

⁴⁷ GAGNEBIN, J. M. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, W. Op. cit., p. 15.

Artigos & Ensaaios

sado para o presente, de infundir uma vida nova aos objetos citados, retirando-os de seu contexto.⁴⁸

Mas tal como ao anjo de Klee, é em direção ao futuro que a tempesta

de impele, e o caminho são as páginas de outros suplementos literários dos muitos jornais brasileiros criados na esteira do *Armazém Literário* de Hipólito da Costa.

Referência das imagens

Imagens das páginas 9, 10, 11 foram reproduzidas de: RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 84, 268 e 276.

⁴⁸ ROUANET, S. P. As passagens de Paris. In: *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 46.

Poder Político e Educação em Moçambique: entre a tradição e a modernidade *

José de Sousa Miguel Lopes

Ex-Diretor Nacional de Formação
de Quadros da Educação no Ministério de Educação de Moçambique
Mestre em Educação pela UFMG

Introdução

Com a independência nacional ocorrida em 25 de junho de 1975, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) pôs em marcha um discurso que estava em sintonia com as aspirações do povo moçambicano. A enorme adesão ao seu projeto, permitiu à Frelimo conceber e levar a interiorizar a um significativo contingente de moçambicanos, que todos os sonhos eram possíveis, que o *paraíso está à porta*. As concepções centrais da Frelimo sobre a evolução futura, era de que com a independência terminava a fase da Revolução Democrática Nacional e começava a da Revolução Democrática Popular. Este salto qualitativo representava, no entender da Frente, a passagem da prioridade à luta pela independência no quadro de uma ampla aliança de forças nacionalistas, para a prioridade à luta pela implementação a nível nacional e como opção política fundamental, do Poder Popular.¹ A nova situação radicalizaria a luta de classes e conduziria à saída daquela aliança dos grupos sociais que tendencialmente seriam prejudicados por uma forma de organização social que se queria quase diametralmente oposta aquela até então vigente.

A questão da designada sociedade tradicional é uma das mais contro-

vérsias para quem se proponha estudar suas características e sobretudo para quem queira entender o modo como se processou o *diálogo* entre a Frelimo e esse mundo que ela própria considerava como parado no tempo, cristalizado, do qual muito pouco havia para recolher. Muito provavelmente, a origem das controvérsias, e que levaram a Frelimo desde os tempos da luta armada até os dias de hoje, a apresentar um discurso que transitava, ora pela ambigüidade, ora pela contradição, possa residir num desconhecimento da importância das simbologias, códigos e valores presentes nessa sociedade.

Em Moçambique, o homem e a mulher modernos são vistos como caracterizando-se por um estilo de vida tão próximo quanto possível do ocidental de hoje. O homem e a mulher modernos têm pudor de exprimir-se na sua língua materna, quando esta não seja portuguesa; praticam a religião cristã ou islâmica e não as religiões tradicionais baseadas essencialmente no culto dos antepassados ou cultivam simplesmente o *ateísmo científico*; estão corrente das principais tendências

* Texto elaborado com algumas modificações, a partir da dissertação de mestrado do autor intitulada *Formação de professores primários e identidade nacional em Moçambique*. Belo Horizonte: CME/FAE/UFMG, 1995. 331p.

¹ Ver Frelimo, 1977. p. 56.

internacionais no que concerne à moda, à música pop ou ao reggae, às longas-metragens etc. (Manhiça; Afonso, 1983, p. 13). Se achamos legítimo que qualquer sociedade aspire à modernidade, importa destacar que a verdadeira modernidade é a que reconhece e valoriza os aspectos positivos da tradição. A tradição deve ser vista como *um corpo orgânico que evolui: suficientemente estável para manter os elementos fundamentais que a caracterizam, mas suficientemente dinâmica e flexível para ajustar-se às necessidades de cada época. Uma tradição incapaz de adaptar-se às novas situações está "condenada a morrer"* (Idem, p. 15).

Existem, sem dúvida alguma, mentalidades coletivas, padrões repetitivos de comportamento social, valores de orientação aceitos por toda a comunidade, lendas e mitos compartilhados por povos inteiros e até ilusões que perduram ao longo dos séculos no seio da mesma nação, mas todos esses elementos são de caráter histórico, ou seja, passageiro (quando não efêmero), podendo ser desalojados de forma inesperadamente rápida por outros parâmetros normativos e outras tradições que logo passam a ser percebidas como pilares centrais do acervo nacional.

No caso moçambicano, a Frelimo manteve sempre uma *guerra declarada às concepções e comportamentos da tradição*. Mas o que isso significa? Se em alguns aspectos da tradição se torna óbvia a *declaração de guerra* como sejam a luta contra o racismo, a opressão da mulher, já não nos parece tão evidente partir para *combates* para os quais não existe tanta clareza na *definição do inimigo e nos meios para combatê-lo*, para empregarmos uma terminologia militar tão em voga em períodos revolucionários. Tenha-se em

conta a complexidade de questões relativas às comunidades étnicas, com os seus códigos, a sua simbologia, os seus valores, que abrangem diferentes dimensões muitas vezes contraditórias na sua dinâmica de desenvolvimento. Os ajustes entre a tradição e a modernidade vão ocorrer no nível da organização social, sendo o ensino o seu veículo por excelência. O simbolismo vai fazer emergir elementos de unidade mas também de diversidade numa tensão entre práticas que têm como objetivo a unidade nacional e as práticas que buscam, no passado, a identificação. Neste trabalho, veremos como os posicionamentos da Frelimo face ao universo da sociedade tradicional refletiram-se no campo educacional. Podemos então indagar, como através da formação de professores primários, se vão enfrentar tradições imemorais, que se tornaram condenáveis à luz dos princípios éticos que informavam a nova ordem político-social, implantada após a independência.

O debate em torno da tradição

A expressão cultura tradicional se tem prestado a inúmeros debates no universo africano. A expressão, por vezes designa uma visão estática congelada no tempo, uma visão de cultura que se teria expandido durante o período pré-colonial, isto é, uma cultura que se podia qualificar como pura ou indígena dado que ainda não havia sido alterada por força das invasões e colonizações árabe e europeia. É nesta linha de pensamento que se posicionam Israel Katok (1986), Basile Kossou (1986) e Kiflé Béseat (1986). Outros autores, como Honorat Aguessy (1986) têm concepções mais dinâmicas sobre o que representa a expressão cultura tradicional, pois para eles

a tradição cultural africana não é fechada, não parou, quando se iniciou a colonização, mas inclui também a vida cultural colonial e pós-colonial.

Falar de comunidade cultural, remete-nos à complexidade inerente ao conceito de cultura. Kiflé Béseat afirma que A. L. Kroeber e C. Kluckhohn analisaram cento e sessenta definições de cultura em língua inglesa que classificaram em seis grupos: genéticas, históricas, estruturais, psicológicas, descritivas e normativas, sem terem conseguido descortinar uma única que registre unanimidade dos antropólogos, sociólogos e outros especialistas de problemas da cultura (Béseat, 1986, p. 34).

No entanto, neste nosso trabalho o conceito de cultura que perfilhamos é o seguido por George Hagan, segundo o qual a cultura é *o modo pelo qual um povo dá a conhecer a sua identidade no curso permanente da sua vida social, pela expressão do seu pensamento e mais ainda, pela utilização que faz dos recursos humanos e materiais de seu meio no esforço para satisfazer a necessidade sempre crescente de uma vida melhor* (Hagan, 1986, p. 74).

Vejamos, no entanto, com mais detalhe, como esses autores defendem seus pontos de vista. Em relação à cultura tradicional, Katoke defende uma posição mais estática, após considerar o que pode ser englobado na cultura tradicional em sua totalidade, ou seja: personagens reais ou lendários, que criaram ou guiaram essa sociedade; acontecimentos tais como: inundações, fome, guerras etc.; os poemas tradicionais ou antigos, as canções populares, os provérbios, enigmas, contos, lendas, mitos, práticas mágicas ou religiosas, assim como a vida quotidiana, a arte, os jogos e os esportes, a música. A cultura tradicional vista segundo este prisma, pode segundo Katoke,

exercer uma influência positiva sobre a cultura africana moderna e contemporânea, pois estes produtos de influências externas, árabe-europeias e outras acabaram engendrando um africano novo separado em grande medida de seu meio e de suas tradições. Essa influência positiva tanto em relação ao presente quanto em relação ao futuro da África cobriria um variado leque de domínios nomeadamente: *educação, história e consciência histórica, ciência e tecnologia, política e ideologia, filosofia e religião, arte militar, defesa e patriotismo, informação (mídia), arte, línguas, literatura e tempos livres* (Katoke, 1986, p. 98). Na mesma linha, Kossou enfatiza que as culturas tradicionais não foram extintas pela colonização. *Elas ficaram em reserva para o futuro da África*. Então, o desafio que agora se coloca é o de limpá-las do verniz colonial - consciência histórica - insuflá-lhes de novo a vida situando as suas insuficiências e procurando corrigi-las - consciência crítica - face a um projeto futuro no qual todos os africanos ou pelo menos a grande maioria se possam reconhecer - consciência de identidade - (Kossou, 1986, p. 126).

Mbunda, por exemplo, acredita que a descrição muitas vezes pejorativa das práticas religiosas dos africanos como *animismo, totemismo, feiticismo*, não passa de um estratagema tendente a esvaziá-los dos seus valores e do seu orgulho e a deixá-los à mercê dos desígnios hegemônicos do ocidente (Mbunda, 1983, p. 11).

Uma concepção mais dialética em relação à cultura tradicional é a defendida por outros autores como Honorat Aguessy e Kiflé Béseat. De acordo com Aguessy, é fictícia e ideológica a oposição que alguns pretendem fazer, colocando em confronto a

cultura tradicional e a cultura moderna. Não faz sentido interpor um vazio entre o tradicional e o moderno como se estivéssemos colocando em oposição um *tempo bloqueado* e um *tempo fluindo ininterruptamente*. Para que a cultura tradicional não tivesse impacto sobre o futuro da África contemporânea, Aguessy, com aguda perspicácia destaca que: *Seria necessário que um "modelo" polarizasse e imprimisse um ritmo a todas as culturas. Ora não há "modelo", o conjunto dos sistemas simbólicos que representam a cultura está aberto e não fechado* (Aguessy, 1986, p. 30). Na mesma linha de pensamento, coloca-se Kiflé Béseat para quem o adjetivo tradicional na expressão na *civilização africana tradicional* deveria ser definitivamente banido, porque ele é portador de contra-senso nocivo. E acrescenta que alguns ignoram ou procuram ignorar que a cultura tradicional africana não é fechada que ela não parou, quando se iniciou a colonização, mas inclui também a vida cultural colonial e pós-colonial. *A África dita moderna é tão "tradicional" como a África pré-colonial, no único sentido aceitável da palavra "tradicional", no sentido em que a tradição não exclui mas, pelo contrário, implica necessariamente um sistema de descontinuidades* (Béseat, 1986, p. 34).

Para Rognon, a designação da sociedade tradicional em sentido pejorativo é um mito (ocidental) forjado para ocultar, em termos ideológicos, interesses de dominação (Rognon, 1991, p. 17-54). Essas sociedades sempre foram definidas como despossuídas de história, fixadas no tempo, com sistemas de valores tecnológicos e materiais rudimentares, desprovidas de Estado e de escrita, portanto pouco reflexivas sobre si mesmas, em termos críticos (Ibidem, p. 27). Como resulta-

do desta mitologia e deste manancial de preconceitos, não foi difícil fazer aceitar como natural a exclusão do debate dos próprios interessados, que são reduzidos ao silêncio (Idem, p. 28).

Rognon considera não ser suficiente reconhecer hoje que essas sociedades, como todo grupo humano, têm história, porque *toda a sociedade é adulta, mesmo que, como diz Lévi-Strauss, algumas não tenham deixado por escrito os fatos de sua infância e adolescência* (Ibidem, p. 20), e que sua diferença face às sociedades modernas industrializadas é apenas de *nível de vida* (Idem, p. 11). Deve-se evitar cair no mito oposto da *pureza primitiva e do paraíso perdido*, de Pierre Clastres, para quem *a primitividade não é (...) a infância da humanidade, como dizem os evolucionistas e com eles os marxistas, mas a recusa consciente da divisão social, das desigualdades e do Estado* (Apud Rognon, 1991, p. 14). *Uma vez que o poder é em essência coerção, (...) essas sociedades pressentiram muito cedo que a transferência do poder detém para o grupo risco mortal* (Clastres, apud Mazula, 1993, p. 169).

A aproximação ao passado pode ser feita por vários caminhos ou com os mais variados objetivos. Neidson Rodrigues, apoiando-se em Isaiah Berlin, aponta-nos alguns desses caminhos e as razões pelas quais o homem recorre ao passado histórico:

- em primeiro lugar, há um forte desejo de exaltar os feitos da tribo, da nação, da raça, da igreja, da classe, do partido, porque se acredita que só aos antepassados foram revelados os verdadeiros objetivos da vida, do certo e do errado e sobre o modo como se deve viver. Articulado com isso, ocorre um sentimento de valor coletivo, a necessidade de conhecer-se e de transmitir aos outros o tipo de sociedade tal

como ela hoje se configura e configurou o conjunto das relações através das quais se realizou o gênio coletivo;

- há também a busca de uma ética no passado, porque se acredita, que ele pode fornecer exemplos genuínos de virtude e vício e o que se deve incorporar ou rejeitar;

- procura-se igualmente um padrão na história, a construção paulatina de um plano que sirva aos objetivos universais;

- para outros, a busca ao passado visa apenas satisfazer uma enorme curiosidade, tomando à aquisição do conhecimento um valor intrínseco, desvinculado do presente ou do futuro;

- e há aqueles que procuram conhecer como a geração atual chegou ao que é hoje, quem foram os antepassados, que realizações produziram, que lutas travaram, para que ajudem a entender e a encontrar no presente, evidências que possam sinalizar a realização de ações que de algum modo estão sendo construídas (Rodrigues, 1993, p. 70).

A Frelimo e a construção da modernidade

Com a independência nacional, a Frelimo vê-se confrontada com a complexa tarefa de reconstruir o tecido social moçambicano e em particular a área econômica que tinha sido sabotada e levada ao caos em função da retirada maciça das forças portuguesas e das companhias estrangeiras. A herança recebida pelo novo poder, revela-nos uma sociedade fortemente carregada de divisionismos étnicos, contradições raciais, situação generalizada de opressão da mulher e onde a taxa de analfabetismo era superior a 93%. Neste contexto, com a experiência adquirida durante a luta armada, mas agora como poder de Estado, o discurso da Frelimo apresenta-se como

uma meta-narrativa, na qual está incorporada não apenas a vontade de realizar profundas transformações sociais, mas a certeza de levá-las a cabo.

Mas qual a natureza deste Estado que emerge num país africano, que pretende inserir-se na modernidade, num processo de luta contra as forças do capitalismo há muito instaladas em Moçambique? Os primeiros documentos oficiais emanados na data da independência incorporam o desejo do novo poder em criar a unidade da nação moçambicana. A Constituição da República refere que: A República Popular de Moçambique tem como objetivos fundamentais (...) a defesa e a consolidação da independência e da unidade nacional (art. 4º) (In: Reis; Muiuane, 1975, p. 533-4). É contudo no artigo 15º da Constituição, onde se expressa de forma mais explícita, o desejo de criar a identidade nacional moçambicana:²

A República Popular de Moçambique realiza um combate enérgico contra o analfabetismo e obscurantismo "e promove o desenvolvimento da cultura e personalidades nacionais". O Estado age para promover internacionalmente "o conhecimento da cultura moçambicana" e para fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas revolucionárias dos outros povos (Idem, p. 536, os grifos são meus).

A nação iria ser tomada como uma referência ideológica através da

² Igualmente no primeiro dia da independência, novos apelos são feitos a favor do reforço na unidade nacional. Em dois discursos, um na tomada de posse como Presidente da República, e outro na tomada de posse do primeiro governo da República Popular de Moçambique, o líder moçambicano Samora Machel conchama ao combate ao divisionismo e à necessidade da unidade (Ver Reis; Muiuane, p. 509 e 527 respectivamente). A identidade nacional encontra-se também expressa nos símbolos (recém-criados) da Nação: a bandeira, o emblema e o hino - art. 67 e 68 da Constituição (Idem, p. 545-6).

qual se pretendia legitimar o Estado,³ garantindo maior eficácia à sua atuação.

A nação, em sentido cultural, projeta-se como uma comunidade que compartilha não apenas um território e uma vontade de alcançar determinados objetivos mas também e, sobretudo, um conjunto de hábitos e de tradições específicas, de história e de mitos,⁴ um conjunto, enfim, de experiências coletivas que antecedem e condicionam a atuação e o pensar dos indivíduos, ao mesmo tempo que lhes impõem determinados deveres. A formação do Estado-Nação é tanto mais realizável quanto maiores os recursos de natureza cultural a que possa recorrer para efeitos de legitimação, integração e mobilização das populações.

O Estado moçambicano nascente vai procurar inspirar-se na experiência guerrilheira nas *zonas libertadas*. Foi nessas zonas, como vimos anteriormente, que tiveram lugar as primeiras formas de exercício do Poder das classes trabalhadoras. Segundo a Frelimo, o Estado popular não se encontrava distanciado do povo, nem se impunha a ele; pelo contrário, ia de encontro às suas necessidades imediatas e aos seus anseios mais profundos de liberdade.

Após a vitória, a tarefa imediata que se colocou ao novo poder foi a de estender a todo o país as estruturas do poder popular existentes nas *zonas libertadas*.

A Frelimo entendeu que para levar a bom termo tais propostas, seria necessário, entre outras ações, dar uma nova estruturação aos mecanismos de poder, de maneira que rapidamente o seu projeto se estendesse a toda sociedade. Assim, a ação dos grupos dinamizadores, criados antes da independência, passaram a ter uma nova di-

nâmica. Seus membros eram escolhidos em reuniões públicas nos locais de residência e de trabalho e passaram a deter o poder durante muito tempo. Embora ligados à Frelimo, pois todos eles incorporavam membros da organização, em períodos de maior convulsão social, chegaram a dispor de uma autonomia considerável. Eles eram obrigados a resolver todos os problemas que lhes eram apresentados pela população. No campo ideológico, sua tarefa era promover a consciência de classe dos trabalhadores e estimular o desenvolvimento de manifestações culturais (a dança, o canto, o teatro, a poesia etc.).

A estratégia socialista criou descontentamento nos empresários privados, que viam nela uma barreira para as suas ambições. Alguns deles, procuraram outras opções no setor público, para se beneficiarem dos recursos sociais, fazendo carreira nas empresas estatais, cooperativas, aparelho de estado e partido. Ser diretor de uma empresa estatal viria a ser uma boa alternativa em substituição da atividade empresarial privada.

A transformação da Frelimo de uma frente ampla, num partido de elite marxista-leninista, foi também uma tentativa de, à escala de todo o país, evitar que se repetissem as contradições do tempo da luta armada. Pensava-se que, ao formar um partido de vanguarda, se realizava uma *limpeza*

³ Gramsci analisou a unificação da Itália, em particular como o novo Estado-Nação resultou de uma revolução passiva, em que a massa camponesa deu o mais passivo consentimento à nova ordem política. Ao analisar a natureza do Estado, afirma que ele se constitui, de força mais consentimento, isto é, hegemonia armada de coerção. Assim, a sociedade política organizaria a força, enquanto a sociedade civil asseguraria o consentimento.

⁴ Entendemos mito como a explicação da natureza, da sociedade e da origem, feita através de narrativas, lendas e fábulas.

da frente de libertação. Essa limpeza permitiria que a Frelimo passasse a ter uma unidade ideológica que era necessária para que fosse capaz de gerir o desenvolvimento. Uma das condições que se exigiam aos membros do partido era a de que ninguém podia ser empresário ou ter empregados.⁵ Deste modo, as contradições entre as duas linhas, do tempo da guerra colonial, foram incorporadas no sistema, dado que também a linha não-revolucionária marcou fortemente sua presença no partido, mesmo após a independência.⁶

No primeiro ano de independência, o novo Estado, no cumprimento de uma das suas funções básicas,⁷ tomou medidas de grande impacto na sociedade moçambicana. Entre elas se destacam a nacionalização da terra, dos imóveis para aluguel, da saúde, educação e advocacia. Tratou-se de uma nacionalização efetuada em um só golpe. Adam Przeworsky é de opinião que os capitalistas cujos meios de produção estão por enquanto a salvo da socialização, não investirão se temerem que esse momento chegará também para eles (Przeworsky, 1991, p. 63). Daí que, no entender de Oskar Lange um governo socialista realmente empenhado em implantar o socialismo tem de decidir empreender seu programa de socialização em um só golpe ou então desistir dele por completo (Lange, apud Przeworsky, ibidem).

Qual o real significado destas medidas?

A liquidação da propriedade privada da terra foi o primeiro passo considerado fundamental na transformação das relações de produção. Esta medida visava impedir que se continuasse a fazer da posse da terra uma fonte de exploração dos recursos materiais. Pretendia-se também eliminar

a possibilidade de especulação sobre os terrenos de construção. A posse da terra pelo Estado, permitiria criar condições para a organização e desenvolvimento de empresas estatais, cooperativas agropecuárias e fazendas coletivas. Ela se constituiria na arrancada do grande processo de socialização do campo.

A nacionalização dos hospitais e clínicas privadas e a proibição do exercício da medicina privada, fizeram cessar a exploração dos serviços de saúde que estavam colocados ao serviço de uma minoria. Na realidade, o povo praticamente não tinha acesso nem aos hospitais e muito menos a consultas de médicos particulares. Procuraram-se utilizar os quadros de saúde de acordo com as necessidades. As camadas mais desfavorecidas passaram a beneficiar-

⁵ Em 1982, o partido contava com 110 mil membros, dos quais 53,5% eram camponeses, 18,9% operários e 27% funcionários (provenientes das Organizações Democráticas de Massas, da administração estatal e das Forças de Defesa e Segurança). É aqui visível o contraste entre a composição social da Frente, quando a imensa maioria pertencia ao campesinato pobre e alguns, em número diminuto, ao operariado e ao funcionalismo público (Gómez, 1993, p. 190).

⁶ Mais tarde, esta contradição veio a dificultar a implementação de decisões políticas que não eram de interesse dos funcionários estatais. Veja-se, por exemplo, o caso das modificações políticas e econômicas que a Frelimo decidiu em 1982/83, nunca terem sido levadas à prática. Nunca se veio a verificar uma transferência de recursos das empresas agrícolas estatais para ações que favorecessem as famílias camponesas.

⁷ No entender de Francisco Weffort, são as seguintes as funções básicas do Estado: *recolher impostos que lhe assegurem o sustento; garantir a segurança das indivíduos; garantir a moeda (e os contratos); promover a coesão da sociedade* (Weffort, 1991, p. 27). No entendimento de Michael Mann, no mundo moderno os Estados prestam cinco serviços de utilidade variável: são capazes de desencadear guerras massivas; fornecem infra-estruturas de comunicação tanto ao militarismo quanto ao capitalismo; tornaram-se sede da democracia política; garantem os direitos civis mesmo na esfera privada; inventaram a planificação macroeconômica. As cinco funções interligadas acompanharam o despertar da sociedade civil moderna. No século XX, eles incorporaram imensos poderes ao Estado-Nação soberano (Mann, 1995, p. 68).

se da assistência dos serviços de saúde. Desencadearam-se grandes campanhas de mobilização e organização popular para que fossem assumidas medidas de higiene e prevenção contra a doença e numa tentativa de melhorar as condições de saúde da população.

A nacionalização dos imóveis para aluguel possibilitou que uma parcela do povo habitasse as casas que ele próprio tinha construído, inserindo-se agora nas cidades que sempre tinham sido pertença do colonialismo. As nacionalizações no setor da educação criaram as bases para a democratização do ensino que se pretendia realizar.

Do que dissemos, o que parece ter-se configurado foi que o conteúdo da estratégia política e econômica utilizada pela Frelimo para realizar a sua perspectiva de sociedade, acabou não se concretizando. Entre os vários fracassos, nos parece ser de extrema importância aquele que ocorreu na política agrária, acabando por desafiar e reforçar as estruturas locais de poder que por diferentes razões, não se identificavam com a visão de modernização e transformação socialista das zonas rurais (Abrahamsson; Nilsson, 1994, p. 279). Cahen vai mais longe, quando afirma que *o principal erro da Frelimo consistiu em fazer... o contrário do que havia proclamado*. Segundo ele, a agricultura, elemento definido pela Frelimo como a base do desenvolvimento, *não beneficiou de uma prioridade nos investimentos (24,5% dos investimentos do Estado de 1978 a 1984 para 90% da população do país). Mas dentre esses investimentos, mais de 90% foram aplicados nas empresas agrícolas estatais, 2% somente nas aldeias comunais e cooperativas, e praticamente nada na agricultura familiar* (Cahen, 1987, p. 47). A agricultu-

ra familiar foi, na prática considerada unicamente como um fator residual que deveria incorporar-se progressivamente no setor cooperativo e nas empresas agrícolas estatais. Quanto ao agrupamento das populações em aldeias comunais,⁸ é de salientar que a população não rejeitou a idéia de viver em comunidade, compreendendo as vantagens de ter acesso a uma infra-estrutura escolar, médico-sanitária e comercial. Mas a própria concepção urbanística das aldeias, a reorganização do espaço a partir dos critérios da Frelimo foram, em certa medida uma violência cultural contra os camponeses. Além disso, o aparente isolamento em que vivia anteriormente o camponês, era em alguma medida funcional, ligado ao modo de produção semi-itinerante, e profundamente enraizado na sua cultura. Mas o homem africano rural, como qualquer outro, não tem uma natureza imutável, ele aceita mudanças no modo de vida, na condição que ele tenha consciência de que o novo é melhor.

Símbolos e rituais ao serviço do poder

Os símbolos e rituais marcaram sua presença, não apenas no campo educacional mas na sociedade como

⁸ Em 1984, estavam recenseadas oficialmente cerca de 1.500 aldeias, das quais cerca de 600 se localizavam na província de Cabo Delgado e 250 no vale do rio Limpopo e do rio Zambeze. No entender de Cahen, significa que mais da metade das aldeias era estranha ao processo de transformação normal e resultavam de fenômenos conjunturais (o que não significa que sejam secundárias): guerra, colheitas. A outra pequena metade - 650 aldeias, das quais 250 na província de Nampula - foram produto quer de uma real adesão das populações camponesas, quer de uma coação mais ou menos vigorosa exercida pelo Estado e pelo partido. As aldeias sentidas realmente como um progresso e voluntariamente aceitas pelos camponeses seriam, no máximo, 150 (Cahen, 1987, p. 52).

um todo. Eram(são) uma das formas a qual a Frelimo atribuía grande importância, na prossecução do seu processo de legitimação política. No programa de história para a 4ª classe, por exemplo, afirma-se que a história deve ser ensinada através dos fatos mais notáveis e das figuras principais, de maneira que ajude a formar no aluno a personalidade moçambicana e a fixar a noção elementar de pertencer a uma nação que tem cultura e história próprias (CFQ, 1976b, p. 1). Após referir que a história de Moçambique é rica em exemplos de heroísmo que contribuem para o engrandecimento do orgulho patriótico, são citados os heróis que morreram durante a luta armada. As cinzas desses heróis, vindas da Tanzânia em 3 de fevereiro (Dia dos Heróis Moçambicanos) de 1979, são acolhidas em solo moçambicano e colocadas no Monumento aos Heróis.

Se é visível nos manuais escolares do ensino primário e nos textos, de apoio usados nos Centros de Formação de Professores Primários (CFPPs), que alguns heróis são personificados é, no entanto, bem notório que o herói principal que percorre todos esses manuais e textos é a Frelimo. Mesmo quando se trata da resistência à ocupação portuguesa ou à ocupação colonial depois do século XIX, a narrativa exprime *a enorme ansiedade que prepara a chegada da grande luz* (Osório, 1988, p. 116). *É como se a agonia, a morte, a humilhação desembocassem logicamente no presente. É como um encontro, escrito nas páginas do passado, que a Pátria decidiu avançar com seus "filhos"* (Ibidem, p. 116).

Esta história (ou conto?) que narra o encontro da Frelimo com o povo que pretende libertar está repleta de

feitos heróicos, de seres excepcionais. Quase não há espaço para o homem comum. Como salienta José Saramago:

dizem os bem-entendidos nas regras de bem contar contos que os encontros decisivos, tal como sucede na vida deverão vir entremeados e entrecruzar-se com mil outros de pouca ou nula importância, a fim de que o herói da história não se veja transformado em um ser de exceção a quem tudo poderá acontecer na vida, salvo vulgaridades (Saramago, 1991, p. 222).

Como é óbvio, não é nesta concepção de Saramago, que a Frelimo conta a história moçambicana. Esta história que se ensina aos alunos, apóia-se no enaltecimento da Frelimo. É o surgimento desta e a construção da Nação que desponta, que se tomam a origem a partir da qual todos os acontecimentos posteriores devem ser contados. Trata-se, pois, de descobrir na história, os gérmes imperfeitos, as ações distantes que prepararam a derubada do colonialismo, o advento de uma Nação independente e unificada.⁹

O que é interessante verificar é que há um tratamento diferenciado entre os heróis da resistência à penetração portuguesa e os heróis da Frelimo. Os primeiros revelam-se pelos seus traços de coragem e pela sua morte.

⁹ Aliás, esta história não é muito diferente daquela que hoje se ensina aos alunos na França, em Portugal, na Espanha e em outros países europeus. Nesses países o ensino da história centra-se na exaltação dos reis, cuja sucessão dinástica foi fruto da escolha divina que sobre eles recaí. Na França, por exemplo, esta intervenção direta de Deus na história, poderia ter sido perturbada com a Revolução Francesa. Na realidade, o que acontece é apenas uma inversão das finalidades e do deslocamento do ponto focal: a era da liberdade e da igualdade que desponta torna-se a origem a partir da qual se relatam todos os fatos posteriores.

No entanto, o amor devotado ao povo, o desprendimento completo à causa justa e nobre da independência são apenas inerentes aos heróis da Frelimo. Eles atingem esse estatuto, em função do modelo em que se constituíram as suas ações. São distintos dos heróis da resistência, porque a sua causa é a unidade nacional, porque não revelam apego pelo poder e pelos bens materiais. O modelo político que eles procuram difundir incorpora um conjunto de qualidades que retratam o homem novo da sociedade socialista (Osório, 1988, p. 117).

Nos livros de história do ensino primário, buscava-se através dos heróis a integração da criança no espaço social e político do país. Procurava-se através desses heróis, uma adesão inquestionável ao sistema político e à classe no poder. Visa-se ainda fortalecer a unidade nacional ameaçada por uma guerra que se espalha por todo o país (Osório, 1988, p. 142).

Procurando colocar a realidade social na dependência das grandes finalidades políticas, acaba-se impedindo uma interpretação crítica da edificação da história e da pátria.

Tempo e espaço são agora pertença dos heróis, ou não fosse a escola o seu viveiro por excelência. O herói é um indivíduo que indica caminhos, feito de grandezas, sem contradições e produto da iniciativa, da capacidade e do esforço. Não pretendemos fazer da crítica ao herói uma contra-ideologia, transformando o *bom* em *mau*, uma vez que, desse modo, a história continuará redutível a simples categoria ética e sujeita a enfoques maniqueístas. O que se torna necessário é dar aos supostos heróis, as dimensões e limites do seu tempo e situar a sua atuação em contextos concretos. História e herói são parte de um todo orgânico,

compreendendo época, sistema, estrutura, classe social e contradição de classe.

Desmistificar o herói é atribuir ao indivíduo a sua verdadeira dimensão na realidade: mostra que o homem faz a história, mas nas condições ditadas pela própria história. Só deste modo a história se aproxima do povo e ele pode entender que é o verdadeiro protagonista das transformações.

Se a história não é produto da ação impulsiva, isolada e solitária dos heróis, torna-se evidente que as mudanças e transformações dependem de nós e que os heróis e líderes nada mais são que o resultado das necessidades que os produzem. O líder surge em decorrência de contradições e conflitos combinados com a circunstância. E são exatamente os conflitos e contradições das épocas subseqüentes que alimentam a mitificação dos indivíduos e do seu papel na época anterior. Cultuar heróis, significa alimentar a alienação e a sensação de impotência coletiva. Por alguma razão, Brecht escreveu certa vez, que infeliz não é o povo que não tem heróis, mas o povo que precisa de heróis. Não é num monumento de mármore e bronze que vamos encontrar os heróis, mas na multidão anônima que edificou a civilização. É esse o sentido que Brecht nos revela num poema de rara beleza:

(...)
O jovem Alexandre conquistou
as Índias. Sozinho?
César venceu os gauleses.
Não tinha ao seu lado ao
menos um cozinheiro? Quando
sua frota foi derrotada,
Filipe de Espanha chorou.
Ninguém mais chorou?
(...)

Uma sociedade não pode viver sem inculcar um ou mais mitos unifi-

cadore, sem instituir ritos de iniciação, sem atribuir-se heróis tutelares, sem contar ou inventar uma saga que ficará na memória coletiva: mitos, ritos e heróis, saga com função de sedimentar a ação dos membros da sociedade, de servir-lhes como sistema de legitimação e de dar assim uma significação preestabelecida às suas práticas e à sua vida. A sociedade pode assim se oferecer como objeto a ser interiorizado ao qual cada um deve manifestar a sua lealdade ou mesmo se sacrificar.

Todo o mito, toda a saga tem por função provocar no outro uma comunicação afetiva com as ações dramáticas contidas na narração e assim inserir-se numa ordem e incitá-lo a comportamentos em conformidade com os da narração. Ao mesmo tempo, permite aos membros de uma sociedade pensar o social e a ação. Não pode esta incitação em certos casos extremados, sobretudo quando se encoraja a fé nos ídolos e nas ideologias, nos mitos fundadores (a Frelimo a *grande luz*) preparar o caminho para a falta de espírito crítico e quem sabe mesmo, para o fanatismo? Não é este uma crença exacerbada em uma ilusão comum?

Nos CFPPs, os rituais também estão presentes. Com efeito, todos os alunos (organizados em turmas), instrutores (formadores de professores) e trabalhadores deveriam participar, nas concentrações matinais, onde após ser entoado o Hino Nacional se davam informações sobre fatos importantes em nível nacional e internacional, sobre a natureza das atividades a realizar durante o dia e ainda quaisquer esclarecimentos. Esta cerimônia era um compromisso moral, coletivo, face às tarefas que se iriam realizar (CFQ, 1977, p. 18). A participação no içar da bandeira, funcionava como uma forma de mobilização e conscientização

política. Não se podia sentir respeito pelo içar da bandeira, se não se soubesse o significado e valor da mesma (MEC, 1976, p. 3). Todos os instrutores deveriam estar presentes à concentração, com vista a garantir a organização e o acompanhamento do Hino Nacional conforme o horário estabelecido, exceto aqueles que não tinham aulas no primeiro tempo (CFPP Nicoadala, 1984, p. 3).

A celebração de datas comemorativas nacionais era outro momento importante utilizado para o reforço da consciência nacional. Sob a responsabilidade do diretor do centro, as datas eram comemoradas em assembléias no centro ou em reuniões e festas com a população. Os instrutores, alunos e trabalhadores deveriam comemorar de modo programado e organizado os feriados e datas comemorativas, convidando a população circunvizinha e as estruturas políticas e administrativas do bairro (CFPP Nicoadala, 1984, p. 11).

Analisando o ritual, McLaren o considera como *uma produção cultural construída como uma referência coletiva ao simbólico e à experiência localizada da classe social de um grupo. De acordo com isso, um ritual será considerado como um evento político e como parte das distribuições objetivadas do capital cultural dominante da escola (por exemplo, sistemas de significado, gostos, atitudes e normas que legitimam a ordem social existente)* (MacLaren, 1992, p. 30). Steven Lukes (1975) afirma que o ritual é *uma atividade governada por regras de caráter simbólico, que chama a atenção de seus participantes para objetos de pensamento e sentimento que eles consideram de especial significado*. Os rituais modernos são mais do que complementos solenes ou festivos de even-

tos místicos que praticamente desapareceram. É reconhecido amplamente por vários autores que os rituais parecem persistir na sociedade contemporânea, de uma forma ou de outra, apesar das forças crescentes de secularização, institucionalização, privatização e complexificação geral de nossa sociedade. *Entre as propriedades do ritual salientam-se as de que eles são primariamente conglomerados de símbolos e invariavelmente partilham seis modos (ritualização, decoro, cerimônia, liturgia, mágica, celebração). Embora esses seis modos se sobreponham, um dos modos geralmente predomina* (McLaren, 1992, p. 84-5).

Jamil Cury, após considerar que o ritual não é uma especificidade da burguesia, mas um fenômeno antropológico presente onde existe o ser humano, analisa-o no campo pedagógico para o considerar como um fenômeno contraditório. Segundo ele,

Se o ritual pedagógico predominantemente reproduz, também carrega elementos de transformação ao mesmo tempo que de reprodução. O ritual disciplina, coage, organiza. Enfim, oferece um modelo de disciplina que vai superando e ordenando o real (Cury, 1987, p. 120).

Embora os rituais possuam várias funções, a que se configurou na nossa análise foi a função política, através da qual se podem encarnar e transmitir certas ideologias ou visões de mundo (Bennett, 1980, p. 166-79).

O ritual afigura-se-nos como um processo produtor de uma qualidade, a essência do social, obtida pela transformação de fatos do domínio da vida cotidiana e ordinária em fatos do domínio extraordinário, do significativamente marcante na vida social. Invertendo normas e padrões sociais, refor-

çando-os ou neutralizando-os, o ritual colocaria a ênfase em alguns aspectos da realidade social em detrimento ou em complementaridade a outros, expondo-os, enquanto alternativas definidas para a vida social. É uma forma muito especial de comunicação, de envio de mensagens como num código a ser decifrado. É o centro de produção da sociedade, porque centro privilegiado do pôr em relação aos seus elementos, fazendo-os significar. Nesse sentido, como imaginar que os rituais possam estar ausentes no campo educativo, se eles são uma condição básica para a produção e o reforço de normas e valores que ao poder político interessa difundir?

A principal razão porque hoje os aspectos simbólicos e ritualísticos do nacionalismo penetram tão diretamente no sentimento de identidade individual, reside no rememorar dos laços étnicos e identificação étnica, e especialmente a celebração dos ancestrais e os que morreram em cada geração de uma determinada comunidade. Neste sentido, estes aspectos têm muito de religioso.

Sintetizando nossa abordagem, diremos que a Frelimo instituindo-se como a única detentora da verdade, na prática, impedia questionamentos às suas concepções, com o argumento de que nenhum modelo de desenvolvimento da sociedade poderia superar os grandes ideais do socialismo científico, que seria o mesmo que tentar *bloquear o vento com as mãos*. O surgimento e posterior reforço de alguns estereótipos, dos quais um dos mais significativos é o relativo à divisão que se tentou estabelecer entre os bons (os seguidores da Frelimo) e os maus (os que a contestam), nos parece ser um dos maiores equívocos que o novo poder procurou instituir nos programas

de ensino e, em última análise, na sociedade em geral.

Frelimo: o estranhamento do universo tradicional

Mas o que se entende por sociedade tradicional? É qual era (é?), então a visão que a Frelimo tinha (tem?) dessa sociedade? Que posições a Frelimo vai assumir perante a sociedade dita tradicional? Essa questão, de acordo com Mazula, girava em torno sobretudo do modo como se deveria edificar a identidade nacional face ao atraso generalizado, à complexidade cultural e ao desafio da sociedade tradicional, ainda hoje organizada em *comunidades linhageiras de práticas e instituições domésticas* (Mazula, 1993, p. 172). Era possível fazê-las participar na elaboração de um projeto de desenvolvimento na construção da Nação ou era suficiente apenas mobilizá-las para a sua execução?

Em 1977, numa reunião nacional das escolas da Frelimo, realizada em Ribaué e presidida pela Ministra de Educação, pode-se ler num dos documentos ali produzidos que

A sociedade tradicional feudal¹⁰ era essencialmente discriminatória. Essa discriminação manifestava-se em todos os campos: entre as famílias reais e o povo (...), entre o homem e a mulher (...). Nesta sociedade, o divisionismo manifestava-se entre famílias, povoações, regiões e tribos (MEC 1997, p. 1-2, doc. 3).

O divisionismo existente, de acordo ainda com o mesmo documento, era fruto da ignorância e do desconhecimento de outros valores. Outra característica era o obscurantismo, que impossibilitava o homem de compreender os fenômenos da natureza, aca-

bando por recorrer às crenças sobrenaturais. Esta sociedade *transmitia as tradições, costumes e culturas, tudo acompanhado de conceitos supersticiosos, erigidos em dogma. Ela tinha por função conservar imutável a sociedade tradicional* (Ibidem, p. 1-2). Portanto, a conservação das crenças, da superstição era um fator de dominação.

Em 1979, na III Reunião Nacional do Ministério da Educação e Cultura, a temática da sociedade tradicional foi pela primeira vez analisada de forma mais profunda. Reiterando os aspectos já referidos anteriormente, outros são acrescentados no sentido de procurar entender esse universo. Nessa ocasião, afirmou-se que a sociedade tradicional visava criar a passividade, para garantir a aceitação do poder estabelecido e para respeitar a autoridade tradicional. *A autoridade política na sociedade tradicional era baseada no chefe e nos mais velhos, que conheciam e representavam os espíritos dos antepassados* (MEC, 1979, p. 6). Ainda nesta oportunidade se argumentou que a mulher tinha nesta sociedade um lugar manifestamente inferior ao homem. Sua função era a de fonte de prazer e produtora de riqueza para o homem, quer como produtora de filhos, quer através do trabalho doméstico (cultivo dos campos, ir buscar água, fabricar panelas, apanhar lenha, moer farinha, preparar a fogueira).

¹⁰ Sobre a questão do feudalismo na África, debate que entre historiadores e antropólogos parece estar longe de encerrar-se, importa apenas salientar algumas das conclusões a que chegou Brazão Mazula em seu estudo deste fenômeno no caso moçambicano. Segundo ele, o feudalismo foi um fenômeno restrito às companhias majestáticas e aos "prazos" (lotes de terra que a Coroa Portuguesa concedia a vassallos europeus durante três vidas, em troca de uma renda). *Instituições econômicas introduzidas pelo sistema colonial para sustentação da sua economia. Naqueles lotes de terra, autênticos feudos dos senhores ou prazeiros, os negros eram simples força de trabalho escravo* (Mazula. Op. cit., p. 158).

Acrescenta-se ainda que era esta concepção do papel da mulher que possibilitava a instituição da poligamia. Quanto maior o número de mulheres que o homem possuía, maior é o seu prestígio na sociedade, pois sendo ele detentor da força de trabalho, em termos econômicos tornava-se rico (Ibidem, p. 8).

Outro aspecto importante era o que dizia respeito aos ritos de iniciação, na passagem da fase da puberdade à fase adulta, que se realizam ainda hoje em inúmeras zonas do país. Nessa ocasião, os jovens eram instruídos sobre um conjunto de regras de comportamento que deveriam assumir quando adultos. Os ritos incluíam atos violentos de preparação sexual e provas físicas cuja dureza chegava a provocar traumatismos nos jovens. Os ritos de iniciação são considerados tabus, pelo que é difícil alguém poder ter acesso ao que neles ocorre.

Uma outra prática bem significativa desta sociedade denominada de tradicional é a prática do *lobolo*, que é uma compensação que a família da noiva recebe pelo casamento da filha. Porque a mulher é considerada força de trabalho e de procriação, significa isso que a sua saída, implica uma perda total para sua família e esta só pode ser compensada pelo *lobolo*.

A educação nesta sociedade que não sofreu a influência europeia (isto é, portuguesa), ou da Frelimo estava especialmente confiada aos velhos. Eram eles que orientavam os jovens no respeito aos costumes e tradições, que lhes inculcavam a sua experiência de vida e os segredos da sua história. De acordo com o ponto de vista da Frelimo, este diálogo de gerações, se por um lado, possibilitava a afirmação de um passado cultural e de resistência, favorecia por outro a consolidação

de uma perspectiva fechada, tribal e retrógrada (ONP, 1981a, p. 2). Como pontos positivos a Frelimo apontava o fato dela transmitir a afirmação de uma cultura e a resistência à opressão colonial e à sistemática política de assimilação. No entanto, na ótica da Frelimo existiam ainda outros aspectos negativos derivados do fato de nela ser muito acentuado o poder dos velhos, da educação tradicional ser considerada como impeditiva do progresso, de transmitir de forma impositiva uma visão obscurantista do mundo e da vida, de inculcar idéias conservadoras e de ser um obstáculo à iniciativa (Ibidem, p. 2).

A Frelimo argumentava ainda que se por um lado a educação tradicional transmitia os conhecimentos e as técnicas que a comunidade adquiriu na prática da produção, como forma de garantir a reprodução dessa sociedade, por outro, perpetuava as estruturas e as diversas formas de dominação existentes no interior dessa sociedade, o que conjugada com uma visão mágico-religiosa do mundo que cultuava exclusivamente o passado bloqueava qualquer perspectiva de mudança e de progresso (ONP, 1981b, p. 5).

No IV Congresso, atribuiu-se ao partido a necessidade de conduzir um *combate contra todas as manifestações do idealismo tradicional-feudal, em especial, o obscurantismo, a superstição e os aspectos negativos da tradição* (Frelimo, 1983, p. 35).

Ouçamos Samora, quando num comício realizado em Mueda, Cabo Delgado em 5 de julho de 1983, referiu-se às decisões que foram tomadas em 1968 no Conselho Provincial de Cabo Delgado, reunião em que alguns velhos estudaram os hábitos tradicionais que afetavam a população dessa província. Afirmou ele, referindo-se às

decisões então tomadas de se eliminarem as práticas das tatuagens de afiar os dentes e de mutilar os lábios das mulheres, práticas inerentes aos macondes dessa província como tendo constituído vitórias que construíram a unidade nacional. Vocês “sacrificaram” as vossas tradições, a vossa cultura, a favor da unidade nacional (Machel, 1983, p. 87, grifo meu).

Qual a verdadeira dimensão desse sacrifício das populações?¹¹ Se ele é possível, num contexto de guerra, de forte mobilização contra o inimigo colonial, pode-se admitir que as populações estejam dispostas a continuar a sacrificar as suas tradições e cultura num outro contexto, no qual o inimigo já foi derrotado, ou no qual outros inimigos como o tribalismo, não se apresentam a mesma visibilidade do opressor colonial?

A Frelimo discutiu também a pedagogia que a sociedade tradicional utilizava na realização do processo educativo, mostrando que ela se apoiava na tradição oral e sofria uma poderosa influência do meio sociocultural. As qualidades morais e intelectuais da criança resultavam da participação destes atos comunitários de caráter religioso, cultural ou social (AP, 1983b, p. 11). Essa análise mostrou ainda que a manutenção da exploração era inerente a esta sociedade. Com efeito

Pela iniciação e rito, pelo dogma e superstição, pela religião e magia, pela tradição, o indivíduo era preparado para aceitar a exploração como uma lei natural e assim reproduzi-la no seu grupo etário, na sua família, na sua tribo, etnia e raça (AP, 1983a, p. 109).

Esta breve descrição que acabamos de fazer sobre o modo como a Frelimo via a sociedade tradicional,

analisando-a como profundamente imersa num universo de aspectos negativos, que conseqüências trouxe para a nova sociedade que se pretendia construir?

Muitas das propostas educacionais progressistas começam com a valorização das culturas ditas minoritárias. É importante, no nosso ponto de vista, identificar e criticar aqueles valores negativos, presentes na sociedade no processo de implantação de uma proposta educacional. Contudo, uma coisa é observar os aspectos negativos da sociedade tradicional, outra coisa, bem diferente, é refletir sobre qual poderia ser a conseqüência educacional de uma rejeição completa desses valores. Parece que seria uma alternativa correta, que a educação em Moçambique procurasse superar os atrasos presentes na sociedade, se colocando como um processo educacional pós-colonial. O pós implica um passo além, naturalmente, mas também uma continuidade; qualquer tradição que se identifica como pós-algo está também aceitando a importância básica da tradição que se propõe superar - se ela não aceitasse isso não haveria nenhuma razão para se definir em relação àquela tradição anterior. Se o pós-tradicional está fundamentalmente em continuidade com a tradição, embora

¹¹ Em vez de sacrifícios, no pós-independência seria talvez mais adequado falar de perseguições. Recentemente foi noticiado que Abel Barreira Diogo, de 93 anos de idade, natural de Cabo Delgado, foi escrivão na Câmara Municipal entre 1946 e 1951 e desempenhou funções de juiz entre 1972 e 1978. Nos seus tempos livres, escrevia sobre os usos e costumes dos povos de Cabo Delgado. Contudo, logo após a Independência foi vítima de perseguições. Afirma que teve muitos escritos que deitou ao mar com medo de ser considerado inimigo pelas forças de segurança e que hoje lhe pedem informações do passado colonial. Diz ainda possuir um dicionário kimua-ni-português na gaveta, mas falta-lhe o dinheiro para publicá-lo (In: Notícias, Maputo, 10 set. 1995).

buscando contestá-la e redefini-la, o antitradicional vê-se a si mesmo como efetuando uma completa ruptura com a tradição (Burbules; Rice, 1993, p. 178-9). Desta forma, a Frelimo mais do que colocar-se numa perspectiva pós-tradicional, o que se parece verificar é o seu posicionamento numa perspectiva antitradicional.

É nesta linha de análise que se coloca Gómez, quando considera, que não reconhecer aspectos positivos na educação tradicional, nem fazer menção ao fato dela ter constituído uma das formas de resistir à dominação colonial e de conservar a identidade cultural, pode ter induzido a que se desenvolvesse a concepção de que a Frelimo fez uma ruptura e não uma superação da realidade social africana anterior, residindo, aí, a causa de certos bloqueios deparados pelo novo poder, na materialização do seu projeto sociopolítico (Gómez, 1993, p. 111).

Foi aqui que o discurso da Frelimo revelou sua ambigüidade. Com efeito, de forma sistemática em todos os documentos do partido e do Estado moçambicano, nos discursos dos seus dirigentes foi constante a afirmativa de se tornar necessária a condenação dos aspectos negativos da sociedade tradicional. Condenar aspectos negativos (amplamente difundidos pela Frelimo), pressupõe a existência de aspectos positivos (amplamente ignorados). Se estes últimos eram referenciados, raramente eram especificados.

Vejamos como era apresentada a face positiva da sociedade tradicional. Para isso, vamos nos socorrer de alguns documentos produzidos na área educativa.

No Programa e Diretrizes Pedagógicas da disciplina de Atividades Culturais para o Ensino Primário, por exemplo, saídos no ano da indepen-

dência, ao se definirem os vários objetivos que se pretendiam alcançar com estas atividades, afirmou-se ser necessário *tirar o máximo proveito de todos os "aspectos positivos" da "cultura tradicional" moçambicana* (MEC, 1975, p. 17, grifos meus).

Na disciplina de Atividades Culturais do CFPP, ao se apresentarem os objetivos da cultura, esclareceu-se que as manifestações culturais tinham duas facetas: uma positiva e outra negativa. Na primeira, integravam-se as danças, as canções, as artes plásticas. Na segunda, foram apontadas a prática dos ritos de iniciação sexual, os casamentos prematuros, a poligamia e a superstição (CFQ, 1976a, p. 1).

O engajamento de alunos e alunas no processo de emancipação da mulher depende muito da ação do professor. Este, quando uma aluna participa nos ritos de iniciação, o professor deve ajudá-la a "vencer as concepções erradas adquiridas durante os ritos (...)" deve incluir no programa do Centro o "desmascaramento dos ritos de iniciação e a luta contra a sua prática" para que os alunos e alunas se engajem neste combate (MEC, 1977a, p. 8, doc. 1, grifos meus).

Miguel Gómez considerou que o fato do não-reconhecimento da educação tradicional como parcela da totalidade social e por esta determinada, podia desembocar num certo voluntarismo na luta pela mudança social, induzindo a atitudes moralistas, quando se faz a análise dos comportamentos derivados dessa educação. Segundo ele os ritos de iniciação, por exemplo, não podiam ser criticados a partir de concepções que não tivessem em conta que eles se enquadravam no interior de uma organização social e dentro de uma visão de mundo que era

influenciada pelas condições de existência desse tipo de sociedade (Gómez, Op. cit., p. 111).

Deve-se reconhecer, também, que a discussão e o aprofundamento das questões relativas aos ritos de iniciação, lobolo (dote) e poligamia estiveram praticamente ausentes nos primeiros anos de independência.¹² Em relação aos ritos, argumentava-se que era difícil o acesso a esse universo impregnado de interdições e silenciamentos, o que se em parte é verdade, não se constitui em razão suficientemente forte para que quase nada se tivesse feito para que se ampliasse o seu conhecimento.

Uma outra questão significativa é a que diz respeito ao fenômeno religioso.¹³ Tendo o Estado moçambicano um caráter laico, o seu diálogo com a religião pautou-se ora pelo equívoco, ora pela ambigüidade. Se aceitarmos que a religião é um mediador importante para se poder compreender uma sociedade, então deve-se reconhecer que a Frelimo não fez muitos esforços para através dela procurar entender a realidade moçambicana. Não é nosso propósito alongarmo-nos aqui numa caracterização desse diálogo e das suas conseqüências para o projeto de construção da nação. Apoiando-nos em Mazula, apenas salientaremos dois aspectos:

- sendo a religião parte integrante da sociedade, ela não pode ser encarada de uma forma simplista, ignorá-la ou reduzi-la ao obscurantismo, à superstição e às sobrevivências de arcaísmos, como invariavelmente fez a Frelimo;

- a freqüente falta de clareza levou a Frelimo a identificar a religião (crença e fé num valor considerado alto), igreja (comunidade de fé) e hierarquia eclesiástica de uma igreja. Para

Mazula, com freqüência, no seu relacionamento com as igrejas e, em especial, com a igreja católica, a Frelimo identifica a religião, igreja católica e sua hierarquia com igreja, e esta com religião e, *a partir desta falta de clareza não consegue, por exemplo, estabelecer a distinção entre a convivência da hierarquia católica com o governo português e o movimento cristão de repúdio e de revolta contra o colonialismo português, nos anos 70; daí marginaliza as igrejas da participação no processo de reconstrução nacional* (Mazula, Op. cit., p. 154).

Como conseqüência, não conseguiu estabelecer, por exemplo, a distinção da convivência da hierarquia católica com o governo português e o movimento cristão de repúdio e de revolta contra o colonialismo português, nos anos 70; daí marginalizou as igrejas da participação no processo de reconstrução nacional (Ibidem, p. 154). Só em dezembro de 1982, a Frelimo reuniu com as várias confissões religio-

¹² Só em novembro de 1984, na Conferência Extraordinária da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), as questões relativas aos ritos de iniciação, poligamia e lobolo merecem um certo grau de aprofundamento. Dois anos depois, em 1986, a Faculdade de Educação da Universidade de Eduardo Mondlane publica um Manual de educação sexual: perguntas e respostas onde novos aprofundamentos ocorrem na caracterização dos aspectos negativos dos ritos e de suas conseqüências (UEM, 1986). Alguns dos aspectos negativos apontados às práticas da sociedade tradicional, só começam a ser revistos bem mais tarde. A medicina tradicional, por exemplo, sempre amplamente hostilizada como curandrice, começa a ser encarada com maior realismo a partir do início da década de 90. O Ministro da Saúde sustenta que é chegada a hora de nos despirmos dos preconceitos e passarmos a encarar a medicina tradicional na sua real dimensão, combatendo logicamente os seus aspectos negativos[...] é preciso estudá-la na sua dimensão médica, cultural, antropológica, sociológica, psicológica e histórica, pois ela faz parte da identidade cultural deste país (Simão, Leonardo, apud Mazula. Op. cit. p. 19).

¹³ Em 1984, para uma população de 13.284.174 habitantes, 63% professavam religiões tradicionais, 13% eram católicas, 13% muçulmanos e 11% protestantes (Ver: DNE, 1985, p. 22-3).

sas num momento em que o país se encontrava a braços com uma grave crise econômica, assolado pela guerra, pela fome e pela seca.

A referência à tradição e, sobretudo, a referência às tradições coletivas, constitui uma condição, senão necessária pelo menos favorável, à construção social de identidades (Silva, 1994, p. 110).

Induzir a formação de uma identidade por relação a uma transcendência apercebida, eis o que determina a principal razão social de ser e a principal força da tradição (Ibidem, p. 111).

Precisamos, portanto, de uma interpretação analítica não-tradicionista da tradição. Uma interpretação que - sem com isso desprezar a vinculação histórica da tradição ao passado, sem omitir a força do consenso entre gerações, sem esquecer a determinação da longa duração - destaque a pluralidade, a conflitualidade das tradições e a natureza dinâmica, sinuosa, feita de aquisições, acumulações, renovações e dissoluções, do curso das tradições. Se quisermos falar em passado, o passado que nos marca é também o passado que nós próprios, no presente, e em função da antecipação de certos futuros prováveis ou possíveis vamos reconstruindo. A memória social, "vinda" de trás, é elaborada agora (Idem, p. 112-3).

Reflexos da "sociedade tradicional" no campo da educação

Que embates culturais vai enfrentar agora o aluno? Quanto ao professor, estará ele à altura de desempenhar estas novas tarefas? Que problemas poderão emergir no relacionamento com o mundo tradicional?

O que se deve ter presente é que as relações sociais tradicionais - segundo os grupos etários - foram violadas com a chegada dos jovens à escola.

Com efeito, estes jovens passaram então a ser detentores de um saber, saber que lhes era fornecido pelo poder de Estado. Esta aquisição de saberes acabou causando perturbações na comunidade onde ainda eram predominantes as relações de parentesco. Foi este fato que levou Conceição Osório a afirmar que

Os jovens aprendem um saber que desencadeia um conflito com o saber que a sociedade baseada no parentesco espera deles. Através da educação tradicional, "ocultada" através dos ritos de iniciação, os jovens são introduzidos na vida adulta e aprendem a posicionar-se em relação a cada um dos grupos etários. O corte cultural que as crianças sofrem quando chegam à escola (por um lado, devido à interdição das práticas tradicionais, e por outro lado, devido a um sistema de ensino estranho ao sistema tradicional) conduz à ruptura de equilíbrios fundamentais" (Osório, 1988, p. 42).

Na família, várias tensões se instalaram então. Uma das mais significativas foi a que resultou do embate entre os rituais existentes na sociedade tradicional e a escola que os pretendia substituir. Esta situação fez emergir, por um lado, elementos de contestação aos mais velhos na sociedade tradicional e, por outro lado, desencadeou novas relações de dependência e de submissão originadas nas novas hierarquias trazidas pela escola, pelo partido. O professor, tão jovem quanto os seus alunos, procurou ocupar o lugar dos mais velhos na preservação e informação cultural e, por isso acabou sendo alvo de duas atitudes: por um lado, os alunos não o aceitavam, em razão da sua juventude, o que significava que não era possuidor de saber; por outro lado, uma veneração da sua função, já

que ela possibilitava a transmissão de um novo tipo de saber. Quanto ao professor, ele incorporava também dois tipos de atitudes: uma de aceitação da nova ordem que lhe atribuía um papel e uma função; a outra, de enfrentamento face à ruptura violenta com a ordem antiga (Osório, 1988, p. 43).

O elemento simbólico foi usado para desencadear elementos de unificação, em meio às novas propostas de trabalho, de organização social e cultural e das práticas que recorriam ao passado em busca de identificação. Por exemplo, as danças e as canções que tradicionalmente estavam presentes nas cerimônias rituais, passaram a ser usadas como elementos de coesão. A escola lançou mão das danças e canções tradicionais transfiguradas agora numa terminologia revolucionária e em língua portuguesa, de modo a garantir, por um lado, a preservação das culturas e, por outro, como um mecanismo mais elevado de legitimação (Osório, 1988, p. 43-4).

Posteriormente, em inúmeras ocasiões, este discurso que pretendia resgatar os aspectos positivos da sociedade tradicional, voltou à cena. O programa da disciplina de História para o Ensino Primário referiu a necessidade de realizar *o estudo das tradições históricas do povo (...) para fortalecer a unidade nacional* (MEC, 1975, p. 105). Da mesma forma, no ensino da língua portuguesa ressaltou-se que se deviam assumir os nossos heróis, as *"nossas tradições patrióticas"* (MEC, 1977a, p. 6, doc. 3). Samora Machel se interrogou: *se as escolas não difundirem a "nossa cultura", não valorizarem a "nossa história", o que serão então* (Machel, 1978, v. XVII, grifos meus)?

A que *tradições históricas* o programa de história se queria referir? Parecia tratar-se das lutas de resistências

que eclodiram muito antes da existência da Frelimo, lutas que embora não tivessem ainda no horizonte a visão da nação, da pátria, foram lutas para afirmar/preservar ou consolidar as tradições de um determinado agrupamento humano. A que cultura e a que história se estaria referindo o dirigente moçambicano ao atribuir às escolas um papel difusor de ambas? Será que o presidente se referia à cultura e a história do povo moçambicano, muito para além das marcas recentes de sua construção enquanto povo, com suas vitórias, seus fracassos, seus aspectos positivos e seus aspectos negativos?

Nas *Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias para o ano letivo de 1981* (Oteos), documento emanado do MEC para todas as instituições de ensino do país, podemos ler que uma das ações, entre outras, a incluir no plano de trabalho da escola, no domínio da cultura era a *da preservação e valorização de locais históricos, monumentos (...) acontecimentos históricos* (MEC, 1981, p. 34). A Organização Nacional de Professores (ONP) criada em 1981, definiu algumas tarefas para os professores no âmbito cultural. Entre elas salienta-se que a ONP deveria dinamizar os professores *na valorização e preservação das testemunhas e monumentos da nossa história* (ONP, 1981a, p. 12).

De tudo o que se afirmou, o que podemos concluir face às potencialidades das sociedades ditas *tradicionais*?

Rognon defende que essa sociedade primitiva, *paramentada de todas as virtudes, entre as quais a de ter sabido preservar relações sociais harmoniosas e de convívio*, não existe. É necessário utilizar outros marcos sócio-antropológicos de análise, para não ceder à *tentação do etnocentrismo*, classificando todas as sociedades na

base de uma história feita por *acumulação*, construída em função de um *aumento contínuo da produção*. Pois, conclui Rognon, *um grupo que preservou um nível tecnológico rudimentar, talvez possa investir na produção artística ou na elaboração de sistemas políticos cada vez mais sofisticados. E será essa sua história* (Rognon, 1991, p. 21).¹⁴

E de forma perspicaz quanto às conseqüências que podem advir, em razão do débil conhecimento que o Estado possa possuir no domínio histórico-anropológico, Mazula sustenta que *quando o Estado não se mune de estudos histórico-anropológicos para definir "princípios de organização" social e não se integra seriamente no espaço cultural comunitário, tende, em geral, a assumir uma postura ideológica* (Ibidem, p. 171). Para Mazula, *a Frelimo tinha em vista assegurar a mobilização de todas as populações para a luta, ao mesmo tempo que se mostrava temerosa que outras forças internas, como os régulos, os chefes locais, alguns dos quais descendentes de autênticos "estados" constituídos no período pré-colonial, fossem ameaça à sua hegemonia* (Idem, p. 159-60). Miguel Gómez tem uma opinião interessante quanto ao uso pela Frelimo do termo feudalismo. Segundo ele, o conceito era usado mais como conotação política, para designar a sociedade tradicional, do que como conceito histórico, como modo de produção feudal (Gómez. Op. cit, p. 82).

Na crítica à sociedade e à educação tradicionais, a Frelimo não procura fazer a distinção entre a vivência e a experiência populares e os valores e saberes elaborados pelos grupos dominantes para atender seus interesses. Talvez resida aqui uma das razões pelas quais emergiram no pós-independência uma duplicidade de comportamentos, mantendo-se na clandestinida-

de aqueles comportamentos transmitidos pela educação tradicional. Quantas vezes, não vieram ao conhecimento público casos de militantes da Frelimo que na reunião do bairro ou do local de trabalho lançavam palavras de ordem inflamadas contra a opressão da mulher, mas logo que chegavam ao lar não tinham nenhum escrúpulo em agredir fisicamente as esposas.

Como dizia Marx, o passado não desaparece, enquanto persistam as condições, que o perpetuam. Não se pode fazer tábua rasa do passado, o que se pode é superá-lo, mas apenas quando isso é feito de modo consciente. No entender de Gómez *a superação do passado e a construção do novo constitui o calcanhar de Aquiles da educação moçambicana até ao presente* (Gómez, 1993, p. 112).

Não há sociedades estáticas. Todos os processos sociais são dinâmicos, sujeitos a movimentos, ajustamentos, mobilidades, variedades. Assim, a tradição não pode ser colocada como oposição à mudança. A tradição representa uma continuidade do passado, uma transmissão ao longo do tempo, um elo entre gerações. O que se potencia é um controle da diacronia¹⁵ e um testemunho comum. A tradição, ainda que de forma precária, assegura um certo controle da temporalidade, pois ela destaca tudo o que exprima enraizamento num passado. Este controle é fundamental para que os sujeitos possam pensar a vida como espa-

¹⁴ Ver: ROGNON. Op. cit.

¹⁵ Entendemos por diacronia, que etimologicamente significa travessia do tempo, como a concepção ou prática da história que organiza os acontecimentos em ordem sucessiva, dá a esse encadeamento uma lógica que seria a do passado. Mas essa coerência supõe uma escolha entre os acontecimentos, de que se refém uma série (política = sucessão de regimes, técnica = a agricultura através dos tempos etc.). Por oposição, uma sincronia reúne um conjunto de fatos e de acontecimentos produzidos ou existindo ao mesmo tempo.

Conclusão

ção de ação, e não apenas como trajeto decadente de um destino (Silva. Op. cit., p. 109). O controle de temporalidade, proporcionado pela tradição, serve para pensar o tempo presente, designadamente quando este se apresenta como tempo da rotina, que é *uma utilização estratégica, calculada, do tempo* (Ibidem, p. 110).

O discurso da Frelimo sobre a sociedade tradicional e sobre as tradições é um discurso ambíguo e por vezes contraditório. Por um lado, de forma sistemática se fazem apelos à necessidade de um combate permanente contra os aspectos negativos da sociedade tradicional, pela *liquidação total dos vestígios da mentalidade tradicional* (Machel, 1981, p. 12), por outro lado, surgem apelos constantes ao estudo das tradições (suas formas e práticas culturais), para se compreender a origem e a evolução do povo moçambicano etc. (ONP, 1981a, p. 12). Porque combater então, algo que de algum modo se revela importante na construção da identidade nacional?

Ao negar-se ao diálogo cultural com tais sociedades, que são o povo, a Frelimo conduz as populações a reagirem em silêncio e a buscar formas de se refigurarem nesse silêncio e na falta de alternativas viáveis do partido/Estado. Facilmente as populações retomam a tradição da resistência passiva, como forma de preservar as suas culturas (Mazula. Op. cit., p. 160).

Talvez por isso, o poeta alerta para os perigos resultantes do silêncio das populações:

(...)

E nos nossos tímpanos os circunjacentes murmúrios?
 Não é boa ideologia detectar na gênese os indesmentíveis boatos?
 Uma população que não fala não é um risco?
 onde se oculta o diapasão da sua voz?¹⁶

A nação resulta do hábito de viver junto no mesmo Estado, mesmo se este hábito é resultado de uma coação original. As pessoas foram colocadas desde o início da era colonial a forjar uma unidade que embora administrativa, se tornou progressivamente política, indo a par com uma cultura comum matizada pela cultura metropolitana. Esta evolução marcou várias gerações. Os mestiços, quer dizer, os frutos de uma cultura mista enraizada longinquamente, foram, lado a lado com os colonizadores, os melhores agentes de difusão da ideologia do *Estado-Nação* ocidental, como oposta aos aspectos *primitivos* das autoridades tradicionais, das quais se tornou de bom-tom afirmar e ensinar o caráter retrógrado e *tribal*, inventando assim o dualismo da tradição e da modernidade.

Para a Frelimo, a palavra tradição foi usada freqüentemente como algo oposto à modernidade, algo caracterizado por imobilismo e resistência à mudança. Até muito recentemente, o discurso oficial em Moçambique falava da sociedade tradicional ou tradicional-feudal, para sermos mais rigorosos, como um obstáculo ao progresso que se almejava. O homem tradicional era visto como aquele que vivia ainda imerso nas trevas do obscurantismo, amarrado a tradições que impediam sua iniciativa criadora, praticando ações indesejáveis como o lobolo, a poligamia e os ritos de iniciação, recorrendo a curandeiros e não exclusivamente aos enfermeiros ou médicos para o diagnóstico e/ou tratamento das suas doenças. Assim, não chega a ser surpreendente que se atribuisse à educação tradicional a respon-

¹⁶ Extrato do poema de: CRAVEIRINHA, José. *Saborosas fanjarinas d'Inhambane*. In: MENDONÇA, SAÛTE, 1989. p. 215.

sabilidade pela incapacidade de raciocínio e de iniciativa do homem.

A nosso ver, só é possível registrar avanços significativos nos programas de desenvolvimento em Moçambique, quando se souber combinar o novo com aquilo, que constitui o patrimônio de muitas gerações.

Assim, a mudança social só pode ser entendida como uma renovação de tradições. As tradições, enquanto estruturas de cultura historicamente constituídas de uma certa humanidade, representam recursos primeiros das situações e dos sujeitos. É por essa razão, que é necessário superar as visões dicotômicas entre tradição e modernidade que remetem o tradicional para o passado perdido de cada história. A adequação concernente ao futuro passa pelo diálogo criativo com as tradições, a menos que se aceite sofrê-las como obstáculos estruturais. As tradições, é bom lembrar, são também valores, saberes, equipamentos, técnicas etc., utilizáveis transformativamente. A perspectiva mais desafiadora, nos parece ser aquela assente numa estratégia de desenvolvimento que aceita os condicionamentos estruturais, não de forma passiva, mas procurando identificar o sentido desses condicionamentos e os nós em que é possível atuar, por forma a evitar desestruturações que poderão tornar-se incontroláveis e perversas.

Será que para atender à legitimação da nação, se faz necessário invalidar a existência das sociedades tradicionais, com os seus dinamismos e seus sentidos? Será que as relações sociais de dependência e de submissão, o caráter sagrado das instituições tradicionais, os mitos e os ritos que sustentam ideologicamente as sociedades camponesas, são questões consideradas como inconseqüentes para a caracterização da sociedade camponesa?

Na verdade, é pertinente repensar o que representa a designada *sociedade tradicional*, para as atuais e futu-

ras gerações. Se ela é possuidora de aspectos negativos, nomeadamente para o desenvolvimento científico e técnico, ela também contém no seu interior aspectos muitas vezes mais democráticos do que as instituições modernas, transpostas quantas vezes acriticamente de outras sociedades e conseqüentemente mal adaptadas ao meio. No análise do *mundo tradicional*, mas não só, o que a formação de professores deve incorporar enquanto subsistema educacional, é o desenvolvimento das capacidades de observação e de raciocínio, de objetividade ou de coerência e de formar o espírito crítico que nada aceita e nada avança sem provas.

Os diferentes fenômenos da realidade sociocultural moçambicana, como de qualquer sociedade, não mudam ao mesmo ritmo. Os elementos religiosos manifestam um ritmo de mudança mais lento que os elementos políticos, por exemplo. Estes últimos parecem ter uma cadência mais lenta que os elementos econômicos. A cadência de mudança das instituições, do vestuário, dos utensílios e ferramentas não é o mesmo. É necessário que o currículo da formação de professores primários incorpore uma visão de cultura como um conjunto dinâmico de sistemas simbólicos, compreendendo a arte, a religião, as instituições, as normas de casamento, o vestuário, as relações econômicas, a ciência etc. Se ficasse exclusivamente atento aos aspectos religiosos, por exemplo, poder-se-ia com toda a razão, insistir na natureza lenta das mudanças ou na ausência mesmo de mudança num período de longa duração.

A sociedade tradicional não é um sistema fechado, que permaneceu imutável a partir do momento em que ocorreu a penetração colonial, mas ela inclui também a vida cultural do período colonial e pós-colonial. O moderno Moçambique é tão *tradicional* como o Moçambique pré-co-

lonial, no único sentido aceitável da palavra *tradicional*, ou seja, aquele segundo o qual a tradição não exclui,

mas pelo contrário, implica necessariamente um sistema de descontinuidade.

Referências Bibliográficas

- ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1982*. Maputo: Padrigu: CEEI-ISRI, 1994.
- AGUESSY, Honorat. La problématique de l'identité culturelle africaine. In: *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Unesco, 1986. p. 17-32.
- ASSEMBLÉIA Popular (AP). *Lei 4/83 do SNE*. Maputo: Minerva Central, 1983a.
- _____. *Linhas gerais*. Maputo: Minerva Central, 1983b.
- BENNET, Lance W. Myth, ritual and political control. In: *Journal of Communication*, v.30, n. 4, p. 166-79, 1980.
- BÉSEAT, Kiflé Selassié. De l'identité culturelle africaine. In: *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Unesco, 1986. p. 33-57.
- BURBULES, Nicolas C.; RICE, Suzanne. Diálogo entre as diferenças: continuando a conversação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, org. *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 173-204.
- CAHEN, Michel. *Mozambique: la révolution implorée*. Paris: L'Harmattan, 1987.
- CFPP Nicoadala. *Regulamento interno do curso de formação de professores de 6 + 3 anos para o ano letivo de 1984*. Nicoadala, 20 fev. 1984. 12 p. (Mimeo.).
- CFQ. *Disciplina de atividades culturais*. Maputo, 1976a. 4 p. (Mimeo.).
- _____. *Objetivos, programa e orientação de história*, 1976b. 7 p. (Mimeo.).
- CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- DNE. *Informação Estatística: 1974-1985*. Maputo, 1985.
- FRELIMO (Partido). *Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Maputo, Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, 1977.
- _____. *Estatutos e programa do 4º Congresso*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.
- GÓMEZ, Miguel Buendía. *A educação moçambicana, a história de um processo: 1962-1984*. Tese de (Doutorado) - FAE, USP, 1993. 307 p.
- HAGAN, George P. Communication présentée à la réunion d'experts organisée par l'Unesco. In: *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Unesco, 1986. p. 74-95.
- KATORE, Israel K. La culture d'hier et de demain dans l'Afrique contemporaine. In: *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Unesco, 1986. p. 96-117.
- KOSSOU, Basile. Pour l'identité culturelle africaine. In: *L'affirmation de l'identité culturelle et la formation de la conscience nationale dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Unesco, 1986. p. 118-32.
- LUKES, Steven. Political ritual and social integration. In: *Sociology: the journal of the british sociological association*, v. 9, n. 2, p. 289-308, 1975.

Artigos & Ensaaios

- MACHEL, Samora. A educação é uma tarefa de todos nós. In: *Revista Tempo*, Maputo, n. 389, 19 mar. 1978. (II-XII).
- _____. *Discurso da sessão de abertura da conferência constituinte da ONP*. Maputo, 1981.
- _____. *A nossa força está na unidade*. Maputo: INLD, 1983.
- MANHIÇA, Salomão Júlio; AFONSO, Ana Elisa Santana. *Cultura e desenvolvimento*. (Doc. 2 da 1ª Conferência Nacional sobre Cultura). Maputo, 12 a 16 jul. 1983. 27 p. (Mimeo.).
- MANN, Michael. État-nation: mort ou transfiguration? L'Europe et le monde. In: *Le Débat*, Paris, n. 84, p. 46-69, mars/avr. 1995.
- MAZULA, Brazão. *Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985* (em busca de fundamentos filosófico-antropológicos). Tese (Doutorado) - FAE, USP, 1993. 332 p.
- MBUNDA, Frei D. Valores culturais, tradición y modernidad. In: *Problemas de la cultura y los valores culturales en el mundo contemporáneo*. Paris: Unesco, 1983. p. 8-17.
- NCLAREN, Peter. *Rituais na escola*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MEC (Ministério da Educação e Cultura). *Ensino primário: organização política e administrativa; programas e diretrizes pedagógicas*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.
- _____. *Análise do programa de educação política e sugestões práticas para o seu desenvolvimento*. Maputo, 1976. 25 p. (Mimeo.).
- _____. *Relatório da reunião nacional de Ribaué*. Ribaué, 3 a 15 jan. 1977. 62 p. (Mimeo.).
- _____. *Documento final da III reunião nacional do MEC*. Maputo, 1979. 7 p. (Mimeo.).
- _____. *Orientações e tarefas escolares obrigatórias para o ano letivo de 1981*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1981.
- MENDONÇA, Fátima; SAÚTE, Nelson. *Antologia da nova poesia moçambicana*. Maputo: Aemo, 1989.
- ONP. *Programa e estatutos*. Maputo: Minerva Central, 1981a.
- _____. *Relatório da comissão coordenadora nacional à conferência nacional constituinte da ONP*. Maputo: Minerva Central, 1981b.
- OSÓRIO, Maria da Conceição. *Les manuels scolaires d'histoire au Mozambique - une analyse*. Dissertação (Mestrado) - Paris, 1988. 157 p.
- PRZEWORSKY, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Editora Schwarz, 1991.
- REIS, João; MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e documentos da história da Frelimo*. 2.ed. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.
- RODRIGUES, Neidson. Os desafios da racionalidade ocidental. In: *Impulso*, Piracicaba, n. 112, ano 6, p. 63-82, 1993.
- ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. Campinas: Papirus, 1991.
- SARAMAGO, José. "O Evangelho segundo Jesus Cristo". São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SILVA, Augusto Santos. Alguns temas para pensar a mudança social. In: *Educação, Sociedade e Cultura*, Porto, n. 1, p. 195-28, 1994a.
- UEM (Universidade Eduardo Mondlane). *Educação sexual: perguntas e respostas*. Maputo: Faculdade de Educação, 1986.
- WEFFORT, Francisco. *Democracia, política e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

Novidades Antigas. A história e seus contrários

Oscar Calavia Sáez

Professor-Adjunto do
Departamento de Antropologia da
Universidade Federal de Santa Catarina

Nasci e formei-me dentro de uma cultura, a espanhola, que venera a escrita não sem alguma beataria. Aprendi bem cedo que qualquer livro, ruim que seja, nos ensina algo de bom. De fato, recebi de péssimos historiadores boas lições sobre o ofício da história; delas e deles trata o presente ensaio.

No decurso de certas pesquisas que realizei na Espanha anos atrás, utilizei como fonte várias obras de cronistas locais dos séculos XVII e XVIII - referir-me-ei às vezes a elas com o rótulo de *historiografia barroca*. Nessa literatura, alastra-se uma presença incômoda para o leitor: citações de autores antigos desconhecidos, fatos alheios à sua cultura acadêmica. A teia de luzes e sombras que regula nosso saber do passado sai de cena e a história aparece de corpo inteiro, quase como relatada de primeira mão: as origens primevas das cidades, uma antiqüíssima cultura semítica na Península Ibérica, as peregrinações do apóstolo Santiago na Hispânia romana ou as intrigas que precederam à invasão muçulmana, tudo com luxo de detalhes. A história dos séculos escuros aparece como iluminada por uma luz de mag-nésio; uma claridade meridiana concentra-se nos primeiros planos, sem que mais nada saibamos do contexto. Tudo isto, apoiado num aparato críti-

co - citação, bibliografia, ponderação da validade de fontes e acareação destas - semelhante ao nosso. Uma história lendária, inverossímil para o universitário, mas que ecoa na toponímia, nas tradições locais e na noção que os leigos têm da história nacional.

A razão dessa esquisita riqueza é demasiado fácil: as fontes de todo esse saber barroco eram apócrifas. Os cronistas que as manipulavam ora as tinham eles mesmos forjado ora davam-lhes crédito por ignorância ou interesse.

A idade de ouro dos apócrifos estendeu-se na Espanha desde o último quartel do século XVI até o primeiro do século XVIII, mas tinha seus antecedentes e deixou seqüelas. O inventário dessa vasta mistificação foi feito já no século XIX por José Godoy Alcántara, um erudito genealogista e membro de várias academias, que apesar de tais préstimos escreveu um livro instigante e ameno.¹

O caldo de cultivo do apócrifo, na descrição de Godoy, tem alguns elementos dominantes. O fervor religioso

¹ ALCÁNTARA, José Godoy. *Historia crítica de los falsos cronicones*. Publicada originalmente em 1868 e reimpressa em fac-símile em 1981 pela Ed. Tres Catorce Diecisiete, em Madrid.

BAROJA, Julio Caro. *Las falsificaciones de la historia seix barraf*, 1992. Posterior à redação deste artigo, trata o tema de um modo mais amplo - na abrangência das informações e no espírito da observação.

- e especialmente a obsessão pela profecia - é o primeiro. Na perigosa cena política do império espanhol dos felipes grassavam os prognósticos. Áureas vitórias ou funestas derrotas que se preparavam para as armas espanholas; castigos divinos, apocalipses e anticristos de toda cor anunciavam-se com tanta freqüência que o erudito Juan de Horozco y Covarrubias, bispo um tempo depois, chegou a publicar, em 1588, um manual para avaliação desses agouros.

Algumas profecias, para ganhar autoridade, começaram a apresentar-se como obra de um santo, enterrada junto com as suas relíquias - o achado arqueológico era então encenado com maior ou menor inspiração pelo autor material da profecia ou por algum colaborador.

O segundo elemento foi a disputa de poder e prestígio entre as instituições religiosas. As diversas sedes episcopais e ordens religiosas postulavam sua maior antiguidade e sua primazia sobre as outras. Cada uma queria ser a mais antiga, ou ter sido fundada por um apóstolo, ou pelo profeta Elias, ou pela própria Virgem Maria; para demonstrá-lo não duvidava em *produzir* provas documentais. À medida que a sociedade espanhola estava imbuída de religião, essa pugna entre igrejas e ordens foi também uma pugna entre cidades e grupos sociais, a história sagrada confunde-se com a própria história.

O terceiro foi a avidez do público por notícias sobre passagens críticas e malconhecidas do passado nacional - como os antecedentes da invasão muçulmana. Autores e editores não podiam deixar escapar esse filão e não faltou quem se baseasse para isso em crônicas fictícias escritas em árabe, uma língua malconhecida no meio cultural espanhol.

A elaboração dos apócrifos foi obra de uma *classe média* intelectual de eruditos amadores: clérigos, fidalgos ou nobres da província. A elite universitária ibérica mostrou no processo suas fraquezas - nem teve parte na efervescência mítica que os produziu, nem conseguiu se opor à popularidade das falsificações. Os poucos historiadores ou eruditos do período cuja obra passou pela peneira crítica do século XVIII - como Arias Montano, Nicolás Antonio ou Mariana - abstiveram-se de toda polêmica, mesmo desaprovando os apócrifos.

Os apócrifos foram uma moda duradoura e polimorfa. O mesmo Cervantes, no seu *Dom Quixote*, os ironiza; as aventuras do cavaleiro, segundo o prólogo do romance, teriam sido traduzidas de um velho manuscrito árabe, assinado pelo cronista Cide Hameete Benengueli. A obra-prima da literatura espanhola, catalogada de forma um tanto monótona como paródia dos livros de cavalaria, ganha novos relevos, quando lida como paródia dos apócrifos. Com sua problematização da verdade escrita, os apócrifos inspiram alguns recursos fundamentais da narrativa moderna, o espalhamento de realidade e ficção no texto literário é afim à dúvida que eles levantam.

A cultura espanhola da época era potente e original, mas não inovadora: o apócrifo, como outros vícios modernos, vinha da Itália.² Giovanni Nanni, um erudito dominicano mais conhecido como Annio de Viterbo, publicou em Roma em 1498 uns famosos *Comentaria super opera diversorum auctorum de antiquitatibus loquentium*,

² Não me ocupo aqui dos apócrifos estritamente religiosos (começando pelos Evangelhos tardios não-admitidos no Cânone), muito mais antigos e difundidos; é uma história parecida a que aqui se relata, mas é outra história.

textos atribuídos a nomes como Catão, Beroso, Arquíloco ou Manetão - famosos cronistas da antiguidade - que iluminaram por um tempo o passado clássico de várias nações européias recém-formadas. Não demorou muito para que seu caráter factício fosse reconhecido. É curioso notar que Annio de Viterbo, protegido dos papas Sixto IV e Alexandre VI, era o encarregado do Sacro Colégio, o órgão que censurava e controlava a publicação de livros em Roma. O apócrifo é inseparável desde o primeiro momento do controle da escrita - do controle crítico e do controle burocrático. É contemporâneo também da criação de estados nacionais e supõe uma primeira tentativa - em geral falida - de fornecer-lhes um passado legitimador.

Cada família real ou cada cidade poderosa queria uma origem o mais remota possível. Em pleno apogeu do classicismo renascentista, as diversas nações tentam a todo custo se vincular a antiguidade greco-romana, mesmo que seja pela porta dos fundos. Tal herói citado fugazmente na Eneida ganha pátria, ou alguém determina que a mãe de Ovídio nasceu na sua região.³ Hércules é incumbido da fundação de boa parte das cidades e das monarquias européias.

Há uma nítida analogia com a situação que Paul Veyne⁴ descreve na civilização alexandrina; interesse pelas antiguidades, e especialmente pela aitiologia, esse fetichismo da origem, protagonismo dos historiadores locais, e sobretudo essa imperceptível fronteira com o mito.

Mas a analogia acirra um contraste dramático. Os logógrafos e periegetas helênicos, como Pausânias ou Estrabão, dizem sua história, sentem-se pais da tradição; sua palavra é o único documento, a garantia de verdade para

as futuras gerações. Os historiadores barrocos, pelo contrário, chegam demasiado tarde a um mundo atulhado já de arquivos e bibliotecas - onde, no entanto, faltam notícias sobre sua família e sua cidade. Lendo os clássicos, sentem-se como enjeitados da tradição, rebentos de uma genealogia que nem a Bíblia nem Homero se lembraram de anotar. Recorrem assim à artimanha; põem seus ovos em ninho alheio, atribuem sua obra a um ancestral venerável e escondem-se.

O apócrifo renascentista teve na Espanha um desenvolvimento tardio mas opulento. Seu primeiro articulador foi um jesuíta, Román de la Higuera (1538-1611), curioso de antiguidades e de mediana erudição. Higuera achou num texto de São Jerônimo o nome de um tal Dextro, autor de uma perdida História geral; atribuiu-lhe então uma série de fragmentos em latim, que ele mesmo escrevera, sobre o início do cristianismo na Espanha. Os fragmentos de Dextro, contou Higuera, teriam sido copiados no século X por Eutrando, um diácono cujo nome ele catou em um antigo catálogo de escritores eclesiásticos, e que teria continuado a história de Dextro até, os seus dias. Higuera misturou nos supostos depoimentos de Eutrando invenções suas e material autêntico tirado de documentos bem-conhecidos. Manuscreeveu depois todo o conjunto e o enviou para Juan Bautista Pérez, um bispo erudito de grande prestígio, dizendo que o tinha copiado na biblioteca do mosteiro de Fulda, na Alemanha. Pérez res-

³ Muito mais tarde, no século XVIII, com a ajuda dos mais extensos dados arqueológicos, surgirão apócrifos como os Cantos de Ossian, que glorificavam a vida dos antigos bárbaros. Sobre o celtismo e Ossian, e outras invenções de tradição, é indispensável ler a coletânea dirigida por Eric Hobsbawm (Paz e Terra, 1986).

⁴ No seu livro *Acreditavam os gregos nos seus mitos?* editado no Brasil pela Brasiliense.

pondeu claramente que se tratava de falsificações burdas. Higuera guardou o manuscrito, constrangido; pouco depois, uma outra mistificação de menor porte - sobre a história do templo de São Tirso de Toledo - trouxe-lhe um sério vexame, quando a impostura foi descoberta. Na sua defesa, Higuera argumentou, bem no seu estilo, que mesmo que aqueles fatos não fossem verdadeiros, *não fazia mal acreditar neles*.

Anos depois, um novo episódio - em que ele não teve parte - mudou a sua melancólica carreira e foi simplesmente um apócrifo incomparavelmente maior, o mais audacioso de todos.

Foi em Granada, capital do último reino muçulmano da Península, em 1595. Nas ruínas do que devia ser uma antiga urbe romana, num morro vizinho à cidade, uns trabalhadores cavavam à procura de tesouros, quando acharam uma lâmina de chumbo com inscrições.

Foi a primeira amostra de toda uma biblioteca sepultada lá. Nela encontrava-se a história da primitiva igreja granadina, fundada por discípulos de Santiago Apóstolo, de nação árabe, cujas relíquias apareceram ao mesmo tempo.

Os livros do Sacromonte (como o lugar é conhecido desde então) estavam na sua maior parte escritos em árabe e neles constava a autoria de Cecílio Abnelradi e Ctesifon Ebnatar, os dois discípulos. Eram compostos de finas lâminas de chumbo - *plomo* - e ficaram assim conhecidos como *Plomos del Sacromonte*.

Abrangiam uma ampla temática: livros de sentenças morais, uma dissertação sobre o pecado original e sobre como ele não tocou na Virgem Maria, um tratado sobre os anjos, uma Vida do Apóstolo Santiago, um Evangelho

escrito por Ctesifon, e uma espécie de Apocalipse, que a Virgem Maria teria recebido de Deus e transmitido aos apóstolos, onde profetiza a salvação do mundo pelos árabes. Essa revelação vai acompanhada por vários diálogos que explicam seus pontos escuros, e por um relato da viagem espiritual que a Virgem fez, montada numa égua, pelas regiões do céu e do inferno, para recebê-la.

A égua lembra inevitavelmente Al-Borak, montaria espiritual de Maomé no Corão e boa parte da imagineria do relato remete sem dúvida ao acervo folclórico árabe. A doutrina mesma é uma curiosa tentativa de sincretismo entre catolicismo e Islão, denunciada pelos críticos dos Plomos, e ignorada pelo fervor dos seus partidários.

A história dos Plomos é difícil de resumir. Sua descoberta produziu uma intensa emoção no povo devoto e o maior júbilo entre os senhores laicos e eclesiásticos de Granada. A cidade, muçulmana durante quase um milênio, ganhava um brilhante passado cristão. Os Plomos punham na boca de personagens sagrados, como os apóstolos e a Virgem Maria, opiniões atualíssimas, que desfaziam os argumentos dos teólogos protestantes. Apoiavam a causa, muito popular na Espanha, da Conceição Imaculada e descreviam com pormenores a vinda à Espanha do apóstolo Santiago, importante para o imaginário peninsular mas posta em dúvida pelos eruditos. Tudo isso ganhou para os Plomos poderosas adesões e ocultou, surpreendentemente, o teor sincrético da sua doutrina e a sua glorificação do povo e a língua árabes, marginais e perseguidos na Espanha da época. Quatrocentos anos depois é fácil desvendar os apócrifos e aventurar - como faz Godoy - hipóteses mui-

to prováveis sobre sua autoria, mas no momento - e apesar de seu fracasso final - foram uma jogada de mestre, e seria interessante refletir sobre o fato de que a poderosa Inquisição nunca lhes objetou nada, como nada objetou a outros apócrifos.

A adversidade dos grandes eruditos contra os Plomos foi inócua, e não poucos entre eles, mesmo convencidos de sua falsidade, eximiram-se de atacá-los em público. Formou-se todo um movimento, patrocinado pelo rei da Espanha em pessoa, em prol do reconhecimento dos Plomos pelo Vaticano e mesmo de sua inclusão no cânone católico das Escrituras. O processo romano foi longo, e só quase um século mais tarde, em 1682, apareceu a sentença definitiva, que condenava os Plomos como falsos e heréticos, e reservava para o Vaticano o monopólio das revelações; nesse tempo já existia no Sacromonte uma importante abadia e um culto que continua até hoje.

O sucesso inicial dos Plomos animou a Román de la Higuera, que produziu uma nova versão incrementada de sua crônica de Dextro, e ainda mais uma meia dúzia de textos que atribuiu a diversos autores antigos e começou a pôr em circulação.

A temática ampliou-se, ao sabor das circunstâncias políticas ou das polémicas em que Higuera queria mediar. A última obra de Higuera, o *Cronicón de Julián Pérez*, por exemplo, assimilava a nação irlandesa à espanhola, no momento em que a Espanha apoiava contra a Inglaterra os rebeldes católicos irlandeses; fornecia documentos que provavam a antiguidade da população judaica da Espanha, e assim a inocência dos judeus sefarditas na morte de Cristo, num momento de virulento anti-semitismo na Espanha.⁵ As invenções de Higuera raramente

foram, porém, fabulações autônomas. O seu método - digno de alguém que amava o passado ao ponto de inventá-lo - era conservador e foi reproduzido por todos os autores de apócrifos: partia-se de um fato documentado, e a partir dele se estendiam as interpolações e as deduções.

Uma complexa rede de mistificadores estendeu-se no rastro de Higuera. A difusão dos apócrifos - que só foram editados anos depois da sua morte - produziu-se através de sua citação por novos e novos autores, e de cópias manuscritas que os sucessivos copistas enriqueciam com novos detalhes. Os apócrifos acabaram sendo uma obra coletiva. As narrativas mais insustentáveis se apóiam em uma rede de intercitações. Os historiadores usavam os documentos forjados em conjunto com dados autênticos ou convocavam novos apócrifos para ratificar suas hipóteses ou apoiá-las na polémica. Estranho mutirão de historiadores, em que a invenção podia alternativamente acender a polémica ou fundar o consenso.

O apócrifo ganha força à medida que se introduz na obra de historiadores locais, onde de um modo ou outro tem sobrevivido até o presente. Escritores muito difundidos na época como Garibay ou o hagiógrafo Tamayo Salazar servem de ponte nessa expansão. Tamayo Salazar, por exemplo, elaborou um santoral que conferia nacionalidade espanhola a uma farta porção dos mártires do Santoral Romano, legitimando frente a Roma o caráter local do catolicismo popular. O padre Anguiano, Joseph González de Texa-

⁵ BAROJA, Julio Caro. Op. cit., p. 174. Cita indícios de que, como no caso dos Plomos do Sacromonte, poderia haver aqui uma estratégia defensiva. Higuera poderia pertencer a uma linhagem de conversos.

da, Bravo de Sotomayor e mais uma dúzia de irregulares historiadores - nos limites da região que abrangeram minhas pesquisas - constroem com sua ajuda o passado dos seus campos e suas cidades.

É difícil seguir o fio da meada das invenções, mas elas acabam se organizando em ciclos: d. Rodrigo e a perda da Espanha, a vinda de Santiago e a aparição de Maria em Saragoça, as fundações de Túbal, ou mesmo a Atlântida e as origens do mundo.

Tantas liberdades com a história só eram possíveis num meio *historicista*, propenso ao *evemerismo*. O uso da mitologia clássica nas artes ou na literatura, comum na Itália ou na França, era visto com severidade na Espanha: não é possível encontrar na literatura castelhana nada parecido ao uso do Olimpo que Camões se permite. Nada havia que opor, pelo contrário, à reinterpretção dos deuses greco-romanos como reis, bruxos ou guerreiros da antiguidade, que realmente existiram. Júpiter era um rei de Creta, provavelmente contemporâneo de Moisés, e bom juiz, sempre com a balança na mão. Vênus, uma princesa devassa, como não faltam em outras dinastias. São famosas as versões de temas mitológicos que Velazquez pintou, nelas Dionísio é um capiau ébrio, Marte um soldado canastrão. A mitologia clássica, que em outras praias era um *locus* de fabulação livre muito usado por artistas e intelectuais, é vetada na Espanha não tanto pela censura eclesiástica quanto por um senso comum que a margeia e avacalha. A ortodoxia espanhola gosta de interpretar isto como signo de um caráter realista da cultura nacional: um lugar comum que vem barrando o caminho a outras indagações.

Depois de herdar o espaço da mitologia, não é de se estranhar que a

história herde também alguma de suas funções. Para comprová-lo, basta (o que não é pouco) a paciência de ler os *Cronicones* de Luitprando, Hauberto Hispalense, Walabonso Merio, Liberato, Pedro Cesaraugustano e um longo etc., onde as monótonas polêmicas sobre preeminências se combinam com sagas não-isentas de imaginação. Durante todo um século de decadência - o XVII - os espanhóis esforçaram-se numa contínua reinvenção do passado em que o tempo era um franco caminho de ida e volta.

Tamayo Vargas, um dos maiores apologistas do apócrifo - e não um apologista ingênuo, porque não ignorava o duvidoso de sua autoria - deu ao maior de seus livros um título emblemático: *Novedades antiguas*.

Com a chegada do século XVIII e a mudança da dinastia reinante, começou a decadência dos apócrifos.

Vários fatores contribuíram. O primeiro rei da Casa de Borbón, Felipe V, proibiu toda polêmica sobre temas como a vinda de Santiago ou da Virgem; queria acalmar os ânimos de um país que tinha passado por uma guerra civil. As questões disputadas passaram a ser por decreto tradições veneráveis e com isso o valor estratégico dos apócrifos ficou muito diminuído.⁶

O século XVIII contemplou um crescente revisionismo crítico da história nacional e uma crescente institucionalização da cultura, com a criação de academias segundo o modelo francês. É significativo que um novo capítulo das falsificações granadinas, começado em 1754 por dois eclesiásticos, Flo-

⁶ É curioso lembrar que o progresso das Luzes na Espanha se associou com freqüência ao banimento da polêmica por decreto real. Assim, por exemplo, o pioneiro da Ilustração, Benito Feljó, autor de um *Teatro crítico universal* fustigador das superstições, era protegido do rei Fernando VI, que proibiu as críticas à sua obra.

res e Echeverría, acabasse anos depois com a condenação e reclusão dos seus autores. Um historiador fantasioso como Faustino de Borbón viu sua obra desmoralizada por membros da Academia da História e chegou a ser proibido de publicá-la pelo Real Conselho. A historiografia barroca é cancelada ao longo desse século e durante o século seguinte, em que as histórias críticas proliferam, à medida que a cultura acadêmica e o liberalismo se estenderam, a memória e o influxo das falsificações se agostou.

Nunca chegou, porém, a desaparecer. As notícias das falsas crônicas mereciam farto espaço na versão que se dava da história nacional nas escolas, vinte e cinco anos atrás, sob o regime franquista. Em outro sentido, o interesse por aqueles fenômenos se reavivou após o fim da ditadura, e a melhor prova disso foi o estrondoso sucesso editorial, no final dos anos 70, de uma obra não pouco indigesta, *Gárgoris e Habidis. Una historia mágica de Espana* em quatro alentados volumes. O afortunado autor, Fernando Sánchez Dragó, misturava as mais peregrinas notícias dos apócrifos com um elenco completo do exotismo nacional: druidas celtas, cabalistas, templários, ciganos, hereges, touros e um interminável etc. na elaboração de uma outra história da Espanha, ao mesmo tempo lançada contra a versão liberal e a versão católica dessa mesma história.

Desagregada como identidade em proveito de identidades regionais, e progressivamente dissolvida na estrutura econômica européia, Espanha tentava se redesenhar como uma espécie de antinação, uma pátria da heterodoxia e da magia.

O único interesse que os apócrifos barrocos tem despertado na historiografia posterior é negativo: era ne-

cessário purificar. A obra de Godoy Alcántara já foi definitiva nesse sentido, e baniou fontes e fatos espúrios da cena intelectual do país. Mas a historiografia falsa também forma parte da história, e apesar disso pouca ou nenhuma atenção tem se dado à riqueza desses textos como documentos da cultura espanhola do período; na exposição anterior tem fartas indicações a este respeito.

As reflexões que aqui pretendo dirigem-se, porém, aos próprios apócrifos, como uma forma de historiografia não por ilegítima menos reveladora.

A relação do apócrifo com a tradição oral, por exemplo, é intrincada, e leva ao absurdo qualquer dicotomia excessivamente limpa entre popular e erudito, ou semelhante. Os historiadores locais do século XVII estimavam muito a tradição oral e com freqüência a citam como fonte e autoridade; com freqüência também gostariam de vê-la consagrada por um documento, e com este fim se recorre ao apócrifo.

Os pioneiros do apócrifo cultivavam um gênero caracteristicamente *letrado*: anais, listas de bispos, cronologias. Mas à medida que se divulgaram, os apócrifos começaram a incluir tradições orais locais ou a elaborá-las sob encomenda. Muitas *tradições populares* atuais têm apócrifo na sua origem. Algumas - referentes sobretudo à fundação de santuários e povoações - foram possivelmente generalizadas pelos apócrifos a partir de mitos orais; em outras o historiógrafo exerce uma autoria independente. Sua obra é por isso indispensável para o etnohistoriador, mas também perigosa, porque o põe às vezes na precisão de discriminar entre a tradição registrada pelo cronista e a inventada por ele mesmo. Daí é só um passo para separar uma *fabulação legítima* de uma *fabulação espú-*

ria, o que pode ser um excesso. Mas que fazer? A sólida fé de gente como Godoy Alcántara na depuração da verdade histórica quase não mais existe. O próprio conceito de *ethnohistória* admitido pela academia declara a intenção de buscar não uma verdade, mas verdades. Não é por isso menos necessário distinguir umas de outras. Especialmente fértil pode se revelar um critério *técnico* (outros prefeririam dizer *estilístico*) de diferenciação entre os relatos vinculados aos gêneros da tradição oral ou à disciplina da escrita.⁷

Podem se dar exemplos. As numerosas fabulações sobre a *perda de Espanha* - quer dizer sobre os pecados de Rodrigo, último rei godo, sua queda sob as armas árabes e sua expiação - pelo seu complexo jogo simbólico, a costura de temas presentes em outras narrativas e a alta redundância de seu argumento se aproximam do mito. De fato, alimentaram uma longa tradição de *romances*⁸ apesar de sair de fontes letradas. Já as diversas *lendas* de fundação de cidades ibéricas por Túbal - neto de Noé - ou Oco, filho do rei persa Darío, não emplacaram, e ficaram como invenções nos interstícios da erudição bíblica e clássica. Caso mais labiríntico pode ter sido o dos mitos de origem de santuários dedicados à Virgem, que possivelmente nascem de uma tradição oral semicristã e posteriormente são adotados, numa forma simplificada e depurada, pela propaganda missionária.

Não se trata de verdade *versus* mentira, senão de formas diferentes de contar uma ou outra. Qualquer fábula redigida como história, como vimos, pode facilmente passar por história: qualquer história narrada ao modo do mito, é um mito de fato.

Também não se trata de substituir uma dicotomia por outra: o crité-

rio *técnico* oral *versus* escrito nos guia melhor na selva de mediações entre os diversos âmbitos e classes sociais, em que atuam os apócrifos. Um mundo de analfabetos que gostam de literatura, onde a escrita é venerada e frágil. É compreensível aqui o protagonismo do clero médio e baixo, e a importância da elite intelectual da universidade. Em geral, as criações dos apócrifos são *populistas*: consagram a devoção ao rei por meio de mitologias caras ao povo e consolidam com a pluma e o papel o orgulho do povo pela sua memória histórica, sua capacidade de lembrar fatos e autoridades sem a ajuda de pluma e papel.

Outra reflexão. Nossa atitude ante os apócrifos depende do nosso conceito de história legítima. Para alguns, esta é uma espécie de alegoria que anda, definidora última de valores ético-políticos: a história decide, absolve ou condena. Está claro que o apócrifo é, desse ponto de vista, um intocável. Para outros, a história é um modo de conhecimento dos fatos humanos - um gênero de discurso, no limite. Desse ponto de vista, pode se reconhecer que a história apócrifa é útil, de fato até é mais útil que a legítima.

Esse útil é com ironia, mas sem aspas: não é um puro engano ideológico. Os historiadores barrocos sabiam com frequência que estavam utilizando fontes dúbias, mas não consideravam estar mentindo. Se a antropologia tem se ocupado em demonstrar que a verdade é plural, não deveria ter se

⁷ Essa diferença é mais fácil de perceber que de definir, mas foi amplamente tratada por estudiosos clássicos da literatura oral, como, no caso espanhol, Menezes Pidal. Jack Goody generalizou a questão nos meios antropológicos.

⁸ O romance é a forma mais comum da poesia popular espanhola, viva desde a baixa idade média até este século já como literatura de cordel.

omitido de mostrar também a pluralidade da mentira.

A situação - voltando a Veyne - é substancialmente diferente daquela dos historiadores gregos frente ao mito. Os autores barrocos estão infringindo conscientemente alguns critérios de verdade de seu tempo, precisamente aqueles que outorgam credibilidade à sua invenção: a autenticidade do documento, a citação da autoridade. O autor não legitima sua invenção - se esconde atrás dela e sofre vergonha, quando posto em evidência.

Mas não há - ou quase não há - fraude. O autor crê naquilo que está forjando até, pode se dizer que se atreve a forjá-lo pela força dessa fé.⁹ A história não é naquele século esse complexo de diferentes tempos narrativos que descrevem as evidências documentais de cada época, senão uma espécie de biografia do mundo na qual as épocas mais escuras devem participar por igual, mesmo faltando as evidências. Assim, qualquer fonte é preferível a nenhuma, e a invenção é também preferível ao silêncio. Se a invenção é pelo menos produto de uma hipótese racional, o silêncio é resultante do descaso ou da arbitrariedade.

Entre os historiógrafos barrocos dá-se uma atitude ambígua perante à documentação escrita. De um lado, uma veneração ainda não-maculada pela crítica metódica. De outro, uma certa irritação perante suas limitações, já que o escrito está suplantando a palavra como base da verdade, cabe exigir dele que mostre, como a palavra, uma superfície contínua. Ainda em época romana, o poeta cristão Prudêncio lamentava que os funcionários romanos tivessem destruído as atas dos processos e execuções dos mártires, e escreveu hagiografias natamente folclóricas alegando a autoridade dessas atas

hipotéticas. Os historiadores barrocos reclamam com frequência da preguiça dos antigos, que não puseram por escrito os grandes feitos de seu tempo,¹⁰ ou da incúria dos que não os conservaram depois.

A fabricação de apócrifos tende a compensar esses agravos feitos à história. Quando resignados a reconhecer a precariedade de sua documentação, os historiadores barrocos exibem um argumento inesperado. Se o fato que eles relatam não está bem-documentado, mesmo que tenha sido transmitido por canais reconhecidamente falsos, ainda assim ele não é necessariamente falso desde que não repugne à razão. A inversão do nosso padrão é evidente, na nossa visão a racionalidade é um auxiliar ou um subproduto do estabelecimento da verdade. As evidências que vamos descobrindo nos servem para desordenar nossa idéia preestabelecida do tempo passado, uma nova síntese virá depois a dar lugar para as novas evidências. Para os barrocos é a racionalidade preestabelecida, a verossimilitude de um fato que dá em última instância conta de sua verdade.

No apócrifo, a história carece de paradoxos, a estrutura celebra a si mesma. A historiografia apócrifa tem em comum com o mito sua capacidade de *fazer sentido* com materiais avulsos. Mas isso é algo mais que uma des-

⁹ A falsificação pode envolver uma hipótese arrojada. Um caso curioso é o das últimas falsificações de Granada. Os autores, que foram condenados a penas de reclusão, queriam demonstrar entre outras coisas que Granada era a cidade conhecida nas fontes antigas como *liberis*, o que a arqueologia moderna acabou confirmando.

¹⁰ Uma verdadeira grafomania apodera-se às vezes dos conquistadores espanhóis da época da expansão americana. Embora aqueles que reconhecem ser de poucas letras se devotam à tarefa com o desejo de que aquelas coisas que viveram não sejam ignoradas pelos tempos vindouros; não faltam os anônimos, demonstrando que essa declaração não sempre servia para esconder a vaidade.

qualificação. A paixão com que se debateu em volta dos apócrifos mostra que essa estrutura (apesar de que falamos da Espanha da Contra-Reforma) não era monolítica; existiam partidos e facções que lhe davam diferentes fases. Em um mundo em que a ortodoxia da opinião era severamente garantida pela Inquisição, divergia-se livremente quanto aos fatos. É digno de atenção que na mesma medida em que se insinuou - timidamente - uma maior liberdade de consciência, começou um controle oficial da *verdade histórica*. A realidade tinha se deslocado do dogma para a empiria. Vistos de perto, os acadêmicos ilustrados e liberais não são tão diferentes dos inquisidores na sua luta contra as crenças vulgares.

É compreensível assim que os apócrifos, leitura de cristão velho, se aventurassem trezentos anos depois com sabor de heterodoxia. No momento em que o dogma não é mais explícito e acredita-se na verdade que os fatos *dizem por si mesmos*, o apócrifo incita a imaginar histórias diferentes e propor alternativas ao dogma implícito.

O que se insinua na história dos apócrifos, longe de qualquer confian-

ça iluminista, é uma distribuição social da verdade que permanentemente recria espaços estancos e em conflito, cada um com seu modo de contar o mundo. A verdade histórica não chega muito longe do círculo dos historiadores, nem sobrevive sem seus cuidados profissionais. Pode Godoy Alcántara enterrar definitivamente o cavalo branco de Santiago Apóstolo, que o primeiro apócrifo que apareça o fará cavalgar de novo, sequer umas léguas. Não se trata de uma reflexão pessimista sobre a credence do povo. Os historiadores talvez devam esquecer aquela fábula profissional que conta que a grande batalha entre o mito e a história foi travada num tempo passado - no tempo de Tucídides, ou no Renascimento, ou na Ilustração, ou etc. - com a vitória final desta. A luta entre ambos é atual e onipresente. É uma luta constitutiva da história, mas que não deriva tanto de uma diferença quanto da necessidade de alimentar essa diferença. História e mito, dois termos que a nossa cultura construiu em oposição, tem em comum seu miolo, ser antes de mais nada narrativas. Se for verdade que a palavra criou o mundo, a eles compete fazê-lo rodar.

Sexualidade e Identidade na
Historiografia Brasileira

Margareth Razo

Depto. de História - IFCH-Unicamp

A preocupação em *inventar o Brasil*, isto é, em descobrir o país, suas supostas raízes históricas, contidas na linha de continuidade dos eventos históricos, unindo presente e passado, encadeando os processos sociais, políticos e culturais marcou o horizonte de muitos historiadores dos anos 20 e 30.¹ Envolvidos com a tarefa de determinar futuros possíveis, de encontrar as formas de superação dos obstáculos ao desenvolvimento social e econômico, perguntaram-se pelos traços que marcavam a cultura brasileira, pelas características essenciais do povo brasileiro, pelo passado que nos havia constituído como tal. *Que país é este?* foi a questão a que procuraram responder em termos das interpretações de nossas origens históricas, da colonização aos dias atuais. *Que país queremos que seja?* Tem sido a pergunta colocada desde então, retomada em sucessivas ocasiões, inclusive agora, na era da globalização, em que se desfazem as antigas referências nacionais.

Se hoje os conceitos de Nação, Estado-nação, consciência nacional envelheceram e são insuficientes para dar conta das múltiplas realidades políticas, naquele instante pareciam extremamente férteis para representar a *comunidade imaginada* e desejada.² Se hoje para a maioria das pessoas, como lembra Eric Hobsbawm, a identificação nacional não exclui outras formas de identificação que constituem o ser social, como a religiosa, a sexual, a ét-

nica, naquele momento significava a possibilidade mesma de encontrar um forte laço comum, a partir do qual as dificuldades sociais poderiam ser problematizadas e possíveis soluções poderiam ser aventadas.³

As reflexões de Pierre Nora a respeito das relações entre memória e história sugerem pensar que as constantes desterritorializações a que somos expostos cotidianamente abalaram tão profundamente o sentimento de pertencimento a um grupo fixo, como a Nação, que necessitamos de outro arsenal conceitual para compreendermos o presente, para nos situarmos no mundo e também para reorganizarmos nosso próprio espaço interno, delimitando a constituição de novas subjetividades fugazes e mutantes, antes quase que totalmente impensáveis. Ninguém mais acredita haver um só Brasil e diante de tanta multiplicidade e expansão territorial, inclusive a desejante, cada vez mais procuramos nos localizar a partir de referências específicas, flexíveis e provisórias.

Para aquela geração, no entanto, as questões colocavam-se de outro modo e fundamentalmente tratava-se

¹ Veja-se a respeito: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, orgs. *A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

² Expressão de: ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Chapel Hill, 1982.

³ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Artigos & Ensaaios

de estabilizar, de fixar, de fincar estas e definir nossa suposta identidade cultural, encontrando os pontos fixos, ou a tão prestigiada essência, oculta nas profundezas da terra e da psique. Tratava-se de compreender o passado para transformar o presente: libertar-se de um fardo, romper com as pesadas tradições que emperravam o progresso e entrar no compasso da história. O leque de questões que eles se colocavam tinha por objetivo detectar as raízes do mal, entender os problemas sociais tão violentos e gritantes em nossa sociedade e, principalmente, a incapacidade de nos construirmos como uma Nação moderna, rica e poderosa, a exemplo dos Estados Unidos.

Quase todos esses autores davam especial ênfase à índole pacífica, acomodada, preguiçosa, imitativa do povo brasileiro, retratado no período como Jeca Tatu, entre outras figuras depreciativas, tentando entender de onde havíamos herdado tais traços. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, se perguntava por que a modernidade não se completava no país, quais eram os entraves à formação da esfera pública moderna no Brasil, tentando perceber as linhas tendenciais de uma possível modernização transformadora, que pudesse nos igualar, ou ao menos, aproximar das fases de desenvolvimento de povos mais adiantados.

São consagrados os trabalhos produzidos nessa época, como *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), de Paulo Prado, recentemente republicado; *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Junior; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda.⁴ Estes brilhantes estudos, amplamente elogiados e difundidos, formaram inúmeras gerações, moldaram a *consciência nacional*, tomando-

se nossa principal referência acerca de nós mesmos, lentes através das quais passamos a nos olhar e a reconhecer nossa imagem de brasileiros(as).



Paulo Prado, autor de *Retrato do Brasil* (1928), em foto de 1933.



- 1- José Lins do Rego
- 2- Octavio Tarquínio de Sousa
- 3- Paulo Prado
- 4- José Américo de Almeida
- 5- Gilberto Freyre

⁴ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 3.ed. São Paulo: [s.l.], 1929. Para uma análise da obra deste autor, veja-se: BERIEL, Carlos. *Paulo Prado: a obra do Tietê*. Tese (Doutorado). FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 2.ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1936. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. (1933). 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1942.



Gilberto Freyre.

Contudo, hoje, o que mais me chama a atenção nessas obras, principalmente nas duas primeiras é a maneira pela qual é construída uma interpretação da realidade brasileira e, portanto, uma idéia da identidade nacional. É basicamente em torno da *dimensão sexual* que se produz a referência maior das características que explicam o povo brasileiro, sua índole e sua vocação. O desenvolvimento histórico que se observa ao longo de nossa história estaria contido, em germe, nesses traços que se constituíram nos primórdios, nas relações primárias que se estabeleceram na *infância* do Brasil, quando chegaram os primeiros conquistadores e iniciou-se o processo de miscigenação racial, sendo então repostas interminavelmente.

As relações entre a cultura erótica e a ciência parecem ter sido sempre tensas e complicadas, não apenas no Brasil. Aliás, aqui talvez sejam até mais fáceis, se nos compararmos com os países de tradição puritana. O erótico permeia nosso cotidiano, das piadas aos jogos de sedução, das roupas aos comportamentos, nos escritórios ou nos bares. Séria, só mesmo a ciência, que alguém chamou de cinza. Vivemos uma cultura e sociedade extremamen-

te sexualizadas, em todos os sentidos, inclusive no da violência e a imagem da *sexualidade-tropical-do-sul-do-Ecuador* não deixa de ser muito estimulada pela indústria do turismo, na exportação das mulatas sensuais, do samba, do carnaval, do tchan e de tudo aquilo que conhecemos muito bem como o imaginário do Brasil Tropical, onde não há limites, só excessos e onde não se conhece o pecado. Já disse Sérgio Buarque que fomos colonizados por *aventureiros* mais do que por trabalhadores, pelos *semeadores* portugueses, ao contrário dos *ladrihadores* espanhóis, enfim, por figuras que tinham uma *concepção espaçosa do mundo* e que não viam limites nem fronteiras para sua expansão desterritorializante. *Somos uns desterrados em nossa própria terra.*⁵

Por isso mesmo, também chama a atenção o fato de que apenas recentemente passamos a perceber a *centralidade conferida à sexualidade* no discurso dos historiadores, voltados para a interpretação científica da realidade brasileira e para a definição da identidade nacional ou, em outros termos, para a questão do enclausuramento do desejo na casa-grande e senzala. Vale notar que, recentemente, o livro de Paulo Prado foi republicado numa bela edição, recebeu várias páginas nos jornais e revistas da atualidade, mas em nenhum momento se fez qualquer alusão a esta dimensão que irrompe vigorosamente do próprio texto: a sexualidade tropical.

Alguns historiadores, a exemplo de Ronaldo Vainfas, questionaram a imagem desregrada da Colônia, produzida pelos observadores dos primeiros séculos da colonização e reproduzida pelos historiadores, encontrando muitas regras e formas de culpabilização, onde outros viram apenas caos e descompromisso.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 3.

À fornicção tropical não faltaram, pois, normas bem rígidas. (...) Por mais sexualmente intoxicada que tenha sido a Colônia, como quer Gilberto Freyre, os valores da família, mescla da cultura popular e do discurso oficial se fizeram presentes.⁶

Nos limites de nosso texto, não se trata precisamente de decidir sobre a moralidade ou imoralidade historicamente constitutiva do país, mas de destacar a importância que o discurso da sexualidade assume na leitura que fazemos de nossas origens históricas. Como observou o antropólogo norte-americano, Richard Parker, aliás, a noção da sexualidade não está apenas presente na percepção que cada indivíduo faz de sua existência, mas na auto-interpretação de toda a sociedade.⁷

É uma visão que se tornou cada vez mais acentuada em anos recentes nas histórias que os brasileiros escolheram para relatar sobre si próprios, como um povo (p. 23).

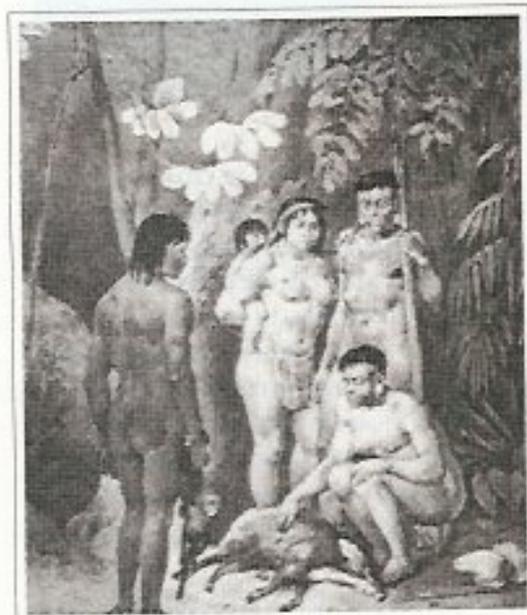
A tristeza brasileira

Neste ensaio inaugural, Prado procura explicar o Brasil, construindo seu mais fiel retrato. Inicia definindo a principal característica do povo brasileiro, comparado ao pássaro jaburu, na epígrafe de Capistrano de Abreu. Logo na primeira página, o autor afirma: *Numa terra radiosa vive um povo triste*. Nas seguintes, Prado explicita o significado da tristeza, que passa progressivamente a denominar, a partir de um vocabulário médico, de melancolia.

⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico do pecado. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 65.

⁷ Vide a respeito: PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões. Cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Best Seller, 1993. p. 22.

Somos, então, informados de que melancolia é o estado físico e psíquico decorrente da hiperestesia sexual. De tantos excessos sexuais e vícios da multiplicação das uniões de pura animalidade, desde o início da colonização no Brasil, tornamo-nos um povo triste, cansado, prostrado. A terra virgem, a mata abundante, os rios caudalosos, a natureza farta, o clima, o *homem livre na solidão*, o encanto da nu-



Família indígena. Botocudos.



Índios na cabana.



dez total das índias, posteriormente as negras sensuais, tudo, na formação histórica do país, contribuiu para que nos tornássemos um povo mole, instintivo e sensual. Dionisiaco em comparação com os americanos apolíneos.

A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíram como cúmplices - já dissemos - três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana. Na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual... Desses excessos de vida sensual ficaram traços indelévels no caráter brasileiro. Os fenômenos de esgotamento não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas, acompanhadas de profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo até o ódio (p. 120).

No Brasil, a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico (p. 121).

A hiperestesia sexual que vimos no correr deste ensaio ser traço

peculiar ao desenvolvimento étnico da nossa terra, evitou a segregação do elemento africano, como se deu nos Estados Unidos, dominados pelos preconceitos das antipatias raciais. Aqui a luxúria e o desleixo social aproximaram e reuniram as raças (p. 188).

Este traço original que marca definitivamente a cultura brasileira desde os primórdios da colonização será responsável pela incapacidade atávica de evoluirmos, pela não-realização da modernidade brasileira. Ao contrário dos povos de origem puritana, como os norte-americanos, nos quais o lado racional e administrador é mais forte do que o instintivo, o Brasil não consegue romper com o passado arcaico, pesado, conservador e autoritário, que entrava sua marcha rumo ao progresso.

É interessante lembrar que de 1928 é também a famosa obra de Mário de Andrade, *Macunaíma*, aliás, dedicada a Paulo Prado. O herói, ou anti-herói, é um homem da natureza, como os nossos antigos habitantes, sem nenhum caráter, que se diverte todo o tempo *brincando com as cunhãs* ou meretrizes, que, por sua vez, se divertem e deliram todo o tempo.⁸ Não é à toa que até seu ingresso na civilização, sua entrada na cidade barulhenta de São Paulo, seu contato repentino com as máquinas faz-se através de três lindas e alvas cunhãs, com quem ele passa a noite e para quem paga quatrocentos bangarotes.

A inteligência do herói estava muito perturbada. As cunhãs rindo tinham ensinado pra ele que o sagüi-açu não era sagüim não, chamava elevador e era uma

⁸ ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. O herói sem nenhum caráter. 18.ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1981. p. 32.

máquina. De manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados, berros, cuquiadas, sopros, roncões, esturros não eram nada disso não, mas eram cláxons, campainhas, apitos, buzinas e tudo era máquina (p. 32).

Assim, são as prostitutas que fazem a passagem do herói do reino da natureza para a civilização, da terra verdejante para o mundo das máquinas, a mercantilização do sexo sendo a primeira relação capitalista que ele vive. Entre a história e a literatura, portanto, emerge um povo indolente, fraco e fortemente sexualizado, traço que indica seu grau de atraso cultural, o predomínio do lado instintivo sobre o racional, o que o torna, por sua vez, inadequado para construir a modernidade, para tornar-se um cidadão de primeiro mundo.

Mas vale perguntar porque a cultura sexual descrita por Prado seria origem de nossa tristeza e não de nossa alegria, como aparece em Mário? É verdade que Prado é conhecido como membro da elite oligárquica decadente, representante de seu pessimismo em termos da avaliação do país, às vésperas das transformações políticas de 1930. Medo da degeneração da raça, do escurecimento em vez do embranquecimento populacional que tanto queriam, medo do predomínio do instinto sobre a razão, medo de uma *psique racial* que nos predeterminaria ao fracasso. Em seu ensaio, os viajantes do século XIX são invocados para reforçarem esta visão pessimista: para John Luccock, por exemplo, que não ouve gritos no Brasil até 1810, depois da chegada da corte portuguesa, *Todos parecem de língua atada* (p. 127).

A visão pessimista sobre o povo brasileiro, nessa direção, parece assentar na concepção altamente negativa da sexualidade que tem o próprio au-

tor, para além de toda a influência do darwinismo social em sua obra. Afinal, o excesso de energia sexual, a abertura para o outro, a facilidade de contato físico, em princípio, poderiam não ser percebidos como fatores negativos na constituição de um povo. Aliás, ainda está para ser esclarecido por que o desejo sexual deveria ser o principal traço da *psique nacional*, questão que obviamente não incomodou os pensadores do século XIX e meados do XX. Dando visibilidade à questão, Foucault afirma a necessidade de compreender por que a sexualidade se converteu, nas culturas cristãs, no *sismógrafo de nossa subjetividade*. E completa:

*É um fato, um fato misterioso, que dentro desta espiral indefinida da verdade e da realidade, a própria sexualidade se tenha transformado de primeira importância desde os primeiros séculos de nossa era. Cada vez é mais importante. Por que existe uma conexão tão íntima entre sexualidade, subjetividade e obrigação com a verdade?*⁹

Como explicaria Richard Sennett, aluno do filósofo:

Este valor psicológico tão pleno que se dá à sexualidade é um legado da sabedoria vitoriana, apesar do orgulho que possuímos de não partilhar seus preconceitos repressivos. A idéia de possuir uma identidade baseada em nossa própria sexualidade traz uma carga imensa a nossos sentimentos eróticos, uma carga que, para alguém do século XVIII, seria muito difícil de compreender (idem).

Certamente, os historiadores basearam-se em importantes fontes do-

⁹ ABRAHAM, Thomas. *Foucault y la ética*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1988. p. 175.

cumentais para construir suas interpretações históricas de nosso passado, e certamente os viajantes, inquisidores, colonizadores que desvendaram o país, desde o século XVI, além do olhar masculino, traziam toda a bagagem de preconceitos culturais da Europa renascentista, através da qual codificaram as práticas sociais e sexuais, como mostrou Vainfas. Assim, enxergaram nas práticas sexuais dos indígenas todos os vícios que o cristianismo lhes ensinava ver. As índias nuas foram transformadas em *ninfomaníacas* e *devassas*, segundo as classificações das *perversões sexuais* elaboradas pelo médico vienense Richard von Krafft-Ebing, em meados do século XIX. A representação instituiu-se como fato, e, apenas recentemente alguns trabalhos têm desconstruído essas imagens, entre misóginas e racistas, veiculadas pela documentação.¹⁰

Parece-me, além disso, que é o discurso médico não-citado, apenas referido, que constitui a matriz das interpretações científicas de Prado sobre o povo e a raça brasileiros. Ora, sabe-se, desde Foucault, o quanto este discurso, instituidor das referências modernas sobre a sexualidade, é severo, moralista e sexista.¹¹ Para os médicos do século passado, o desejo sexual era visto como força ameaçadora, vulcânica, destrutiva que deveria ser combatida e bem-administrada pelo intelecto. Segundo o Dr. Heredia de Sá, em tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1845:

O homem sequioso do prazer venéreo sente-se atormentado por necessidade imperiosa, irresistível, uma excitação espantosa vivifica seu organismo, um fogo ardente abrasa seus órgãos, as artérias pulsam com excessiva força, os olhos incendeiam-se com brilho sobrenatural, sua face colora, sua respiração se torna

anelante, as partes genitais se intumescem, se congestam e nelas se experimenta um sentimento de ardor e titilamento. O pensamento não tem mais força, a vontade não domina, todas as faculdades estão concentradas em a idéia fixa; (...).

Ora, nem o índio, nem o negro, nem o *português aventureiro* que para cá vinha possuíam esta capacidade interior de autocontrole, afirmavam os viajantes. Aqui, se encontravam em total abandono, cedendo a todas as tentações e vícios, impulsionados pela forte presença feminina.

Obcecados com a sexualidade, voyeuristas disfarçados, os homens da ciência não paravam de falar da sexualidade desde o século XIX, como apontou Foucault, principalmente para condená-la. Dissecaram o corpo da meretriz, do cafetão, do homossexual, *perverteram o sexo*. Todas as práticas sexuais foram postas sob o signo do discurso científico, explicadas, analisadas, classificadas, contidas e condenadas. Mas todas ganharam ampla visibilidade. Dir-se-ia que a ciência domou o sexo, com medo de ser dominada.¹²

Em relação à prostituição, por exemplo, o Dr. Ferraz de Macedo, por exemplo, classificava as prostitutas que encontrava na cidade do Rio de Janeiro por volta de 1872, na esteira do que diria Lombroso, como *degeneradas natas*, gulosas, preguiçosas, excêntricas, im recuperáveis para a Nação, signos da involução das espécies: sub-raça. Seus

¹⁰ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.*

¹¹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. v. 1.

¹² Veja-se: RAGO, Margareth. *Prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em S. Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

pares insistiam na ausência de instinto sexual nas *mulheres castas*, a não ser para fins reprodutivos. Juristas como o Dr. Viveiros de Castro, ao lado dos médicos, enxergavam onanistas, pedófilos, homossexuais, tribades, perversos sexuais em quase todos os cantos da cidade, sobretudo nos bares, restaurantes, teatros e cafés-concertos.

Especialmente importante foi a condenação da masturbação, masculina e feminina, vista como caminho certo para a loucura. Segundo o discurso médico:

*O onanismo reina como senhor entre a mocidade dos colégios e casas de educação. (...) Com a reclusão, a instigação diária e muitas vezes quase contínua da excitação vai, pouco a pouco, embotando as faculdades intelectuais, o seu desenvolvimento orgânico não continua; há mesmo parada do desenvolvimento geral do organismo, enquanto que o dos órgãos solicitados se faz com assustadora precocidade.*¹³

Como procede, então, Paulo Prado para definir a identidade nacional? Seu primeiro passo é nutrir-se do discurso médico para organizar sua percepção da sociedade e construir uma representação da sexualidade dos habitantes do país, incorporando assim, ou então, reforçando seus próprios preconceitos. Todas as *verdades* médicas sobre a sexualidade são reproduzidas pelo historiador. Segundo passo: sobre esta base interpretativa, ele elabora sua leitura da identidade nacional, generalizando para todos os brasileiros(as) uma forte dose de sensualidade, uma sexualidade latente, transbordante, irradiadora para todas as outras dimensões físicas e psíquicas. O terceiro movimento escapa-lhe: é a reprodução e a apropriação destas teses por seus pares.

Assim, o discurso médico sobre o corpo e a sexualidade é apropriado como verdade científica, o que equivale dizer, aceito acriticamente pelos historiadores, servindo de fundamento para construir a interpretação de uma *psique nacional* que, triste ou alegre, passa pela perversão, pelo predomínio do instinto sobre a razão, por tudo aquilo, portanto, que impossibilita a formação do indivíduo racional, cidadão apto a participar da esfera pública e administrar o bem público. Do olhar dos viajantes e inquisidores à historiografia, essas misóginas e fantasiosas representações sobre a *realidade brasileira* foram reproduzidas e repetidas indefinidamente, ensinando-nos de certo modo quem era e o que significaria ser brasileiro.¹⁴

O resultado é a construção de um campo discursivo que, de ordem biológica, reforça a estigmatização do outro visto como desvio, monstruosidade, diferença. Etnocêntrico e xenóforo, percebe o outro biologicamente como raça inferior; falocêntrico, institui o masculino como lugar da verdade e da perfeição. Especialmente forte é esta estigmatização para as mulheres, vistas desde sempre, no Brasil, como preciosos objetos sexuais, como essencialmente sensuais, o que quer dizer, ainda menos racionais do que as *mulheres normais* de formação puritana, como as norte-americanas. Uma linha de continuidade nos une, assim, às índias nuas, prontas para renderem-se ao homem branco, como quer Pra-

¹³ VASCONCELLOS, Carlos Rodrigues de. *Higiene escolar, suas aplicações à cidade do Rio de Janeiro*. (Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1888). In: COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 191.

¹⁴ Veja-se: SWAIN, Tania Navarro. *Feminino/masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico*. Brasília, 1996. (Mimeo.).

do, às negras africanas sensuais e, posteriormente, às imigrantes estrangeiras, sobretudo francesas e polacas, cantadas em prosa e verso. No paraíso tropical, reino da natureza exuberante, só mesmo a sexualidade desvairada poderia ter espaço... O Brasil não teria chances, então?

A alegria brasileira

Será preciso outro famoso autor, Gilberto Freyre, para devolver-nos parcialmente a alegria e notar como a vida sexual no Brasil é positiva, responsável aliás pela *democracia racial*, apesar da propagação das doenças venéreas, principalmente a sífilis. O povo brasileiro origina-se da *miscigenação das três raças* que, no Brasil especialmente, não tiveram maiores problemas para se fundir, pois a atração sexual foi mais forte do que as exigências legais e racionais de união entre os diferentes. Daí uma cultura particular, marcada pela tolerância, pela cordialidade, pela leveza, pelo instinto e pelos jogos corporais. As relações primárias em Freyre se caracterizariam pela intensa atividade sexual:

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual.

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (p. 60).

A aproximação entre as diferentes raças, segundo ele, decorre de um

forte impulso sexual, especialmente do europeu, pouco vaidoso de suas tradições e incapaz de opor resistências à diferença étnica e do furor uterino das índias:

Foram sexualidades exaltadas as dos dois povos que primeiro se encontraram nesta parte da América: o português e a mulher indígena. Contra a idéia geral de que a lubricidade maior comunicou-a ao brasileiro o africano, parece-nos que foi precisamente este, dos três elementos que se juntaram para formar o Brasil, o mais fracamente sexual, e o mais libidinoso, o português (p. 67).

Assim, inspirando-se em Paulo Prado, Freyre constrói sua argumentação a respeito das origens do povo brasileiro:

Paulo Prado salienta que o "degramento do conquistador europeu" veio encontrar-se em nossas praias com a "sensualidade do índio". Da índia, diria mais precisamente. Das tais cablocas "priápicas", doidas por homem branco (p. 68).

À vantagem da miscigenação correspondeu no Brasil a desvantagem tremenda da sífilização. Começaram juntas, uma a formar o brasileiro - o tipo ideal do homem moderno para os trópicos, europeu com sangue negro ou índio a avivar-lhe a energia; outra a deformá-lo. (...) De todas as influências sociais talvez a sífilis tenha sido, depois da má nutrição, a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro. (...) Costuma dizer-se que a civilização e a sífilização andam juntas: o Brasil, entretanto, parecer ter-se sífilizado antes de se haver civilizado (p. 50).

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização

entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixar de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre esta base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala.

É interessante observar que mesmo um intelectual tão competente como Freyre toma a documentação literalmente, encontrando, aí, a verdade mesma sobre a índole do povo brasileiro, constituída a partir de toda uma tradição de licenciosidade, cujas raízes, por sua vez, teriam vindo das índias e caboclas *príapicas* e de portugueses aventureiros, *garanhões desbragados*. Note-se, ademais, que o adjetivo *príapico*, geralmente utilizado para referir-se aos homens, pois refere-se à ereção impulsiva do membro masculino, é aqui utilizado para referir-se à mulher, numa tirada bastante misógina, diga-se de passagem. Se inicialmente o autor se refere aos indígenas indistintamente, aos poucos seu discurso focaliza com especificidade as índias, que, apresentando também elas uma sexualidade desenfreada, oferecem-se des pudoradamente ao conquistador.

Quanto a este, vale notar, a ausência de *consciência de raça* no português cosmopolita e plástico marca nossa formação radicalmente. O português que vem é *predisposto para a colonização híbrida e escravocrata* pela influência africana em seu sangue, pelo sangue um pouco mouro; ele

é marcado pelo ar quente e oleoso da África, que amolece as instituições. A *moura encantada*, envolta em misticismo sexual, imagem deixada pelo contato com os sarracenos para os portugueses, foi projetada aqui nas índias, banhando-se nos rios, *gordas como as moursas e menos ariscas*:

Por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos "carraibas" gulosos de mulher (p. 8).

Retomando Paulo Prado, Freyre afirma:

Atraídos pelas possibilidades de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram por gosto ou vontade própria, muitos europeus do tipo que Paulo Prado retrata em traços de um vivo realismo. Garanhões desbragados (p. 21).

A sexualidade adquire, ainda, uma dimensão muito poderosa em sua interpretação histórica do Brasil, na medida em que é fator fundamental na determinação das relações que se estabelecem na esfera pública. O público molda-se por modelos emprestados do mundo privado, segundo ele, e aí as relações primárias são sobretudo marcadas pelo sadomasoquismo. Assim, o modelo de relação sexual sadomasoquista entre senhor e escrava passou para a esfera pública.

Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual de doméstica, tem-se feito sentir, através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-los em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem

exercer-se com requintes às vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como do chamado "marechal de ferro" (p. 54).

Ainda assim, e seguindo seu raciocínio, o patriarcado permitiu a estabilidade social, garantiu a coesão social que, de outro modo, estaria perdida:

Em contraste com o nomadismo aventureiro dos bandeirantes, em sua maioria mestiços de brancos com índios, os senhores das casas-grandes representaram na formação brasileira, a tendência mais caracteristicamente portuguesa, isto é, pé-de-boi, no sentido da estabilidade patriarcal. Estabilidade apoiada no açúcar (engenho) e no negro (senzala) (p. XX).

A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América Hispânica e esse tipo de civilização, ilustra-o à arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes (p. XXI).

Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social.

Casa-grande e senzala x modernidade urbana

Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*, embora não se refira à sexualidade como lugar de constituição e origem da personalidade do homem brasileiro, de certa forma, compromete-se com este imaginário sexual ao desenhar a figura da cordialidade essencial do brasileiro. Apesar de concordarmos plenamente com sua brilhante análise sobre as dificuldades da construção da moderna esfera pública entre nós, apesar de considerarmos extremamente

perspicaz a interpretação histórica que faz do país, não deixa de ser curioso o peso dado à sexualidade para explicar a índole emotiva que caracteriza o *homem cordial*. Embora este tenha ficado mais conhecido por uma suposta passividade e benevolência, é seguramente de maneira muito diferente que aparece na formulação original deste historiador.

Herdeiro dos portugueses personalistas que para cá vieram, o *homem cordial* é o produto de uma pesada tradição marcada pelo personalismo, pelo ruralismo, pelo patriarcalismo e, sobretudo, por uma forma de colonização aleatória, onde importava muito mais atender aos caprichos pessoais do que a um planejamento racional.

É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, a um bom espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia, afirma o historiador (p.10).

O *aventureiro* e o *semeador* predominaram sobre o caráter do *trabalhador* e do *ladrilhador*, responsáveis pela colonização espanhola, produzindo uma figura mais emotiva e instintiva que racional, portanto, mais para antimoderna. A mentalidade da casa-grande invadiu as cidades e conquistou as profissões, diz ele, até as mais humildes; o culto da personalidade predominou sobre o fortalecimento dos laços de solidariedade; a ética da aventura sobre a do trabalho; as cidades cresceram à mercê do momentâneo, dado o espírito *livre* e avesso a compromissos dos colonizadores; tudo contribuiu, enfim, para formar uma ética

antimoderna, uma sexualidade permissiva e ao mesmo tempo corrosiva. Nem mesmo orgulho da raça tiveram os portugueses, que se fundiram com os negros e os índios sem problema algum, sem impor nenhuma barreira étnica ou sexual. Os valores morais não se firmaram nunca entre nós. Cidadãos, só mesmo os grandes proprietários de terras no período colonial.

O pater poder incontestado e ilimitado, o predomínio da família e da casa-grande sobre o Estado e a vida pública, a ditadura do campo sobre as cidades, a extensão do poder da esfera privada impediu a formação da esfera pública e do conceito de cidadania, no país.

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundamentadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades (p. 50).

Sérgio chama a atenção para as dificuldades de mudar-se a mentalidade criada ao contato de um meio patriarcal, tão oposto às exigências de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária, e para os problemas decorrentes da enorme importância que a estrutura familiar patriarcal obteve em relação ao mundo público: *as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós* (p.104). Daí, firmar-se a *cordialidade brasileira*, uma psique emotiva, o sentimento de que tudo nos é familiar, o desejo de estabelecer intimidade em todos os domínios do rela-

cionamento, nosso maior obstáculo para a modernização.

Richard Sennett pode-nos ser bastante útil para discutir a problemática de nossa incapacidade estrutural frente à constituição da esfera pública moderna.¹⁵ No primeiro mundo, diz aquele autor, o desejo de intimidade se sobrepôs à consciência pública, ou melhor, à crença na coisa pública ao longo de um longo processo iniciado no século XIX. O medo diante do aparecimento das multidões desordenadas das grandes cidades, diante das inúmeras formas da violência urbana levou à busca de refúgio no interior de cada um, dissolvendo toda possibilidade de constituição de fortes redes de solidariedade. O privado foi, nesse contexto, representado como ninho, espaço do aconchego e do calor entre as pessoas, em oposição ao público, percebido como lugar da concorrência dura e da guerra.

No Brasil, o predomínio do privado deu-se de outra forma, mas também dificultou a formação do público. O poder dos fazendeiros em suas grandes propriedades, a confusão da família com o Estado, o não-reconhecimento dos interesses públicos, a repressão dos movimentos sociais que pressionaram pelo reconhecimento dos direitos específicos levaram à cristalização da lógica da casa-grande e senzala, reproduzida nos microcosmos das instituições públicas ou privadas. O espaço público foi percebido e instituído como *quintal de minha casa* pelos dirigentes, chefes, governantes, caracterizando-se pelas relações clientelísticas que permeiam inclusive as formas de sociabilidade nas favelas e em outros meios populares.¹⁶ Além do mais, a vida íntima do brasileiro, liberal e permissiva, afirma o autor, não se torna

¹⁵ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

¹⁶ GAY, Robert. *Popular organization and democracy in Rio de Janeiro: a tale of two favelas*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

bastante coesa para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a como peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades (p.112).

Se Sérgio Buarque não fundamenta sua construção do caráter brasileiro no campo da sexualidade, a exemplo de Paulo Prado e Gilberto Freyre, que aliás cita e admira, participa de certa forma deste imaginário em busca da identidade nacional dos anos 30, ao enfatizar como principal traço da brasilidade o predomínio do emocional e do instintivo sobre o racional. Afinal, o *homem cordial* é um homem do coração, dos sentimentos e afetos. À flor da pele, exatamente como nos vêem os americanos.

Seria engano supor que essas virtudes (a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade) possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (p.107).

Também aqui somos mais corpo do que alma, mais imediatez do que planejamento, mais *casa-grande e senzala* do que modernidade urbana. A herança rural pesa fortemente impedindo a emergência de novos valores culturais. Por isso, não conseguimos realizar a esfera pública no Brasil, desenvolver laços efetivos de solidariedade e construir uma sociedade democrática e justa. A figura do *homem cordial*, essência do caráter brasileiro, impede a modernização e é um enorme obstáculo ao nosso desenvolvimento. Nas palavras do historiador:

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (p. 119).

Valeria, ainda, pensar como o *homem cordial* foi apropriado em nossa cultura. Por que passou perversamente para a história como uma figura simpática, contemporizadora e *boazinha*, ao contrário do que queria, aliás, insistia o autor, ao argumentar com Cassiano Ricardo? Valeria observar que o tipo de apropriação que sofreu destituiu-o de tudo aquilo que constitui o ponto forte da análise histórica de Sérgio Buarque. Nesse sentido, a figura do *homem cordial* foi esvaziada do conteúdo profundamente crítico que lhe fizera o autor e aprisionada pela lógica da própria casa-grande e senzala que denunciava. Gilberto Freyre, por exemplo, encontrou-o no mulato sorridente, que ascende social e etnicamente, que sai de sua classe e raça: o *riso abundante* característico de nosso mulato, afirma, não advém da raça, mas de um desenvolvimento ou especialização social, em função das condições de ascensão social que ele teve da vida livre, e não apenas nas senzalas e nos *haréns dos engenhos*; (...).¹⁷ Segundo o sociólogo, o mulato procurou vencer o branco, agradando o povo, os clientes, sorrindo. Seu riso foi um instrumento de ascensão social, tanto na passagem de uma raça para outra quanto na de uma classe para outra, o que se explicaria pela ação do meio cultural sobre o indivíduo. Final-

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, [s.d.]. p. 644. 2º tomo.

mente, ele é identificado ao *homem cordial* por ser *criador de intimidade*, que revelaria um desejo dos mulatos em ascensão de encurtar a distância com os brancos. *No uso brasileiro do diminutivo, uso um tanto dengoso, ninguém excede ao mulato* (p. 646).

O sentido sexual da colonização

Já Caio Prado, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), inaugura a tendência marxista de interpretação histórica, apontando para a infraestrutura econômica com lugar de inteligibilidade da história. O historiador inicia o livro com o capítulo sobre o *Povoamento*, em que focaliza a constituição sexual da população, já que a relação sexual permite a miscigenação das raças e o surgimento da população. Ela é, pois, condição de possibilidade de todas as demais dimensões da vida em sociedade, isto é, das relações produtivas abordadas no capítulo sobre a *Vida Material* e nas referentes à *Vida Social*. Nesse sentido, a sexualidade está na base da economia e da sociedade, já que é da fusão sexual produzida pela mistura das raças que nasce o povo brasileiro.

Caio reproduz as teses bastante conservadoras e moralistas de Paulo Prado e Gilberto Freyre, assumindo uma leitura evolucionista de nossa formação histórica, considerada hoje bastante controversa, senão ingênua. Em suas palavras:

A licença dos costumes, que sempre foi a norma do Brasil-colônia, (...) teve ao menos esta contribuição positiva para a formação da nacionalidade brasileira, e graças a ela que foi possível amalgamar e unificar raças tão profundamente diversas, tanto nos seus caracteres étnicos como na posição relativa que ocupa-

vam na organização social da Colônia (p. 93).

Não é, pois, por acaso que o historiador reproduza *ipsis litteris* as teses de Gilberto Freyre, no capítulo *Raças*. Aí, o marxismo dá lugar a um outro tipo de análise: trata-se para ele, ao contrário do autor que reproduz, de falar da superestrutura. Destaco este capítulo, em que Caio explica que o *cruzamento das raças* foi o que mais contribuiu para a absorção do indígena, o que se deu não por providência oficial, mas *agiu para este fim como no caso paralelo e análogo do negro, o impulso fisiológico dos indivíduos de uma raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa* (p. 98).

Aliás, a mestiçagem, *signo sob o qual se forma a nação brasileira, e que constitui seu traço característico mais profundo e notável, foi a verdadeira solução encontrada pela colonização portuguesa para o problema indígena.*

A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas estão em contato, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno econômico e social, e em consequência, no das relações sexuais também (p. 110). O branco dirige assim a seleção sexual no sentido do branqueamento (p. 111).

A mestiçagem resulta da excepcional capacidade do português em cruzar-se com outras raças (p. 102). Novamente parafraseando Gilberto Freyre, o historiador explica que isso se deve em grande parte pela forma da emigração dos portugueses, que vieram sós. *A falta de mulheres brancas sempre foi um problema de toda colo-*

nização europeia em territórios ultramarinos, (...) (p. 103). Logo, o colono foi forçado a procurar, aí, a satisfação natural de suas necessidades sexuais, para o que não enfrentou grandes dificuldades.

Aliás, particularmente, no caso da Índia, é notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual. A impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais completam o quadro: as uniões mistas tornaram-se a regra (p. 104).

É interessante observar que, a despeito de toda a concepção de história fundada no materialismo histórico e dialético, utilizada para construir sua interpretação da realidade nacional, o autor incorpore as análises e os preconceitos difundidos pela documentação em que se apóia, seja a que elaboram os viajantes e os colonizadores, seja a que divulgam os historiadores e sociólogos de sua época. E talvez mais interessante ainda, é notar como a própria estruturação do livro acaba por colocar a sexualidade, considerada em uma acepção mais abrangente, no fundamento mesmo de constituição da vida em sociedade, aspecto que o próprio autor chega a comentar. Novamente, a sexualidade é referida como centro de explicação da sociedade e como lugar privilegiado da leitura que produzimos a respeito de nosso passado e de nossa cultura.

Concluindo

Está claro que nos percebemos, em grande parte, através da sexualidade, seja enquanto indivíduos, seja enquanto sociedade, mas também está clara a dificuldade que a ciência teve

em trabalhar a questão, reconhecendo, pelo menos, a centralidade que assume nos discursos científicos. O privilégio do discurso racional sobre outras formas de conhecimento, a dicotomia teoria/prática, o foco exclusivo nas questões estritamente políticas e econômicas, menos do que nas culturais, levaram a que esta discussão ficasse obscurecida. Em reação, mais recentemente, as pressões do feminismo, dos movimentos homossexuais e negro forçam a incorporação de novos olhares e de novos temas, que as teorias pós-modernas e, em especial, as formulações conceituais de Michel Foucault permitem descrever. Opera-se como que uma invasão do feminino na cultura e uma sobreposição da cultura à sociedade: o dionisiaco, o instintivo, o sagrado, o sexual, o corpo passam a ser objeto de discussão e aceitos como importantes dimensões constitutivas das formas da experiência e do conhecimento. Mudamos os temas e os procedimentos de análise; questionamos nosso solo epistemológico e o instrumental conceitual utilizado.

É nesse contexto que a questão da centralidade do discurso sexual na interpretação da identidade nacional e da realidade brasileira pode ser enunciada, forçando uma releitura da historiografia brasileira. Produzida entre as décadas de 20 e 40, esta teve um impacto bastante forte sobre a interpretação do passado, transformando-se em memória oficial, transmitida sucessivamente de geração a geração. Inevavelmente, as formas de compreensão do passado conformam nossa imaginação, definindo uma identidade bastante negativa, pesada herança que acabamos por carregar. Por isso mesmo, é bom que sejam ser desconstruídas, refeitas e, quem sabe, abandonadas.

Artigos & Ensaaios

Referências Bibliográficas

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 2.ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1936.
- HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, orgs. *A invenção do Brasil moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões. Cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 1993.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 3.ed. São Paulo: (s.l.), 1929.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1942.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOUZA, Octávio de. *Fantasia de Brasil. As identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Editora Escuta, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Referências das imagens

- Imagens das páginas 60, 61 foram reproduzidas de: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1977. Pós-fácio.
- Imagens das páginas 62, 63 foram reproduzidas de: RUGENDAS, Moritz. *Malerische reise in brasilien*. Paris: Engelmann & Cie., 1835.

Paulistana nata, estreou em 1948, sendo, por isso, filiada à chamada *geração de 45*. Seus três primeiros livros foram edições particulares: *Caminho* (1948), *A noiva do horizonte* (1953) e *Autobiografia de mãos dadas* (1958). Depois desses, publicou: *Janela de apartamento* (Ilapalma, 1968), *Sai do lírico* (Ed. Quíron, 1978), *Genetrix* (Massao Ohno; Maria Lygia P. de Albuquerque, 1982) e *Canteiro de obras* (Scortecci Edicon, 1985). Publicou ainda um livro de poemas juvenis: *Brincando de amor* (Ed. Moderna, 1994). Participou de vários movimentos de divulgação de poesia, como *Poesia na praça*, exposição de poemas em cartaz na Feira de Arte da Praça da República de São Paulo, 1969, quando, com Neide Archanjo, criou os *varais de poesia*, hoje comuns no país todo. Recebeu dois prêmios Jabuti de literatura: o de Poesia, em 1987, com *Canteiro de obras*, e o de Ficção Juvenil, em 1990, com *A menina que fez a América*. Atualmente, dedica-se à crônica, escrevendo semanalmente em seção do Diário Popular de São Paulo.



Ilka Brunhilde Laurito

Os poemas apresentados fazem parte do livro inédito, de reminiscências paulistanas de infância, *Vida & volta*.

Recital de Poesia

Enquanto o conde de Afonso Celso se me ufanava do nosso país,
 Bilac me dizia: — Olha que céu! Que mar! Que rios! Que floresta!
 Eu olhava e não via nada: só um enfarruscado céu que garoava
 sobre os paralelepípedos das ruas tortas de São Paulo.
 Já o meigo João de Deus me perguntava compassivamente:
 — De que choras tu, anjinho?
 Esperando que eu lhe respondesse:
 — Tenho fome e tenho frio!
 Mas eu não tinha. Nem era como ave caída ainda implume do ninho.
 Mesmo que algumas vezes, sem porquê,
 me parecesse tão órfã a meninez,
 que uma lágrima celeste, ingênua e luminosa
 deslizava em silêncio ante o olhar cínico do Guerra Junqueiro.
 Então, a minha mão, tremendo, abria a porta da prisão.
 E aquele pássaro cativo do meu peito
 ensaiava asas, fugia à escravidão,
 fazendo esvoaçar sobre mim, timidamente,
 as penas primeiras
 do poema.

Radici

Mussolini marchava sobre a Abissínia
e Mimi tossia sobre os ombros de Puccini.
Era lindo morrer numa água-furtada de Paris,
jamais viver na Rua São Joaquim, tão modestinha.
Addio addio senza rancor.
Mas havia Buck Jones galopando nas matinês do Capitólio
e os meninos da rua que faziam estremecer a espinha tímida.
As goiabas do quintal, porém, criavam bichos,
e Mussolini vencia a guerra da Abissínia.
— Viva el Duce, gritava o pai, que torcia pelo Palestra Italia.
— Oh io, como son mutata,
estrebuchava a Traviata no rádio familiar.

(Estrebucha ainda
e mutata sono io).

A vizinha de meia-idade agonizava atrás da meia-parede
que vazava o choro murcho e solitário
da irmã solteirona que um dia engaiolara os pássaros.
Hailé Selassié (e negus era)
negava-se aos pés de Mussolini,
que fincava o tacão no solo da Abissínia.
Mimi morria. Morria a vizinha, sem Rodolfo e sem Puccini.
Crescer, lutar, viver, amar era terrível, meu querido diáriozinho.
Só se fosse possível dançar como Fred Astaire
e cantar como a Deanna Durbin.
E berrar na rua rabiscada com carvão e giz:
— Calçadinha é minha, calçadinha é minha, não é do rei!

(Mas era do rei. Sempre foi do rei.)

Ora, Dirieis

Morava no Brás a moça Iria, morava no Brás,
numa casa de italianos igual às casas italianas
de uma rua estreita piscando lampiões de gás.
Morava no Brás, o bairro dos compadres.
E as comadres diziam — ai, poveretta da pobre moça Iria!
Que tinha o coração fraco, pulsava-não-pulsava, a moça Iria,
que iria morrer cedo a moça, Iria.
Um dia, não, uma noite pálida e umedecida,
me levaram de visita à moça Iria
— anjinho agoureiro em procissão de despedidas.
E eu vi a moça
— era o sopro no coração que a fazia tão frágil e longínqua?
Eu vi a moça, tímida e franzina
como a noite que tremia nas ruas de São Paulo
encasacada em garoas e neblinas.
E me deu um beijo na testa, a moça Iria,
no ponto destinado à luz de auréolas.
E me levou à janela.
Era distante o céu do Brás, próximo e íntimo do olhar da moça Iria,
que me contava baixinho
(seu coração em sopro de surdinas)
o mistério das estrelas mortas cuja luz ainda vivia.
E eu via e ouvia a moça Iria
como se velas bruxuleantes cantassem litanias.
Mas nunca mais a vi e ouvi.
Nem sei se o Brás, quando escavou o metrô, no outro dia,
esbarrou na sepultura esquecida
onde couberam os sonhos, sopros e agonias do coração da moça Iria.
Só sei que às vezes,
quando abro as janelas pálidas de espanto,
vejo a tremeluzir a moça Iria
no céu de fluidos lampiões de infância.
E volta a pingar nos meus ombros a chama de velas já extintas.
E eu sei quem chama.
Irei, Iria.

Educação Moral e Cívica

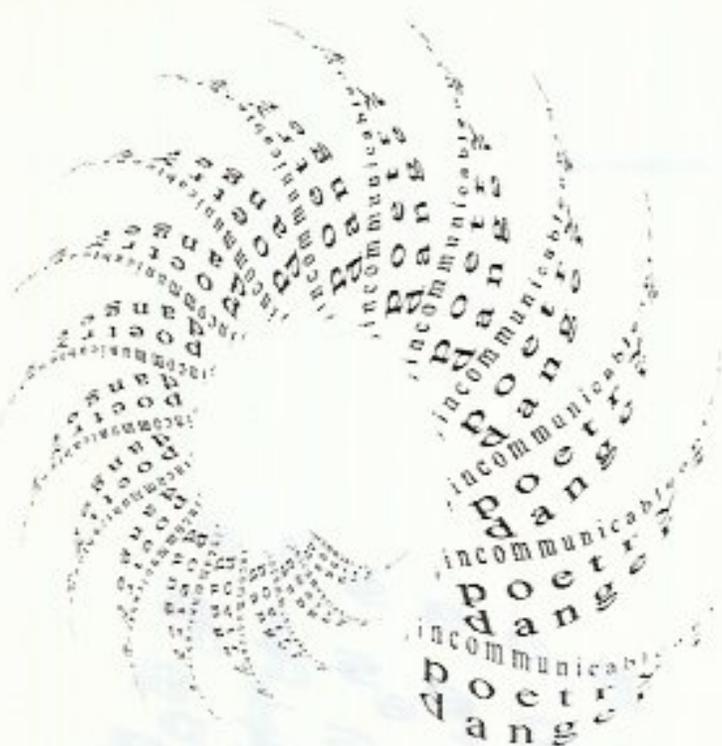
Na Revolução de 24, meu pai,
sob o fogo cruzado entre o Morro do Piolho e a Conselheiro Furtado,
houve por bem fugir com os trastes e a família
para os muito longes da Lapa
enquanto os legalistas ameaçavam bombardear a Liberdade.
Mas voltou depois do tiroteio
e reconquistou a casa.

Na Revolução de 32, meu pai
houve por bem dar ouro para o bem de São Paulo.
E, para o meu bem, fez-me brincar, infante cívica,
de marcha-soldado-constitucionalista.

Sob o golpe de 37, meu pai,
com uma tarja de treze listas,
acendeu velas votivas no Largo da Pólvora
e desceu enlutado a Rua da Glória.

No Instituto de Educação Caetano de Campos
me educaram na história institucional do povo egípcio
soterrado nas pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos.
Mas se esqueceram de contar que as rosas dos jardins da praça
tinham sido regadas
por Dráusio, Martins, Camargo e Miragaia.
Estudante do Brasil,
minha missão em feriados nacionais nacionalistas
era marchar na Av. São João com o uniforme da ditadura
enquanto meu pai lia notícias de guerra no *Fanfulla*.

Marchas e contramarchas mais tarde,
meu pai, herói sem farda,
sem batalhas (nem medalhas),
mas exausto,
achou por bem morrer
antes da Revolução de 64.

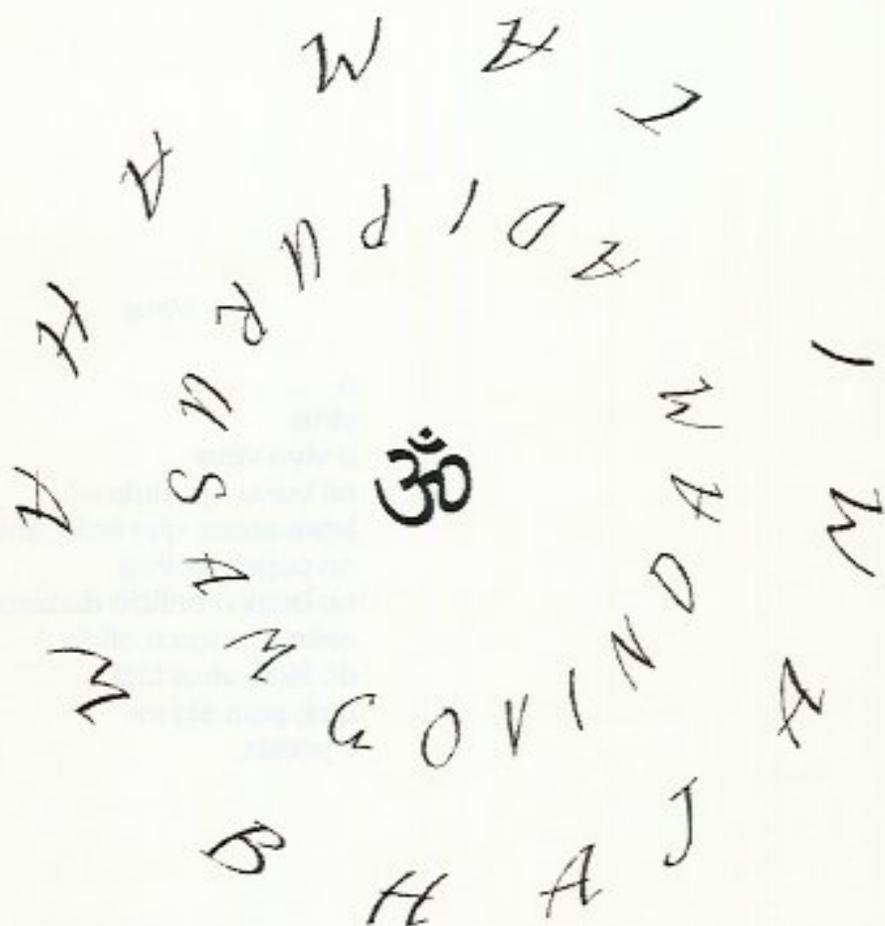


da eternidade - num círculo de águas.

Quase Adeus

(balalaica)
para Reginabhen

o
adeus
é seda, areia
pedra, areia, seda
rútilo negro-azul-turmalina
nas pálpebras secas
sobre que desata o nó ubíquo
de pele sob pele
morcego aflito que enseja o último beijo
em compotas de pesadelo
a derradeira visão: o sarcástico sorriso
de uma máscara oriental
mas: por que tragédia?
Pego-a pela cintura
e começamos
a dançar.



Pequeno Sermão aos Peixes
a José Kozer

a
 água
 é luz, a água
 é sêmem, prata, mercúrio
 espelho esférico de imagens trêmulas
 que brotam, flutuam e cessam
 oh esplêndidas carpas!
 Entre rajados cardumes, coroas de branca espuma
 e radiantes medusas
 lâminas prismáticas de uma vasta geografia
 vi o galho curvo de uma cerejeira
 uma nuvem, meu rosto
 uma rã.

Vírus

O
vírus
o vivo vírus
na vulva - pústula -
lepra acesa, que arde, arde
no papel; piolhos
no branco orifício do zero
assim é o tosco ofício
do fácil, vírus fútil
que, para alguns
é poesia.

NEM VEM QUE NÃO TEM
FEZ SOL? EU BRILHO TAMBÉM
DO AZUL FAÇO AMARELO
DO TROMPETE VIOLONCELO
DO FINAL FAÇO COMEÇO
VOU DORMIR E ME ESQUEÇO

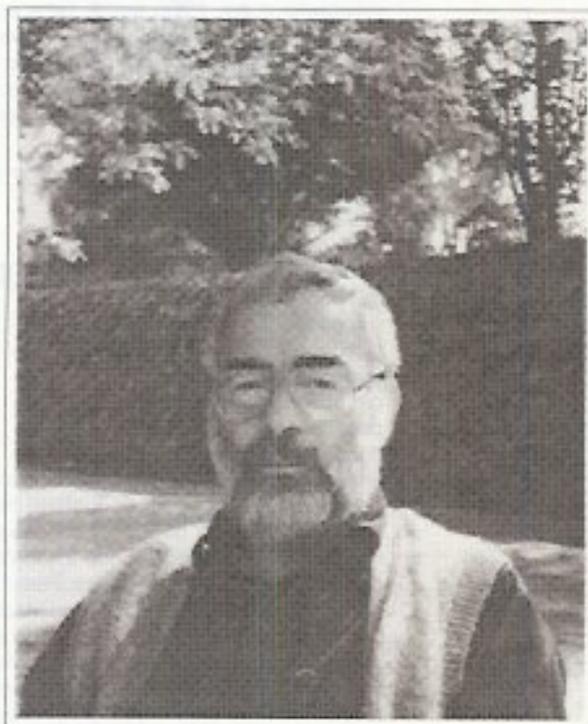
“A elite, no Brasil, era tão autoritária que não se importava se os negros ascendiam ou não”

Entrevista com o Historiador Norte-Americano

*Herbert S. Klein**

Herbert S. Klein concedeu esta entrevista em Nova York, onde é desde 1969, professor do Departamento de História da Universidade de Columbia. É considerado um dos poucos historiadores que se preocupa em estudar comparativamente as diversas experiências de escravidão. Seu livro *A escravidão africana na América Latina e no Caribe* já é uma obra clássica entre nós. Para melhor desenvolver e divulgar suas pesquisas, Herbert S. Klein foi professor visitante em várias universidades em Toronto, Buenos Aires, Uruguai, Jerusalém, Paris, México, La Paz além de ter estado nas universidades brasileiras de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Foi pesquisador da Simon F. Guggenheim Fellow e Woodrow Wilson Center, Smithsonian Institution. Foi pesquisador de pós-doutorado em sociologia em Yale e professor visitante em St. Antony's College Oxford. Ele pôde contar com numerosos financiamentos para ensino e pesquisa da Comissão Fulbright assim como da Social Science Research Council, The National Endowment para humanidades, The Tinker Foundation, o Banco da Espanha e mais recentemente o Consejo Nacional para Ciencia y Tecnologia del Mexico. Professor Klein preside ainda a Conferência dos Historiadores Latino-Americanos da Associação de História Americana além de participar do conselho editorial de sete revistas de história nos Estados Unidos, Europa e América Latina.

Herbert S. Klein é um autor muito atuante e publicou treze livros além de mais de cem artigos em inglês, espanhol, francês, italiano, alemão e português em revistas dos Estados Unidos, Europa e América Latina. Recentemente, ele publicou um instigante artigo, juntamente com Clotilde Paiva, no *Journal of Social History*, no qual realiza uma detalhada análise demográfica e econômica sobre a população escrava e livre em Minas Gerais. Professor Klein é, pois, um dos pesquisadores que mais tem contribuído para os estudos demográficos no Brasil e gentilmente concordou em nos falar de seu trabalho nesta entrevista.



A primeira questão que gostaria de fazer, refere-se ao seu método de pesquisa. Quais as vantagens e dificuldades que o senhor vê no método comparativo? No seu primeiro livro, datado de 1967, já fazia um estudo sobre a escravidão na Virgínia e em Cuba. O que levou o senhor a interessar-se por este método?

O método comparativo é útil para examinar dois casos bem similares e para entender o que é diferente. Vejamos, por exemplo, casos de enfermidades. É preciso examiná-las em diferentes grupos e suas diferentes medicinas assim como os índices: idade, formas de contaminação, de controle etc. A história comparativa é, no entanto, difícil pois se escreve três livros no lugar de um. Você escreve um sobre a sociedade A e outro sobre a B, além da comparação entre elas, no caso, o terceiro livro. Mas em muitos casos esta é a única maneira de compreender, porque existem diferenças. Se em algumas partes do mundo se teve escravidão e estruturas iguais (*plantation*), por que os Estados Unidos são, por exemplo, diferentes do Brasil? Então, tem que se analisar aspectos como religião, ideologia,

organização social, organização cultural, assim como o tráfico de escravos etc. É sempre difícil controlar todas as variáveis, mas é um método bem definido no mundo científico, que você pode aplicar à história.

Como foi que veio a ter a sua atenção despertada pela nossa história e como tem se desenvolvido o seu contato com pesquisadores brasileiros?

Comecei em 1965 trabalhando na Bolívia para minha tese de doutorado, já que minha dissertação de mestrado havia sido sobre Cuba e Virgínia, um estudo comparativo sobre a escravidão. Eu tive um ano de bolsa no Brasil da Fundação Ford e decidi começar a estudar a escravidão brasileira. Lá pelos idos de 1966-7, estive estudando no Rio de Janeiro na Fundação Getúlio Vargas

* Entrevista concedida a Regina Célia Lima Xavier, doutoranda em História na Unicamp e autora de *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*.

como pesquisador e assistente, assim como no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico. Comecei estudando o tráfico de escravos, porque por acidente encontrei uma excelente coleção sobre este tema. Publiquei um livro onde metade dos capítulos são sobre o Brasil, o resto sobre o Caribe, os Estados Unidos etc. E assim comecei, estudei um ano e aprendi a falar um pouco de português, mas depois quase abandonei o Brasil. Voltei em 1977 para ensinar na Universidade Federal do Paraná. Há dez anos tive meu interesse renovado e em 1986 voltei para ensinar história quantitativa na Universidade de São Paulo. Recomecei a pesquisar sobre a escravidão e fui convidado por Eni de Mesquita Samara e por Maria Luiza Marçilo para atuar na área de demografia e história econômica. Nesta época comecei a estudar, com profundidade, São Paulo e Minas Gerais. Trabalhei também com outros pesquisadores na FEA, onde encontrei Iraci Costa, Nelson Nossio e Francisco Vidal Luna. Com eles trabalhei muito na área de demografia histórica, inicialmente voltados para o estudo da escravidão. Depois passei algum tempo em Belo Horizonte. Tenho um aluno que é professor na Universidade Federal de Minas, Antônio Mitre. Através dele conheci Douglas Libb que me apresentou, por sua vez, a Clotilde Paiva, com quem estou trabalhando agora. Passei também a trabalhar na USP e no Arquivo do Estado de São Paulo no qual encontrei os mapas de população. Luna estava pesquisando lá também e pouco a pouco começamos a trabalhar juntos. Trabalhei ainda em outros temas vindo a publicar inclusive um artigo sobre o mercado de mulas em Sorocaba. Todo ano vou ao Brasil pesquisar e no Arquivo Municipal de São Paulo estudei sobre a estrutura econômica dos eleitores nas eleições de 1880 e publiquei recentemente um artigo sobre este tema. Trabalhando em arquivos com pesquisadores, alunos da FEA além do trabalho no Cedeplar, posso dizer que comecei realmente a estudar a história demográfica no Brasil.

Nos seus últimos artigos sobre o Brasil, o senhor escreve sobre Minas utilizando o método demográfico. Quais as vantagens e limites que o senhor vê neste tipo de abordagem?

Eu sou do grupo que teve uma influência da escola francesa, dos *Annales*. Sempre pensei também que a população humana e seu nível demográfico constituem um fator básico a ser considerado na evolução histórica. Eu não tenho nada contra outros métodos, mas decidi por este. É um método que exige qualificação e trabalhei nos anos 60 com informática e estatística, áreas fundamentais em demografia. É preciso considerar que a quantidade de material é enorme. Quando comecei, a história social do Brasil no século XIX quase não existia e quase todo mundo estava usando os relatos de viajan-

tes para escrever sobre história social. Entretanto, antes do primeiro censo de 1872, existe uma enorme coleção de mapas estatísticos não-publicados e não-analisados. Esta é uma fonte para que se possa examinar a história econômica, social e demográfica. Dentro da área de demografia sempre enfatizei a história social. Embora tenha trabalhado em todas as áreas da demografia nunca me dediquei a sua forma mais pura. As desvantagens? É um estudo de grande porte para o qual tem que se ter qualificação, dinheiro, ajudantes, estudantes, amigos etc., para processar todos os dados. Uma vez processados, já se pode produzir bastante material sobre a estrutura demográfica, econômica e social. Não estou questionando outras áreas. Estou simplesmente assinalando que esta área, tradicional em países como a Inglaterra, França e Estados Unidos, oferece

possibilidades especiais para o estudo da história do século XIX brasileira. Há um enorme campo a ser explorado como a história rural ou a história urbana, sobre os quais não se conhece muita coisa. Quer dizer, os viajantes falavam disto e daquilo, mas não há maneira de comprovar os dados. É funda-

mental o estudo demográfico, já que existem fontes extraordinárias para isto. Podemos assim ter uma nova visão, muito mais sofisticada de Minas, por exemplo, através desta análise demográfica. Visão esta naturalmente não apenas demográfica mas também socioeconômica, porque inclui informações sobre economia, organização social etc., já que se tem não apenas dados como idade, sexo, estado civil mas também tipos de ocupações, padrões de posse e propriedade de terras, formas de moradia etc. Há uma grande novidade em tudo isto e acho que, ano que vem, os grupos de São Paulo e Minas vão expor uma nova visão sobre o dinamismo da área rural brasileira antes do capitalismo.

O senhor trabalha em seu último artigo basicamente com os dados do censo. Contudo a experiência dos historiadores brasileiros é diferente da dos americanos, que contam com um número mais rico e variado de fontes. No Brasil, temos a ausência de alguns registros e uma enorme imprecisão de dados oficiais. Como o senhor enfrenta, em suas análises, esta imprecisão dos dados?

O Brasil é pobre em relação à América Latina que conserva muito mais documentação histórica, com arquivos riquíssimos, com uma documentação cartorial importante e que é relativamente rara no Brasil. Na comunidade internacional isto pode significar algumas dificuldades. Fui questionado em relação a alguns de meus artigos, indagado sobre a ausência de outros tipos de documentação sobre o Brasil. Travei uma luta enorme contra uma importante revista porque no meu trabalho sobre a Bolívia e o Brasil no século XIX, apresentei mais informações sobre a Bolívia, porque existe uma quantidade enorme de documentação sobre o mundo tradicional es-

panhol que não existe paralelo no Brasil. É realmente um problema, mas temos que trabalhar com o material disponível embora se consuma mais tempo. Nos Estados Unidos, por exemplo, temos o censo que se inicia em 1790 e que se repete a cada década. E não apenas este. Temos um grupo em Minnesota que está criando mostras de cada censo, mostras individuais. Temos não apenas o material publicado, mas mostras detalhadíssimas de 1880-90, além de censos estaduais do século XIX. Temos informações de cada vagabundo no Estado de Nova York em 1830, por exemplo. Isto não quer dizer, entretanto, que a história social nos Estados Unidos hoje seja mais avançada que no Brasil. Ao contrário, há mais interesse no Brasil porque vocês têm uma variedade de escolas, a marxista, os Annales, a escola pós-moderna, escola de tudo. No Brasil se tem mais interesse e se antes o acesso à informática não era tão facilitado, hoje com a revolução do PC, com um esforço individual pode-se trabalhar. Há mais entusiasmo na história quantitativa, na história social e demográfica no Brasil que nos Estados Unidos no momento. É verdade que a tradição aqui é enorme, do século XIX até hoje. É verdade que aqui, e nos Estados Unidos, têm sociólogos e economistas que trabalham com os censos e que só agora, no Brasil, os economistas têm trabalhado com isto. Mas trabalhar com o Brasil não é impossível. O único problema é que estes mapas são quase a única fonte, porque as fontes cartoriais não têm a qualidade típica, por exemplo, do resto da América Latina. A história social é difícil no Brasil mas se você se esforça, há material e poderemos ter, por exemplo, uma excelente história de Minas e de São Paulo no século XIX.

O BRASIL É POBRE EM
RELAÇÃO À AMÉRICA LATINA
QUE CONSERVA MUITO MAIS
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA,
COM ARQUIVOS RIQUESSÍMOS,
COM UMA DOCUMENTAÇÃO
CARTORIAL IMPORTANTE E QUE
É RELATIVAMENTE RARA NO
BRASIL.

O senhor, juntamente com outros historiadores, tem considerado a cor preta como indicadora da nacionalidade africana, exceto quando se diz preto crioulo, tratando-se aí de brasileiros. Mas este não parece constituir um padrão no Brasil, pois cor e nacionalidade podem parecer muito mais misturadas. No seu livro *A escravidão africana na América Latina e no Caribe*, o senhor considera que o que diferenciou estes lugares de outros foi a maneira como a questão da classe influenciou na definição de cor. Como lidar com isto e como considerar o racismo e a discriminação na produção dos dados usados na pesquisa demográfica?

Este é um debate enorme em Minas e não em São Paulo. Em Minas, qualquer análise demográfica mostra que os pretos são africanos, a não ser quando são citados como pretos crioulos, que são

brasileiros. Em São Paulo nenhum censo, nenhum mapa tem esta distinção e este é o debate com Iraci, Nelson e com todo o grupo. Libb e Paiva insistem que este é o sistema nos mapas de Minas Gerais e estou de acordo com eles. Existe um enorme debate na economia sobre este tema. Mas o caso de Minas não é generalizável. O que temos são os pretos crioulos, por um lado, e africanos, por outro. Podemos compará-los. Há os que argumentam que temos africanos em demasia, mas a diferença no padrão de cor, preto, pardo e branco, ainda existe. Estes pretos africanos constituem um grupo importante na definição da estrutura racial do Brasil. Mas, trata-se, somente de um debate sobre o africano em Minas, não estamos criticando o modelo racial do Brasil em geral. Estamos comparando pretos africanos com pretos crioulos e neste sentido, o padrão da estrutura racial como um todo não influencia os resultados de nossa pesquisa específica. Todo este debate se insere naquele que se faz com Martins, sobre a quantidade de africanos importados ou não, se havia dinamismo na população escrava ou não no século XIX. Refere-se a todo este debate sobre escravidão sem café e não sobre o debate relativo a estrutura racial.

O senhor tem considerado seguidamente em seus trabalhos a importância dos libertos e negros livres na população brasileira. Como o senhor avalia o peso político desta população e sua marginalização no período pós-abolição?

Os libertos e negros livres constituíam a maioria da população em 1872, eram mais numerosos que os brancos. Esta população não era marginalizada sob o ponto de vista demográfico. Eram pobres, é verdade. Os mais pobres da sociedade livre, é verdade. Mas existiam em todo o Brasil, em todas as ocupa-

ções, em todos os níveis. Neste sentido, abre-se o debate com Florestan Fernandes sobre os imigrantes e a idéia de que eles liquidaram os negros. Temos, é claro, que considerar o problema que o governo criou ao parar de registrar a cor nos anos posteriores à abolição. Temos o problema que é descobrir para onde foram os escravos depois da liberdade. Acredito que parte foi para a fronteira, para a velha agricultura, como Vassouras ou lugares assim, nos quais se tornaram moradores, sem o título de propriedade. A cidade de São Paulo foi criada também pelos imigrantes, pois lá existiam apenas 30 mil pessoas em 1880. E chegaram os italianos e ajudaram a criar a cidade de São Paulo. Os trabalhos históricos de Ianni, Cardoso e Fernandes são interessantes, mas não são exatos, possuem um trabalho mínimo de pesquisa e muita teoria. Os novos estudos mostram um dinamismo muito grande, mais importante do que eles consideraram. Eles simplesmente seguem um modelo,

um pouco como os Estados Unidos, nos quais os imigrantes chegaram nas cidades do Sul liquidando os ex-escravos. No entanto, não há dúvida que aqui a educação formal dos imigrantes era mais expressiva que a dos ex-escravos. Já os espanhóis que foram para o Brasil, tinham um nível de analfabetismo altíssimo. Então os imigrantes não formavam um grupo tão brilhante. Os imigrantes que foram para o Brasil eram os menos educados, porque a imigração brasileira foi subvencionada. Já os imigrantes que chegaram na Argentina e nos Estados Unidos, sem subvencção, tinham um nível um pouco mais alto, um menor nível de analfabetismo dos que os que chegaram no Brasil. Mas em São Paulo já não havia mais negros e mulatos em grande quantidade. Onde estavam é uma grande questão, talvez na fronteira, no Rio.

Ainda sobre a população de cor. O senhor aponta em seu trabalho para a importância do racismo na composição da comunidade negra. Cita o maior acesso a alforria e a maior mobilidade econômica e social experimentada pelos mulatos. Como o senhor avalia então dados como as diferenças de estado (escravos ou livres), de cor e origem, como definidores das relações entre a população de cor?

Em qualquer Estado que teve escravidão há preconceito e os brancos dominaram o padrão e quanto mais próximo dele, melhor. Obviamente os mulatos foram mais favorecidos, primeiro por serem filhos de brancos, depois por sua cor etc. Nota-se na estatística que normalmente os mulatos têm mais saúde que os pretos ou são mais ricos. Há distinções que mostram que o preconceito está funcionando minimamente nesta área para distinguir a comunidade. Se havia conflitos internos não sabemos, porque não há muita informação a este respeito. Que havia brancos pobres, sabemos muito bem. Que havia matrimônio entre brancos e pretos, sabemos também. Mas em qualquer sistema muito rígido como este nota-se mais movimento nas fronteiras. Quer dizer, pretos casando com mulatos não com brancos, mulatos casando com brancos não com pretos. É um processo comum como a ascensão da classe baixa para a classe média, uma vez que não se sobe da classe baixa para a rica numa geração. Nosso artigo mostra que os libertos tinham muitas semelhanças com as pessoas livres, podiam ter terras, escravos e outras coisas. Contudo, pequenas diferenças entre mulatos e pretos são uma indicação que o preconceito estava funcionando. Não se tratava de um mercado completamente aberto, com uma competição baseada na qualificação individual. Era desigual como nos Estados Unidos, apenas o tipo de preconceito é que é diferente, não há, neste sentido, falta ou inexistência de preconceito.

Analisando a economia mineira, o senhor conclui que esta província no século XIX, sofria menos as pressões do mercado externo por ter uma vigorosa economia interna. Que tipo de papel o senhor acha que Minas desenvolveu econômica e politicamente no Brasil? Segundo, se os escravos estavam empregados em outras atividades, não-exportadoras, e se a população livre era atuante, em que medida a escravidão em Minas era diferente da de outros lugares, como São Paulo, por exemplo? Os escravos mineiros teriam uma outra disciplina de trabalho ou uma maior mobilidade social?

Não. No artigo que escrevi com Luna sobre as leis municipais em São Paulo, notamos, aí, também um certo dinamismo, com trabalho têxtil e artesanal com escravos, pequena, média e grande agricultura etc. Assim, Minas e São Paulo em 1830-40 não eram tão diferentes. O grande argumento de Martins é para depois, referindo-se a 1872, quando havia 300 mil escravos em Minas que não estavam dedicados à indústria de exportação. Seria o único caso no mundo americano de grande concentração de escravos não-vinculados à indústria de exportação. Em Cuba, os escravos estavam concentrados em áreas dinâmicas também, mas havia a indústria de exportação, na qual havia um grande capital de escravos. Em Minas, havia a mesma quantidade de escravos que Cuba, mas não tinha uma grande indústria de exportação. No nosso caso, trata-se de 1830-40, antes do grande boom de café. Se você examinar Itu, Campinas e comparar com outras áreas de Minas como Sabará, você notará as diferenças. Mas há em São Paulo também um dinamismo extraordinário da população em geral, especialmente da população de escravos. Depois da era do café é que começam haver diferenças profundas.

De que maneira as diferentes experiências de escravidão, em sua opinião, determinaram as diferentes formas de racismo e discriminação presentes na sociedade brasileira e americana?

A existência de uma grande população de libertos antes da abolição, no Brasil, fez com que duas ou três gerações, antes mesmo do fim da escravidão, tivessem uma experiência de mercado, de luta pela sobrevivência, de capitalismo. Não é por acaso que as religiões afro-brasileiras são tão exuberantes. Depois da emancipação dos escravos, elas crescem, porque existe uma população já preparada, existe um mundo onde os ex-escravos entram sem grandes crises. Nos Estados Unidos eles estão concentrados no Sul, onde permanecem. Como não possuem terra são obrigados a submeter-se ao sho-

OS TRABALHOS HISTÓRICOS
DE IANNI, CARDOSO
E FERNANDES SÃO
INTERESSANTES, MAS NÃO
SÃO EXATOS, POSSUEM UM
TRABALHO MÍNIMO
DE PESQUISA E MUITA TEORIA.

re-cropping. No Brasil, eles escaparam das fazendas, este mundo comparativamente era mais complicado, porque os negros existiam em grande número ou porque estavam nas zonas urbanas mais importantes. Uma grande população de pretos e pardos livres, por várias gerações, foi dominante representando 60% da cidade de Salvador, por exemplo. Não era um grupo marginal apesar de ser mais pobre que outros. Esta experiência de um mundo livre, antes do fim de escravidão, no qual eles tinham que competir sem proteção alguma ou seguro social, foi importante para criar uma comunidade viável. Eu acho que a diferença na constituição da população livre criou formas de discriminação diferentes. A grande questão é saber exatamente o porquê. No começo, os Estados Unidos não eram tão diferentes do Brasil, havia o mesmo tipo de *plantation*, havia a coarctação, que foi uma prática em todas as colônias da América Latina depois

de 1800. Nos Estados Unidos, especialmente depois das rebeliões americanas, como a de Nat Turner, não houve mais esta prática. Já no Brasil, houve mais expansão. Você pode argumentar também que um país mais democrático tende a ser mais racista que um país autoritário. A elite, no Brasil, era tão autoritária que não se importava se os negros ascendiam ou não. Podiam ter o controle da situação. Vejo o preconceito como um mecanismo de controle, na forma como se entra no mercado. A classe alta no Brasil estava muito segura. Podia até aceitar casamentos inter-raciais. A questão de classe operou muito mais no Brasil também. A segurança da clas-

se alta determinou sua reação. Nos Estados Unidos há um debate enorme para saber quem é mais preconceituosa, a classe alta, média ou baixa. Argumenta-se que nas classes populares há mais preconceito, porque há maior competição, ou ainda que a elite tem medo de uma mobilidade demasiadamente rápida. O sistema democrático é mais aberto, do ponto de vista econômico. Nos Estados Unidos houve mais controle, fecharam mais o sistema, o que não aconteceu no Brasil onde os libertos e livres de cor eram importantes demais.

Eu queria que o senhor comentasse, um pouco, o debate sobre as minorias e a questão das cotas nos Estados Unidos.

Existe um forte debate nos Estados Unidos sobre a utilização das cotas. Argumenta-se que estão sendo mal utilizadas por não passarem pela questão da classe. Os afro-americanos ricos

têm o mesmo acesso que os pobres. Os latinos ricos têm o mesmo direito que os pobres. Tem alunos latinos, em melhor situação que a minha, que ganham bolsas como minorias. Não se leva a questão da classe em consideração. Isto gera uma grande reação por parte dos americanos brancos pobres que falam que todos são privilegiados menos eles. É um argumento importante. O nosso mecanismo de cotas é bom para abrir o sistema, mas uma vez aberto, precisa dar conta de outras variáveis. Eu acho que minoria e classe deveriam ter o mesmo peso. Não somos o melhor país, no mundo industrial, em termos de distribuição de renda.

O NOSSO MECANISMO DE COTAS É BOM PARA ABRIR O SISTEMA, MAS UMA VEZ ABERTO, PRECISA DAR CONTA DE OUTRAS VARIÁVEIS. EU ACHO QUE MINORIA E CLASSE DEVERIAM TER O MESMO PESO.

Bibliografia de Herbert S. Klein

Livros:

Slavery in the Americas, a comparative history of Cuba and Virginia. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

Orígenes de la Revolución Nacional Boliviana: la crisis de la generación Del Chaco. La Paz: Editorial Juventud, 1968.

Parties and political change in Bolivia, 1880-1952. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

The middle passage: comparative studies in the atlantic slave trade. Princeton: Princeton University Press, 1978.

(With KELLEY, J.). *Revolution and the rebirth of inequality. A theory applied to the National Revolution of Bolivia.* Berkeley: University of California Press, 1981.

Bolivia: the evolution of a multi-ethnic society. New York: Oxford University Press, 1982.

(With TEPASKE, J.). *Royal treasures of the Spanish Empire in America, 1580-1825.* Duhan: Duke University Press, 1982. 3 v.

(With BACHA, Edmar). *Transição incompleta: Brasil desde 1945.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2 v.

Entrevistas

African slavery in Latin America and the Caribbean. New York: Oxford University Press, 1986.

Bolívia. Do período pre-inca a Independência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

Haciendas and ayllus: rural society in the Bolivian Andes in the 18th and 19th centuries. Standford: Standford University Press, 1993.

A imigração espanhola no Brasil, séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Sumaré: Idesp-Fapesp, 1994.

(With TERASKE, J.). *Ingresos e egresos de la real hacienda en Nueva Espana.* Mexico: Instituto Nacional de Antropología y Historia. 2 v.

Las finanzas del imperio español: ingresos y gastos en Mexico, Peru y Charcas, 1680-1809. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa: Instituto Mora, 1995.

Artigos em português:

Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. In: *Dados*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 3-27, 1978.

O tráfico de escravos de Angola para o Rio de Janeiro, 1795-1811. In: COSTA, Iraci Del Nero. São Paulo: Ed. Brasil: Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 1986. p. 77-94.

O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830. In: *Anais de História.* São Paulo, 1973. p. 85-101.

(Com LEFF, Nathaniel). O crescimento da população não-européia antes do início do desenvolvimento: o Brasil do século XIX. In: *Anais de História*, v.1, 1974. p. 51-71.

Padrões de embarque e mortalidade no tráfico de escravos africanos no Rio de Janeiro. In: PELAEZ, Carlos Manuel; BUESCU, Mircea. Rio de Janeiro: Apec, 1976. p. 99-114.

(Com ENGERMAN, Stanley). A demografia dos escravos americanos. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 208-27.

A população de Minas Gerais. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, p. 143-7, jan./abr. 1985.

(Com MATTOSO, K; ENGERMAN). Preços dos escravos libertos na Bahia, 1918-1888. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*, 1988. p. 60-72.

A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. In: *Estudos Econômicos*, v.2, n. 17, p. 129-60, 1987.

Tráfico de escravos. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. p. 51-9.

Novas interpretações do tráfico de escravos do atlântico. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 3-26, jan./jul. 1989.

A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil. In: *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 3, p. 457-76, set./dez. 1989.

A oferta de mueres no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. In: *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, p. 347-72, maio/ago. 1989.

A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. In: *Cebrap*, São Paulo, v. 25, p. 95-117, out. 1989.

A integração social e econômica dos imigrantes portugueses em Brasil nos finais do século XIX e no século XX. In: *Análise Social*, v. XXVIII, n. 121, p. 235-65, 1983.

(Com CUNHA, F.Vidal). Escravos em SP no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, v. 20, n. 3, set./dez. 1990.

(Com HARBER, S.). As conseqüências econômicas da independência brasileira. In: *Cebrap*, São Paulo, n. 33, p. 236-48, jul. 1992.

(Com PAIVA, Clotilde). Escravos e livres no século XIX em Minas Gerais: campanha em 1831. In: *Estudos Econômicos*, v. 22, n. 1, p. 129-51, jan./abr. 1992.

A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de SP em 1880. In: *Dados*, v.38, n.3, p. 527-44, 1995.

Guilherme Figueiredo

José Roberto do Amaral Lapa

Professor-Titular do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas
da Unicamp



José Roberto do Amaral Lapa (esquerda) em palestra com o teatrólogo Guilherme Figueiredo, (década de 50).

A morte de um amigo muito querido, interrompendo uma amizade de mais de 40 anos, traz à lembrança, de maneira atropelada, os momentos dos encontros tantos e de alguns desencontros, que assinalaram essa longa caminhada.

Sob a dor de sua ausência, recordo alguns desses momentos, diálogos e

mesmo silêncios, curtidos com a unção do bem-querer.

Conheci Guilherme Figueiredo já escritor consagrado, quando a sua peça maior - *A raposa e as uvas* - foi encenada em nosso Teatro Municipal, num desempenho magistral do ator Sérgio Cardoso, no papel do escravo-filósofo Eso-po. A sua mensagem universal emo-

cionou platéias de várias latitudes, no mundo comunista e no capitalista, em cidades como Moscou, Viena, La Paz, Lisboa, Burgás (Bulgária), Buenos Aires, cidade do México, Lenigrado, Varsóvia, Sófia, Rostok, Madri, Berlim Oriental e outras muitas, levando então o autor, a ir partilhar dessas reações.

Em Campinas, em seguida ao espetáculo, como era costume, a Associação Campineira de Imprensa, que ficava no prédio de esquina da Rua Barão de Jaguara com General Osório, ofereceu um coquetel reunindo o autor, o elenco e os jornalistas. Talvez, o fato de sermos ambos campineiros e mais algumas afinidades intelectuais, fizeram com que a partir daquele encontro até agora, com algumas passagens para mim memoráveis, fosse tecida entre nós uma amizade que nem as distâncias e os silêncios, prolongados além do desejado, conseguiram vencer. Nem mesmo a frustração das nossas vontades de um trabalho conjunto, na verdade nunca concretizadas e que motivaram os desencontros a que me referi, explicitados na sua tentativa de levar-me de Campinas e na minha de trazê-lo de volta... Não dá para especular se foi para o nosso bem ou nosso mal, embora acredite que saímos, pelo nosso temperamento, por uma certa vocação que se sedimentou com os anos, enfim pelo que se esperava de nós, acabou sendo para o nosso bem.

Senão, vejamos como isso se deu. Quando Assis Chateaubriand criou a primeira emissora de TV que

o Rio teve - Televisão Tupi - Guilherme Figueiredo foi escolhido para seu diretor e não demorou em querer levar-me para os estúdios da Urca, o que possivelmente pela minha caipirice acabei não aceitando.

Passados muitos anos, tentei trazê-lo de volta a Campinas. O professor Zeferino Vaz criara o Instituto de Artes na Unicamp e levei-lhe a idéia, estimulada de imediato pelo professor Rogério Cerqueira Leite, de entregar a direção a Guilherme Figueiredo, que entretanto acabou optando pela Reitoria da Uni-Rio, do que entretanto não se perdoava até agora.

Para compensar, registro alguns dos encontros que tivemos, não tantos quanto o desejado, no seu apartamento no Rio ou em minha casa em Campinas ou mesmo em Paris, quando servia como Adido Cultural na Embaixada do Brasil, onde estive com minha mulher Elida, que eram sempre como convém, para resgatar esperanças perdidas, confidências esquecidas, projetos pretendidos. O lugar pouco importava. Lembro-me que em uma dessas ocasiões, no bar à beira da piscina do Copacabana Palace, dissertou e executou a arte de amassar queijo com cerveja, enquanto em outra oportunidade, numa tarefa de Ipanema, surpreendeu o garçom ao dispensar os talheres, para que pudéssemos destrinçar um frango assado no capricho, como se não fosse ele o competente autor de *Comidas, meu santo* (1964).

Acredito ter recebido a maioria dos seus livros, pois tenho comigo

vinte e dois deles, todos com amáveis dedicatórias reiterando a amizade e a saudade, que como *marginalia* trazem uma história de sentimentos e sentidos.

Escritor produtivo e de incrível versatilidade, Guilherme Figueiredo mantinha a mesma qualidade literária e artística em seus romances, contos, poesias, crônicas, ensaios e teatro, para não falarmos no humor e na gastronomia!

Quando publicou *Ração de abandono* (1973), um livro de poemas que reinventam a vida, como considerou Mário da Silva Brito, sem pressentir o tanto que produziria depois, escreveu *...você sabe com que carinho e amizade eu lhe mando este canto de cisne...* Dois anos depois, manda-me de Paris, o seu romance *14 Tilsitt, Paris* (1975), que é como que uma saga da tradicional família campineira, escrevendo *Ao caro JR, este pedaço de saudade de Campinas - que são saudades de você, do seu GF*. Quando reúne em *A lição do guru* (1989) as cartas que Mário de Andrade lhe escrevera entre 1937 e 1945, considera *...aqui vai a melhor lição que aprendi do meu melhor professor e vão por aí as suas mensagens, nas quais invariavelmente Campinas e as saudades são recorrentes.*

Mas foram nas cartas, trocadas nestes anos todos, que ficaram os diálogos de um dos interlocutores mais inteligentes e afetivos que tive. Nelas, os amigos comuns, as andanças, as angústias e perplexidades, as grandes alegrias e emoções eram parti-

lhadas com generosidade.

Em sua última carta, recente ainda, que estava sobre a minha mesa, quando recebi a notícia de sua morte, pois ali a coloquei para lembrar-me de responder, o que faria por estes dias, dada a soma de coisas a dizer, confirma-se o que disse antes.

É que nela, escrevera num longo texto confitente, amargo pelas tristezas e frustrações, pela morte de amigos que lhe eram muito caros, como o editor Ênio Silveira, a pedido de quem estava escrevendo sua autobiografia que já ia em setecentas páginas, o reiterado amor por Campinas e o seu frustrado maior de não ter regressado como queria: *Que bela lição você me deu, meu caro! E que inveja sinto! E que difícil vontade de voltar a Campinas como menino estudante e olhar com olhos virgens a cidade que eu perdi. Foi para mim uma lição: minha terra é aqui, minha gente é aqui, meus sofrimentos deviam ser os de minha gente. Aprendi um tanto tarde; mas o seu estudo me mostrou o que eu devia ter feito em Campinas, como o Jorge Amado na Bahia e o Érico Veríssimo no Rio Grande: escreve-se descalço e de pés no "nosso" chão, os olhos voltados para as nossas lembranças. Tudo isto há de ser repassado, quando eu puder viajar até aí, logo que afaste da biblioteca universitária que criei e onde vivo espanando aqui e ali, na esperança de leitores... De hoje a dois dias vou fazer oitenta e dois anos. Se isto ainda der para viver, você não se livrará de minha visita. E encerra a carta, Abraços*

Comunicações

aos meninões, e um sincero até já, para você, para os amigos campineiros, antes que eles desistam de esperar ou o Padre Nosso desista de nos fazer encontrar.

É isso aí, Guilherme, pois não foi que o Padre Nosso adiou o nosso encontro, que já não será em Campinas, mas em lugar incerto e não sabido! Mas a gente se vê por aí.

A seção Debate obriga neste número os trabalhos que serviram de base às exposições feitas pelos autores na mesa-redonda "A História Econômica em Questão" no I Congresso Brasileiro de História Econômica, realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em setembro de 1993, sob a coordenação do Prof. Sérgio Silva, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

A História Econômica em Questão *

Sérgio Silva

IFCH-Unicamp

Os temas e os períodos analisados pelos três autores que participaram do debate *A história econômica em questão* são bastante diferentes - a economia colonial na passagem do século XVIII para o século XIX; a economia escravista baiana do século XIX; a industrialização - e correspondem às pesquisas que cada um deles realiza em sua vida acadêmica. A relação entre os três trabalhos encontra-se no fato de que todos eles, a partir destes diferentes temas, dedicam-se a uma reflexão crítica mais geral, sobre problemas de interpretação histórica, sobre as formas de fazer e de conhecer a história econômica.

A discussão destes questionamentos era justamente o objetivo da mesa-redonda.

I

O elo perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830, trouxe para o debate a crítica de José Jobson de Andrade Arruda à visão tradicional da história brasileira, baseada nos *grandes símbolos paradigmáticos* do açúcar, ouro, café e, finalmente, da indústria. Dentro desta visão, o período considerado neste artigo é caracterizado pelo desalento econômico, pela retração dos ganhos e pela prostração das forças sociais.

Para José Jobson, ao contrário, este período da nossa história apresenta uma vida econômica e social extremamente rica, que conduz à *inapelável destruição* do regime de exclusivo colonial, antes mesmo da transferência da família real para o Brasil, em 1808. Essa riqueza seria o resultado de um conjunto de atividades econômicas variadas e heterogêneas, que teriam se desenvolvido em diversos pontos do território brasileiro, apesar do monopólio metropolitano ainda em vigor.

O pouco destaque concedido a essas atividades pela historiografia tradicional é explicado como decorrência de um outro *exclusivo*: durante muito tempo, a história econômica do Brasil

se orientou de modo praticamente exclusivo para o estudo dos fenômenos relacionados com as atividades do que passamos, mais tarde, a chamar de *setor externo*.

Celso Furtado é um dos mais conhecidos defensores da tese sobre a estagnação econômica que teria marcado a vida de toda a colônia (com a honrosa exceção do Maranhão) após o ciclo do ouro. E, efetivamente, como ele destaca, durante este período, as exportações se mantêm estagnadas e as importações reduzem-se. Entretanto, ao mesmo tempo, as atividades voltadas para o mercado interno apresentam um significativo crescimento e uma forte diversificação.

Este crescimento, segundo José Jobson, compreenderia inclusive um *processo de constituição de unidades fabris que poderia desembocar num processo de industrialização* e ameaçaria, em particular e de forma mais imediata, as relações com a metrópole portuguesa, que enviava 78% de suas exportações para o Brasil. A efetivida-

* Outros trabalhos apresentados no mesmo congresso foram reunidos em quatro livros - *História Econômica do Brasil Colonial*, *História Econômica da Independência ao Império*, *História Econômica da Primeira República* e *História Econômica do Brasil Contemporâneo* - publicados, em 1996, pela Editora Hucitec e pela Fapesp.

de dessa ameaça explicaria o verdadeiro alcance do alvará de d. Maria I, em 1785, restringindo as possibilidades de produção manufatureira na colônia.

De um modo mais geral, esta crítica destaca a possibilidade concreta de uma alternativa diferente de desenvolvimento, que só foi afastada pelos rumos posteriores da economia e da sociedade brasileiras. Assim, além da revisão das teses sobre este período, este artigo chama a atenção para um problema mais geral: freqüentemente, a história Econômica tende a reconstruir os processos históricos a partir de seus resultados, subestimando a sua complexidade de tal forma que as opções presentes em cada momento praticamente desaparecem.

II

Consagrado especificamente a um estudo sobre a Bahia do século XIX, *Por uma história política da economia escravista* é, sem dúvida, o artigo que desenvolve de forma mais explícita seus questionamentos de ordem teórica e metodológica sobre a história econômica.

Nele, Ubiratan Castro de Araújo defende uma história política renovada, com uma vocação globalizante, que permitiria recolocar o econômico em seu devido lugar, integrado na dinâmica do conjunto da sociedade, como parte da realidade social e não mais como determinante infra-estrutural do todo social.

De acordo com René Remond, ele afirma uma determinada centralidade do político em relação as demais instâncias da vida social, considerando-o, em particular, como um campo alargado de decisões sociais sobre o econômico. Dentro desta linha de pensamento, uma história política da economia -

necessariamente pluridisciplinar - contribuiria para reinserir os fenômenos econômicos no fluxo contínuo da vida do passado, como atividades de homens, de uma forma ou de outra, organizados.

Os grupos ou classes sociais não seriam vistos como simples portadores de determinações estruturais, mas como verdadeiros agentes formuladores e/ou responsáveis pelas decisões da política em geral e da política econômica em particular. Assim, a escravidão na Bahia do século XIX é vista não apenas como uma instituição que se reproduziria segundo a sua própria lógica, mas também e principalmente como ação da sua elite açucareira, que se afirma, concretamente, na luta contra projetos alternativos de outros grupos ou classes sociais.

Não se pode esperar que os projetos alternativos tenham alcançado o mesmo grau de definição e clareza daquele que finalmente se tornou dominante. A formulação do que podemos chamar de um projeto social deve necessariamente ser vista como parte do próprio processo histórico em que o seu destino é decidido. Desse ponto de vista, a formulação mais completa de um projeto acompanharia a sua implementação e estaria vinculado ao seu próprio sucesso.

Mesmo assim, Ubiratan de Araújo considerou possível identificar uma pauta de reivindicações que configuraria uma espécie de programa de caráter urbano e popular; um projeto alternativo, cujos itens mais visíveis seriam: a autonomia política da província, a emancipação dos escravos, a diversificação da economia e o desenvolvimento da pequena propriedade. Tais idéias marcariam não somente as revoltas e os movimentos populares da época, mas se fariam sentir ainda,

décadas mais tarde, no movimento abolicionista baiano, por exemplo.

III

No título do terceiro e último artigo, *Revisando a industrialização brasileira: onde a memória histórica trai sem constrangimentos a história*, Edgar Salvadori de Decca já nos indica o caráter polêmico do seu trabalho, que deriva de sua vinculação mais direta com as questões atuais sobre a intervenção do Estado na economia e na sociedade.

Para Edgar de Decca, a historiografia sobre o assunto, de um modo geral, *tomou o partido do Estado*. Esta tese parece especialmente polêmica quando é associada à crítica daqueles que consideram o empresariado como uma força conservadora que não era capaz de reconhecer o avanço da legislação trabalhista. É verdade, entretanto, que essa idéia aparece como elemento de uma crítica mais geral às análises que apresentam o Estado como o único elo de negociação possível entre as classes sociais.

A historiografia tenderia a ignorar os efeitos arrasadores da legislação trabalhista, que teria desorganizado não somente a vida sindical operária, tirando-lhe a autonomia, mas também toda a indústria paulista: *durante anos todo o crescimento econômico ficou comprometido pelo emaranhado de leis e pelas disputas entre o empresariado e o Estado*. Uma das conseqüências mais perniciosas do avanço do Estado seria o *progressivo descompromisso das elites no que concerne às negociações sociais*.

Determinadas passagens do artigo, pelo menos se consideradas isoladamente, podem nos fazer pensar numa reformulação pela esquerda de algumas teses liberais ou neoliberais. Tal possibilidade parece vinculada, sobretudo, ao

objetivo de orientar o texto por uma crítica a todo um conjunto de trabalhos sobre o processo de industrialização, cujas idéias encontram-se no centro do pensamento da esquerda brasileira e dizem respeito, fundamentalmente, à liderança do Estado no processo de industrialização.

Temo que estas passagens - e nossas discordâncias em relação às suas implicações para o momento político atual - levem-nos a rejeitar o artigo sem examinar todas as suas implicações. A crítica à visão estatista da historiografia conduz, na verdade, a uma tese mais ampla: através da forte intervenção do Estado nas questões econômicas e sociais, o processo de industrialização não se faria acompanhar pela hegemonia crescente dos setores dominantes diretamente ligados à indústria e às regiões desenvolvidas industrialmente, como São Paulo.

Esta tese estaria *ocultada* pela forma altamente polêmica da crítica: *criamos uma interpretação histórica que imputa aos setores conservadores e autoritários da sociedade e do Estado a responsabilidade pela introdução do Brasil na era da industrialização e da modernidade*. Integrada ao conjunto do artigo, esta afirmação significa que a historiografia atribui um caráter intrinsecamente (ou naturalmente?) progressista a todo processo de industrialização para valorizar positivamente a ação destes setores ou do próprio Estado.

Desde o início, o Autor revela as idéias mais gerais que fundamentam a sua análise, em particular aquela que sustenta a tese sobre o não-necessário predomínio da burguesia industrial na industrialização: *discutir a indústria no Brasil não é apenas uma questão de ordem econômica; aliás, aqui mais do que em outros lugares, os imperativos de ordem econômica valem muito pouco*.

Em outros termos: os interesses

que conformaram o desenvolvimento da indústria não podem ser compreendidos unicamente, nem mesmo principalmente, a partir da economia. A história econômica deve se livrar do determinismo econômico e da ideologia evolucionista a ele associado.

IV

A leitura dos artigos muito provavelmente mostrará que as questões formuladas pelos três autores são ainda mais importantes e profundas do que fui capaz de destacar nesta apresentação, sobretudo no que se refere às teses diretamente relacionadas com os períodos históricos por eles examinados. Aqui, procurei ressaltar principalmente aquelas que me pareceram, por seu caráter mais amplo e por suas implicações teóricas ou metodológicas, questionamentos à história econômica de um modo geral.

Afinal, seja lá que nome encontremos para esta aparente revolução (ou será simples confusão?) por que passa o pensamento científico em geral, ela diz respeito diretamente às ciências sociais e à história. Os questionamentos que encontramos nos três artigos não podem deixar de ser relacionados com as preocupações que orientam o debate atual sobre a validade, a abrangência e os fundamentos do pensamento científico.

De certa forma, eles não constituem exatamente uma novidade. Desde as suas origens, as ciências sociais e a história estão marcadas pela discussão sobre as implicações da separação dos fatos econômicos em um campo específico de estudos, sobre a possibilidade de entender a economia e a sociedade a partir de razões propriamente econômicas ou de encontrar leis que libertariam os nossos estudos da com-

plexidade própria aos processos históricos, resultados de uma ação humana que, sejam quais forem os seus limites, é, finalmente, a responsável pelas transformações sociais.

No caso da economia e da história econômica, essa questão torna-se mais aguda, tendo em vista o peso geralmente atribuído, nas mais variadas correntes de pensamento, às determinações exercidas sobre o conjunto da sociedade pela infra-estrutura econômica ou pelo mercado (entendido como o *locus* privilegiado das relações econômicas). De tal forma que o pensamento econômico pode ser visto como um dos alicerces do *cientificismo* que fundamentaria não somente o próprio pensamento científico, mas também o pensamento político e as ideologias dominantes.

Ao apresentarmos a história como a realização de leis ou tendências, de uma forma ou de outra, naturais, valorizamos as elites dirigentes e as elites intelectuais, depositárias principais ou conhecedoras destas tendências (o que, de certo modo, significa legislar em causa própria), e, ao mesmo tempo, eliminamos o sentido próprio das ações humanas, como se a elas não restasse outra alternativa além de seguir a corrente dominante.

Independentemente da idade desses questionamentos, os três artigos podem contribuir muito, seja para o avanço do conhecimento nas áreas específicas em que desenvolvem as suas análises, seja para integrar os pesquisadores brasileiros de história econômica em um debate que certamente ganhou uma nova vida, quando um de nossos colegas, de ciência mais exata, saiu do seu laboratório e, para a nossa surpresa, disse que os átomos fazem o que eles querem. Será possível?

O Elo Perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830

José Jobson de Andrade Arruda

USP

É quase natural, entre os intelectuais brasileiros, sejam eles vinculados por uma postura arcaica ou modernizante, balizarem os horizontes da história do desenvolvimento econômico do Brasil a partir dos grandes símbolos paradigmáticos, quais sejam: a economia agrícola açucareira, a exploração aurífera mineira, o retorno ao ciclo agrário cafeeiro e finalmente, o momento da industrialização.

Nesses termos, temos sempre uma visão aurificada, atraída pelo brilho do ouro amarelo ou do ouro verde. Vivemos, entre a crise do ouro e a emergência do café, à espera da salvação representada pelo novo *boom* econômico atrelado a um produto redentor de nossas mazelas sociais e materiais.

Esta imagem, que atravessa dos intérpretes mais insossos aos mais críticos, deixa escapar um momento que, a nosso ver, é privilegiado para entender uma possibilidade nova, uma alternativa diferente, que sequer reconhecemos, que menosprezamos sob o apodo decadentista. A sensação que temos, haurida na bibliografia, é a de que o período posterior a 1780 é de profunda estagnação e assim continuará até a emergência da redenção cafeeira. Esquecemo-nos, por exemplo, que neste período se dá o processo da emancipação que, deslançado em

1808, alcança seu cume em 1822 e encerra-se em 1831. Não parece contraditório? A ex-colônia realiza o ato político mais significativo de sua história, aliás, o próprio ato de sua fundação, num momento considerado de desalento econômico, de retração dos ganhos e, necessariamente, de prostração das forças sociais? Se assim for entendido, é claro que a independência somente poderia ser atingida por meio de uma conjuntura favorável, através de uma circunstância fortuita que nos beneficiou e aqui lançou a família real. A independência e os documentos legais que a formalizaram, somente poderiam resultar de uma doação, de uma outorga, e a colônia, nestes termos, iniciaria seu sonho bestificado que permaneceria até a emergência da República.

A relação entre decadência e emergência do Estado Nacional criou uma outra correlação histórica que tem se mantido como mito político brasileiro: a relação incestuosa entre desenvolvimento econômico e intervenção do Estado.

Seria mesmo o período de 1780 a 1830 um período decadente na história econômica brasileira? Seria ele mesmo a sala de espera do parto cafeeiro que, por sua vez seria a ante-sala da industrialização?

Recordemos que a idéia de es-

tagnação econômica está posta em Celso Furtado e jamais nos abandonou. A idéia de que, com exceção do Maranhão, todo resto da colônia estava em profunda prostração no início do século XIX. Usa-se o argumento da renda per capita reduzida, a partir da retração dos valores libra/ouro da exportação, cifrados em torno de 5 milhões de £ em 1760 e reduzidos a 4 milhões de £, em 1800. Esquecemos do potencial dinamizador de uma renda de 4 milhões de £, quando a renda se distribui pela própria colônia. Em 1760, tínhamos 5 milhões de £ esterlinas concentradas nas mãos dos grandes produtores de açúcar e dos exploradores do metal precioso e, na sua maior parte, remetido para o exterior. Em 1800, a renda monetária é menor, mas resultante da exportação de uma grande variedade de produtos, dentre os quais, o outrora hegemônico açúcar, não representava mais do que 35% da pauta de exportação, enquanto o ouro se reduzira a pó. Além do açúcar e do algodão, com 24% das exportações, uma grande variedade de outros produtos recentemente entrados na pauta de exportação, cujo número se elevava a mais de cento e vinte, explicam a intensificação da circulação monetária interna, a distribuição mais intensa da renda, a variedade da renda per capita que ultrapassa em muitos lugares os considerados US\$ 50 calculados por Celso, para o período de 1760, mas que também descia abaixo deste índice em pontos determinados do país.

Revela-se uma economia viva, pela heterogeneidade das relações de trabalho que se delineiam nos vários recantos do país; pela disparidade dos preços da produção interna de produtos similares, mesmo em regime de monopólio metropolitano; pela forte

ação do contrabando nos portos brasileiros nos anos anteriores a 1808, que pela manutenção dos índices de exportação e forte retratação das importações, expõe o escancaramento dos portos e, portanto, a inapelável destruição do regime de exclusivo mesmo antes da transferência da família real. Evidencia-se, por outro lado, a ação de colonos buscando o seu próprio caminho nas malhas do sistema colonial. Reversamente, vemos a colônia importando uma enorme variedade de produtos industrializados que Portugal adquire nas demais nações estrangeiras mas, sobretudo, das fábricas portuguesas, que representam 32,3% no período de 1796 a 1811, contra 35,4% dos produtos estrangeiros industrializados, no mesmo período. Os produtos das fábricas chegaram a significar 42,2% no ano de 1798 e 40,5% em 1803. Isto revela uma colônia cujo potencial de consumo cresce, mesmo com a redução global do volume das exportações, considerando-se o ano de 1760 como marco. Isto mostra que a colônia era o principal mercado consumidor para os produtos industrializados em Portugal, pois devemos nos lembrar que neste período a colônia Brasil consumia 78,4% de todas as exportações portuguesas, ficando as demais colônias da África, Ásia e Ilhas com os restantes 21,4%. Disto se conclui que a colônia Brasil, dado o seu potencial, sustentava um processo de constituição de unidades fabris que poderiam desembocar num processo de industrialização. Daí se explica, efetivamente, o alvará de d. Maria I de 1785, que muitos consideraram insignificante pelo seu alcance, mas que, à vista destes novos dados, exigem uma reinterpretção.

De fato, o mercado brasileiro consumidor de produtos de baixa quali-

dade pela natureza de sua sociedade lastreada na escravidão, adequava-se perfeitamente à indústria nascente portuguesa, tecnicamente menos evoluída que suas concorrentes européias, mas que tinha um mercado cativo e perfeitamente ajustado à rusticidade das primeiras máquinas industriais. Se lembrarmos que dos 126 produtos da pauta de exportação colonial, 56 eram reexportados produzindo superávits comerciais e os demais 70 eram consumidos apenas em Portugal, entendemos como se fecha o circuito imaginado pelo Marquês de Pombal, no qual se dinamizaria a produção agrícola colonial e enlaçar-se-iam fortemente colônia e metrópole, através das companhias de comércio privilegiadas. A industrialização portuguesa, nestes termos, não é uma falácia, e nem foi destruída apenas pela Guerra Peninsular ou pela concorrência inglesa. Concorrência esta que apenas se revelou brutal no momento em que Portugal perdeu a exclusividade do mercado brasileiro.

Afinal de contas, que momento decadente é este no qual a importação de escravos se mantém nos seus patamares mais elevados. Lembramos que de 1796 a 1806, década vital para nossas considerações, importou-se no Brasil 500 mil escravos, com entradas médias em torno de 50 mil escravos por ano. Estas elevadas taxas de ingresso de escravos se dão no momento da chamada *decadência*, no instante da dita *estagnação*. Quem pagava então por estas importações, pois coincide exatamente com a crise do setor exportador clássico que mantivera a força do século XVIII brasileiro: *açúcar e ouro*. Identifica-se com o período chave da diversificação da economia brasileira. Se havia uma região que poderia encarnar esta decadência, seria

Minas Gerais por causa da crise aurífera. Mas sua população que contava 600 mil habitantes no final do século XVIII, conseguiu manter seu contingente de cativos e inclusive elevá-lo no século XIX, atingindo a cifra de 378 mil escravos em 1870, o terceiro contingente mundial de escravos, somente separado por Cuba e São Domingos. Considerando-se que, como demonstra Roberto Borges Martins, apenas 26% dessa massa escrava concentrava-se no setor cafeeiro, ficando os outros 74% inseridos na economia mercantil de subsistência ou no autoconsumo, exige-se a revisão da necessária identificação entre latifúndio, monocultura e escravidão. O Brasil colonial, no alvorecer do século XIX, revelou a possibilidade concreta de uma alternativa diferente. De um crescimento econômico lento, mas perseverante, igualmente mais integrados, capaz de importar escravos ou de procriá-los, numa multiplicidade de fazendas mistas que combinavam *agricultura/criação de gado; agricultura/exploração de ouro; agricultura/exploração de diamantes; agricultura/forjas de ferro; agricultura/manufatura têxtil*.

Esta constatação é significativa, pois destaca Minas como um exemplo da *industrial slavery* e que se aproxima do exemplo europeu da proto-industrialização, na sua perspectiva ruralizante. Trata-se de uma indústria rural que integra, originalmente, trabalhadores escravos, alugados e mão-de-obra livre rural que mantém laços de exploração particular da terra e, por isso mesmo, constitui-se em elemento cerceador das futuras possíveis transformações. O exemplo da *industrial slavery* dissemina-se também no Rio de Janeiro, na área fluminense, onde uma grande variedade de indústrias assenta-se no trabalho de escravos, aluga-

dos ou não, combinados com mão-de-obra imigrante ou não, com a diferença, em relação a Minas, que sua concentração é mais urbana, ou de maior proximidade urbana, como demonstra Geraldo Beauclair de Oliveira.

A idéia de que é possível um crescimento lento e resistente neste período é atestado por Santa Catarina, na qual pequenas atividades industriais, geralmente impulsionadas pela transformação de insumos agrícolas específicos, ou pela interveniência de capital oriundo das atividades de circulação comercial, engendraram um tipo diferenciado de indústrias familiares, nas quais se restringe a distribuição de dividendos em favor dos investimentos, o que aproxima este exemplo do modelo inglês de industrialização, no qual a modéstia dos capitais investidos é uma constante, como demonstrou François Crouzet. O resultado, porém, é a capacidade de resistir às crises, às oscilações, à independência em relação aos capitais externos. Santa Catarina é o exemplo do que poderia ter sido.

O próprio desenvolvimento econômico de São Paulo, efetivamente agregado à expansão cafeeira, deve muito do seu *élan*, a uma infra-estrutura montada nos anos precedentes ao seu arranque. Uma das marcas da Província de São Paulo é a diversidade de sua produção agrícola, uma verdadeira economia *caipira*, no início do século XIX, mas que foi capaz de montar uma infra-estrutura viária através das barreiras, integrar espaços econômicos privilegiados para a produção cafeeira, introverter e extroverter a rede viária através de comércios triangulares e de exportação. A pobre Província era capaz de manter saldos em sua administração, ao contrário da maioria das

Províncias que tinham que ser socorridas pelo poder central, demonstrando, o potencial econômico gerador de excedentes apropriáveis via tributação.

De toda evidência, os anos 1780/1830, constituem-se no elo perdido da história econômica e social brasileira. Nublado pela história vitoriosa do ouro e do café, coloca em segundo plano a produção de subsistência, a história do abastecimento, a trajetória da economia mercantil de subsistência, a força da diversificação econômica que é a marca do período e, a partir da qual, é possível entender a emergência de um patamar mínimo de integração no mercado mundial; um mínimo de articulação interna entre as diferentes regiões e zonas produtivas brasileiras; a existência de diferentes relações de produção e variados padrões de acumulação nas regiões brasileiras; a emergência de um centro dinâmico capaz de integrar o conjunto e mesmo se auto-reproduzir, como é o caso de Minas Gerais. Este leque de condições é fundamental para a integração do Brasil no mercado mundial. São igualmente condições decisivas para a emergência do mercado nacional e, por decorrência da inversão colonial com a precipitação das tensões sociais que se refletem nos conflitos, conducentes à ruptura política e a própria constituição do Estado Nacional.

A passividade colonial é, pois, um mito. O crescimento econômico de 1780 a 1830 teve sua visibilidade histórica obliterada pelas ondas verdes do maremoto cafeeiro, depois substituído pela atração das chaminés. A hegemonização do Estado no Brasil, resulta exatamente da derrota da opção pelo crescimento lento, silencioso, mas que poderia ser perseverante e integrador.

Por uma História Política da Economia

Uliratan Castro de Araújo

Professor-Adjunto do Depto. de História da
Universidade Federal da Bahia. Doutor em
História pela Universidade de Paris IV - Sorbonne

Para além do Estado

Em um tempo de transformações aceleradas, fica evidente que importantes mudanças de rumo na economia são objeto de convenções estabelecidas entre as classes sociais. Esta é a esfera do político em economia. Como defini-la? Para além das políticas de governo e dos mecanismos de intervenção estatal, hoje componentes indispensáveis do processo de acumulação de capital, existe um espaço, dentro da *pólis* e fora dela, em que as várias classes sociais manifestam seus interesses e seus projetos particulares, onde elas se confrontam e onde se estabelecem convenções que representam, em fim de contas, o ponto de equilíbrio possível entre elas. A prática do novo sindicalismo brasileiro bem construiu esse novo espaço de formulação de políticas econômicas, cujas convenções terminaram por serem reconhecidas e absorvidas pela *pólis*.

Ao admitir a existência desse domínio mais profundo da política econômica, o da confrontação direta entre as classes sociais, o Estado tende a reproduzir em uma escala macrosocial, esse processo de negociação direta entre as classes, colocando-se na posição de promotor ou de demandante de grandes acordos ou dos pactos ditos sociais. Temos assistido às insisten-

tes proclamações das altas autoridades do governo em prol de um grande entendimento nacional para a definição das diretrizes fundamentais de uma política de governo de combate à inflação.

Também no tempo presente, estamos assistindo ao alargamento desse campo político para além do Estado, através de processos de consulta direta à população sobre grandes diretrizes de política econômica brasileira. No recente processo constituinte, cidadãos organizados em associações, sindicatos e mesmo em grupos menos permanentes, intervieram de maneira sistemática junto aos deputados constituintes de modo a fazer incluir nas normas constitucionais dispositivos até muito específicos relativos à vida econômica nacional.

Olhando também para a experiência europeia, impossível não ver o monumental processo plebiscitário sobre a construção de uma economia da Europa Confederal, seja através da consulta formal em todos os países membros da comunidade, seja através da manifestação, por vezes violenta, de várias classes contra os novos termos de uma divisão internacional do trabalho que se quer convencionar.

Por mais óbvio que possa parecer, o confronto de classes historicamente bem-definidas - com uma inser-

ção nacional específica, com uma conformação cultural particular - ocorre em conjunturas sujeitas a todos os condicionamentos e vicissitudes de variadas naturezas. A imprevisibilidade e a incontrolabilidade desses fatores são mais que evidentes. Por exemplo, durante a última campanha presidencial brasileira, as repentinas mudanças da correlação de forças entre classes em decorrência de incidentes construídos e/ou amplificados pelos órgãos de comunicação terminaram certamente por alterar os rumos de uma política econômica. Também incidentes eventuais como as guerras e as catástrofes naturais, não podem ser desprezados: o impacto do acidente de Chernobyl sobre a população da ex-União Soviética e o trauma da derrota nas Malvinas para os argentinos.

Nesses quadros particulares de engajamento,¹ essas classes, não apenas *portadoras de estruturas*, atuam como os agentes formuladores e decisores da política em geral e da política econômica em particular. Assim, esse espaço político alargado, não seria um mero reflexo da infra-estrutura econômica, subordinado à sua racionalidade, mas um espaço onde se articulam diversas ordens de tendências. Hoje, no Brasil e no mundo, os economistas nunca foram tão políticos e os políticos nunca foram tão economistas.

Uma tal revelação do presente constitui-se em apelo irresistível ao jogo retroativo com o passado, tal como nos propõe Edgard Morin, no qual o conhecimento do passado contribui para o conhecimento do presente, mas também as experiências do presente contribuem para o conhecimento do passado, e assim o transformam.² Mas ousar violar o lacre da absoluta inviolabilidade da economia, quem há-de? Com que olhos reler esta sincera pro-

fissão de fé de Pierre Vilar de que a economia esta acima e fora do alcance das forças do homem?

... o homem sempre tentou dominar as condições econômicas, mas até hoje ("os planejamentos" são ainda incertos) ele não dominou a economia. Portanto, não se deve atribuir a um homem ou a um governo resultados que os ultrapassam.³

Como pensar que homens, que grupos de homens, que classes em conflito tenham podido alterar o curso do mundo sem fazê-lo, tal como os médiuns no espiritismo, na condição de simples força vital, de mão cega dirigida pela racionalidade transcendente que os incorpora?

O jogo retrospectivo fica ainda mais temerário, quando se estabelece o contato com uma sociedade escravista, onde o esmagamento da maioria dos homens em uma economia do chicote os faz parecer apenas força bruta, força de trabalho em estado natural, incapazes, portanto, de sequer pensar quanto mais de agir e de transformar a realidade. É aliás interessante constatar a convergência de percepções entre os atuais sacerdotes do *culto da determinação absoluta do econômico* e os mais lídimos defensores da escravidão no passado, como o racista cônsul francês na Bahia Jacques Guinebaud. Ele considerava os escravos absolutamente incapazes de qualquer reflexão ou ação política inteligente, excessivamente embrutecidos que eram para os misteres mais elementares da conspiração e da rebelião.

¹ A expressão *quadros particulares de engajamento* foi usada como sinônimo da palavra francesa *enjeu*.

² MORIN, Edgard. *Pour sortir du XXe. siècle*. Paris: Fernand Nathan, 1981. p. 320.

³ VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história. 1450-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 54.

Em seu despacho de 24 de dezembro de 1828, relatando a repressão à revolta de escravos em alguns engenhos de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, dizia o cônsul Jacques Guinebaud:

Le plan (da rebelião) était conçu sur une échelle de circonscription plus vaste que l'ordinaire. Les moyens étaient l'incendie des habitations et le meurtre des blancs. Son but était fort vague et tel qu'on peut l'attendre de stupides nègres dont les uns croient pouvoir retourner dans leur pays (a África) par terre et dont les autres ne peuvent étendre leurs calculs au delà des deux combinaisons primitives: la massue et la fuite.⁴

Não só dos extremos erguem-se os impedimentos ao nosso jogo retrospectivo. Do campo teórico da ciência política se nos levanta uma barreira tão mais sutil quanto eficaz, posto que reduz o espaço do político no Brasil do século XIX ao jogo elegante entre o rei e seus barões, os de dentro da *pólis*, os únicos homens que podiam exercer a magistratura. Revivemos, pois, a milenar concepção aristotélica, pela qual apenas se viam como verdadeiros cidadãos, os *homens políticos*, aqueles que eram soberanos e que tinham a faculdade de agir soberanamente, na gestão dos negócios comuns.⁵ Aos de fora, simples *demos*, restava exprimir coletivamente a sua insatisfação, resultante das péssimas condições materiais de vida, mediante revoltas e outros atos de desordem. Reprimidos, governados, excluídos e bestializados, barados no último baile do Império, estavam expulsos todos do território da política.⁶

O espaço de decisões no século XIX estaria assim limitado ao Conselho de Estado, à Assembléia Geral, às

Assembléias Provinciais e, principalmente, à burocracia imperial. Nesse *intramuros*, as grandes questões sobre economia e sociedade, como a questão fundiária, a escravidão e o modelo econômico, teriam sido pensadas e decididas. Os *outs*, os de fora, nada tiveram a dizer a respeito? Acaso nem tentaram exprimir-se, autonomamente ou mesmo através de canais de subordinação já estabelecidos?

A voz do povo

A experiência do passado na Bahia não autoriza uma concepção tão restritiva do político. A análise detida de uma longa conjuntura que vai de 1798, quando é reprimida a chamada Conspiração dos Alfaiates, até 1838, quando é esmagada a revolução federalista dita *A Sabinada*, demonstra a complexa rede de articulações na qual são tecidos os vários levantes e rebeliões.

Ver também é uma questão do jeito de olhar. As revoluções são momentos geradores do conhecimento histórico, posto que fazem emergir em toda a sua abrangência e toda a crueza a totalidade do vivido.⁷ Jules Michelet experimentou uma dessas revelações durante a Revolução de Julho de 1830, que o fez antever, pela primeira vez, uma teia complexa de relações de uma sociedade francesa em crise.

Cette oeuvre laborieuse d'environ quarante ans (a Histoire de France) fut conçue d'un moment, de

⁴ Ministère des Affaires Étrangères. Correspondance consulaire et commerciale. Consulat de Bahia. v. 2, fl. 211.

⁵ ARISTOTE. *Les politiques*. Paris: Flammarion, 1990. p. 228.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Un théâtre d'ombres. La politique impériale au Brésil*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1990.

⁷ BOURDE, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983. p. 162-3.

*l'éclair de juillet (a Revolução de Julho de 1830). Dans ces jours mémorables, une grande lumière se fit, et j'aperçus la France. Elle avait des annales, et non point une histoire. Des hommes éminents l'avaient étudiée surtout au point de vue politique. Nul n'avait pénétré dans l'infini détail des développements divers de son activité (religieuse, économique, artistique etc.).*⁸

Graças a essa experiência, ele pode dar o primeiro passo dentro de um espaço restrito na direção do conjunto da sociedade. Assim pôde empreender a superação do simples relato como forma de percepção do passado, substituindo-o pela tentativa de reconstrução de uma totalidade vivenciada no passado.⁹

A primeira das revoluções baianas, a dos Alfaiates, é também um desses clarões reveladores. Uma revolução liberal abortada? Uma revolução popular negro-mulata? Uma simples insubordinação militar? Nenhuma das versões elaboradas desta revolução pode desconhecer o clima de intensa mobilização política permeando os vários segmentos de uma sociedade urbana em crise.¹⁰

No primeiro aviso colado em lugares públicos na manhã do dia 12 de agosto de 1798, os revolucionários apresentam-se ao povo baiano como 676 seguidores do Partido da Liberdade: 34 oficiais de linha; 54 oficiais de milícias; 11 homens graduados em postos e cargos; 46 inferiores de linha; 34 inferiores de milícias; 107 soldados de linha; 233 soldados de milícias; 13 homens graduados em lei; 20 homens do comum; 8 homens do comércio; 8 frades bentos; 14 franciscanos; 3 barbadinhos; 14 teresios; 48 clérigos; 8 familiares do santo ofício.¹¹ Os autos da devassa revelam, por seu turno, um espectro bem mais amplo de segmentos sociais per-

passados pela articulação política dos revoltosos. Muitos são os libertos e escravos, negros e mulatos, do campo e da cidade.

Naquele momento, os homens do povo não pensaram apenas no preço da farinha e no pagamento de soldos atrasados. Eles tinham fome e sede de igualdade, aspiravam a construção de uma nova pátria mais fraterna. Eles pensavam também na destruição de um sistema colonial exclusivista. No 9º aviso revolucionário protestavam contra:

*Os muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas, tributos e direitos que são cobrados por ordem da Rainha de Lisboa, ao tempo em que comunicavam ao poderoso e magnífico povo baiano republicano que serão tomadas medidas imediatas para o progresso do comércio do açúcar, tabaco e pau-brasil e todos os mais gêneros de negócios e mais vires, contanto que aqui virão todos os estrangeiros tendo porto aberto, mormente à nação francesa.*¹²

⁸ MICHELET, Jules. Préface à l'histoire de France. In: EHRARD, J.; PALMADE, G. *L'histoire*. Paris: Armand Colin, 1965. p. 261.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Estas são algumas das principais obras sobre os Alfaiates:

RUI, Afonso. *A primeira revolução social brasileira*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798*. São Paulo: Pioneiro, 1975.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

_____. *Bahia 1798: liberdade, fraternidade, igualdade*. Proposta de nova leitura. [s.l.], [s.d.].

JANCZO, Istvan. *Contradições, tensões e conflitos: a inconfidência baiana de 1798*. Tese (Livre-Docência) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Núcleo de Publicações, 1974.

¹¹ ACCIOLI, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anotador: Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931. v. III. p. 106.

¹² *Ibidem*, p. 110.

Proclamavam assim a necessidade de uma primeira medida concreta de descolonização - a abertura dos portos ao comércio com países estrangeiros, a qual só seria encaminhada posteriormente ao rei de Portugal pelas elites baianas, em 1808.

Vinte e dois anos depois, a 10 de fevereiro de 1820, foi realizado esse projeto de rebelião generalizada contra o estado absolutista português na cidade de Salvador. Foram os mesmos segmentos de *homens bons* - os verdadeiros cidadãos do Brasil colonial - de soldados e de gente livre de cor que rapidamente se mobilizaram para articular o levante militar que depôs o Conde da Palma e instalou um governo provisório articulado diretamente com a Revolução Constitucionalista Portuguesa. Este é o marco inicial de uma longa conjuntura em que emergiram sucessiva e cumulativamente as reivindicações e projetos específicos de vários segmentos da sociedade baiana. Uma simples cronologia dos eventos mais significativos demonstra a riqueza desta conjuntura:

10 de fevereiro de 1821 - revolução Constitucionalista Baiana. Formação de uma junta provisória de governo. Rompimento com o governo do Rio de Janeiro e adesão ao regime constitucional das cortes de Lisboa.

20 de fevereiro de 1822 - golpe militar português comandado pelo general Madeira de Melo. Desbaratamento dos batalhões de linha das milícias compostas por brasileiros. Início da ocupação militar da cidade e da resistência oposta pela população urbana.

2 de julho de 1823 - entrada na cidade de Salvador das tropas que integravam o exército pacificador, acompanhados da população fugitiva da cidade.

25 de agosto a 5 de setembro de 1823 - desordens generalizadas na cidade. Soldados do batalhão de Pernambuco, soldados negros e população de cor baiana perseguem os portugueses.

Conflitos entre as tropas compostas por baianos e os soldados integrantes do batalhão do imperador. Expulsão da Bahia da tropa fluminense.

10 de outubro a 27 de novembro de 1823 - soldados e populares atacam população portuguesa. Assassinatos, pilhagens e fugas de escravos. Protesto contra a dissolução das cortes do Rio de Janeiro.

Março de 1824 - bandas de desertores e escravos fugitivos atacam vários povoados e engenhos no Recôncavo.

4 de maio de 1824 - soldados de cor desencadeiam ataques generalizados contra a população portuguesa.

20 de maio de 1824 - tentativa de sedição de soldados negros e mulatos em adesão ao movimento de Pernambuco.

Outubro a dezembro de 1824 - assassinato do comandante militar da Bahia, Felisberto Gomes Caldeira. Rebelião da maior parte dos corpos da guarnição da cidade sob a liderança do Batalhão dos Periquitos. Hostilidade aos portugueses e oposição à desmobilização do Exército da Independência. Novo cerco da cidade pelas tropas do Recôncavo. Retomada da cidade. Deserção maciça de soldados de cor.

14 de janeiro de 1826 - conflitos urbanos generalizados entre a população urbana brasileira e a portuguesa.

25 de agosto a 27 de setembro de 1826 - revolta escrava. Formação de quilombo no Cabula. Ataques à população vizinha.

1827 - destruição do quilombo de Abrantes, ao norte de Salvador. Vingança dos quilombolas: rapto de crianças brancas que são vendidas aos ciganos.

1827 - bandas de desertores e quilombolas pilham várias propriedades no norte e no sul da Província.

Abril de 1827 - revoltas de escravos em engenhos de Santo Amaro.

11 de março de 1828 - levante de escravos Haussas. Combates nos subúrbios e constituição do quilombo de Campina de Pirajá.

25/30 de maio de 1828 - revolta do cobre: tentativa de levantamento de soldados mulatos para

repor em circulação as moedas de cobre falsas. Estabelecimento de negociações com os quilombolas de Campina de Pirajá.

24 de dezembro de 1828 - levante de escravos em dois engenhos em Santo Amaro.

6 de abril de 1831 - rebelião popular antiportuguesa em Cachoeira.

13/14 de maio de 1831 - mata-marotos. Rebelião popular em Salvador antiportuguesa. Afastamento dos portugueses de funções públicas.

19 de fevereiro de 1832 - rebelião federalista de Cachoeira. Militares, comerciantes e populares.

8 de março de 1833 - populares assaltam quartel. Roubo de armas.

27/29 de abril de 1833 - Segunda Rebelião Federalista.

24 de janeiro de 1835 - rebelião dos Malês. Escravos e libertos muçulmanos tentam tomar a cidade.

7 de novembro de 1837 e 16 de março de 1838 - A Sabinada. Terceira Revolução Federalista. Militares, comerciantes e massas populares. Apoio no interior, fora do Recôncavo.

Desta cronologia depreendem-se duas linhas de reflexões. A primeira diz respeito à comunicação política e mesmo à articulação entre os segmentos mais diversos de uma sociedade urbana. A segunda refere-se à construção de projetos alternativos que refletiam, em fim de contas, a capacidade de formulação de propostas políticas concretas por parte de todos aqueles a quem se nega habitualmente um papel ativo na história.

A escravidão negociada

O mais comum entre os historiadores é considerar as reivindicações e as idéias veiculadas pelos movimentos populares apenas no limite das questões mais imediatas ligadas à condição

material das camadas populares, sem atingir, no entanto, um grau de formulação mais global, capaz de alimentar alianças permanentes com os demais segmentos da sociedade.

Mais uma vez repetimos, nem só no estômago pensava o povo da Bahia. Em 1798, os papéis sediciosos falavam em igualdade e em república. Em 1823, populares vitoriosos da guerra de independência pensavam em constituir uma pátria nova que, além de independente, fosse capaz de incluir todos os homens livres e não apenas os *notáveis*. Várias outras questões políticas globais foram objeto das reivindicações populares, tais como, a forma de governo, a forma do estado e o regime político. A questão da autonomia regional foi mesmo capaz de soldar uma grande aliança entre os traficantes de escravos como o Hygino Pires Gomes os escravos crioulos do Batalhão dos Libertos da Pátria em 1837.

Mais além das questões específicas, houve uma verdadeira escolha entre vários projetos econômicos alternativos que terminam sendo objeto de um verdadeiro confronto de classe. O saber histórico vigente consagra uma versão pela qual uma elite ilustrada haveria conduzido racionalmente um projeto de modernização da economia açucareira. Há mesmo os que caracterizam esse processo, que coincidiria com a conjuntura de descolonização, como uma *revolução conservadora*.¹³ Os outros, os de fora da pólis, teriam sido incapazes de oferecer qualquer projeto capaz de constituir uma alternativa à crise da economia colonial.

¹³ MORTON, F. W. O. *The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790/1840*. Tese (Doutorado) - University of Oxford, 1974.

É verdade que nenhum dos movimentos com apoio popular conseguiu formular um projeto econômico global para a Bahia. No entanto, ao longo de todas estas revoltas, é possível recompor uma pauta de reivindicações que terminam por configurar uma espécie de programa de caráter urbano e popular, alternativo ao modelo *escravidão - império - açúcar*. As quatro linhas fortes eram a emancipação dos escravos, autonomia política da província, diversificação da economia de exportação e a abertura da fronteira para a pequena propriedade.

Três desses itens de pauta diziam respeito diretamente a um modelo econômico dissidente. O primeiro item, a emancipação dos escravos, foi objeto de um tratamento descontínuo e hesitante dos movimentos populares baianos da primeira metade do século XIX. Em nenhum momento, houve qualquer formulação de um projeto generalizado de abolição do regime de trabalho escravo.

Os dois únicos projetos conhecidos são o projeto de emancipação gradual elaborado por José Bonifácio de Andrada e Silva durante o período de funcionamento da Assembléia Constituinte - e que aliás jamais chegou a ser apresentado,¹⁴ e o projeto do Francisco Gê Acayaba Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha - homem de cor e um dos mais radicais líderes da Independência na Bahia - formulado somente em 1865. Este também era um projeto de liberação a termo, pois estipulava a libertação dentro de dez anos dos escravos maiores de 25 anos e a abolição total dentro de 15 anos.¹⁵

Os segmentos que, em tese, eram os mais interessados na abolição da *escravidão* - escravos, libertos e população de cor - ao manifestarem-se nas várias rebeliões e motins, não formu-

laram um projeto unificado de abolição. Grupos de escravos colocaram na *mesa de negociações* a questão da abolição da *escravidão*. Em cada uma dessas oportunidades, cada um deles formulou a demanda da sua libertação e nunca a da libertação generalizada. Mesmo os Malês, que formularam explicitamente um projeto social africano para a cidade de Salvador, não falaram em abolição geral da *escravidão* mas em libertação do *seu povo*, os crenes do Islã. No entanto, a falta de um programa dentro das normas da arte política e da retórica da época não obscurece a evidência de que estes movimentos múltiplos e descoordenados exerceram uma fortíssima pressão para dentro da *pólis*, cujo resultado foi a contestação da instituição servil, em um momento constitutivo do estado nacional brasileiro.

A manutenção da *escravidão* não foi, assim, uma decorrência natural da preservação de uma estrutura produtiva centrada na agroindústria exportadora mas justamente o inverso, ou seja, a capacidade de reimposição da *escravidão* no Brasil por parte de uma elite açucareira foi o elemento decisivo para a sobrevivência do engenho de açúcar e de seus barões. Para tanto, desenvolveu-se uma *política da escravidão*, que não se limitou apenas à repressão das revoltas africanas e ao esmagamento das rebeliões populares com participação de escravos e libertos crioulos. Essa política desenvolveu-se também para a continuação do tráfico clandestino de escravos africanos do Golfo de Benin

¹⁴ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio d'. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Paris: Typographia de Firmin Didot (Impressor d'el rey, rua Jacob, nº 24), 1825.

¹⁵ DUQUE ESTRADA, Osório. *A abolição. Esboço histórico. 1831-1888*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Lette Ribeiro & Maurillo, 1918. p. 44.

mediante um conjunto de ações, visando o amortecimento da pressão inglesa pela adoção de medidas formais, *para inglês ver*, restritivas ao tráfico.

No *front* interno, o direito de traficar escravos transformou-se mesmo em uma afirmação de soberania nacional, mobilizando a *pólis* contra os imperialistas ingleses, ao tempo em que a perseverança no contrabando superabastecia o mercado local de escravos, tornando-os acessíveis a segmentos cada vez mais amplos de homens livres, mesmo pobres, mesmo de cor.

As elites baianas conseguiram alargar sua base de apoio pela adesão ativa de grupos cada vez mais numerosos de pessoas interessadas e beneficiárias de uma economia da escravidão. Até as vésperas da abolição, a causa da escravidão tinha os seus adeptos distribuídos nos vários estratos da sociedade baiana, o que nos autoriza a afirmar, sem risco de exagero, que em nenhuma sociedade regional brasileira a escravidão foi tão generalizada como na Bahia. Este fenômeno constituiu-se em uma particularidade, que contrastava com uma realidade nacional onde, na maioria das províncias do império, registrava-se uma tendência ao estreitamento da base social de apoio à escravidão pela diminuição progressiva do número de senhores de escravos e sua concentração em algumas atividades econômicas bem-definidas.

A generalização da escravidão foi a moeda com que os principais interessados na manutenção do trabalho servil, os senhores de engenho e os plantadores de cana, negociaram com vários outros segmentos da sociedade local, com ou sem voz dentro da *pólis*, a sobrevivência de uma economia agroexportadora centralizada na economia açucareira. De uma certa for-

ma, a escravidão foi o dom cujo contradom foi o apoio político aos senhores de açúcar.

Uma política de subdesenvolvimento

Mais do que qualquer inovação incorporada na produção açucareira, foi na utilização do trabalho escravo que os homens do açúcar buscaram a redução ao extremo dos custos de produção de um açúcar baiano de má qualidade. Quem melhor expressa a profunda convicção dos senhores de engenho baianos é Francisco Adolpho Varnhagen:

A América não pode metter-se a querer competir com a Europa em detalhes de refino. Estarei em erro; mas por ora sou de opinião que se o Brazil proceder nesta industria (o açúcar) como fez com a do caffè, procurando produzir antes muitissimo inferior, que um pouco menos, um tanto melhor, os seus assucares, embora menos alvos, matarão com o tempo (em virtude da grande differença nos preços) todos os outros, por mais refinados que saiam dos engenhos.¹⁶

Muito diferentemente do perfil de uma elite ilustrada e modernizadora, os donos do açúcar na Bahia perseveraram no conservadorismo em termos de incorporação de inovações técnicas e organizacionais nos seus engenhos. Houve iniciativas pioneiras no tempo do Conde dos Arcos que terminaram por introduzir algumas inovações ao nível das unidades produtivas, principalmente no que diz respeito à econo-

¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolpho. Carta ao Exmo. Ministro da Agricultura, a respeito principalmente de vários melhoramentos nos engenhos de assucar da Antilhas applicáveis ao Brazil. Segundo a fogueira. Caracas: Imprensa de V. Espinal, 1863. p. 14.

mia de combustível nos engenhos de açúcar. No entanto, a generalização do vapor nos engenhos é ainda extremamente problemática em 1854, quando estes engenhos apresentaram um desempenho econômico apenas medíocre, segundo o diagnóstico feito pelo governo provincial. Em uma amostragem de cinco paróquias do Recôncavo¹⁷ constatou-se que a produção média anual de açúcar por engenho a vapor atingia cerca de 5.500 arrobas, ao tempo em que a média anual dos engenhos movidos a animais atingia 6.970 arrobas.¹⁸

A crise crônica do açúcar baiano, que se estendeu no decorrer de todo o século XIX, ilustra-se também pela sua literal expulsão do mercado externo, esmagado pela produção açucareira antilhana e asiática e, principalmente, pela expansão espetacular da indústria açucareira européia de beterraba.

Não apenas nas quantidades decrescentes exportadas refletiu-se este quadro de marasmo mas também na baixa produtividade do trabalho na agroindústria açucareira, relativamente às áreas concorrentes. Uma comissão nomeada pela presidência da província em 1852 concluiu que na Bahia, um escravo ativo, dirigido por um feitor competente, produzia cerca de 100 a 120 arrobas de açúcar. Nos Estados Unidos e em Cuba, a produção de cada trabalhador chegava a 300 e 400 arrobas. Constataram também que as médias dos resultados anuais obtidos pelo trabalho na agroindústria da beterraba eram ainda mais elevados: 600 arrobas por trabalhador.¹⁹

As alternativas que se manifestavam, nos limites de um modelo agroexportador centrado no açúcar, apontavam todas na direção da transformação do engenho em engenho central e

deste em usina. O que se anunciava como virtualidade deste percurso era o controle cada vez maior desta agroindústria pelas casas comerciais, financiadoras do dia-a-dia, e pelas grandes empresas européias exportadoras de equipamentos para fábricas de açúcar. A antevisão do fim deste processo, a inexorável destruição do pólo dinâmico da economia baiana - o engenho de açúcar - em torno do qual gravitavam todas as atividades econômicas, e a conseqüente perda do prestígio social e da capacidade de exercício do poder político, está na base de toda uma política conservadora de um sistema econômico regional que se coloca na contracorrente de todas as transformações ditadas pela expansão de um mercado mundial.

Em 1857, as elites açucareiras estiveram colocadas diante desta virtualidade. No seguimento de uma série de iniciativas que produziram uma avaliação da agroindústria açucareira, o presidente da Província da Bahia João Lins Vieira Cansansao de Sinimbu, através de representantes em Paris, Pedro d'Alcântara Lisboa e Francisco Muniz Barreto de Aragão, estabeleceu negociações com vários fabricantes europeus de equipamentos para fábricas de açúcar visando a importação do necessário para a instalação de uma fazenda modelo, subsidiada pelo governo provincial, a partir da qual se pretendia difundir as novas técnicas de produção do açúcar entre os senhores de engenho. Os contatos chegaram a um estágio mais avançado com a com-

¹⁷ Foram escolhidas as seguintes paróquias: Pirajá, Mataim, Nossa Senhora do Socorro, Rio Fundo e Nossa Senhora da Purificação.

¹⁸ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *Le politique et l'économique dans une société esclavagiste. Bahia, 1820-1889. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris IV - Sorbonne, 1992. p. 506.*

¹⁹ *Ibidem*, p. 499.

panhia Carl, Halot & Cie. de Bruxelas, grandes fornecedores dos engenhos das Antilhas Francesas.²⁰

Desde os primeiros orçamentos apresentados pela companhia belga ficou evidente que os senhores de engenho e mesmo quaisquer outros negociantes ou capitalistas baianos seriam incapazes de financiar esta operação. Da compra de equipamentos, a negociação evoluiu rapidamente para o financiamento belga dessas importações. Chegou-se mesmo a esboçar o projeto de criação da Sociedade Industrial Agrícola, um verdadeiro banco de crédito rural, capaz de financiar a compra de equipamentos pelos senhores de engenho. Este empreendimento teria a participação de Carl & Cie. e gozaria, durante 10 anos, de uma subvenção governamental correspondente a 5% do capital investido. Pedia-se também uma redução adicional de 2% sobre os direitos de exortação de todo açúcar exportado que fosse produzido em engenhos importadores destes equipamentos.

Em 1857, o correspondente parisiense do governo provincial da Bahia escrevia desesperado:

*A iniciação do ano passado e minha insistência hoje, na organização dessa instituição de crédito, baseadas na convicção que tenho de não ser possível obter, da companhia Carl & Cie. avanços mediante longa amortização, nem mesmo com a garantia geral ou provincial do governo do Brasil, não obstante o grande crédito de que goza o crédito financeiro do Brasil.*²¹

Queriam os belgas garantias reais, mui especialmente a hipoteca de engenhos e terras de cana dos clientes a serem assistidos por essa Sociedade Industrial Agrícola. Isso não queriam

os baianos, acostumados tradicionalmente a dar como garantia de suas operações financeiras as safras e os escravos, e mui justamente atemorizados diante da perspectiva de uma nova colonização estrangeira, na forma de um rígido controle da produção açucareira e de desapropriação em larga escala de senhores de engenho endividados. Afinal, não era essa a experiência que estava sendo vivida pela economia fumageira baiana, onde o controle exercido pelas companhias hamburguesas e bremenenses sobre o comércio e indústria do fumo era total?

Se a conservação da escravidão a todo preço tinha sido a diretriz central de uma política de sustentação do açúcar até 1851, perdas enfim todas as veleidades modernizadoras em favor da preservação do açúcar de cada dia, os senhores de engenho passaram a articular as sucessivas políticas de salvação do açúcar. Elas foram as responsáveis por uma radical mudança na estrutura política e administrativa da Província. Até aquele momento, a administração provincial não passava de um pálido reflexo de um poder real exercido pelos senhores de engenho, reduzida à triste condição de uma administração corrompida a serviço dos traficantes de escravos. De repente, esta instância político-administrativa passou a ser chamada a desempenhar um papel de coordenação do socorro público em favor de um mundo açucareiro todo-poderoso,²² mas doente crônico.

De 1851 a 1889, a administração geral do império e a administração provincial baiana empreenderam uma série de ações voltadas para o socorro do açúcar, considerada a *grande lavou-*

²⁰ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Op. cit., p. 510-4.

²¹ Arquivo Público do Estado da Bahia. Arquivo Colonial e Provincial. Maço 4.602. 1857.

²² ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Op. cit., v. II, p. 498.

ra, com os recursos captados, principalmente através de um mecanismo de favorecimento fiscal,²³ em outras lavou-
ras de exportação que se desenvolveram no interior da província apesar de todas as restrições contra elas levanta-
das pelos representantes do mundo açucareiro.²⁴ Esse protecionistas açuca-
reiro não era aliás uma exclusividade brasileira ou baiana, pois os países eu-
ropeus colocaram também em prática medidas protecionistas para os seus
açúcares coloniais e indígenas - os de beterraba. Mesmo na Inglaterra, onde
finalmente venceu o livre-cambismo, os açúcares originários do Império Britâ-
nico foram durante muito tempo beneficiários das restrições impostas à
importação originária de países que mantinham a escravidão.

A união indissociável entre o açúcar, a administração imperial e o regi-
me de trabalho escravo constituiu a Bahia do século XIX. A capacidade de
resistência desse modelo conservador só foi finalmente anulada por força de
uma revolução política²⁵ - a República - que impediu a chantagem da indeniza-
ção das perdas dos ex-proprietários de escravos pela lei de Abolição do 13
de Maio, pela qual os açucareiros bai-
anos esperavam viabilizar a transferên-
cia dos recursos gerados no sul cafeeiro para o Recôncavo açucareiro, com
os quais contavam poder prolongar a
sua doce agonia, impedindo ao mes-
mo tempo o desenvolvimento da
Bahia.²⁶

Finalmente, não há como negar
o sucesso dessa política conservadora
que foi capaz de retardar, pelo menos
em meio século, um processo de de-
senvolvimento de uma economia agrá-
rio-exportadora e sua inserção em ter-
mos mais favoráveis em uma econo-
mia mundial. Não há também como
evitar a evidência de que foi na esfera

do político, entendido como o espaço
social em que se explicitam os conflitos e se formalizam as negociações
entre os vários segmentos sociais, onde
se decidiu e de onde emanou a força
de conservação de uma economia na-
turalmente condenada.

A reintegração do econômico

A análise deste processo históri-
co determinado autoriza algumas re-
flexões sobre a história econômica
como disciplina especializada.

Uma primeira questão geral a ser
considerada é a absoluta necessidade
de recolocar do econômico no interior
desta *totalidade histórica vivenciada*
ainda que deliberadamente nos expo-
nhamos ao contágio de um revelacio-
nismo romântico à *la Michelet*. Em ter-
mos práticos, isso implica em uma
aproximação ainda mais intensa entre
a história econômica e as outras disci-
plinas históricas, mui especialmente
com a história social e com a história
política.

Dessa aproximação muito já se
produziu, e ainda se produz, sobre te-
máticas relacionadas com as políticas
econômicas, tais como o estudo da in-
tervenção do Estado na economia, do
planejamento público e dos agentes
coletivos ou individuais. Em toda essa
tradição, como uma das marcas decor-
rentes mesmo do objetivismo vigente
nas ciências humanas, o econômico

²³ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Op. cit., p. 516.

²⁴ Idem, p. 451 e 464.

²⁵ Revolução política tem aqui o sentido que lhe é
dado por SAES, Décio. *Formação do estado
burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
1985.

²⁶ Talvez não tenha sido apenas por uma ironia da
história que o Ministro da Fazenda do governo
revolucionário que se opôs energeticamente a esse
expediente, foi o baiano Rui Barbosa, derrotado
e excluído em sua terra pelo "poder" açucarei-
ro.

tem sido recortado como um objeto de estudo específico para o qual se desenvolveu toda uma metodologia também especial, apoiada em uma teorização que terminou por se constituir no último recurso de articulação deste econômico no conjunto da sociedade.

O resultado de tanto formalismo em história econômica não poderia ser outro senão uma história cada vez mais voltada para a construção teórica de modos, modelos, sistemas ou leis dos quais se esperava a demonstração de uma lógica interna da realidade. A realidade social ela mesma, os homens socialmente organizados que geriram as suas economias, que lutaram por

elas ou por causa delas, tem sido relegada para o domínio de outras disciplinas históricas e mesmo para fora do campo teórico da história, principalmente em direção à antropologia.

Em um esforço de reintegração do econômico no fluxo contínuo e ininterrupto da vida no passado, pode-se tomar como ponto de partida o estudo do *político* entendido como um campo alargado de tomada de decisões sociais sobre o econômico. Guiados por esse fio de Ariadne poderemos percorrer o caminho das negociações, dos conflitos, das lutas de classes, enfim da aventura humana de recriação incessante da vida.

Revisando a Industrialização Brasileira. Onde a memória histórica trai sem constrangimentos a história

Edgar Salvadori de Decca

IFCH-Unicamp

Eu gostaria de discutir nesta oportunidade algumas questões relativas às interpretações da industrialização no Brasil, principalmente em momentos decisivos como as décadas de 20 e 30. A minha intenção é a de levantar alguns pontos polêmicos que foram elididos pela bibliografia existente sobre o período e que à luz da atual situação política e econômica do país podem dar margem a revisões históricas significativas. Minha intenção não é apenas a de fazer um esforço de revisão historiográfica, mas reconstruir o passado mediante perspectivas que me parecem muito pertinentes na atual situação em que se encontra o Brasil.

Os autores que analisaram a industrialização nas décadas de 20 e 30 são unânimes em reconhecer que a indústria paulista ultrapassa a do Rio de Janeiro tanto em volume de produção, como em tecnologia e no contingente de trabalhadores empregados. Isto é, as tendências da industrialização de São Paulo não só apontam um ritmo de crescimento muito mais acelerado do que de outras regiões do país, como também delineiam a constituição de um quadro social urbano cuja complexidade de relações étnicas e de classe não encontra similar em nenhum outro lugar do Brasil. A industrialização, portanto, traz consigo uma complexidade social bastante diferente da

quela apresentada pela cidade do Rio de Janeiro, onde os contornos étnicos e classistas são mais demarcados e onde a mobilidade social é significativamente menor. Isto significa que, a modernidade em São Paulo, ao contrário de outras regiões do país, implica em integração e diferenciação de grupos sociais, ao mesmo tempo que refaz os quadros da tradição política e cultural do país. Enquanto esta tradição esteve sempre ligada aos limites da exclusão e da marginalização de amplos setores da sociedade brasileira, em São Paulo, em virtude da rápida industrialização e da inclusão e integração de classes, de grupos étnicos e também de indivíduos que ascendem na escala social, os padrões de adequação na vida política e cultural da cidade precisaram ser rapidamente modificados. Em outros termos, enquanto no Rio de Janeiro, em pleno século XX, ainda se vivia uma certa nostalgia da corte, onde as elites se diferenciavam nitidamente das classes populares, que também tinha um caráter mais homogêneo, em São Paulo, as próprias elites tiveram de conviver com a invasão de novos ricos, na maioria estrangeiros, que fizeram fortuna com a indústria e com as classes populares, que ao invés de apresentarem padrões de homogeneidade étnica, primavam por uma profunda diferenciação interna. A

própria configuração da cidade revela, já nos anos 20, a tendência desses novos padrões culturais e não são completamente nítidas as demarcações espaciais dos bairros ricos e pobres, uma vez que cresce de forma considerável segmentos da classe média que redimensionam os perfis dos bairros e aumenta a mobilidade social que permite aos indivíduos a transformação da sua própria condição de classe. São Paulo, diferentemente dos padrões consagrados de interpretação da sociedade brasileira, não é uma sociedade polar, definida pelo binômio casa-grande e senzala. Não existe na cidade essa bipolaridade étnica e classista, talvez melhor configurada em lugares como o Rio, Recife e outros do Nordeste, que permite a permanência de tradições políticas e culturais advindas do século XIX, onde predominavam os padrões de uma sociedade com base na escravidão. Nesse sentido, o jogo político em São Paulo está sujeito a um conjunto de tensões e conflitos que na maioria das vezes desconcerta e desorienta as elites, elas próprias herdeiras das tradições do passado oligárquico. Entretanto, seria muito importante lembrar no caso de São Paulo a emergência de figuras públicas como a de Roberto Simonsen, que tendo percebido os sinais de transformação da sociedade paulista, exige outros padrões de relacionamento político e cultural entre as elites e os inúmeros segmentos da sociedade.

Enquanto os vínculos da tradição estavam sendo rompidos pela intromissão de novos sujeitos sociais na arena da cidade, ainda persistiam posturas de elites políticas acostumadas aos mecanismos de exclusão da sociedade patriarcal. Por isso, vamos encontrar em São Paulo, a partir da década de 20, vozes que reforçaram discursos nacio-

nalistas em nome da exclusão do trabalhador estrangeiro do cenário da cidade. Este comportamento conservador não se dirigia apenas ao trabalhador estrangeiro, mas também a outras figuras que começavam a ganhar destaque no mundo urbano. Pela própria intensidade da diferenciação social e pela abertura do espaço público para novas personagens urbanas, os discursos moralistas das elites procuraram impedir a emergência de novas demandas políticas e culturais que pudessem pôr em risco os seus valores de classe. Basta observarmos a maneira pela qual a figura pública feminina foi estigmatizada pela voz preconceituosa do conservadorismo, para termos a medida e a extensão do conflito. Hilário Tácito ironiza de forma magistral esse conservadorismo das elites quanto à presença da mulher no espaço público, ao destacar o importante papel cultural das prostitutas na vida da cidade de São Paulo. A figura de uma prostituta estrangeira, dona de um bordel, que introduz hábitos de boa conduta e civilidade às elites da cidade ataca os preconceitos contra os estrangeiros e às mulheres. Percepções como esta de Hilário Tácito nos dão a dimensão das diferenciações sociais em curso na cidade e indicam as suas tendências de transformação. Enquanto na sociedade tradicional de estruturação bipolar os espaços de negociação individuais e coletivos eram extremamente restritos, em uma cidade como São Paulo, as pressões dos novos sujeitos implicavam em uma redefinição dos assentimentos e compromissos sociais e políticos.

Vocês devem estar perguntando, porque estou me referindo a estas questões, quando o problema em causa é a industrialização no Brasil. Faço estes comentários, propositadamente, para

mostrar que discutir a questão da indústria no Brasil não é apenas uma questão de ordem econômica, aliás, aqui mais do que em outros lugares, o imperativo de ordem econômica vale muito pouco, pois desenvolvemos muito mal a experiência de uma sociedade de mercado e quando ela prefigurou a sua conformação nos anos 20 deste século, vozes muito conservadoras saíram a campo para obstaculizar os seus efeitos benéficos e maléficos. Acontece que a maioria das análises sobre os anos 20 e 30 no Brasil estão baseadas em generalizações que tomam as vozes dominantes deste período como as verdades históricas mais consistentes e imbatíveis. Pouco se pesquisa a respeito das reais condições culturais e políticas que o processo de industrialização de São Paulo trouxe para o conjunto do país. Na maioria das vezes, as análises sobre a situação do país no período são tomadas a partir de vozes que nos anos 30 se sentiram vitoriosas diante da modernidade e diversidade cultural em curso em São Paulo. Apenas recentemente encontramos trabalhos historiográficos que resgatam as condições de uma modernidade que fugia dos padrões e dos esquemas de controle das ideologias e das políticas que visavam preservar as tradições da sociedade dual no Brasil. Ainda que possamos fazer uma comparação grosseira, gostaria de sugerir que no Brasil dos anos 30 prevaleceu a visão de mundo dos setores conservadores da sociedade, como se na Guerra de Secessão dos Estados Unidos o sul tivesse vencido o norte. Nada é mais sintomático do que a forma como foi imposto nos anos 30 a adequação do trabalho ao capital. Fez-se tábula rasa da enorme diversidade das condições desta relação e estabeleceu-se um único padrão de relacionamen-

to, como se todo o país ainda estivesse nas condições de dualidade do senhor e do escravo, cabendo ao Estado proteger e controlar este último com o objetivo de evitar perigosos conflitos sociais. Isto é, menosprezou-se mais uma vez a capacidade do trabalhador assalariado industrial, principalmente de São Paulo, de encontrar formas de negociação e barganha junto ao empresariado.

O que torna desconcertante esta tradição histórica e intelectual formada entre nós é que embarcamos na idéia de uma incapacidade do trabalhador frente às forças cegas do capital. A legislação trabalhista foi saudada pelos setores conservadores da sociedade como uma defesa do trabalhador pelo Estado, uma vez que eles se sentiam desprotegidos diante da força e da voracidade do capital industrial. Quantas páginas são escritas ainda hoje em defesa de Vargas, o pai dos trabalhadores, que teria dado os direitos fundamentais à classe operária brasileira. Acontece que estas leis trabalhistas se basearam numa concepção dual da sociedade brasileira, onde os trabalhadores deveriam ser devidamente controlados pelo Estado e este último como contrapartida assegurar-lhes-ia direitos mínimos. Desconheceu-se, completamente, a capacidade luta dos trabalhadores da indústria que havia se fortalecido e desenvolvido-se durante os anos 20 em São Paulo e fez-se tábula rasa para o fato de que estes trabalhadores não almejavam o atrelamento de suas atividades ao Estado, mas sim o compromisso do Estado perante leis que ele próprio havia sido responsável em reconhecer como direitos de cidadania dos trabalhadores. Durante os anos 20, principalmente após o declínio da doutrina anarquista junto aos meios operários, as lutas sin-

dicais, com apoio do partido comunista, dirigiram-se ao Estado, insistindo que este promulgasse leis protetoras do trabalho. Evidentemente, estas batalhas sindicais não foram nada tranqüilas e encontraram enorme resistência por parte do capital, que se negava a cumprir a legislação trabalhista. Entretanto, o movimento sindical nunca teve como meta a imposição de uma estrutura corporativista capaz de enquadrar tanto o trabalho como o capital. Exigia-se, isto sim, maior eficácia do Estado na vigilância de suas próprias leis. A modernidade industrial de São Paulo havia criado um conjunto novo de demandas do trabalho, que já exigiam diferenciações no campo das negociações, não permitindo que o capital e o trabalho fossem encarados como figuras homogêneas. A pluralidade sindical, sua autonomia e independência eram elementos fundamentais nas negociações trabalhistas, apesar de existirem dentro do mundo do trabalho setores mais fracos e mais desprotegidos frente ao poder do capital. Seria extremamente ingênuo imaginarmos que o movimento operário dos anos 20 foi frágil diante da força despótica do patronato industrial. Ao contrário do que se imagina, muitas das leis que compuseram a estrutura sindical corporativista já haviam sido promulgadas durante os anos 20 pela pressão dos sindicatos operários. Além disso, os sindicatos vão se tornando uma força nada desprezível no cenário político do final dos anos 20. As articulações das oposições ao governo de Washington Luiz passavam todas elas por negociações com o movimento operário e os sindicatos souberam aproveitar muito bem estas oportunidades, pressionando o Estado para a promulgação de leis protetoras do trabalho. Nesse sentido, podemos enten-

der as novas posições do empresariado de São Paulo ao perceberem as possibilidades de articulação política do movimento operário.

Para aqueles que pesquisaram o empresariado industrial nos anos 30, não é difícil perceber que este setor estava muito preocupado com a modernização das relações de trabalho e Roberto Simonsen, entre outros, procurou insistentemente criar uma nova mentalidade no interior de sua classe. Em 1928, por exemplo, criava-se o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, sinal mais do que evidente da organização da classe empresarial para enfrentar novos desafios, tanto na modernização do parque industrial, como nas novas relações trabalhistas que iriam advir dessas transformações.

Roberto Simonsen e o Ciesp inúmeras vezes enfatizaram que o problema da industrialização brasileira transcendia a ordem econômica e estava muito mais ligado à mudança de mentalidade do empresariado, do governo e do próprio movimento sindical. Discutiu-se, abertamente, durante os anos 20 a introdução dos métodos tayloristas e fordistas nas fábricas de São Paulo e algumas experiências foram realizadas com relativo êxito empresarial. As mudanças previstas pelo patronato esclarecido não se limitavam apenas ao setor produtivo; em São Paulo, segundo eles, deveria acontecer uma verdadeira revolução na mentalidade e nos valores da sociedade, para que ela pudesse entrar de maneira segura nos rumos da modernidade. Para tanto, deveriam ser criadas escolas, faculdades e outras instituições de ensino e aprendizagem, que pudessem modificar os hábitos e comportamentos das elites e dos trabalhadores. Do ponto de vista empresarial, havia, no final dos anos 20 e início dos anos 30, opções

bastante demarcadas para o ingresso definitivo na modernização. Por um lado, as alternativas abertas pelo fordismo e pelo taylorismo com muito pouco peso do Estado na negociação das relações de trabalho. Por outro, uma participação mais ativa do Estado na direção da economia nacional, sem contudo intervir de maneira exagerada no plano das relações trabalhistas. Esperava-se com isso, uma economia mais planejada, sendo o Estado responsável pelas diretrizes das políticas de investimento. Quem lê os textos de Roberto Simonsen do início dos anos 30, percebe claramente o quanto ele se opôs às soluções corporativistas, nos moldes do fascismo italiano.

Para a modernização de São Paulo os efeitos da legislação corporativista foram arrasadores. Ela não desorganizou apenas a vida sindical operária, tirando-lhe a autonomia, ela foi capaz de desorganizar toda a indústria paulista e durante anos o crescimento econômico ficou comprometido pelo emaranhado de leis e pelas disputas entre o empresariado e o Estado. Apesar do empresariado paulista ter recebido alguns benefícios protecionistas do Estado, o fato é que eles conseguiriam ver reconhecidas estas exigências em outra situação política, que não aquela criada pela estrutura corporativista, porque o empresariado, desde os anos 20 tinha conquistado boa margem de negociação com o governo central. A modernização proposta pelo empresariado paulista no final da década de 20, já pressupunha uma mudança no perfil da economia brasileira, prevendo que o café iria deixar de ser o suporte para os outros investimentos, abrindo caminho para a constituição de um parque industrial capaz de modificar as relações do Brasil com o mercado mundial, cada vez mais con-

trolado pelos países industrializados.

Seria importante observar, portanto, de que maneira a diversidade da sociedade industrial de São Paulo se viu aprisionada pela nova ordem implantada pelo governo provisório de Vargas, a partir de 1930. Todo um conjunto de iniciativas que foram concebidas sob o amplo espectro de negociações em curso em São Paulo, viu-se de uma hora para outra, comprometido pela investida do Estado em todos os setores da vida social. Isto abriu caminho para profundas mudanças na mentalidade tanto das elites econômicas e políticas, como no mundo do trabalho. Na base das negociações em curso em São Paulo, bem ou mal, aquelas elites aos poucos foram adquirindo um compromisso ético com o desenvolvimento da cidade e a partir de barganhas com o poder local e municipal passaram a participar de suas iniciativas, visando melhorar as condições de vida de uma cidade que crescia rapidamente, criando sérios problemas sociais advindos da pobreza. Nesse sentido, a modernização da cidade era percebida como o resultado do esforço e dedicação de todos os setores sociais e as elites ainda conservavam um certo compromisso para com o conjunto da sociedade.

A modernidade acabou por criar determinadas sensibilidades sociais que não seriam possíveis no âmbito de uma visão estreita de uma mentalidade tradicional e patriarcal baseada na lógica da escravidão. O compromisso das elites para com a cidade que presenciava uma industrialização crescente não significava absolutamente laços de solidariedade entre classes em conflito, mas sim compromissos e negociações para que determinadas condições de riqueza e *status* sociais pudessem ser vivenciadas sem o risco de

agressão por parte das camadas mais pobres da sociedade. Dada a diversidade étnica e a mobilidade social permanente, as fronteiras sociais tornaram-se menos nítidas e as elites econômicas e políticas não podiam fazer os seus negócios virando as costas para o mundo do trabalho. Nesse sentido, é que falamos de um compromisso ético forjado com muita dificuldade na experiência de negociação entre os diversos setores sociais. Este padrão de ordenamento social e político emaranhava-se nas redes do poder público e a gestão urbana era assunto extremamente importante para o crescimento industrial, uma vez que as próprias elites já haviam vivenciado, por ocasião da greve de 1917 os riscos de uma revolta operária contra as más condições de vida.

Uma das mais perniciosas consequências da implantação do sistema corporativista e do avanço do Estado nas relações sociais a partir dos anos 30, foi o progressivo descompromisso das elites no que concerne às negociações sociais. A imagem de um Estado todo-poderoso capaz de intervir e atuar em todas as esferas da vida social descomprometeu as elites de sua responsabilidade perante à gestão pública da cidade e ao mesmo tempo possibilitou que os conflitos entre o capital e o trabalho se transformassem em negócios burocráticos da Justiça do Trabalho. De um lado, as elites deixaram para a responsabilidade do Estado a resolução da questão social, até então um problema que elas eram obrigadas a negociar na esfera do poder local e municipal. De outro lado, a legislação trabalhista deu margem para a exploração do lucro empresarial sem exigências de eficácia e produtividade, uma vez que o atrelamento dos sindicatos ao Estado fez com que diminuís-

se consideravelmente as suas margens de negociação frente ao capital. Contudo, ao examinarmos os aspectos mais marcantes do início dos anos 30 perceberemos como a indústria paulista, representada por determinados setores do empresariado e pelo movimento operário em seu conjunto, foi hostil às imposições do Estado. É muito significativa a luta sindical contra as leis trabalhistas e defesa de sua autonomia e independência. Os primeiros anos da década de 30 foram particularmente difíceis para a classe trabalhadora de São Paulo por ela não aceitar as novas condições impostas pela legislação corporativa. Trabalhos recentes têm demonstrado as dificuldades que o governo federal encontrou para submeter os trabalhadores às novas regras legais, apesar de toda a propaganda preparada para ganhar a simpatia dos trabalhadores. Ao contrário do que se pensava, os trabalhadores não queriam o Estado na gestão de seus negócios, esperavam dele a vigilância e a eficácia no cumprimento de leis conquistadas pelo próprio movimento operário ao longo dos anos 20. Pelo lado empresarial, os problemas não foram menores. Durante os primeiros anos de vigência da nova legislação o patronato manteve-se em litígio com o Estado, não aceitando em conjunto a nova legislação. Argumentavam sempre que o emaranhado de leis obstaculizava a produção industrial, impedindo a livre iniciativa do capital no campo contratual. A bibliografia existente sobre este assunto sempre tomou o partido do Estado, considerando o empresariado como força conservadora que não era capaz de reconhecer o avanço da legislação trabalhista. Mas como já dissemos, anteriormente, esta bibliografia sobre a industrialização no Brasil está fortemente marcada pelo discurs-

so político dos vencedores de 30, discurso este abertamente hostil aos contornos da modernidade em curso em São Paulo.

O pensamento autoritário no Brasil sempre se valeu de uma concepção dual de sociedade para fazer valer os seus argumentos. Sob esse prisma, dada a pequena margem de negociação possível entre os pólos em oposição, apenas o Estado pode desempenhar o papel de negociador, não restando à sociedade outra alternativa senão a de submeter-se às suas decisões. Tal concepção política fundada nos valores e idéias de uma sociedade patriarcal anula a eficácia e a capacidade de negociação interclasses próprias à sociedade industrial e capitalista e nessa medida o pensamento autoritário pode ser muito atraente, inclusive, para as esquerdas que tem um projeto anticapitalista de sociedade. Por esta razão, a historiografia marxista deu ampla margem de reconhecimento à gestão autoritária do Estado que se consolidou a partir dos anos 30. Por isso, esta gestão autoritária foi interpretada como modernização conservadora, termo muito ambíguo que ao mesmo tempo procura se distanciar das implicações de um Estado com características nitidamente fascistas, mas que por outro lado reconhece-o como um mal necessário. Com isso, criamos uma interpretação histórica que imputa aos setores conservadores e autoritários da sociedade e do Estado a responsabilidade de introdução do Brasil na era da industrialização e da modernidade. Faz-se silêncio, justamente, dos aspectos regressivos que a centralização autoritária do Estado no Brasil proporcionou. Assim como o pensamento conservador, as esquerdas em nosso país têm tremenda dificuldade em trabalhar com os aspectos múltiplos e diferenci-

ados da modernidade e da sociedade industrial, onde se torna necessária uma enorme habilidade política para desempenhar o melhor papel possível no campo das negociações em todos os aspectos da vida social. Por isto, temos a propensão de vislumbrar o Estado como nosso representante diante dos conflitos que emergem cotidianamente na sociedade, a ponto de o concebermos como o sujeito privilegiado da história.

Estas colocações feitas não têm a intenção apenas de fazer uma retificação do passado, visando abrir outras vertentes para a sua interpretação. Ela pretende também reavaliar as nossas atitudes frente a atual situação que se encontra o país. A permanência e continuidade do pensamento autoritário têm propiciado cada vez mais o nosso abismo social, pois, uma vez que todos esperam do Estado a solução dos problemas, fica evidente que as elites econômicas e políticas sentem-se completamente livres de qualquer compromisso ético. Os custos de tal postura, hoje, põem em risco, não estas elites, mas amplas camadas da população que não têm condições de se protegerem contra os riscos de irrupção de violência e revolta das classes desfavorecidas da sociedade. No final das contas, o Estado no Brasil serviu para eximir as elites de qualquer compromisso ético e com isso o Brasil entra na modernidade, sem que os setores dominantes da sociedade precisassem negociar nenhum de seus enormes privilégios.

Este é o nosso maior legado da década de 30 e que tem projeções muito comprometedoras, ainda hoje. Naquele período, ensaiava-se em São Paulo as experiências novas da modernidade industrial e os sujeitos sociais estavam dando significativos passos

para o aprendizado das negociações no espaço privado da relação capital-trabalho e na gestão dos assuntos públicos, mediante a autonomia da organização de classe. Esta experiência tem que ser resgatada para que possamos evitar, desta vez, as soluções autoritárias, sempre muito atraentes às elites brasileiras, que não quiseram aprender as lições colocadas pela modernidade em curso em São Paulo, durante os anos 20 deste século.

Revisitar os rumos da industriali-

zação no Brasil parece-me como a experiência de Proust em busca do tempo perdido. Só que com duplo sentido: o primeiro, o de recuperar uma experiência civil que foi abruptamente cortada pela vitória do pensamento autoritário, o segundo, o de tentar recuperar um imenso tempo perdido, responsável pelo abandono em que foi legada a gestão dos negócios públicos no país, onde nenhum setor da sociedade assume qualquer parcela de responsabilidade política.

Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*

Helôisa Maria Bertol Domingues

Professora-Doutora na área de História Social na USP. Pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/CNPq

A tese *Ciência, um caso de política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império* aborda um tema tradicionalmente interpretado à luz de alguns tabus historiográficos. De modo geral, a historiografia desconsidera a correlação ciências/agricultura e, quando o faz, prega a inexistência de liames entre ambas.

Para a historiografia tradicional, uma sociedade agrária monocultora que dispunha de terras em abundância, baseava-se na mão-de-obra escrava e visava apenas ao mercado externo não tinha necessidade ou, até mesmo, era incompatível com os progressos técnicos. Trabalhos recentes, porém, mostraram ter havido no Brasil, desde os tempos coloniais, natural coexistência do trabalho agrícola (baseado na mão-de-obra escrava) e do aperfeiçoamento tecnológico. Esses trabalhos, os quais abriram brechas para a presente pesquisa, nos permitem entrever a agricultura brasileira não mais simplesmente como *rural colonial*, quando deixa de privilegiar a análise de regiões canavieiras e cafeeiras, latifundiárias e escravistas; passou a formação agrária brasileira a ser vista como resultante das tensões e valores que permeiam a sociedade em geral.

A pesquisa que resultou na tese *Ciência, um caso de política* tomou como pano de fundo essas tensões eco-

nômicas entre a sociedade produtora, os comerciantes e o governo. Sob a ótica política, percebeu-se que a agricultura brasileira não era apenas colonial/escravista e latifundiária: o trabalho levou-nos a inferir que havia um projeto político no Brasil Império, cujo aparecimento remontava aos tempos da Colônia. Visava esse projeto a desenvolver a agricultura do país primando pela diversificação da produção e a introdução de novos produtos, nos mercados interno e externo. Para levar adiante tal política, foi importante viabilizar, paralelamente, a institucionalização das ciências naturais, pois, para o país independente, as ciências aplicadas representariam a redenção econômica pelo aumento da produtividade da terra e dos produtos, além de um meio de substituir a mão-de-obra escrava.

Ao constatar-se a vontade política de desenvolver as ciências naturais no Brasil, a pesquisa defrontou-se com outro postulado historiográfico, desta vez relativo à história das ciências brasileiras. Desde a publicação do livro *As ciências no Brasil*, organizado por Fernando de Azevedo na década de 1950, acreditava-se que somente após as primeiras décadas deste século se passou a produzir alguma ciência no país. Ex-

* Auxílio concedido pela Fapesp.

cetando trabalhos bem recentes, para a maioria dos historiadores as ciências no Brasil eram obras de poucos estrangeiros que por aqui passaram.

A análise das fontes históricas disponíveis permitiu observar a criação e o desenvolvimento de instituições públicas e de sociedades científicas de iniciativa particular que, funcionalmente, serviram à prática das ciências naturais no Brasil. Algumas surgiram ainda no período colonial, como os casos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Museu Nacional - que, basicamente com as mesmas prerrogativas institucionais, permanecem ainda hoje. Foi igualmente o caso de associações como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que, criada em 1825, posteriormente se uniu a uma instituição regional, em 1894. Há outro exemplo significativo, como o do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o qual, juntamente com alguns congêneres regionais, surgiu na Corte em 1860, onde funcionou como uma sociedade científica nacional até o fim do Império, quando também foi regionalizado. No mesmo ano de 1860, criou-se o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que passou a administrar todas essas instituições, até então a cargo do Ministério dos Negócios do Império.

O propósito inicial da pesquisa era analisar o desenvolvimento das ciências naturais no país após a independência. Ao iniciar-se o levantamento de dados, porém, verificamos a imbricação entre as ciências e a agricultura no Brasil, ou o que se pôde classificar de *projeto de política agrícola*. A percepção destes fatos resultou do enfoque metodológico que vislumbra as ciências como parte de contextos culturais diferenciados, e as vê como uma prática social. Eis aqui o objetivo central da tese.

Não nos propúnhamos a fazer

uma tradicional história das ciências, mas sim uma história social das ciências, interpretando-as como uma prática que se realiza em um contexto histórico singular, considerando tempo e espaço como componentes desta singularidade. Tomaram-se assim as ciências como um plural de saberes que relativamente se atritam e amalgamam aos grupos sociais que as produzem, e à sociedade em geral - onde encontram condições de produção, recepção e/ou reprodução, seja institucional ou político/ideológica. As ciências foram consideradas como fenômeno do saber que se *mundializou*, isto é, expandiu-se por todos os continentes, a todos os âmbitos do conhecimento e a todos os grupos da população, daí poderem ser analisadas sob ótica eminentemente cultural.

Em sua relação com a agricultura, evidencia-se a dimensão cultural das ciências naturais. Construiu-se a importância dessas ciências a partir do encontro dos europeus com o Novo Mundo, do qual o Brasil era parte. A pesquisa, todavia, mostrou que as ciências naturais no Brasil começaram a ser incentivadas, sistematicamente, em função do objetivo político de desenvolver a agricultura, o que vai além da simples busca de conhecimento e exploração dos produtos nativos da flora, fauna ou de minerais desconhecidos. A meta do governo, primeiramente o metropolitano e depois o imperial independente - ao incentivar a prática institucional das ciências naturais - era desenvolver a agricultura baseada no cultivo de produtos exóticos orientais, que seriam aclimatados ao país.

Uma vez reconhecidos os fortes laços entre as ciências naturais e a agricultura, e à medida que a análise das fontes avançou no tempo predeterminado, foi-se delineando o movimento que estas relações adquiriram durante o período colonial. Aos poucos, foi

possível diferenciar as dominâncias temporais político-científicas relativas à agricultura, e isto deixava transparecer as suas inter-relações. O estabelecimento de diferenças nas relações entre as ciências naturais e a agricultura, no período abrangido pelo estudo, acabou por delimitar o recorte do tema, possibilitando a periodização interna da tese. Esta foi, portanto, uma consequência da análise municiada pelas fontes históricas.

Convém destacar as fontes que serviram de suporte ao trabalho. Estas sim, foram tradicionais como o foram as instituições, arquivos e bibliotecas onde se encontra o acervo documental: publicações periódicas, relatórios ministeriais anuais, documentos administrativos institucionais etc. Material histórico que, mesmo disperso em diversos lugares, nos permitiu dar organicidade aos fatos e, também, fugir a recortes temporais já consagrados.

A divisão interna da tese tornou fluidos até mesmos os limites temporais impostos *a priori*, pois ateu-se ao ritmo adquirido pelas relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. Desta forma, embora o limite temporal previamente imposto tivesse sido o período imperial, o ponto de partida para a análise acabou recaindo sobre as últimas décadas da dominação política portuguesa no Brasil. Nesta época, foram criadas as Academias Científicas na Colônia, onde seriam estudados, com o beneplácito da coroa, os produtos da flora passíveis de atingir o mercado, como o algodão, o tabaco, o anil etc. Ainda neste período, realizaram-se alguns estudos zoológicos, como os que abordaram as cochonilhas (insetos que atingiam as plantas). De duração efêmera, essas academias produziram obras que a Academia de Ciências de Lisboa publicou mais tarde.

A imbricação entre as ciências naturais e a agricultura, convém assinalar, tornou-se evidente com o aparecimento do primeiro jardim botânico colonial oficialmente criado no Pará, em 1796. Este surgiu não porque situava-se no limiar da floresta amazônica, como a primeira vista se pode supor, mas porque estava próximo da Caiena, na Guiana, onde já estavam aclimatadas diversas especiarias comerciais asiáticas que se pretendiam produzir no Brasil.

As idéias iluministas, nesta mesma época, haviam alcançado a política portuguesa, que se reciclava em razão desta linha de pensamento. São conhecidas as reformas ocorridas em Portugal depois de 1750, com o governo liderado pelo Marquês de Pombal. O pensamento iluminista embutia o utilitarismo baconiano difundido séculos antes, o que facilitou a relação das ciências naturais com o campo político-econômico dos países. Esta relação não foi um fenômeno verificado somente em Portugal ou na sua Colônia, mas em geral nos países em que se disseminavam essas idéias, no século XVIII e século XIX adentro.

No Brasil, as ciências naturais e a agricultura foram desenvolvendo fortíssima correlação. Depois da vinda da família real portuguesa para o nosso país, em 1808, novas instituições foram criadas com a finalidade de aclimatar e desenvolver sistematicamente espécies exóticas. D. João VI, por exemplo, no ano de sua chegada instituiu o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, chamado na época Horto Real e, posteriormente, Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas. Neste período de estabelecimento de uma política para desenvolver a agricultura exótica, ao lado das ciências naturais dominou a botânica, fato que perdurou até meados do século XIX.

MANUAL

DO

AGRICULTOR BRAZILEIRO,

OBRA INDISPENSÁVEL

«Este é Senhor de Engenho, Fazendeiro e Lavrador, por apresentar huma idéa geral e philosophica da Agricultura applicada ao Brazil, e ao seu especial modo de produção, bem como noções exactas sobre todos os generos de cultura em uso, ou cuja adopção for proficua, e tambem hum resumo de horticultura, seguido de hum epitome dos principios de botanica e hum tratado das principaes doenças que atacam as plantas»

ORNADO COM VARIAS ESTAMPAS:

por **C. A. Taunay**,

ASSISTENTE DO COLLABORADOR, NA PARTE AGRONÓMICA E BOTÁNICA, **L. RIEDEL**, BOTANISTA DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR DA RÚSSIA NO BRAZIL.



RIO DE JANEIRO,

EM A LITOGRAFIA IMPERIAL E CONSTITUCIONAL DE J. VILLENEUVE E COMP.

PRIMEIRA EDIÇÃO, 1839.

1839.

Foi relativamente à política, contudo, que a botânica começou a perder a sua primazia e dividir atenções com outras áreas das ciências naturais que começaram, de forma sistemática, a serem estudadas no país. Desde o fim dos anos 30, quando a unidade política se completava, e delineava-se a ideologia do Estado-Nação como parte deste movimento, ampliou-se o leque das ciências naturais, incluindo, além da botânica, a geografia, a geologia, a

astronomia, a zoologia e, ainda, a etnografia. Todos esses ramos científicos, de uma ou de outra forma, se relacionaram com o rumo que politicamente tomava a agricultura brasileira. Foi a época das comissões científicas incentivadas pelo governo para explorar as riquezas naturais *nacionais*, ainda ocultas nos mais recônditos lugarejos do país. Foi também quando começou a ser ameaçada a base escravista da economia brasileira.

Página de rosto do livro de Taunay, Manual do Agricultor Brasileiro. Acervo do Museu Nacional, UFRJ, Rio. Foto Olga

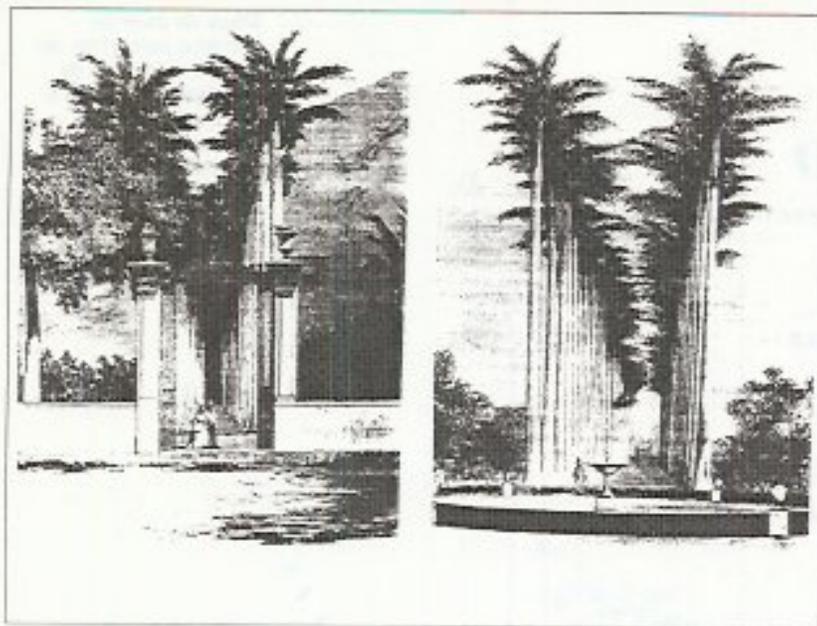
Mapa de parte do caminho percorrido por Halfeld (Relatório da Comissão de Exploração do Rio São Francisco. Acervo do Museu Nacional, UFRJ). Foto Olga



Somente por volta de 1860, porém, observou-se a maior ruptura nas primeiras relações que se haviam estabelecido entre as ciências naturais e a agricultura brasileira. Na ocasião, doenças que se abateram sobre as plantações de cana-de-açúcar e de café ameaçaram, respectivamente, grandes regiões produtoras do Nordeste e do Rio de Janeiro. Apareciam também novos métodos de análise científica, rapidamente incorporados, no Brasil, por intelectuais que pensavam a questão do desenvolvimento agrícola nas instituições oficiais e nas sociedades científicas. Neste momento, as ciências privilegiadas já não eram as que trabalhavam os objetos naturais *in loco*, mas as de laboratório - e os profissionais envolvidos já não eram naturalistas, e sim engenheiros e médicos que

avaliavam os elementos da terra e os produtos.

Essas mudanças ocorridas nas relações entre as ciências naturais e a agricultura, por volta de 1860, propiciaram (além do reforço institucional, com a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e dos institutos agrícolas) a abertura do debate em torno da questão do esgotamento do solo e da problemática de envelhecimento das plantas. Isto trouxe à tona a necessidade do uso de fertilizantes, o que daria privilégio a ciências como a química agrícola, a fisiologia vegetal ou a entomologia. Até mesmo as prerrogativas do Jardim Botânico mudaram; este passou, daquela data até o fim do Império, para a administração do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que criou, em suas dependências, um laboratório qui-



O Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1863. Do livro *Crónica de una Expedición Romántica al Nuevo Mundo: La Comisión Científica del Pacífico (1862-1866)* de M. A. Puig-Samper.

mico. Em lugar de buscar conhecer apenas as propriedades das riquezas naturais, introduzia-se o estudo da vida das plantas, bem como a relação destas com o solo e o ambiente onde cresciam.

Houve um movimento descentralizador - concomitantemente às questões que engendraram as relações das ciências com as culturas mais tradicionais - que se intensificou a partir de 1870. Isto não apenas abriu novos campos científicos mas novas instituições que visavam a reproduzir, nas províncias, as relações das ciências com a agricultura, principalmente pelo ensino desta. Pode-se dizer que esse movimento decorre, paradoxalmente, do processo de construção nacional e da recolonização do país e, apesar do relativo sucesso, pode ser visto como estruturante do processo de recrudescimento das forças políticas regionais que puseram termo ao centralismo e ao próprio regime imperial em 1889.

Verificou-se, ainda, que, no século XIX, as ciências naturais no Brasil se modificaram efetivamente em função da agricultura. Inicialmente, tinham como alvo o estudo dos produtos que serviam

de alimento, vestimenta ou abrigo, e, depois, passaram ao estudo do solo que alimentava esses produtos, para enfim chegar ao estudo das relações e ações de um sobre o outro. Assim, passaram da botânica, isto é, do estudo aparente da planta, para a química, ou a análise dos elementos da mesma, e depois para a fisiologia, ou seja, a relação entre a planta e o solo, os elementos da vida. O desenvolvimento dessas ciências no Brasil, embora guardando suas especificidades, acompanhou e inseriu-se no mesmo movimento científico dominante no mundo capitalista em expansão.

Do longo trabalho de pesquisa empreendido pode-se deduzir que, de um lado, as ciências naturais, entre avanços e recuos, encontraram condições políticas de produção e reprodução no país, viabilizadas por projetos cujo objetivo era o desenvolvimento da agricultura brasileira. Em contrapartida, o insucesso de muitas iniciativas governamentais em favor da agricultura, concretizado pela aplicação dos conhecimentos no cotidiano social, demarcou a existência de um hiato entre a produção científica e sua recepção na sociedade em geral. Ao focar a inserção do Brasil no mundo capitalista em expansão, como produtor agrícola de alimentos e de matérias-primas para as indústrias nascentes, foi possível perceber que, apesar dos esforços do governo, os campos intelectual e econômico comunicavam-se com enorme dificuldade.

Acreditamos que o enfoque dado à análise histórica das ciências, mesmo não sendo o único, neste caso em particular, facilitou a percepção da grande dependência política que a produção científica apresentava. A análise das relações das ciências naturais com a agricultura, por outro lado, forneceu subsídios à compreensão da dimensão que os conhecimentos adquiriram na exploração do meio ambiente.

Imagens Femininas: contradições, ambivalências, violências. Mulheres na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1875-1950)

Cleci Eulalia Favaro

Professora-Doutora Titular/1 de História
Contemporânea no curso de História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos),
São Leopoldo, RS

A questão

Se aos homens, diz Perrot (1990) foi destinado o mundo da escrita, da produção do conhecimento, da direção e do domínio das coisas públicas - daí a história oficial constituir-se numa história de homens para outros homens - coube à mulher transmitir oralmente os valores, os saberes, o cotidiano familiar e da comunidade. O progressivo acesso à leitura e à escrita, no entanto, não abriu as portas do fechado e exclusivo mundo masculino: as mulheres ficaram durante muito tempo (e, em certa medida, ainda estão) na antesala, envolvidas por um discurso considerado *menor*.

Se é a propriedade, nas sociedades modernas, o que assegura a possibilidade de participação ao nível político, e que aos proprietários sempre foi assegurado o desenvolvimento da propalada *plenitude racional*, compreende-se porque até recentemente não apenas as mulheres, mas milhões de homens permaneceram à margem dos processos decisórios e dos privilégios, que eles conferem a quem os enuncia; em suma, de quem detém o poder.

Entretanto, questionamos se realmente interessou às mulheres, a todas as mulheres (como se diz que interessa aos homens, enquanto metade da humanidade) uma efetiva participação

nas decisões econômico-políticas de amplo espectro, típicas do espaço público: se o domínio (ou predomínio) do espaço público viabiliza o exercício de um poder, este não é único, nem tão compactado, a ponto de ser impermeável à presença das mulheres.

Por outro lado, existem *poderes*, micropoderes, que, pela sua *fluides*, penetram espaços ocultos, mas nem por isso menos importantes na dinâmica das sociedades ocidentais.

Queremos crer que, dadas as circunstâncias e características que pauperaram a vida da maioria das mulheres, enquanto responsáveis pelo espaço doméstico, pela sobrevivência básica dos velhos e crianças, pela organização familiar - enfim, um mundo pequeno, mas exigente - estas viram-se progressivamente excluídas do espaço maior de poder, sem abdicar, no entanto, do exercício do poder.

O contexto

As transformações hoje observadas nos aspectos materiais da chamada Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (a partir de agora identificada pela sigla RCI) constituem-se uma clara demonstração do desenvolvimento gestado a partir dos núcleos urbanos, ainda nas primeiras décadas

do século. Um processo de expansão progressiva acabou por atingir toda a área, principalmente na segunda metade do século XX, mas não envolveu todos os espaços, nem todas as pessoas igualmente.

Embora as mulheres que participaram do intenso processo emigratório que marcou as áreas setentrionais italianas nas últimas décadas do século passado tenham assumido juntamente com os homens as árduas tarefas de *far la Merica*, nem o discurso oficial, nem a literatura, nem os *media* registram sua presença, ou, quando o fazem, parecem não avaliar condignamente seu papel.

Quando o objeto de análise são as mulheres de um determinado recorte sociocultural, majoritariamente originárias de uma área geográfica específica (enquanto imigrantes) ou delas descendente, como ocorreu na RCI, é necessário resgatar, primeiramente, os traços culturais característicos da área de origem, para depois tentar reconstituir os mecanismos e os recursos utilizados pelo grupo social com vistas à sua manutenção, renovação ou supressão, paralelamente às contribuições adquiridas por contato com outras culturas e aquelas construídas a partir de novas necessidades e circunstâncias.

Especificamente no que se refere às populações estabelecidas na RCI um componente significativo das chamadas mentalidades coletivas merece destaque: trata-se do caráter messiânico - e, mais do que messiânico, providencial - dos povos oriundos da Península Itálica, caráter esse marcado há séculos em seu imaginário social, em virtude dos efeitos duradouros do poder e do papel exercidos pela romanização sobre as mais diferentes sociedades, desde a Antiguidade Clássica. A partir

desta visão, *far la Merica*, mais do que a busca de melhores condições de vida, era uma missão, um compromisso, até mesmo um dever, discurso ideológico que motivou, entre outros temas, milhares de imigrantes a transpor os mares e oceanos, ainda no século XIX, em direção a outras terras, inclusive o Rio Grande do Sul.

A partir da coleta e posterior análise de inúmeros depoimentos e da própria trajetória do processo de povoamento e desenvolvimento da RCI, como não buscar entender as formas de representação do *eu* entre as mulheres que povoam o cotidiano daquelas comunidades? Condiionadas a desempenhar papéis que nem sempre se adequavam à sua índole, à sua personalidade, impedidas do exercício de suas habilidades e potencialidades naturais e pessoais, cerceadas em seus anseios e aspirações, em função dos interesses maiores do grupo social-familiar a que pertencem por nascimento ou casamento, quantas delas, numa retrospectiva histórica da própria vida, não gostariam de ter sido diferentes, realizado coisas diferentes, vivido situações diferentes das que viveram?

Faz-se necessário considerar que a família, enquanto um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, estabelece entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Diferentemente das construções idealizadas, idílicas, não se trata, como refere Bruschini (1990), de um grupo "*harmonioso e sereno*", voltado apenas para a satisfação de necessidades econômicas, mas sim de uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres.

A proposta

E no interior desta realidade social, portanto, que se inserem nossas preocupações com a condição das mulheres, mais especificamente com as mulheres velhas, nascidas em território italiano ou na própria RCI, ainda nas primeiras décadas do século atual. Mulheres que estiveram - e ainda estão - ligadas a um grupo familiar, seja aquele de origem, o de adoção através do casamento ou aquele que constituíram a partir das sucessivas gestações.

Este é o eixo norteador a percorrer toda a extensão de nossa proposta de trabalho, visando demonstrar, primeiramente, que é impossível pensar as mulheres sem referenciá-las no contexto de uma estrutura social e familiar, ao menos até a segunda metade do século XX.

Visando explicitar o modo como se encontra estruturado o trabalho, sugerimos uma figura piramidal invertida: a partir de uma abordagem ampla, tanto no tempo como no espaço (embora relativa e intencionalmente superficial e condensada), o desenvolvimento do primeiro capítulo tem como objetivo realizar uma incursão ao tema da presença e das formas de atuação das mulheres em diferentes sociedades da Europa Ocidental, desde os tempos pré-históricos até os umbrais do século XIX.

As mulheres - embora tenham gradativamente perdido espaço naquelas sociedades, a partir da instituição progressiva da propriedade privada dos bens e de sua delegação em mãos masculinas através do sistema sucessório e da transmissão de heranças - continuaram, no entanto, a exercer papéis sociais e a executar trabalhos em nível paralelo ao da maioria dos ho-

mens, mesmo que socialmente desvalorizados, sendo, ao menos no discurso, relegadas e restringidas ao espaço doméstico-familiar.

A fórmula encontrada para compensar tais perdas teria decorrido da apropriação progressiva de um poder (ou poderes) no interior do grupo familiar pela mulher mais velha, a mãe, poder exercido direta e constantemente sobre todos os membros da família. Esta situação de poder feminino gerou temor e desconfiança, constituindo-se em fator alimentador de um medo tal, que reverteu, no ideário coletivo, na criação de mitos, ritos e tabus restritivos, com vistas a exercer controle e, se possível, imobilizá-las, como forma de exorcizar o medo.

Diante da realidade, teriam sido desenvolvidas pelas mulheres as mais variadas estratégias de sobrevivência, evitando, porém, o confronto provocado pela quebra ostensiva dos padrões e normas comportamentais socialmente estabelecidos.

Embora progressivamente desprestigiado e mantido à margem da economia familiar, o trabalho feminino, no entanto, constituiu-se em recurso válido em todas as famílias, em todas as épocas, especialmente entre as camadas mais desfavorecidas da população européia. Mesmo em desvantagem, à sombra do poder masculino, tal condição ambivalente teria permitido - ou até provocado - a emergência de um certo poder doméstico, exercido, no entanto, com outras linguagens e outros recursos.

A maternidade, por exemplo, embora colocada à disposição da vontade e dos interesses de grupos e sociedades organizados e regidos por homens (cujos direitos incluíam também o de administrar o corpo feminino), encontrou no espaço da família, na

Combates & Rituais

relação mãe-filhos, uma fonte geradora e alimentadora do poder das mulheres, apesar dos perigos que representava para a supremacia masculina.



Sob a supervisão e o controle da mãe, não há limite de idade para o trabalho na pequena unidade familiar rural. Caravaggio, Caxias do Sul, aprox. 1912. Acervo fotográfico. Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul. Reprodução: Júlio Cesar Soares.

Maternidade e trabalho, portanto, teriam se constituído, ao longo dos séculos, na base de sustentação do poder feminino doméstico.

No segundo capítulo, o enfoque é dirigido para a região de proveniência da maioria das populações que ocupou a RCI, a partir de 1875. Visando o desenvolvimento dos capítulos subsequentes, tal abordagem prende-se à necessidade de reconstituir, ainda nas

áreas expulsoras da Itália Setentrional, as condições de vida, e, por extensão, os valores e visão de mundo daquelas sociedades rurais-tradicionais (maioria constitutiva dos contingentes emigrados, embora não exclusivamente de agricultores).

O objetivo maior é o de buscar no *modus vivendi* daquelas sociedades as raízes da presença e, não raras vezes, do recrudescimento de determinados comportamentos sociais e familiares, presentes desde o início do processo de ocupação dos lotes coloniais, no Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo foi desenvolvido a partir de um triplo enfoque, visando buscar comprovação para nossa afirmação básica de que, apesar do ritmo acelerado imprimido às transformações na instância econômica das sociedades, não ocorre necessariamente uma sincronia com o pulsar das mentalidades coletivas. Em outras palavras, visamos demonstrar, através do estudo de uma área específica (a Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul), e de um tempo relativamente longo (1875-1950), que as estruturas e a mentalidade das sociedades demoram muito mais para sofrer modificações do que as instâncias econômica e política, daí o descompasso e as naturais ambigüidades do processo histórico por elas vivenciado.

Os cortes cronológicos justificam-se na medida em que, de acordo com a opinião da maioria dos autores que dedicam seus estudos à região em referência, a segunda metade do século XX representa uma fase de profundas transformações no sistema produtivo local/regional, acarretando a absorção de milhares de trabalhadores no setor secundário, inclusive do sexo feminino.



Brunidoras (polidoras de peças de metal) em trajés domingueiros diante da antiga funilaria de Abramo Eberle & Cia. Caxias do Sul, 1909.

Acervo Fotográfico Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.
Reprodução: Júlio Cesar Soares.

Dado que as condições de ocupação e assentamento nos lotes coloniais não corresponderam, em absoluto, às suas expectativas, tornou-se imprescindível a construção (melhor, a retomada) imediata de um corpo ideológico suficientemente coeso, compacto e conhecido, destinado a dar sustentação e objetivo às novas comunidades em processo de formação, no sentido de enfrentar as vicissitudes daquele momento histórico.

Coube às mulheres a tarefa de assegurar a sobrevivência moral e psicológica do grupo. Pouco instruídas, em sua maioria voltadas para o exercício de uma carga de trabalho extenuante, tiveram nos homens seus porta-vozes. Obtendo espaço de expressão, fizeram-no com discursos masculinos.

Nesta perspectiva, tornou-se necessário analisar o teor de tal discurso,

veiculado ao longo do período em estudo, tanto por jornais e periódicos de variadas tendências como pelo clero católico.

Visando reconstituir o quadro ideológico destinado a dar sustentação à organização das diferentes comunidades da RCI, a análise das referidas fontes documentais foi direcionada no sentido de responder a três questões básicas: o que é dito sobre as mulheres; o que é dito para as mulheres; o que é dito pelas mulheres.

No quarto e último capítulo, pretendemos revelar, enfim, a voz e a fala femininas. Diante da proposta, nada mais adequado do que o recurso à história oral, na modalidade de histórias de vida. No processo de registro de depoimentos de dezenas de mulheres velhas, buscamos em seus relatos, em sua linguagem simples (misturando o

Combates & Rituais

português com o dialeto característico da região), as formas de ver o mundo e a si próprias, seja no interior da família, seja do grupo social.

Mulheres responsabilizadas pela reprodução da força de trabalho imprescindível ao desenvolvimento das comunidades imigradas, tolhidas muitas vezes em seus objetivos pessoais em benefício do grupo familiar, viram a região transformar-se ao longo do tempo, diante do grande desenvolvimento econômico resultante da implantação do modelo de industrialização adotado.



Divisão sexual do trabalho fabril. Seção de banhos em metal. Interior da fábrica Abramo Eberle & Cia. Caxias do Sul, 1925. Acervo Fotográfico Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul. Reprodução: Júlio Cesar Soares.

Ao coincidirem os últimos anos de vida com as profundas mudanças por que vêm passando as comunidades que compõem a RCI - conseqüentemente, a própria estrutura e dinâmica familiares e no seu interior, o papel social tradicional atribuído às mulhe-

res - a oportunidade de se sentirem vivas, de ouvirem a própria voz, de serem ouvidas, portanto, valorizadas, representou um espaço único para estabelecer uma relação pessoal entre passado e presente, entre o *eu* e o *nós*, entre o desejado e o realizado, e, para muitas, quem sabe, ainda a realizar.

Apesar da cantilena em torno do binômio maternidade-trabalho ser uma constante, no discurso daquelas mulheres idosas revela-se a consciência da individualidade, da singularidade: o *eu* existe, pulsante, embora a máscara representada pelo *nós*, *mulheres italianas*, impingida ou auto-imposta pela educação, esteja ainda colada à imagem que tem de si mesmas, no processo de resgate da memória de cada uma.

Este conflito interior, esta justaposição sem integração, *este querer ser e ser o que os outros querem*, é o que demonstra, em última análise, que a figura da chamada *mulher italiana* do Rio Grande do Sul - enquanto construção do e no imaginário social - não existe.

Estamos conscientes de que a estrutura, o método e os recursos utilizados na elaboração deste trabalho não seguem os padrões convencionais. Por outro lado, também os estudos sobre a problemática feminina se constituem em proposta não-convencional, no conjunto da pesquisa historiográfica. Acreditamos, no entanto, estar contribuindo de alguma forma para alargar as discussões em torno da temática das mulheres, da construção de uma metodologia de pesquisa e, porque não, da própria história das comunidades de origem étnica italiana do Rio Grande do Sul.

A Loucura na Cidade do Rio de Janeiro: idéias e vivências
1830-1930

Magali Gouveia Engel

Doutora em História pela Unicamp
Professora do Depto. de História-UFF

As idéias e vivências da loucura presentes na cidade do Rio de Janeiro entre 1830 e 1930, período em que esta era apropriada e transformada pelos alienistas em doença mental, constituem o objeto do estudo que desenvolvi como tese de doutorado no Curso de Pós-Graduação em História da Unicamp.

Os objetivos da abordagem proposta se orientam no sentido de avaliar o processo de construção da loucura como doença mental; sondar suas implicações no que se refere à formulação e à implantação de novos mecanismos de controle social na sociedade brasileira do século XIX e início do XX, através da criação de instituições asilares como o hospício, e da ampliação das possibilidades de reclusão de um número progressivo de pessoas diagnosticadas como doentes mentais; enfim, explorar os significados da crescente abrangência das fronteiras da *anormalidade*. Neste sentido, alguns estudos especificamente dedicados ao tema da loucura deram o norte teórico e metodológico da pesquisa, entre os quais se destaca, em primeiro lugar, a obra clássica de Michel Foucault, bem como os trabalhos desenvolvidos por alguns estudiosos do tema nas trilhas das reflexões deste filósofo.¹ Procurouse, contudo, relativizar e redimensionar o caráter absoluto dos desdobra-

mentos efetivos da relação saber/poder, levando-se em consideração as intrincadas redes que, tecidas no cotidiano das relações de dominação, revelam cumplicidades, sujeições, rebeldias, enfim um colorido múltiplo e, muitas vezes, inusitado.²

A construção da noção científica de doença mental implicaria uma série de apropriações de imagens da loucura veiculadas pelo senso comum. Por outro lado, as idéias e vivências *leigas* da loucura expressariam, ao mesmo tempo, rejeições e assimilações de várias concepções elaboradas e difundidas pelos alienistas e psiquiatras. Para pensar questões deste tipo, que remetem não apenas aos embates e aos conflitos, mas também às aproximações e às coincidências que caracteri-

¹ Cf.: FOUCAULT, M. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CASTEL, R. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alcoolismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

COSTA, J. E. *História da psiquiatria brasileira*.

4.ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

MACHADO, R. et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*.

Rio de Janeiro: Graal, 1978.

² Neste sentido, foram fundamentais as concepções defendidas por Maria Clementina Pereira Cunha especialmente em seu belíssimo estudo sobre o Juquery.

Cf.: CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo - Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 121-44, ago./set. 1988.

Combates & Rituais

zam o universo múltiplo, diverso e contraditório das manifestações culturais que integram uma dada sociedade, as reflexões desenvolvidas por Edward Thompson, Carlo Ginzburg e Roger Chartier³ foram fundamentais.

Os objetivos propostos foram perseguidos através do rastreamento das pistas e vestígios que puderam ser encontrados em vários tipos de fontes. Para a reconstituição e a análise da trajetória - bem como das principais linhas e diretrizes que a nortearam - percorrida pelos médicos e psiquiatras brasileiros durante o século XIX e princípio do XX no sentido de transformar a loucura em doença mental, convertendo-a em objeto exclusivo de um saber e de uma prática especializados, foram utilizados, fundamentalmente, os escritos médicos sobre alienação mental, entre os quais, teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; artigos, memórias e discussões publicados nos *Anais da Academia de Medicina* e no *Brazil-Médico*, bem como em periódicos especializados em medicina mental; obras de psiquiatras e legistas que imprimiram as principais linhas e orientações aos rumos seguidos pela psiquiatria no Brasil e alguns relatórios dos diretores do serviço clínico do Hospício de Pedro II, dos diretores da Assistência Médico-Legal a Alienados, das Colônias de Alienados criadas na cidade do Rio de Janeiro e do Manicômio Judiciário. Através das fichas das observações clínicas de pacientes internados nestas instituições e dos laudos periciais de indivíduos suspeitos de alienação, foi possível ter acesso não apenas ao exercício prático das concepções teóricas formuladas no âmbito da medicina mental, mas também, eventualmente, à fala dos próprios observados que, mesmo sob o filtro do olhar do psiquiatra ou do legista, ex-

pressam pequenas rebeldias e submissões, cuja apreensão foi indispensável para se tentar compreender as dimensões microscópicas das relações de poder.

As leis, decretos e regulamentos relativos ao Hospício de Pedro II, à Assistência Médico-Legal a Alienados e à formação profissional de psiquiatras e enfermeiros, bem como algumas discussões acerca da assistência aos alienados que tiveram lugar na Câmara dos Deputados e no Senado e sua divulgação pela imprensa da época, foram importantes para avaliar as adesões e as reações de políticos, legisladores, administradores e publicistas à reivindicação dos alienistas no sentido de monopolizar todas as questões direta ou indiretamente relacionadas à doença mental. Neste mesmo sentido, a análise complementar das posturas assumidas por juristas em relação à insanidade mental, expressas em alguns livros e artigos sobre o tema e nos processos judiciais examinados teve importância considerável.

Para a análise das questões relativas às idéias e posturas assumidas pela população urbana diante da loucura foram utilizados, especialmente, os relatos de cronistas e memorialistas da cidade do Rio de Janeiro e escritos literários que de uma forma ou de outra abordam temas relacionados à loucura ou à doença mental. No que se refere ao uso da produção literária, gostaria de salientar que esta constitui uma fonte preciosa para a análise his-

³ THOMPSON, E. P. *Tradição, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

GINZBURG, C. *Falciore, antropologia e história social*. In: *Entrepassados, Revista de História*, Buenos Aires, n. 2, p. 63-83, 1992.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

tórica, à medida que, através dela, pode-se, por exemplo, detectar as crenças, os valores, as atitudes, enfim, as várias expressões culturais disseminadas no meio social onde foram produzidas e difundidas. Assim, a análise das trajetórias de alguns personagens literários caracterizados como loucos pode revelar até que ponto e de que forma as concepções médicas acerca da doença mental foram absorvidas e/ou contestadas nos meios literários da época. Por outro lado, algumas obras traduzem não apenas as características que teriam marcado as relações entre o louco e seus familiares, vizinhos e amigos e as reações da população urbana de um modo geral diante da loucura, mas também as atitudes assumidas por personagens classificados como loucos diante da sua própria loucura.

Escolhi a cidade do Rio como principal cenário das histórias contadas no trabalho porque enquanto centro político-administrativo, importante núcleo econômico-financeiro e principal pólo de produção e de difusão do saber médico no período abordado, o Rio de Janeiro constitui o palco privilegiado das transformações que, a partir de meados do século passado, começavam a se delinear, lenta e contraditoriamente, nos horizontes da sociedade brasileira. As perspectivas de reestruturação das relações de trabalho em novas bases, a ampliação e a complexificação dos espaços urbanos, a proclamação da República, entre outros aspectos sinalizavam o advento de um novo tempo: impunham a formulação e a implantação de novos mecanismos disciplinares e/ou excludentes, capazes de assegurar que as mudanças se processassem dentro dos limites de uma ordem definida de acordo com os novos anseios, expectativas e interes-

ses, aliados a velhos medos e receios manifestados por um número cada vez mais expressivo de setores que integravam a classe dominante.

Neste sentido, desde o período monárquico, o Rio de Janeiro seria transformado num vasto laboratório de experimentação das modernas estratégias e técnicas de controle social, a maior parte das quais geradas ou inspiradas pelos princípios desenvolvidos pela medicina social. Deste modo, no que se refere especificamente ao processo de medicalização da loucura, a fundação do Hospício de Pedro II em meados do século passado e, principalmente, a criação da cadeira de clínica psiquiátrica nos cursos de medicina que, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - ao contrário da Faculdade de Medicina da Bahia - começaria efetivamente a funcionar em meados da década de 1880, converteriam o Rio no núcleo mais importante de produção e de irradiação do saber alienista. Posição consolidada a partir de fins do século XIX com a criação do Serviço de Assistência aos Alienados (1890); a proliferação de teses defendidas na cadeira de psiquiatria e moléstias nervosas da FMRJ; a integração entre o saber e a prática alienista, viabilizada através da criação do Pavilhão de Observação no Hospício Nacional de Alienados (1892); a crescente produção de artigos e memórias sobre alienação mental pela comunidade médica do Rio de Janeiro, publicados não apenas nos periódicos gerais de medicina mas também nos especializados em psiquiatria e medicina legal e, a fundação da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (1907).

O marco cronológico inicial assinala o momento em que os médicos brasileiros começariam a reivindicar

Combates & Rituais

para si a responsabilidade sobre a loucura defendendo, através de relatórios, artigos e discussões na Academia de Medicina do Rio de Janeiro, a necessidade da construção de hospícios, onde os alienados mentais pudessem ser recolhidos e tratados convenientemente

por especialistas. Os marcos finais da pesquisa apontam para os novos rumos tomados pela psiquiatria brasileira a partir dos anos 20, marcados pela difusão da perspectiva preventista da higiene mental articulada em torno dos princípios e das propostas eugênicas.

*Nasci nas Matas nunca Tive Senhor - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**

Eurípedes A. Funes

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará

A história do Pacoval - à semelhança de outras comunidades remanescentes dos mocambos na Amazônia - poderia, como tantas outras, começar com: *era uma vez...* Não o do conto de fadas ou de uma mera narrativa, mas o de experiências vividas por homens e mulheres, agentes de um processo histórico até então pouco percebido.

Era uma vez negros africanos que se chamavam Basílio, Atanásio, Miquelina, Maria, Margarida, Manoel ou Alexandre. Mas esses não eram seus nomes verdadeiros, mesmo quando traziam junto o da sua pressuposta nação, como João Cassange, Manoel Congo, Maria Cabinda ou José Beijogo, entre outros. Eram nomes que faziam parte de sua nova identidade, em um novo espaço, e de sua nova condição social, a de escravos. Negros apanhados nos campos, matas e rios da distante África, em momentos de trabalho ou de lazer, *tirano ninho de marrecas*, como diz dona Dica. Separados de sua gente, expatriados, os africanos vinham para o outro lado do oceano com o destino selado: ser força de trabalho capaz de realizar os sonhos de muitos colonos europeus.

É nos campos africanos que nascem as histórias das comunidades negras da Amazônia, entre elas o Paco-

val, onde, como disse dona Gina, *os troncos velhos se acabaram, ficou essas raizinhas, sementezinhas, aí como eu, a Dica Oliveira, o Roxinho*. Raízes de uma memória, que me ajudaram a percorrer os meandros da história daquela gente; sementes que vicejam no *Marambiré* constituindo-se novos troncos, mantendo viva uma cultura que os identifica.

Aspectos, como esses e outros, tornam necessária a compreensão de um processo histórico que passa pela resistência escrava, pela constituição dos quilombos e sua não-destruição, mas concretização nas atuais comunidades negras. Temática muito pouco visitada pelos historiadores, sendo necessário: desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual, recuperando, mesmo em documentos oficiais, falas significativas dos mocambeiros. Encontrar nos depoimentos elementos que dêem conta de um passado dos mocambos e, num tempo mais recente, da consolidação das comunidades, e que permitam compreender a construção de uma identidade étnica e cultural, bem como a constituição de uma territorialidade - elementos significativos na definição de um espaço enquanto terra de negros.

* Tese (Doutorado) em História Social - USP, 1995.

Combates & Rituais

O Pacoval, localizado na margem direita do rio Curuá no município de Alenquer/PA, ocupa hoje uma área de aproximadamente 19.000 metros de frente, por 12.320 de largura e 500 de fundo. Há um pequeno povoado constituído de duas ruas paralelas ao rio e quatro transversais. Ali vivem 120 famílias, 40% dessas em união consensual, em 110 moradias, sendo que em algumas delas vivem até três famílias, perfazendo um total de aproximadamente 800 pessoas, das quais 220 são crianças com idade de 0 a 12 anos.

A maioria de seus moradores são remanescentes dos mocambeiros do Inferno, um mocambo localizado no igarapé do Inferno, afluente do rio Curuá, destruído em 1876 pelo governo provincial mediante o emprego de medidas *suasórias*.

O padroeiro do Pacoval é Santo Antonio, cuja imagem teria sido feita pelos mocambeiros, santo que sempre esteve presente na história daquela gente. No passado, foi uma espécie de guardião dos quilombolas, protegendo-os, alertando-os sobre a vinda das expedições punitivas. Em momentos de perigo *ele ficava de costa, era o sinal pro pessoal se arretirá*. Ao lado de Santo Antonio encontra-se o venerado São Benedito, ostentando a coroa símbolo do *Marambiré*. Em sua homenagem, todos os anos, de 25 de dezembro a 20 de janeiro, sai o *Cordão do Marambiré*, sendo 6 de janeiro o ponto alto da festividade, dia a ele dedicado.

Se, por um lado, o *Marambiré* simboliza uma manifestação de fé, por outro, significa a identidade do Pacoval, uma manifestação cultural que vem dos tempos dos mocambos, constituindo-se um dos elos mais fortes de vinculação do presente dessa comuni-

dade negra com o passado dos mocambos. Ele é por si um dos lugares da memória. Em seus versos encontram-se sinais significativos, não só referentes à religiosidade dos quilombolas, mas também às suas origens africanas. Essa *brincadeira* constitui-se a representação mais significativa da cultura e do sincretismo religioso visíveis no Pacoval. Elemento de identidade e etnicidade desta comunidade negra e remanescente de mocambeiros.

Desde o início de minha chegada, uma questão inquietava-me: como se relacionavam com a terra, já que a essa se vincula, também, o sentido de territorialidade, pertencimento e identidade? De imediato pude perceber a existência de dois espaços distintos: o da moradia, lugar de convívio, da sociabilidade e do lazer e o do trabalho. O primeiro constitui-se na vila e o segundo, no *centro*, assim chamado em contraponto à margem do rio.

O uso da terra é coletivo. Todo morador tem sua casa no povoado e coloca seu roçado onde houver área desocupada, de acordo com suas necessidades e sua disposição para o trabalho, com base na unidade familiar. Muitos desses roçados ficam a até duas horas de caminhada das residências, sendo comum nesses casos construir ali moradias mais precárias, já que por vários dias da semana não vêm ao povoado. O acesso à terra é reservado aos nativos, àqueles que se casam com esses e, em alguns casos, às pessoas de fora que ali se estabelecerem com o consentimento da comunidade.

O sentido de posse coletiva da terra estava expresso na fala do Sr. Santa Rita, quando lhe mostrei, em janeiro de 1992, cópia de um título de propriedade concedido pelo Estado, em fins do século passado. No momen-

to em que lhe foi dito que outros títulos poderiam existir, a sua reação, contrariamente ao que se esperava, foi de preocupação, pois na sua opinião *alguém poderia querer vender a sua parte, uma coisa que nós sempre usamos*. Nessa fala estão contidos um significado de propriedade da terra e também um sentimento de nós - nosso, o símbolo da *terra uterina*, o berço, abrigo, liberdade, dom de Deus, diferente de *terra mercadoria*. Ali a cor negra, embora hoje bastante miscigenada, e a história constituem-se certificado e garantia de posse da terra.

À medida que mantinha contato com o Pacoval, conhecendo a sua realidade, vivenciando o seu espaço e seu tempo, inteirando-me de suas manifestações culturais, seu cotidiano e seu modo de ser, a comunidade, aos poucos, revelava-me as suas origens, expressas não apenas na pigmentação de sua gente, hoje um tanto miscigenada, mas sobretudo na memória, nas lembranças dos velhos sobre histórias contadas por seus avós, sempre vinculadas a um passado: o dos mocambos; como se tivessem *vivido por tabela* aqueles acontecimentos, fazendo suas as histórias dos avós.

O estudo de uma comunidade remanescente de quilombo, através das lembranças dos netos e bisnetos de quilombolas, possibilita uma incursão em suas raízes históricas tornando vivo um passado que sempre esteve presente em suas memórias, revelando que as sociedades formadas pelos negros fugidos da escravidão não têm que, necessariamente, desaparecer com a extinção de seus respectivos mocambos. Há toda uma historicidade a ser conhecida.

Faz parte dessa estratégia a pesquisa de campo, com ênfase na utiliza-

ção da história oral, buscando entre os velhos a memória, elemento capaz de ancorar o presente no passado. Nesse sentido juntam-se à memória, por ser parte dela, os cantos, as lendas, os *causos*, a linguagem, as variadas formas de expressão, a arte de curar e outras manifestações culturais significativas para a construção do conhecimento histórico.

Trabalhar com fontes orais, sejam elas depoimentos, entrevistas, histórias de vidas, canções, lendas, é um desafio que não assusta aqueles que percebem a sua importância, não apenas para conhecer a cultura de uma sociedade, mas o que se pode construir, a partir delas, para o conhecimento do processo histórico. Sem dúvida, deve-se ter cuidado ao trabalhar com essa tipologia de fontes, mas a documentação escrita também não exige precauções? Não se trata de saber qual a mais confiável, a que garante mais informações e, sim, de perceber que as fontes orais abrem novas possibilidades para olhar o passado.

Nesse sentido é que busco através da memória, de outras fontes orais e da documentação escrita, recuperar as experiências daqueles que foram agentes de um processo histórico marcado pela resistência e pela constituição de um espaço social alternativo, não-dicotomizado, ao mundo do senhor. Nas experiências vividas está o fazer histórico.

Um dos critérios básicos para escolher os interlocutores foi o de que tivessem em comum as suas origens, descendessem de quilombolas, e fossem depositários de uma memória que, mesmo narrada de forma individual, expressasse as lembranças coletivas. *Raimunda Santana de Assis (d. Dica)*, 90 anos, neta dos mocambeiros Dio-

niso e Maria Miquelina, por quem foi criada; *José Santa Rita*, falecido em abril de 1992, aos 70 anos, neto de Manoel Rodrigues de Oliveira Martins, o Alexandre, *por causa da Alexandria lá da África*; *Raimundo da Silva Cardoso (Donga)*, 89 anos, neto do mocambeiro Benedito. Donga do Trombetas e os dois primeiros do Pacoval, entre outros narradores, com seus depoimentos contribuíram de maneira fundamental para se abrirem os caminhos do passado, tornando mais acessível o conhecimento do processo histórico das várias comunidades quilombolas, que se formaram nos rios Curuá/Cuminá-Panema; Cuminá/Paru do Leste ou Erepecuru, Trombetas, Maicuru e lagos da região.

Dona Dica, ao lembrar o tempo em que seus antepassados estiveram presos em Belém, *onde foram se apresentá ao governo pra serem libertos*, diz: *eles foram procurá trabalho, mas muitos não foram bem, olha passaram mal. Aí quando foi um dia se aborreceram, vieram de lá do tal de Rossá, vieram, chegaram e disseram pro governo que eles tinham resorvido vim embora...* Devo ressaltar que esse depoimento de dona Dica ocorreu antes de eu iniciar as pesquisas nos arquivos de Belém. Ela falava na fuga *lá do Rossá* e naquele momento eu me perguntava o que era ou significava esse termo. Na fala não tinha datação cronológica, a marcação do tempo são outras referências. Ao pesquisar os jornais de Belém, de 1876, obtive a resposta ao descobrir que os mocambeiros do Curuá, depois de presos, foram dados em depósito a Frederico Rhosard, o tal de Rossá.

A história aprendida incorpora-se à história vivida, torna-se parte da memória - memória herdada, fazendo

do passado elemento significativo de identidade.

Quando indagados sobre os antigos, a resposta que se obtém de imediato é que *eles eram gente inteligente, era gente da África*, diz Santa Rita no que é confirmado por d. Dica: *eles vieram da África, uma nação de gente que sabia tudo. Os portugueses garraaram a pegá os filhos deles quando eles tavam no campo tirando ninho de marreca. Foram trazidos pra Belém, de lá pra Santarém e depois pra vila Curuá, pra trabalhá, de onde eles saíram, subiram o rio Curuá e foram buscá melhora.*¹

Essa fala é praticamente uma síntese da trajetória de muitos negros que, ao fugirem da escravidão, buscaram as águas bravas dos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, onde constituíram os vários mocambos, ali existentes ao longo do século XIX, que tiveram sua continuidade concretizada nas comunidades negras, hoje existentes nas águas mansas desses mesmos rios. Tempo dos mocambos, tempo que os remanescentes têm como utopia, por representar o tempo da fartura, do respeito aos mais velhos, da liberdade diante das incertezas e da realidade vivenciada.

As narrativas mostram, que mesmo distorcido, o que está na memória é passado. É a representação das experiências vividas que constituem referências históricas para aqueles que rememoram. A história aprendida incorpora-se à história vivida, torna-se parte da memória, memória herdada, fazendo do passado elemento significativo de identidade.

¹ José Santa Rita, entrevista feita em fevereiro de 1992; Raimundo Santana de Assis (d. Dica), entrevista realizada em fevereiro de 1993.

Conversando com os mais velhos, lembrando as histórias narradas por seus avós, eles contam, em tom de brincadeira, sobre um escravo que, ao fugir de seu senhor, entrou numa canoa, remou a noite toda e, ao amanhecer, percebeu que não havia saído do lugar. É que na pressa da fuga havia esquecido de desamarrá-la. Todavia, muitos outros escravos conseguiram soltar seus barcos e, navegando pelos emaranhados dos rios, lagos, igarapés e paranás, fala-se paranás, conseguiram chegar aos mocambos.

Assim como aqueles mocambeiros, desatada a *igarité*, percorrendo o emaranhado das fontes e registros, busquei um caminho, navegando ora em *águas bravas* ora em *águas mansas*, que me levasse ao conhecimento do processo histórico daqueles negros fugitivos, que nos vários *infernos* constituíram suas *maravilhas*, as quais, para o Estado e os senhores, tornaram-se verdadeiras *chagas e pragas* inexpugnáveis, que se concretizaram nas atuais comunidades negras existentes no oeste do Pará.²

Foi por aí que fiz essa *viagem*, procurando situar, num primeiro momento, o espaço da pesquisa e as formas possíveis de abordagens, tomando a memória, os depoimentos, as lembranças como fontes orais que abriram caminhos para o passado, revelando fatos e significados até então invisíveis ao historiador. Aspecto que se tornou mais interessante na medida em que, ao longo do trabalho, foi possível estabelecer um diálogo entre essas fontes e aquelas escritas, buscando a complementariedade entre elas.

Para conhecer melhor essa e outras comunidades negras da região, foi necessário buscar suas raízes, vinculadas não apenas aos mocambos mas

também à escravidão. Este é o segundo momento onde, de forma breve, foram colocadas questões sobre a presença da mão-de-obra africana no Amazonas, em especial na região do Baixo Amazonas, ao analisar as estruturas dos plantéis ali constituídos, ao enforçar a sociabilidade dos escravos, expressa na constituição da família e nos momentos de lazer destes e ao discutir a fuga enquanto forma de resistência à escravidão.

Ao discutir-se a fuga chega-se às *águas bravas*, onde se encontravam os mocambos tornando necessária a análise da rede de relacionamento tecida pelos mocambeiros, cujos fios perpassavam as sociedades indígenas, com as quais dividiam os espaços, pelo contato com os *bush negroes* do Suriname e com a sociedade escravista local. Momento em que procurei adentrar ao mundo dos mocambeiros, buscando ver ali a família, o lazer, sua inserção no meio ambiente, tendo na natureza uma aliada à sua sobrevivência e resistência.

Mediante os vários insucessos das expedições armadas, implicando grandes custos e poucos resultados, o governo buscou outras estratégias de combate às comunidades mocambeiras. Procuro, nesse momento, analisar as saídas encontradas pelo governo provincial, que, adotando a tática de medidas suasórias, impõe, em 1876, séria derrota aos mocambeiros do Curuá, quando foram presos 151 deles, 135 dos quais transferidos para Belém, onde muitos então conheceram a escravidão, já que haviam nascido nas

² Inferno - nome de vários igarapés e cochoeiras acima das quais os mocambeiros se estabeleceram. Maravilha - nome de um mocambo do rio Itambetas.

Combates & Rituais

matas do Curuá e nunca tinham tido senhores.

Após quase dois anos de luta, em que conheceram o inferno do presídio e de novos senhores, os mocambeiros do Curuá voltaram ao seu local de origem, juntaram-se a outros que ali haviam permanecido, dando origem a mais uma comunidade negra - o Pa-

coval. Pacoval do *Marambiré*, do *contraveneno*, terra de remanescentes, terra de negros. É este o último momento dessa *viagem*, onde procuro analisar a representação do espaço vivido, o sentido de pertencimento e a constituição de uma etnicidade centrada nas práticas culturais e na memória enquanto suporte de uma identidade.

A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681/1721)*

Hana Blaz

Professora-Doutora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP

Resgatar o dinamismo interno da vila/cidade de São Paulo em fins do século XVII e início do XVIII, perceber o seu próprio movimento, detectar a dinâmica de um processo de mercantilização crescente, perscrutar a articulação e tensões que envolveram esta sociedade, acompanhar a consolidação no poder da elite local e suas relações com a metrópole, foram os objetivos maiores deste trabalho.

Tais preocupações nasceram de uma postura crítica face à historiografia em seus vários momentos. Tanto em relação à produção *paulística* vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da qual resultou a imagem de São Paulo como *locomotiva da nação* e do paulista como pertencente a uma *raça de gigantes*, quanto aos estudos produzidos nos anos 50 e 60 que, ao privilegiarem uma problemática contemporânea (a relação centro-periferia; o desenvolvimento do capitalismo), relegaram a história regional, a história particular, a *história que não deu certo*.

Outro objetivo, já do prisma teórico, dizia respeito à problemática do geral e do particular, da totalidade e da singularidade. Ao privilegiar-se o geral, as grandes sínteses, o particular costuma ser deixado de lado ou, quando muito, encarado enquanto atípico. Buscar na vila/cidade de São Paulo, no particular portanto, sua especificidade

própria, significava uma preocupação constante em captar o concreto possível dentro deste fluir, pois é no concreto enquanto processo social que se pode traduzir a mudança e seus dinamismos.

A partir destas preocupações a pesquisa foi centrada na vila/cidade de São Paulo entre 1681 (ano em que a Câmara Municipal intenta elevar a vila à condição de capital da capitania) e 1721 (quando se completa o processo de separação da capitania de São Paulo da de Minas Gerais).

Enquanto caminho metodológico privilegiou-se a dinâmica interna paulistana, as tensões sociais decorrentes dos processos concomitantes de fixação na dispersão e de mercantilização e a ação da elite local, tanto em nível interno quanto em sua relação com a própria metrópole. Acreditamos que a ênfase nas tensões sociais e no complexo social, entendido enquanto estrutura de dominação interna que traz dentro de si os interesses diferenciados das várias camadas sociais permite, por um lado as articulações com o econômico e o mental e, por outro, aponta a ação das classes sociais enquanto agentes da história.

Assim, pesquisamos todo um leque de documentação, impressa e manuscrita, principalmente cartas régias, correspondência das autoridades

* Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1995.

Combates & Rituais

metropolitanas e coloniais, inventários e testamentos, atas da câmara, livros de registro, de sesmarias, autos cíveis, relatórios, representações e notícias diversas. Grande parte dessa documentação, principalmente a impressa, já fora utilizada por vários autores, mas quase sempre no sentido da construção e cristalização das imagens a que já nos referimos. Pretendíamos, no entanto, justamente criticar estas imagens. Desta forma, através do entrecruzamento deste material e, das falas e ações das diferentes instituições e agentes sociais, quase que numa leitura a *contrapelo*, pudemos resgatar o processo em curso acentuando a dinâmica interna paulistana, sua inserção em uma economia de abastecimento interno e discutir a tão propalada diferenciação de São Paulo colonial.



Bandeirante com gualteira de couro de anta, gibão de armas, rodela, espada, arcabuz e forquilha.

Nosso fio condutor foram as atas e a correspondência da Câmara de São Paulo, pois nelas encontramos, de forma contínua e sistemática, quase que no dia a dia, os temas e questões que diziam respeito aos mecanismos de distinção e de atuação da elite local frente às demais camadas sociais e à metrópole, sua articulação com o processo de mercantilização e as tensões daí decorrentes.

A câmara, enquanto *locus* privilegiado da dominação, foi entendida em suas várias dimensões, por vezes conflituosas e antagônicas: como representante do próprio Estado português, como suposto elemento *neutro* tentando mediar interesses díspares em prol do *bem-comum* e, por fim, como representação da própria elite. Na verdade, observamos uma dupla afirmação por parte da câmara e portanto da elite: por um lado, tenta se impor perante a população, ora mediando interesses contraditórios ora exercendo seu poder, sempre invocando o *bem-comum*; por outro, apesar de representar os interesses da coroa tenta igualmente se afirmar em relação a ela. É neste jogo constante de vassalagem/autonomia, *bem-comum*/interesses específicos que a elite local irá construindo a sua própria dominação.

No primeiro capítulo - *A construção das imagens* - analisou-se a historiografia acerca de São Paulo colonial e as visões daí resultantes. Apontou-se, nos autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o processo, redimensionado pela própria história, de construção das imagens de uma São Paulo auto-suficiente e do paulista rebelde, independente, ativo, promotor da expansão territorial e exemplar de uma raça nova: a *raça de gigantes* que teria no bandeirante seu símbolo máximo.

Quanto à historiografia entre os anos 50 e 70, observamos uma curiosa inversão. As discussões acerca do desenvolvimento/subdesenvolvimento resultaram, no Brasil, na predominância de estudos mais preocupados em discutir a questão do nosso subdesenvolvimento e em buscar as raízes de nossa dependência. Assim, acentuou-se a análise dos núcleos exportadores coloniais e, as demais regiões, voltadas ao abastecimento interno, como São Paulo colonial, foram relegadas a um segundo plano.

Nesta perspectiva, as referências feitas a São Paulo colonial, o são somente no prisma da débil articulação com as áreas *dinâmicas*, ou seja, valoriza-se o paulista apenas como o sertanista que fornece mão-de-obra indígena ao Nordeste e como o responsável pelo desbravamento territorial e a conseqüente descoberta dos territórios metalíferos. Nestas acepções, a região de São Paulo colonial é sempre vista em função das demais, ou seja, sempre *de viés*. Daí resultou a cristalização de uma nova imagem onde se acentua a pobreza paulistana tipificada enquanto uma sociedade voltada apenas para a própria subsistência.

A partir da década de 70, aproximadamente, novas tendências historiográficas, mais voltadas ao específico, à verticalização e à regionalização dos estudos e dos temas promoveram uma revisão nos estudos até então vigentes. A dinamização paulistana através de seu comércio interno e regional começa a ser acentuada, bem como a estruturação de uma sociedade hierarquizada e, portanto, profundamente desigual. Dessa forma, romperam-se as visões acerca da singularidade e da superioridade de nosso paulista ancestral bem como o quadro de uma região extremamente pobre voltada ape-

nas para o autoconsumo e que tinha na venda do indígena a sua única fonte de rendimentos...

Através da pesquisa realizada, detectamos, no capítulo *A sedimentação na dispersão*, a existência de uma produção mercantil em São Paulo colonial composta pelo trigo, pela aguardente de milho, pelo feijão, milho, carnes, farinha e algodão. Acentuamos a expansão da vila paulistana gerando a criação e incorporação de bairros rurais bem como de outras vilas, sobre as quais o núcleo de Piratininga tinha hegemonia.

Uma produção mercantil e um processo contínuo de expansão trazem consigo a questão da mão-de-obra. Os eternos embates entre moradores, coroa e jesuítas em torno da questão indígena foram analisados, bem como a *solução* encontrada - o regime da administração. Igualmente centramos a atenção nos aldeamentos indígenas e no seu processo de despovoamento e, na crescente dificuldade do paulista em garantir mão-de-obra suficiente e relativamente barata para sustentar sua produção agrícola. A partir de todas estas tensões e dificuldades concluímos que, gradativamente, os proprietários paulistas passaram a dedicar-se à pecuária que era altamente rentável e exigia um número menor de mão-de-obra. Desta forma, apenas os grandes potentados continuaram a produzir gêneros agrícolas com amplos plantéis de índios, já localizados em áreas mais distantes da vila ou, até mesmo nas cercanias do território mineiro.

Em *As veredas da mercantilização* discutimos a expansão comercial cada vez maior da vila tomando como indicativos a preocupação com os caminhos internos e a articulação dos contratos monopolistas com a feitura e manutenção do Caminho do Mar.

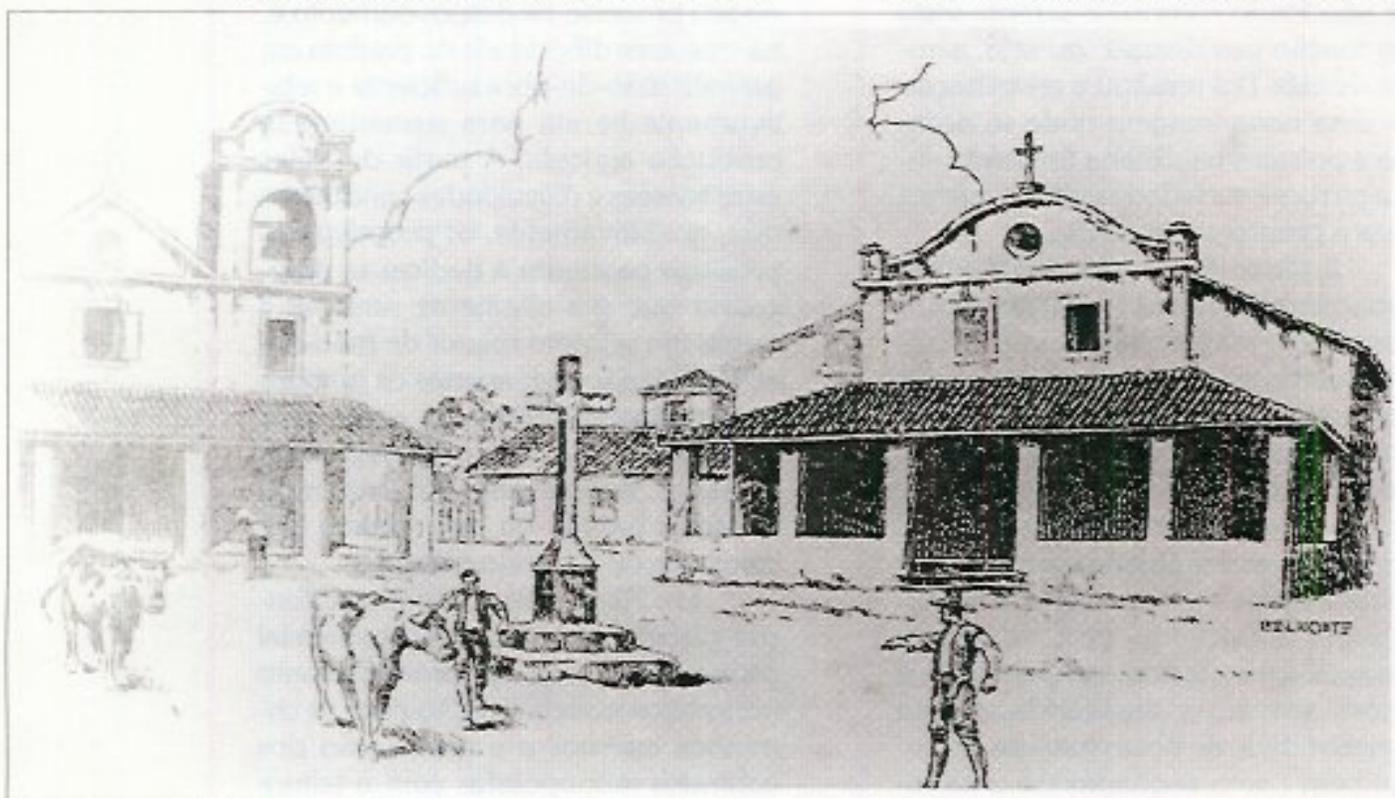
Combates & Rituais

Abordamos, igualmente, a crescente concentração da propriedade em mãos de poucas famílias bem como a usurpação das terras indígenas e as tensões daí resultantes. A exemplo do restante da colônia, o entrecruzamento entre terra/escravos/riqueza/poder resultou numa sociedade extremamente hierarquizada e, portanto, desigual, onde poucas famílias detinham os símbolos de riqueza e de poder exercendo assim sua dominação.

Concluimos esta primeira parte do trabalho apontando que, a vila de São Paulo nos últimos decênios do século XVII e início do XVIII, tanto do ponto de vista econômico quanto social, encontrava-se bem distante das imagens criadas pela historiografia a seu respeito. A produção de farinha, milho, feijão e outros gêneros alimentícios; a criação do gado e a elevação no preço da carne; a licença obtida para a venda da aguardente de milho

local; a articulação com outros núcleos regionais acarretando, internamente, tanto a falta de víveres quanto uma carestia crescente; um comércio variado de artigos importados; a constante preocupação das autoridades com o mau estado dos caminhos, pontes, aterrados, entradas e saídas da vila; a articulação entre caminhos-bairros e a concessão do monopólio dos gêneros molhados a contratadores que se dispunham a pagar taxas elevadas a título de subsídios para a câmara; os embates a respeito da utilização da mão-de-obra indígena e do aforamento de suas terras; a expansão da propriedade e maiores indicativos de riqueza nas mãos dos clãs parentais denotavam um quadro de mercantilização crescente.

Esse processo de mercantilização conhecerá, é certo, um dinamismo ainda maior mediante a articulação com a área mineratória, mas esta não foi, de forma alguma, a responsável por



"... que tivessem cuidado com os alpendres e adros das igrejas desta villa, os quaes os gados sujavam..."(1624)

aquele. É o desenvolvimento da vila paulistana e de seus arredores que explica a possibilidade do abastecimento do mercado mineiro e não o contrário. Foi o que analisamos na segunda parte de nosso trabalho.

Em *As tensões da mercantilização* discutimos como, o que geralmente é visto sob o prisma de efeitos negativos da economia mineratória para a região paulista, na verdade expressa as tensões resultantes do processo de mercantilização.

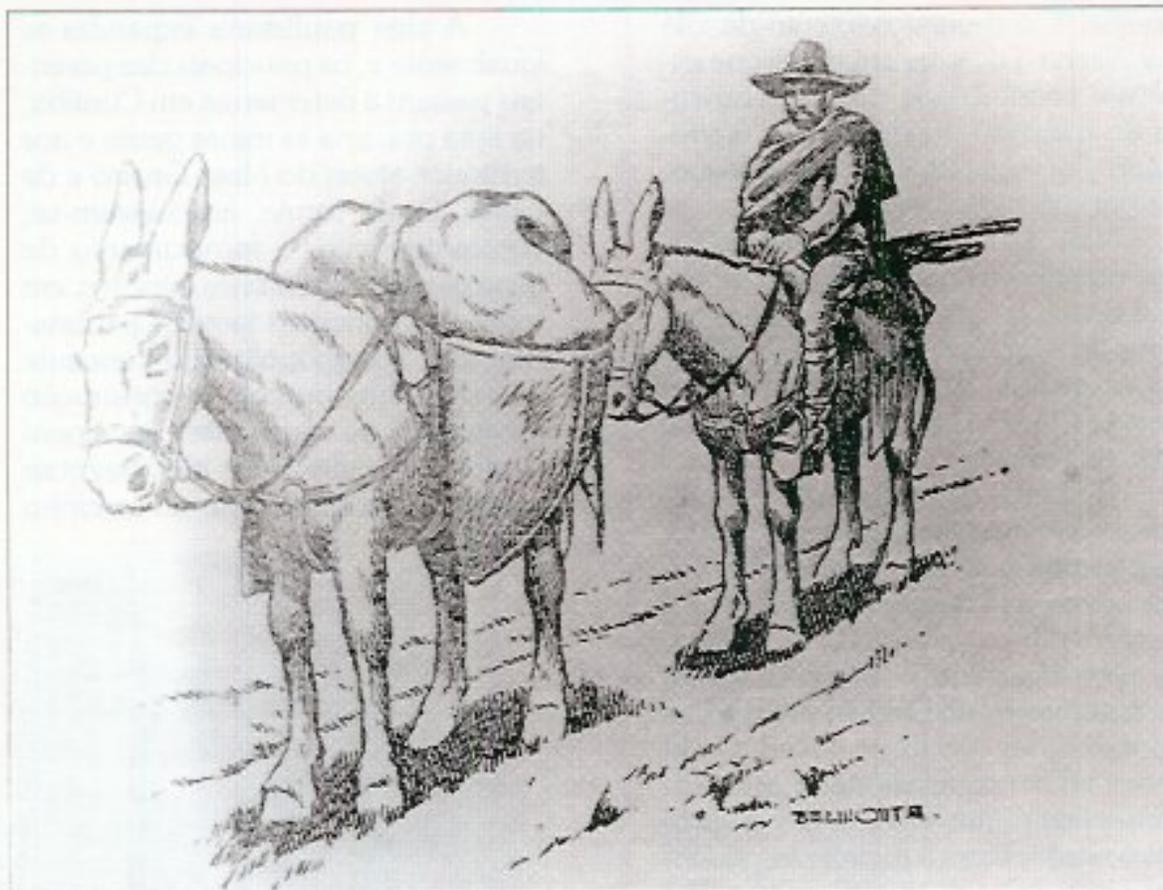
Partindo de uma sessão específica da Câmara Municipal, a de 25/1/1705, rastreamos as tensões emergentes. Verificamos que a desorganização da produção, a fome, a escassez e carestia, os problemas com o braço indígena, os altos preços do escravo africano, as conturbações sociais provocadas pelo maior afluxo populacional, a ação dos forasteiros e atravessadores e as próprias relações com a metrópole, podem ser vistas sob um duplo aspecto. Por um lado, enquanto momento, podem ser entendidas como tensões emergentes devido à articulação com a região mineratória, mas, por outro, enquanto processo, expressam a dinamização da produção e do comércio paulistano, enriquecendo e fortalecendo assim a elite local.

Em *A expansão da teia mercantil* enfatizamos a transformação da antiga vila em cidade pólo comercial, articulando os bairros rurais e as vilas da área, levando gado de Curitiba e de outros locais, abastecendo as zonas mineratórias e ampliando os caminhos. Assim, o fator dinâmico do desenvolvimento paulistano nas primeiras décadas do século XVIII, é o comércio inter-regional, fruto de sua articulação com as demais vilas do planalto e com as áreas litorâneas. Daí a constante preocupação com a conservação dos velhos e novos caminhos.

A elite paulistana expandia-se igualmente e, os principais clãs parentais passam a deter terras em Curitiba, na área próxima às minas gerais e aos territórios atuais do Mato Grosso e de Goiás. Dessa forma, articulavam-se, constantemente, o fornecimento de gêneros para os territórios mineiros, em mãos das principais famílias paulistas com a monopolização crescente dos caminhos ou com a construção privilegiada de novas rotas, igualmente monopolizadas pelos clãs parentais paulistas. É a construção do caminho



"... que se fizesse quartel e pelo porteiro desta Câmara se mandasse apregoar pelas ruas..."



Mercador forasteiro.

novo para as minas gerais por Garcia Rodrigues Pais ou a tentativa da abertura de uma nova rota para as minas de Cuiabá, por Bartolomeu Pais de Abreu, em troca do fornecimento exclusivo de gado para a região durante nove anos.

Apontamos também como a arrematação dos vários contratos e dízi-mos reais passaram a ser disputados, subindo de valor, outro indicativo do desenvolvimento da cidade que, em 1711, passou a ser capital da capitania.

Assim, o que se percebeu nas primeiras décadas do século XVIII foi a continuidade do processo de mercantilização da cidade de São Paulo, processo este já iniciado no decorrer do século XVII, mas fortemente dinamizado através da vinculação com o mer-

cado mineiro. Centro de convergência de inúmeras rotas, articulando as vilas mais interioranas e os bairros rurais, abastecendo os territórios mineiros, mantendo um vivo comércio de exportação/importação através de Santos e, fornecendo gêneros para o Rio de Janeiro e Bahia, a antiga vila paulistana tornou-se um importante pólo comercial estendendo, cada vez mais, as redes de sua teia mercantil. No bojo deste processo, a elite paulista sedimenta sua riqueza e seu poder.

Dessa forma, consolidou-se uma pequena elite, geralmente aparentada entre si, que passou a deter, em suas mãos, grandes extensões de terras, cargos, contratos e monopólios. As propriedades, cada vez mais extensas e mais valorizadas, o cabedal acumulado com a produção e o comércio, uma

numerosa escravaria, são indícios de uma riqueza proveniente, em sua maior parte, das atividades mercantis. Aliás, o critério da riqueza passou a ser um dos fundamentais para a nomeação em cargos considerados como indicativos de prestígio.

No último capítulo - *Propriedade, escravidão e prestígio* - voltou-se a atenção para as relações do paulista com a própria metrópole, visando re-dimensionar a tão propalada independência e rebeldia paulistanas. Analisando os interesses comuns entre colonos e coroa concluiu-se que propriedade, escravidão e sinais indicadores de prestígio e de honrarias constituíram os fundamentos básicos da ordem mercantil escravista-senhorial, gerando interesses comuns entre a elite local e a metrópole, solidificando, assim, a empresa colonial como uma grande empresa em conjunto.

Dessa forma, percebemos um movimento pendular nas relações entre as autoridades reais, a metrópole e os paulistas mas que nunca chegou a colocar em risco a empresa colonial conjunta. Em outras palavras, em troca de promessas de honrarias e mercês, a metrópole obtinha todo o apoio dos habitantes de Piratininga no que mais interessava a ela: a pacificação (ou extermínio) dos índios hostis e as expedições empenhadas na descoberta dos territórios auríferos. Os paulistas, por sua vez, aceitavam de bom grado, e até requeriam essas dignidades e honrarias pois, afinal, a descoberta dos metais e as campanhas contra os bárbaros poderiam significar a riqueza, tanto em termos de ouro, de mais braços e terras quanto em títulos, cargos e postos, sinais distintivos de prestígio e de poder.

Portanto, conjuntamente, as relações entre paulistas e autoridades reais podiam ser conflituosas mas, ao fim e ao cabo, a conciliação era sempre possível pois, eram os mesmos objetivos que todos perseguiam, quais sejam, o desenvolvimento da colonização e a sedimentação da ordem senhorial-escravista mercantil.

Assim, escravos, terra, dignidade, honrarias e prestígio constituíram os fundamentos da sociedade colonial brasileira. Seja nas áreas exportadoras, seja nas de abastecimento interno, como São Paulo colonial, cristalizou-se uma sociedade onde uma elite detinha a terra, os escravos e o monopólio da dominação estamental, preservando, dessa maneira, a própria ordem.

O dinamismo da vila/cidade de São Paulo entre 1681 e 1721 a distancia das imagens cristalizadas pela historiografia. Não se trata de um núcleo isolado, autárquico e, muito menos, de um paulista independente, símbolo de uma *raça de gigantes*. Não pode ser igualmente caracterizada como uma região extremamente pobre, voltada apenas para a subsistência, e que teria passado ao largo dos estímulos coloniais.

Sua especificidade deriva de sua própria dinâmica interna, qual seja, através de todo um processo de mercantilização, a área paulistana constituiu-se em pólo de abastecimento interno, articulando-se com as demais áreas e capitanias, principalmente as exportadoras. Mas, em termos de traços básicos, o que se nota é a concentração de terras e de escravos em mãos de uma elite, monopolizadora, igualmente das principais fontes de prestígio e de poder; em síntese, processo semelhante ao ocorrido no restante da colônia.

Combates & Rituais

Dessa forma, ao mesmo tempo em que cabe ressaltar a especificidade paulistana, há que se levar em conta também, e principalmente, a unicidade estrutural da colônia em termos de uma sociedade estamental-escravista.

Dessa forma, o geral, o particular e o singular articulam-se constantemente, tornando a *raça de gigantes* e o paulista-bandeirante ativo, rebelde e independente apenas uma, entre várias imagens cristalizadas.

Referências das imagens

As imagens foram retiradas do livro de: BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. 2.ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas - 1870/1956*

Edemir de Carvalho

Mestre em Sociologia pelo IFCH/Unicamp
Doutorando em Sociologia pela Unesp/Araraquara

A idéia central deste trabalho reside na compreensão da construção do espaço urbano, através de uma perspectiva sociológica que possibilita alinhar, historicamente, as diversas questões decorrentes dessa construção, especialmente a habitação. Portanto, a articulação entre essa construção e a produção da habitação emergem, no interior da trama urbana, como resultado de vários processos, que por sua vez, articulam-se entre si.

O cenário campineiro sempre foi privilegiado, devido às condições históricas gestadas em seu território e, particularmente, no que se refere à montagem da sociedade industrial/urbana no Estado de São Paulo. Contudo, partimos do pressuposto de que, para o estudo de uma situação particular como a de Campinas, há necessidade de fixarmos alguns pontos de seu desenvolvimento: em primeiro lugar, a compreensão do espaço urbano campineiro frente ao complexo cafeeiro; em segundo, o entendimento das crises urbanas, bem como as questões delas decorrentes e, por último, de que as crises urbanas possuem interface com as questões sociais que, por sua vez, remontam e costuram a complexidade dos problemas urbanos.

Sem dúvida, Campinas possui dois momentos cruciais na sua história urbana: o primeiro, caracterizado pela

estruturação do complexo cafeeiro e, o segundo, marcado pela crise da economia cafeeira e a emergência da industrialização. Estes dois momentos estão assinalados por crises urbanas cujas características são completamente distintas: a primeira crise coincide com os surtos epidêmicos de febre amarela, enquanto a segunda, se dá a partir da instalação do mercado imobiliário em Campinas, nos anos 20.

A hipótese explicativa para tomarmos os surtos epidêmicos de febre amarela como manifestação de crise urbana reside no fato de que naquele momento estávamos diante da formação da rede urbana. A febre amarela provocou uma completa desorganização das atividades urbanas campineiras, cujo lado trágico atingiu diretamente a população mais pobre da cidade, tanto pelo morticínio causado quanto pela fuga apressada de grande parte da população para outras localidades.

Esta hipótese sustenta-se na idéia de que a febre amarela conduziu a esse trágico desfecho, porque o espaço urbano campineiro dava conta apenas de, propiciar as condições gerais e necessárias à reprodução do modelo pri-

* Resumo da dissertação de mestrado, apresentada em 21 de junho de 1991, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas.

mário-exportador, regido pelo café. Enquanto, a força de trabalho urbana, ficava à mercê da própria sorte. A epidemia colocou a nu as miseráveis condições de vida dessa população.

A transição (1889/1930) que se interpõe entre a primeira crise (1889/1897) e a seguinte (1930/1945) esteve marcada pela presença do Estado, na formulação de políticas públicas, invertendo o processo do período anterior, onde a esfera do privado confundia-se com a pública. Nesta transição, além do novo papel do Estado, observa-se o desenvolvimento da força de trabalho urbana.

No primeiro decênio do século XX, surgiram as primeiras greves operárias, contudo, elas não possuíam a mesma abrangência daquelas que se produziram em 1918/19. Estas últimas denunciavam claramente as fissuras no sistema ou os elementos da nova crise que se manifestaria com maior rigor na década de 30. A segunda crise tem sua primeira manifestação nas greves, dado que estas tinham um caráter muito mais amplo do que apenas as reivindicações salariais: elas estavam denunciando a emergência de uma força de trabalho urbana, a qual não possuía as mínimas condições necessárias para sua reprodução.

Essa segunda crise caracteriza-se pela articulação de vários processos, os quais deram novos contornos na configuração do espaço urbano campineiro: a emergência de uma força de trabalho quantitativa e qualitativamente distinta daquela situada no período anterior; o advento de um processo de industrialização e a necessidade de uma maior intervenção do Estado frente às novas questões urbanas apresentadas.

Essas novas questões estavam balizadas pelas solicitações feitas tanto

pelo capital quanto pela força de trabalho e fizeram com que essas demandas se traduzissem na necessidade de uma transformação nas formas de organização espacial, particularmente nas formas de apropriação e ocupação do solo urbano.

Tomamos como hipótese que a segunda crise esteve marcada pelo início de um processo de *periferização* da cidade e de renovação urbana, impondo novas formas de apropriação e ocupação do solo urbano. Portanto, a segunda crise encontra sua hipótese explicativa num processo que pode ser entendido a partir de uma visão geral e outra particular: uma diz respeito ao advento do processo de industrialização e outra processa-se através dos processos de reorganização espacial.

Ao processo de industrialização, implantado a partir da segunda crise, corresponde, no espaço urbano, uma determinada formação das condições gerais de produção em consonância com o desenvolvimento das relações sociais. É a partir desse pressuposto que podemos entender a produção em massa, nos anos 40 e 50, da habitação popular e a formação das imensas periferias, o que se denomina padrão periférico de urbanização.

Em 1950, o padrão periférico de urbanização já era um fato consumado, pois o processo de industrialização induziu a uma reorganização espacial ampla, à medida que ao processo de expansão urbana correspondia um processo de renovação do centro da cidade.

Foram incorporadas ao território urbano imensas parcelas de áreas rurais, abrindo um processo de loteamentos e ampliando indiscriminadamente o território urbano campineiro. A par deste processo, o centro da cidade de Campinas entrou num processo verti-

ginoso de renovação, consolidando as intenções colocadas nas décadas anteriores.

Essas transformações provocaram no plano físico uma clara especialização do espaço urbano, e no plano social, além da segregação espacial, provocou o advento de obstáculos, praticamente intransponíveis, em relação ao acesso à propriedade imobiliária, especialmente à habitação. Assim, nossa terceira hipótese centra-se na questão social urbana em que a habitação, especialmente a popular, se transformou. A ampliação da sua importância social está no fato da habitação popular comportar-se como um catalizador de amplo espectro social, e foi através dela ou nela, que se realizaram diversos interesses ou se expressaram como necessidades sociais. Desse modo, a formação de espaços operários equacionou, ao mesmo tempo, o assentamento do novo operariado urbano, bem como, através da segregação espacial, promoveu a valorização e a ampliação do mercado imobiliário, condicionando uma clara especialização do espaço urbano. Tudo isso equacionado através das políticas públicas realizadas pelo Estado.

Entende-se que com a implantação dos conjuntos habitacionais realizou-se uma *operação casada*, ou seja, ao mesmo tempo que se atendia parcela do operariado urbano, ligada às atividades produtivas mais tradicionais do município, ampliaram-se, concomitantemente, as possibilidades do mercado imobiliário operar em bases especulativas.

A constatação é que na década de 50 houve um *boom* imobiliário em Campinas, motivado não só pelo sucesso provocado pela implantação dos conjuntos habitacionais mas também pela expectativa criada pelos lucros

imobiliários conseguidos através da especulação com terras passíveis de serem parceladas e incorporadas ao território urbano. A própria implantação desses conjuntos envolveu negociações com consideráveis extensões de terra. Subjacente ao *boom* imobiliário ocorreu uma segregação espacial do trabalhador urbano, acompanhada de tentativas de eliminação das áreas centrais da cidade.

A habitação popular, enquanto problema social urbano, emerge como resultado das duas crises urbanas campineiras. Sem dúvida, a habitação popular insere-se no interior da produção do espaço urbano, não sendo possível entendê-la sem passar pela compreensão das crises e do desenvolvimento deste espaço. É o que esperamos demonstrar.

Estrutura da dissertação

As questões acima colocadas nortearam a estruturação desta dissertação em três capítulos, os quais alinhavam a trajetória urbana campineira apoiando-a em dois momentos críticos da sua questão urbana, ou seja, nas crises urbanas e os conseqüentes períodos de transição.

No primeiro capítulo, privilegiou-se, de forma sucinta, a descrição da formação do núcleo urbano campineiro, centrando a observação na progressiva importância do espaço urbano para o complexo cafeeiro. Sem dúvida, Campinas foi um dos *cenários* onde as grandes transformações estiveram presentes. Assim, o desenvolvimento da economia cafeeira resultou numa significativa concentração de recursos e equipamentos no centro urbano campineiro, apoiado na constituição de uma rede urbana, da empresa ferroviária e da imigração européia. Em síntese, nesse primeiro capítulo, a breve descrição centra-se na formação do núcleo urbano campineiro.

ro, tendo como referência a concentração dos componentes urbanos do complexo cafeeiro.

No segundo capítulo, procurou-se entender as crises urbanas campineiras. A formação do centro urbano campineiro avalizou a identificação da questão urbana do século XIX, através de seu momento mais agudo ou de crise. Neste capítulo, a caracterização da primeira crise urbana demonstra, ao nível local e particular, como a produção e a organização do espaço urbano de Campinas gestou contradições que foram explicitadas pelos surtos epidêmicos de febre amarela.

O período de transição subsequente a essa primeira crise explicita o desenvolvimento das questões da segunda crise, dentre as quais destacam-

se: a presença do Estado na produção do espaço urbano e o surgimento do capital imobiliário, redefinindo as formas de apropriação e ocupação do espaço urbano.

No terceiro capítulo, demonstra-se que o desenvolvimento da segunda crise urbana implicou numa completa e radical transformação da cidade de Campinas, redefinindo sua questão urbana. A transição fez-se com uma íntima articulação entre os processos de renovação e expansão urbana, impondo o padrão periférico de urbanização. Como síntese desse processo transformador, a necessidade de produção em massa de habitações populares apresenta-se como corolário com profundas repercussões sociais da questão urbana suscitada na segunda crise.

Ciência na Busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil (1808-1907)

Silvia F. de M. Figueirôa

Professora-Doutora do Departamento
de Geociências Aplicadas ao Ensino do Instituto de
Geociências-Unicamp

A presente tese propõe-se a investigar, caracterizar e compreender o processo através do qual as ciências geológicas se implantaram e desenvolveram-se no Brasil ao longo do século XIX, basicamente. Em termos metodológicos, o trabalho assume uma postura contrária às visões correntes na historiografia das ciências no Brasil, que postulam a inexistência de atividades científicas no Brasil anteriormente ao início do século XX. Diversamente, constatou-se uma riqueza de atividades científicas, manifestada em publicações, instituições científicas, grupos de estudiosos etc., podendo-se mesmo identificar um padrão de institucionalização dessas ciências, caracterizado pelo *crescimento quantitativo, continui-*

dade temporal e especialização dos espaços institucionais. Nesse processo, foi fundamental o papel do Estado, mas também importante foi a ação dos próprios cientistas (individualmente ou em grupo), e de parcelas da elite. Modelos científicos e institucionais foram importados e adaptados de vários países, especialmente da Alemanha, França e Estados Unidos. A concepção de ciência como algo de aplicação é algo que se destaca e confirma-se nesse trabalho, e este aspecto pragmático constituiu a base da institucionalização das ciências no Brasil. No caso das ciências geológicas, o caráter aplicado esteve, por sua vez, subordinado aos interesses agrícolas, e não à mineração, como seria lícito supor.

ro, tendo como referência a concentração dos componentes urbanos do complexo cafeeiro.

No segundo capítulo, procurou-se entender as crises urbanas campineiras. A formação do centro urbano campineiro avalizou a identificação da questão urbana do século XIX, através de seu momento mais agudo ou de crise. Neste capítulo, a caracterização da primeira crise urbana demonstra, ao nível local e particular, como a produção e a organização do espaço urbano de Campinas gestou contradições que foram explicitadas pelos surtos epidêmicos de febre amarela.

O período de transição subsequente a essa primeira crise explícita o desenvolvimento das questões da segunda crise, dentre as quais destacam-

se: a presença do Estado na produção do espaço urbano e o surgimento do capital imobiliário, redefinindo as formas de apropriação e ocupação do espaço urbano.

No terceiro capítulo, demonstra-se que o desenvolvimento da segunda crise urbana implicou numa completa e radical transformação da cidade de Campinas, redefinindo sua questão urbana. A transição fez-se com uma íntima articulação entre os processos de renovação e expansão urbana, impondo o padrão periférico de urbanização. Como síntese desse processo transformador, a necessidade de produção em massa de habitações populares apresenta-se como corolário com profundas repercussões sociais da questão urbana suscitada na segunda crise.

Ciência na Busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil (1808-1907)

Silvia F. de M. Figueiróia

Professora-Doutora do Departamento
de Geociências Aplicadas ao Ensino do Instituto de
Geociências-Unicamp

A presente tese propõe-se a investigar, caracterizar e compreender o processo através do qual as ciências geológicas se implantaram e desenvolveram-se no Brasil ao longo do século XIX, basicamente. Em termos metodológicos, o trabalho assume uma postura contrária às visões correntes na historiografia das ciências no Brasil, que postulam a inexistência de atividades científicas no Brasil anteriormente ao início do século XX. Diversamente, constatou-se uma riqueza de atividades científicas, manifestada em publicações, instituições científicas, grupos de estudiosos etc., podendo-se mesmo identificar um padrão de institucionalização dessas ciências, caracterizado pelo *crescimento quantitativo, continui-*

dade temporal e especialização dos espaços institucionais. Nesse processo, foi fundamental o papel do Estado, mas também importante foi a ação dos próprios cientistas (individualmente ou em grupo), e de parcelas da elite. Modelos científicos e institucionais foram importados e adaptados de vários países, especialmente da Alemanha, França e Estados Unidos. A concepção de ciência como algo de aplicação é algo que se destaca e confirma-se nesse trabalho, e este aspecto pragmático constituiu a base da institucionalização das ciências no Brasil. No caso das ciências geológicas, o caráter aplicado esteve, por sua vez, subordinado aos interesses agrícolas, e não à mineração, como seria lícito supor.

O Carnaval do País

Julita Scarano

Professora-Adjunta da Unesp

O livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Carnaval brasileiro, o vivido e o mito*, editado pela Brasiliense, além de valioso por sua pesquisa e análise acurada é lido com verdadeiro prazer.

Além de professora emérita, título que com grande justeza a USP lhe concedeu, Pereira de Queiroz tem atrás de si a produção de inúmeras obras significativas, consultadas e compulsadas por todos aqueles que estudam as coisas deste país. Além disso, ela ensinou a muitos alunos, orientou o trabalho de outros tantos, ofereceu apoio, conselho, estímulo a muitos pesquisadores. Bastaria lembrar do Ceru, criação de sua inteligência e coragem, atuante em nossos estudos rurais e urbanos, para avaliar o papel ímpar dessa estudiosa em um país onde a cultura é exceção.

Pioneira a respeito do significado do coronelismo, do messianismo e de outras facetas e peculiaridades nossas, essa autora vem publicar em forma de livro seus estudos sobre o carnaval, fruto de anos de pesquisa e análise. Esmiuça e interpreta a festa que marca a nossa brasilidade e torna-nos conhecidos por muitos como o país do carnaval. O enfoque é universalista e mostra a inter-relação entre os aspectos do nosso carnaval e questões referentes a outros países em uma visão não-paroquial, mas assinalando o

quanto o nosso carnaval está alicerçado na cultura cristã ocidental. Mais ainda, ele mergulha profundamente em tradições pré-cristãs de comemoração do início da primavera.

Estabelecendo relação entre o Brasil, nação onde o carnaval é encontrado por toda a parte com o mesmo programa, com pequenas variações em um e outro lugar, com outros locais onde a festa evoluiu diferentemente, explica como um suceder de folguedos iniciados em nossos primórdios se modificaram com o evoluir da vida do país. Parte da história para suas considerações.

Festa urbana, o carnaval acompanhou as mudanças econômicas e sociais, modificações que foram gradualmente se espalhando pelo país, não simultaneamente, mas que tiveram como consequência que, mesmo em recantos distantes, os dias gordos fossem comemorados de maneira não substancialmente diferente daquela das metrópoles.

A participação pessoal da autora alicerça o interesse; a pesquisa partiu do que foi visto, vivenciado e sentido pela autora e seus familiares, daí surgiu a empatia, compreensão e assimilação do tema. Vivido por ela, por seus pais e avós, sabe, de maneira pessoal e familiar, como são e como foram os dias gordos, conforme se lê no delicio-

so prólogo com sabor de romance, uma tradição dos seus.

Em certos aspectos, tem sentido similar a algumas das facetas abordadas pelo grupo dos Annales, que, a meu ver culmina com os *Ensaio de ego história*, onde se descreve como perfeitamente legítima e proveitosa a experiência pessoal e familiar como aprofundamento e mesmo base de trabalhos teóricos e objetivos. A autora usa com inteligência e propriedade sua observação participante e busca os porquês, as explicações do que viu, do que ouviu contar, daquilo que conheceu pela pesquisa e pelo estudo.

O capítulo, que trata do paralelismo/discordância entre o nosso e o carnaval português, mostra como circunstâncias diferentes levaram a diversificar e separar a festa que partiu de uma fonte comum.

Em outros itens analisa de perto questões referentes aos problemas desta terra, assinalando a importância dos folguedos nos relacionamentos, que permeiam os grupos vistos como a so-

cidade da ordem e a sociedade do crime, mostrando a ambigüidade de um sistema que sempre, desde os primórdios, veio buscando a conciliação de opostos, a aparência de benignidade do paternalismo aliado a métodos brutais, e tantos e tantos aspectos conflitivos que seria longo enumerar. Uma das vertentes desse estudo que mostra tais questões diz respeito ao carnaval/jogo do bicho, ambos fontes de empregos para os marginalizados, onde alguns trabalhos são vistos como legítimos, outros como contravenção. Numa fronteira mutável e mesmo imprecisa, temos as *classes laboriosas e as classes perigosas*.

O carnaval, em seus mitos e em seus ritos, pode estruturar uma análise deste país, ele não se prende ao Rio de Janeiro e outras capitais apenas, mas espalha-se pela nação. O último capítulo, reinterpretando as questões práticas e sobretudo as teóricas levantadas no texto, leva-nos a uma compreensão mais profunda e abrangente não apenas do carnaval, mas deste ambíguo e barroco Brasil.